



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras


Charleston de Carvalho Chaves

**Argumentação e suas estratégias discursivas:
um estudo dos conectivos em Português**

Rio de Janeiro
2014

Charleston de Carvalho Chaves

**Argumentação e suas estratégias discursivas:
um estudo dos conectivos em Português**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

C512	<p>Chaves, Charleston de Carvalho. Argumentação e suas estratégias discursivas: um estudo dos conectivos em português / Charleston de Carvalho Chaves. – 2014. 254 f.</p> <p>Orientador: Claudio Cezar Henriques. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Língua portuguesa – Gramática – Teses. 2. Língua portuguesa - Semântica - Teses. 3. Linguística de corpus – Teses. 4. Coesão (Linguística) – Teses. 5. Análise do discurso – Teses. 6. Intertextualidade – Teses. 7. Língua portuguesa - Conjunções - Teses. 8. Língua portuguesa - Advérbio - Teses. I. Henriques, Claudio Cezar, 1951-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 806.90-56</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Charleston de Carvalho Chaves

**Argumentação e suas estratégias discursivas:
um estudo dos conectivos em Português**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 26 de março de 2014.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques (Orientador)
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. André Crim Valente
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Helênio Fonseca de Oliveira
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Cynthia Elias de Leles Vilaça
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof^a. Dra. Giselle Olivia Mantovani Dal Corno
Universidade de Caxias do Sul

Rio de Janeiro

2014

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo em minha vida.

À minha família, por estar comigo em todos os momentos.

Ao meu orientador, professor Dr. Claudio Cezar Henriques, pelas valiosas contribuições no encaminhamento da Tese, pelas correções, disponibilidade e atenção especial que contribuíram significativamente na elaboração do texto.

Ao professor Dr. André Valente, pelas aulas no Doutorado, pelas contribuições na análise da Tese, valiosos comentários e pelo rigor terminológico.

Ao professor Dr. José Carlos Azeredo, pelas aulas no Doutorado e pelos comentários valiosos sobre os assuntos pertinentes à língua portuguesa.

Ao professor Dr. Helênio da Fonseca Oliveira, pelas contribuições na análise da Tese e pelos valiosos comentários.

A todos os demais professores do Doutorado que de alguma forma contribuíram para as pesquisas e análises produzidas com riquíssimas aulas e excelentes abordagens sobre diversos assuntos: Prof^a Dr^a Darcilia M. P. Simões, Prof^a Dr^a Lúcia Helena Lopes de Matos, Prof. Dr. Flávio Aguiar Barbosa e Prof. Dr. Ricardo Stavola Cavaliere.

Aos amigos que fiz ao longo do Doutorado com os quais compartilhei boas discussões que nos engrandeceram bastante, em especial Ângela Cristina R. de Castro.

À CAPES, órgão de fomento que possibilitou que eu me dedicasse mais integralmente à pesquisa.

Quem não vê bem uma palavra não pode ver bem uma alma.

Fernando Pessoa

RESUMO

CHAVES, Charleston de Carvalho. *Argumentação e suas estratégias discursivas: um estudo dos conectivos em Português*. 2014. 254 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

O propósito deste trabalho é analisar os conectivos, ferramentas linguísticas que se propõem nos enunciados a estabelecer ligação, do ponto de vista funcional, em seus usos, e que representam valores semânticos importantes discursivamente. Para isso, será válido utilizarmos fundamentações teóricas da Linguística Textual e do Funcionalismo. O *corpus* de análise baseia-se em textos cuja tipologia é argumentativa, mais especificamente o gênero editorial. Dessa forma, procuraremos analisar como esses conectivos (conjunções, preposições, advérbios...) revelam marcas semânticas importantes que se constituem como verdadeiras estratégias argumentativas por parte dos autores em sua proposta temática e que precisam ser reconhecidas pelo leitor para uma compreensão textual mais abrangente. Essa forma de abordagem implicará análises de coesão e de coerência textuais e, por isso, é também uma proposta de avaliação de como os textos são constituídos em sua tessitura, resultando na produção de sentido. Os textos em análise serão os correspondentes aos editoriais da revista *Veja*, cujo título da seção chama-se *Carta ao leitor*. As abordagens colocarão em relevo os *elementos conectores* tanto do ponto de vista sintático-semântico bem como em relação às implicações pragmático-discursivas, fatores que servirão de base para compreensão/interpretação dos textos. Espera-se com isso proporcionar análises contundentes, levando em consideração a descrição, estruturação e o funcionamento da Língua portuguesa, com o objetivo de colaborar para o desenvolvimento científico das abordagens linguísticas.

Palavras-chave: Conectivos. Argumentação. Semântica. Sintaxe. Texto.

ABSTRACT

CHAVES, Charleston de Carvalho. *Argumentation and its discursive strategies: a study of the connectives in Portuguese*. 2014. 254 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

The objective presented herein is the analysis of connectives, linguistic tools for the establishment of linking within the sentences, from the Functional perspective, and representative of semantic values important in discursive terms. Thus, the theoretical bases of Text Linguistics and Linguistic Functionalism are considered. The corpus of analysis is composed of texts of the argumentative type, of the editorial genre, more specifically. For this reason, we analyze how these connectives (conjunctions, prepositions, adverbs ...) reveal important semantic marks that are considered true argumentative strategies by authors in their thematic intention and that also need to be recognized by the reader for a broad textual comprehension. This approach involves the analysis of cohesion and textual coherence and, therefore, it is also a proposal for the assessment of how texts are constituted in its inner texture, leading to the production of meaning. The texts analyzed were extracted from "Veja" newsmagazine's editorial, from the section called "Carta ao Leitor" ("Letter to the Reader"). The approaches highlight the connectives from the syntactic-semantic point of view as well as in relation to the pragmatic-discursive implications, and both aspects converge as the basis for understanding texts. We expect herein to provide blunt analyses which take into account the description, structuring and functioning of the Portuguese language, with the objective of collaborating in the scientific development of linguistic approaches.

Keywords: Connectives. Argumentation. Semantics. Syntax. Text.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	12
1.1	A importância da Linguística Textual	12
1.2	Princípios do Funcionalismo: a gramaticalização	15
1.3	Gramaticalização, etimologia e funcionalidade dos conectivos	20
2	CONCEITO DE TEXTO.....	46
2.1	Compreensão e interpretação: princípios básicos na análise de textos.....	48
2.2	Intertextualidade e interdiscursividade.....	55
2.3	Elementos gramaticais na tessitura textual.....	60
2.4	Abordagem pragmática na recepção dos textos.....	65
2.5	Polifonia e critério de autoria.....	68
3	TIPOLOGIAS E GÊNERO TEXTUAL ARGUMENTATIVO.....	73
4	CONECTIVOS E SEUS CONCEITOS.....	79
4.1	Conjunções e locuções conjuntivas	81
4.2	Advérbios discursivos / locuções adverbiais discursivas.....	94
4.3	Preposições discursivas / locuções prepositivas discursivas.....	98
5	COESÃO E COERÊNCIA: APROXIMAÇÕES E CONTRASTES.....	103
5.1	Coerência textual	108
5.2	Conectivos como fator de textualidade.....	113
5.3	Coesão referencial.....	115
5.3.1	<u>Mecanismo anafórico do por isso: dupla funcionalidade conectora.....</u>	118
5.3.2	<u>Conjunção integrante e catáfora: progressão temática.....</u>	120

5.3.3	<u>Postura argumentativa no uso das integrantes</u>	123
5.4	Coesão sequencial	126
6	OS PROPÓSITOS ARGUMENTATIVOS NO ESTUDO DOS CONECTIVOS	135
6.1	Conectivos como força argumentativa	135
6.2	Não há neutralidade no discurso	142
6.3	Marcas linguísticas para argumentação	152
6.4	Escalas argumentativas	155
7	RECURSOS SINTÁTICO-SEMÂNTICO EM TEXTOS ARGUMENTATIVOS	163
7.1	Reorganização das funcionalidades semânticas das conjunções ...	163
7.2	As relações oracionais: aspectos sintáticos e propósitos semânticos	164
7.2.1	<u>Conectores e articulação de parágrafos</u>	165
7.2.2	<u>O estudo da Correlação</u>	167
7.2.3	<u>Mecanismo argumentativo com a Correlação</u>	171
7.2.4	<u>Orações reduzidas: presença de conector</u>	172
7.3	Valores semânticos dos conectivos: análise dos editoriais	176
7.3.1	<u>Relação causa-efeito</u>	177
7.3.2	<u>Valores condicionais</u>	201
7.3.3	<u>Valores opositivos: adversidade e concessividade</u>	216
	CONCLUSÕES	245
	REFERÊNCIAS	248

INTRODUÇÃO

É possível haver coerência sem coesão? Sim, é claro. Entretanto, um texto com mecanismos coesivos consegue deixar marcas que evidenciam certas pistas para sua compreensão/ interpretação. A Linguística Textual, desde a década de 60, tem-se ocupado de vários conceitos para definir seu objeto de estudo precípua: o texto. Porém, um dos aspectos relevantes em sua composição, tomando como referência o texto como algo material reconhecido linguisticamente (fator que será mais bem discutido posteriormente) é o fenômeno da *coesão sequencial* e como isso influi não só nos aspectos sintáticos, mas também semânticos na constituição dos textos. O objetivo primordial desta tese é demonstrar como os diversos mecanismos de coesão sequencial, a partir dos mais variados usos dos conectivos, torna um texto com receptividade capaz de possibilitar que o leitor desvende as estratégias utilizadas para convencimento de determinadas ideias. Por isso, a tipologia escolhida será argumentativa e o gênero que comporá o *corpus* serão os editoriais recentes da revista *Veja*, identificados com o título “Carta ao Leitor”.

A metodologia adotada será a de avaliar esses editoriais à luz de teorias linguísticas que possam trazer benefícios para as abordagens argumentativas. Faremos análises textuais que possam embasar nossa teoria de que as marcas de argumentatividade inerentes aos conectivos conduzem e orientam a compreensão e consequentemente a interpretação dos textos por parte do leitor.

Reconhecer como é possível perceber os níveis de argumentatividade nos editoriais analisados, explicitar as estratégias utilizadas pelos autores, promover a classificação, os valores e as funcionalidades discursivas dos conectivos são tarefas primordiais deste trabalho, que visa defender as seguintes análises: os conectivos funcionam como ferramentas discursivas importantes em textos argumentativos, reveladoras de intencionalidade, além de servirem de marcas linguísticas para compreensão textual (na superfície do texto) e como indicadores para interpretações textuais também (a partir de outros aspectos discursivos, visando a uma análise mais profunda do texto).

Tomaremos principalmente por base os estudos da Linguística Textual e do Funcionalismo, abordados no capítulo 1 – *Pressupostos Teóricos*. Da primeira tomaremos as abordagens semânticas e dos mecanismos de constituição de textos, principalmente coesão e coerência; do segundo utilizaremos as análises dos

princípios da gramaticalização, a fim de analisar o percurso evolutivo dos conectivos estudados.

Discutiremos também no capítulo 2 – *Conceito de Texto*, não só o próprio conceito, mas também outros aspectos textuais importantes: os mecanismos de compreensão e de interpretação textual e aspectos de *intertextualidade* e de *interdiscursividade*. Procuraremos mostrar também como o reconhecimento da funcionalidade de elementos gramaticais na tessitura do texto promove uma análise mais significativa das materializações discursivas, assim como abordagens pragmáticas contribuem para a recepção do texto por parte dos leitores.

Como a proposta de análise do *corpus* será a avaliação de editoriais da revista *Veja*, dedicaremos o capítulo 3 (*Tipologias e gênero textual argumentativo*) para discutir as tipologias textuais, dando ênfase à argumentativa, abordando principalmente o gênero editorial, base analítica deste trabalho.

Outro fator relevante e imprescindível será discutir em um capítulo específico (cap. 4) os conceitos de conectivos – *Conectivos e seus conceitos* – dando enfoque aos elementos gramaticais que compõem tal conceito: conjunções / locuções conjuntivas, advérbios / locuções adverbiais, preposições / locuções prepositivas.

Dois elementos teóricos que estão interligados, embora possuam suas próprias peculiaridades, não podem deixar de ser abordados no capítulo 5: *Coesão e coerência: aproximações e contrastes*. Assim, discutiremos as funcionalidades sintáticas de encadeamento com o uso dos conectivos, sejam em função referencial, sejam em função sequencial.

O capítulo 6 será destinado a discutir a argumentação, uma vez que o *corpus* será composto de textos dessa natureza tipológica. Precisaremos abordar não só as propostas argumentativas, mas também como os conectores contribuem, associados a outros mecanismos linguísticos, para organizar e orientar os leitores na condução argumentativa em defesa de um ponto de vista.

O capítulo 7, por sua vez, colocará em evidência recursos sintático-semânticos em textos argumentativos. Abordaremos as classificações oracionais por um prisma sintático, mas também semântico. Analisaremos propostas de outros pesquisadores no assunto e adotaremos análises a partir das teorias discutidas, sem deixar de lado as abordagens de sentido. É justamente nesse capítulo que avaliaremos o *corpus* de forma mais minuciosa. Procuraremos discutir a partir dos textos os valores dos conectores como ferramentas argumentativas. Isso também

não significa dizer que faremos isso apenas nesse capítulo, mas ao longo dos capítulos da tese; é importante também dizer que utilizaremos também outros textos além dos editoriais de *Veja* para discutir as funcionalidades dos conectivos. A metodologia adotada ao longo deste trabalho será a de discutir teorias com a presença de textos para servirem de exemplos, mas no capítulo 7 especificamente haverá a análise mais ampliada dos textos a partir dos eixos semânticos escolhidos para compreender e interpretar textos argumentativos: *causativo-consecutivo*, *condicional* e *opositivo: adversidade e concessividade*.

Portanto, este trabalho consistirá em avaliar as intencionalidades argumentativas utilizadas para defender certas opiniões expostas nesses editoriais. A forma de avaliação dos textos será usando os recursos da *Linguística Textual*, bem como os da *Semântica Argumentativa*. Como o enfoque será o estudo dos conectivos, tal tese terá a preocupação em discutir aspectos discursivos, mas sem deixar de levantar análises de natureza morfológica, sintática, dentre outras que se fizerem necessárias e não apenas a constituição semântica das abordagens. Não será descartada, por exemplo, a perspectiva *Funcionalista*, discutindo-se os princípios da *gramaticalização*. Todas essas análises serão embasadas em textos, uma vez que é a partir deles que se tem possibilidade de garantir uma análise mais segura das intenções pragmático-discursivas nos mais diversos enunciados.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Dentre os pressupostos teóricos principais utilizados neste trabalho destacam-se a *Linguística Textual* e a *Linguística Sistêmico-Funcional*. A primeira procurará revelar os mecanismos de coesão sequencial no uso dos conectivos ao discutir suas funcionalidades discursivas, além de possibilitar as análises semântico-argumentativas, sobretudo em seu diálogo com a Pragmática. A segunda contribuirá com um modelo de análise baseado no uso e na escolha a fim de discutir as diversas funcionalidades discursivas dos elementos conectores.

1.1 A importância da Linguística Textual

Analisar textos sob a ótica da Linguística Textual é tarefa primordial deste trabalho. Esse ramo da Linguística surge na Europa por volta dos anos 1960, embora haja outros estudiosos que fizeram análises linguísticas tendo como ponto de referência os textos como, por exemplo, Eugênio Coseriu, que, ainda nos anos da década de 1950, já havia cunhado o próprio nome desse ramo da linguística, fato que só depois seria postulado. Bechara, que faz abertura do livro de Koch – *As Tramas do Texto* – fala isso (KOCH, 2008a, p.7):

A Linguística Textual é uma disciplina integrada no âmbito das ciências da linguagem nos anos cinquenta, quando o teórico Eugênio Coseriu lhe fez a primeira referência e lhe conferiu essa denominação. Com o decorrer do tempo e da ação de novos investigadores, em especial alemães e franco-suíços, a disciplina, deixando o ninho antigo do *Trivium* clássico, foi alargando seus objetivos e horizontes, a tal ponto que hoje, mesmo ainda buscando seu amplo arcabouço teórico, constitui um campo bem delimitado e uma feição inconfundível diante de disciplinas que estudam paralelamente as utentes e de todos os fatores explícitos e implícitos que molduram e operacionalizam essa atividade.

Há um número significativo de disciplinas que se relacionam com a Linguística Textual, provando seu caráter transdisciplinar, tão importante a uma disciplina que tem o texto como seu objeto de estudo. Por isso, Bechara (KOCH, 2008a, p.7) também argumenta que:

Daí a L.T. receber subsídios da Pragmática Conversacional, da Teoria da Conversação, da Teoria da Enunciação, da Teoria dos Atos da Fala, da Linguística Cognitiva, da Psicologia da Atividade, da Filosofia da Linguagem, entre outras contribuições que lhe vão dando feição tão particular hoje, que a

Gramática Funcional e a Gramática Formal já não lhe atendem amplamente as necessidades e objetivos.

Entretanto, a Linguística Textual passou por mudanças em seu percurso histórico. Em seu curso evolutivo foi ampliando sua abordagem, redefinindo o seu objeto de estudo – o texto – e se comunicando com outras áreas, fator que possibilitou uma gama de ferramentas das quais a L.T. se vale a fim de promover com mais abrangência as análises textuais.

Dessa evolução, é possível destacar o que ocorreu desde seu surgimento. Nos anos 1960, por exemplo, houve uma ênfase considerável nos estudos dos mecanismos coesivos, “ou seja, os recursos da língua que permitem estabelecer, entre os elementos constituintes de uma superfície textual, relações sintático-semânticas, que lhe garantam a continuidade de sentido.” (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008, p.11).

Entretanto, nesse primeiro momento ainda não se fazia distinção entre coesão e coerência e a L.T. estava primordialmente preocupada com os “mecanismos interfrásticos que são parte do sistema gramatical da língua, cujo uso garantiria a duas ou mais sequências o estatuto do texto.” (KOCH, 2004, p.3) Ainda que o estudo dos fenômenos de coesão e coerência seja imprescindível para a análise de um texto e até hoje sejam largamente estudados, havia outros aspectos que ainda não tinham sido levados em consideração e que passaram a ser consideradas nos anos 1970:

Não tardou, porém, que os linguistas de texto sentissem a necessidade de ir além da abordagem sintático-semântica, visto ser o texto a unidade básica de comunicação/interação humana. A princípio timidamente, mas logo a seguir com maior vigor, a adoção da perspectiva pragmática vai-se impondo e conquistando proeminência nas pesquisas sobre o texto... (Koch, 2004, p.13)

Esse foi um marco para a Linguística Textual, pois passaram a ser considerados diversos fatores de natureza pragmática para analisar um texto, ainda mais com a contribuição de Beaugrande & Dressler (1981) ampliando e discutindo os níveis de textualidade: *coesão*, *coerência*, *intencionalidade*, *aceitabilidade*, *informatividade*, *situacionalidade*, *intertextualidade*. Justamente nos anos 1980, o texto passou a ser analisado pela L.T. como composto de mecanismos/estratégias de ordem cognitiva em seu processamento. Assim a discussão sobre as

pressuposições, implicações e intencionalidades foram avaliadas de forma mais abrangente e incorporadas às análises linguístico-textuais.

Nessa linha o estudo da coesão e da coerência passou a ser abordado por intermédio das relações entre esses aspectos, provando que não podem ser analisados separadamente. Dessa forma, os elementos conectores além de servirem notadamente como mecanismos de coesão fornecem subsídios primordiais para a coerência, revelando-se como marcas que compõem o tecido textual.

Já a partir dos anos de 1990, houve também adoção do sociocognitismo e do interacionismo bakhtiniano (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, p.13) e é “à luz deste último paradigma, que a Linguística Textual vem desenvolvendo suas pesquisas...”. Por conseguinte, esses pressupostos teóricos dimensionam a abordagem dos textos e fornecem elementos diversos na árdua tarefa de analisá-los em suas intencionalidades.

Mais recentemente, Jean-Michel Adam (2008, p.23-24), que é um dos grandes teóricos sobre Linguística Textual, não só chama a atenção para o pioneirismo de Eugênio Coseriu, mas também coloca a LT como parte integrante da Análise do Discurso, considerando-a como *análise textual dos discursos*, sem, no entanto, desconsiderar suas próprias abordagens epistemológicas:

Eugênio Coseriu, que parece ter sido um dos primeiros, desde os anos 1950, a usar o termo “linguística textual”, propõe, com muita razão, em seus últimos trabalhos, distinguir a “gramática transfrasal” da “linguística textual” (1994). Se a primeira pode ser considerada como uma extensão da linguística clássica, a linguística textual é, em contrapartida, uma teoria da produção co(n) textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos. É esse procedimento que me proponho desenvolver e designar como **análise textual dos discursos**. (...)

As páginas a seguir inscrevem-se na perspectiva de um posicionamento teórico e metodológico que, com o objetivo de pensar o texto e o discurso em novas categorias, situa decididamente a linguística textual no quadro mais amplo da análise do discurso.

Esse é um passo importante para a teoria de Adam, embora a Linguística Textual e a Análise do Discurso tenham origens distintas. É bem verdade que em nosso trabalho discutiremos a necessária distinção entre *discurso* (processo) e *texto* (resultado) e notaremos que se o texto é o resultado do discurso, nada impede de pensarmos a LT como uma análise de textos, que são obrigatoriamente constituídos de efeitos discursivos.

Assim, o estudo dos conectivos tendo como referência a Linguística Textual

possibilitará, portanto, avaliarmos as funcionalidades discursivas por vários prismas, reconhecendo que diversos outros itens gramaticais contribuirão, juntamente com esses elementos de conexão, para proporcionar os valores semânticos utilizados como estratégias argumentativas. A percepção desses valores permite maior compreensão / interpretação e, para isso, haverá contribuição também da *Pragmática* a fim de que percebamos as intenções nos usos desses elementos gramaticais.

1.2 Princípios do Funcionalismo: a gramaticalização

Por uma perspectiva funcionalista, é possível reconhecer que a análise de elementos linguísticos deve levar em consideração que suas funcionalidades emergem do discurso a partir de necessidades pragmático-discursivas e não apenas de princípios formais. Isso mostra que critérios formais são importantes, mas sem desconsiderar que a língua muda e essa mudança muitas vezes é fruto de aspectos discursivos como ocorre no uso dos conectivos. Os princípios do Funcionalismo revelam que a gramática deve ser vista como uma estrutura maleável e a *gramaticalização* é um elemento teórico que ratifica isso.

Henriques (2011a, p.4) afirma que, em relação às manifestações discursivas, as estruturas da língua se constituem nos discursos, mas que também a estrutura influencia nas realizações discursivas:

(...)A razão é um pouco inspirada nas palavras de Hopper (1987, 142), já que a estrutura ou a regularidade de uma língua surge do discurso e é configurada pelo discurso, mas o discurso também é configurado pela estrutura ou regularidade da língua. Não se há de entender então a gramática como um pré-requisito do discurso, um bem anterior que se atribui de forma idêntica tanto ao falante quanto ao seu interlocutor. As formas linguísticas que estruturam o discurso não são padrões fixos, são componentes negociáveis na interação emissor/receptor a partir de escolhas que refletem as experiências vividas pelos falantes com essas formas linguísticas.

Essa conexão entre *forma* e *função* são elementos que realmente precisam ser analisados em consonância e não de forma isolada, já que revelam uma análise funcional sem desconsiderar o sistema da língua. Pensar nos aspectos discursivos é pensar que eles se materializam na língua, e, portanto, os aspectos formais e funcionais se imbricam nas realizações textuais, uma vez que escolhas sintáticas e lexicais servem a propósitos discursivos.

Os estudos sobre *gramaticalização* são vastos e podem referir-se a naturezas distintas. A linguística sistêmico-funcional criada por Halliday e seguida por outros teóricos contribuiu muito para um estudo baseado no uso e nas funções modificáveis por conta das pressões discursivas e, dessa forma, conseguiremos compreender por que certos conectores ainda guardam funções adverbiais, ou seja, ainda não estão plenamente gramaticalizados, por exemplo, dentre outros aspectos relevantes nesses estudos.

Certamente para quem estuda os aspectos da língua sob essa ótica está disposto a reconhecer que o sistema está em constante mudança e que as alterações caminham para que certos *itens lexicais* passem a funcionar como *itens gramaticais*. Isso quer dizer que tais itens passam a assumir funções prototípicas “cujas propriedades cuidam de organizar, no discurso, os elementos de conteúdo, por ligarem palavras, orações e partes do texto, marcando estratégias interativas na codificação de noções como tempo, aspecto, modo, modalidade etc “ (GONÇALVES ET AL. 2007, p.17). Por essas propriedades, o estudo sobre os conectivos neste presente trabalho visa analisar como certos itens lexicais, partindo de uma avaliação pancrônica (porque ocorre tanto na história da língua como nos dias atuais também), passaram/passam a funcionar no português contemporâneo como elementos de ligação no discurso e com certos valores.

Para os linguistas que trabalham com *gramaticalização*, uma definição bem clara para classificar o fenômeno está no livro *Introdução à Gramaticalização* (GONÇALVES; LIMA-HERNANDES; CASSEB-GALVÃO, 2007, p.17):

Com o objetivo de tornar a exposição didática, é suficiente, por ora, entender a gramaticalização como as alterações de propriedades sintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas de uma unidade linguística que promovem a alteração de seu estatuto categorial.

Essa noção comporta a ideia de que uma palavra autônoma na língua (pertencente à categoria dos *nomes*, *verbos*...) pode passar a funcionar como elemento gramatical (preposições, conjunções...). Ou mesmo um elemento já gramatical passa a ser mais gramaticalizado ainda, decodificável em seu conteúdo semântico apenas por uma perspectiva textual.

De acordo com a postura funcionalista de Halliday, o sistema é constituído

como *escolha*, ou seja, as estruturas linguísticas representam as escolhas promovidas pelos indivíduos. Isso é uma forma interessante de pensar a língua e sua utilização, porque as materialidades discursivas variarão porque os indivíduos sentiram necessidade de alterá-las por conta justamente de suas escolhas.

Dessa maneira, para a postura funcionalista, a noção de paradigma é importante para analisar os fatos da língua, pois reflete essa noção de *escolha*.

Nessa formulação de caráter mais restrito, a gramaticalização poderia, então, ser definida como um processo por meio do qual alguns elementos de conteúdo lexical se desenvolvem, no decorrer do tempo, e se tornam elementos gramaticais e, se gramaticais, passam a mais gramaticais ainda, apresentando-se mais previsíveis no que se diz respeito a seu uso” (GONÇALVES; LIMA-HERNANDES; CASSEB-GALVÃO, 2007, p..22)

A partir dessa abordagem é possível reconhecer que essas modificações funcionais revelam que a língua está em constante alteração. O estudo da *gramaticalização* perpassa princípios teóricos importantes nessa passagem de uma função a outra. Os dois principais mecanismos defendidos por vários teóricos são: a *metáfora* (transferência de sentido) e a *metonímia* (reinterpretação induzida contextualmente). Muitos conectivos podem ser avaliados pelo princípio da *gramaticalização* e, assim, isso se configura como um valioso instrumento de análise sintático-semântica nos textos abordados nesse trabalho a fim de compreendermos melhor por uma ótica panocrônica como seus usos são significativos nos mais variados discursos.

Entender os percursos semânticos e as flutuações nos contextos de uso é possível também por conta do estudo da *gramaticalização* das conjunções. Não só os estudiosos do Funcionalismo em si tiveram interesse em pesquisar o percurso das conjunções. Said Ali (2001, p. 166, §1098-1100), por exemplo, comenta que a maioria das conjunções da língua portuguesa é oriunda dos advérbios latinos:

Obscura é a origem de certas conjunções latinas; porém, a julgar por aquelas cujo histórico se conhece, a linguagem não teria criado vocábulos especiais para constituir a nova categoria. Serviram a este fim advérbios que, de modestos determinantes de um conceito único, se usaram como determinantes de toda uma sentença.

Da respeitável série de conjunções que faziam parte do idioma latino muito poucas passaram às línguas românicas. Em português existem *e* (*et*), *ou* (*aut*), *nem* (*nec*), *quando*, *se* (*si*), *como* (tem o sentido de *quomodo* e de *quomodo*, posto que pelas leis da fonética só se filie ao segundo desses vocábulos) e *que*, usada no latim vulgar. A substituição de *sed*, *autem*, por *mais* (depois *mas*), do advérbio *ma(g)is*, data do período pré-lusitano. (...)

A falta das demais partículas suprim-se nas criações novas, isto é,

advérbios, que se adaptaram ao papel de conjunção, assim como amplo emprego de *que*, simples ou combinado com preposições e com advérbios ou locuções de caráter adverbial (...)

Othon Moacir Garcia (2001, p. 43) também evidencia tal comentário aludindo a essa origem adverbial:

As adversativas (mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto) marcam oposição (às vezes com um matiz semântico de restrição ou de ressalva). Por serem etimologicamente advérbios - Traço muito esmaecido em *mas* e *porém* mas ainda vivo nas restantes -, as adversativas, como também as explicativas e as conclusivas, são menos gramaticalizadas, quer dizer menos despojadas de teor semântico, do que *e*, *nem* e *ou*. Sua função de conjunção é, aliás, fato relativamente recente na língua, fato de ocorrência posterior ao século XVIII. Ainda hoje, os dicionários registram *entretanto*, (*no*) *entanto* e *todavia* como advérbios, embora lhes anotem igualmente a função de conjunções. (...)

Tais informações tornam-se importantes para que possamos compreender a flutuação posicional de certas conjunções que ainda não se gramaticalizaram, ou seja, não passaram a ter funções apenas textuais. Como um dos percursos da *gramaticalização* seria quando um termo passa de um [item lexical] > [item gramatical], ou seja, de um item lexical para um item gramatical, com valor aplicável apenas contextualmente.

Por isso, tenta-se comprovar que diversos elementos gramaticais passam a funcionar como conectivos em um percurso para se tornarem conjunção ou locução conjuntiva: uns com maior mobilidade sintática e outros já com menor possibilidade de flutuação nos discursos em que estão inseridos. Não quer dizer que somente as conjunções / locuções conjuntivas são conectores na língua, mas é verdade que esses elementos gramaticais são os que detêm essas funcionalidades coesiva e semântica como caracteres principais. É claro que poderão funcionar como conectivos *advérbios* e *locuções adverbiais* com função coesiva, além de *preposições* ou *locuções prepositivas* também com essa funcionalidade.

Conjunções, já plenamente gramaticalizadas, teriam normalmente posição mais fixa nos discursos, diferentemente das *conjunções-advérbios* (HENRIQUES, 2011b, p.105) que possuem maior flutuação, porque esse deslocamento é respaldado pela funcionalidade dos advérbios, sua principal origem: “A diferença entre as ‘conjunções-conjunções’ e as ‘conjunções-advérbios’ reside na

possibilidade que algumas têm de serem deslocadas na sua oração.”

Mesmo com essas perspectivas adotadas, não há garantia de certeza na classificação das conjunções propriamente ditas, entretanto certamente de um fator não se tem dúvida: funcionam como *conectivos* – encadeadores de sentenças de maior ou menor extensão – assim como alguns conectores que podem promover ligações coesivas e denotarem sentidos (valores) que vão além do lógico-semântico, mas que servem a propósitos discursivo-argumentativos, proposta maior deste trabalho.

Dentre os aspectos teóricos da *gramaticalização* que merecem relevo e que respaldam o aspecto semântico que se modifica com o tempo e com o uso está o aspecto metonímico. Essa fundamentação teórica de contiguidade possibilita reconhecer como as conjunções alteraram seu percurso semântico e agregaram outras funcionalidades. Por isso em “Introdução à *Gramaticalização*” (GONÇALVES; LINS–HERNANDES, CASSEB–GALVÃO, 2007, p. 93) afirma-se que:

(...) Há um consenso de que as alterações no significado são conduzidas por dois mecanismos complementares. Um deles é a metáfora, de natureza cognitiva, que consiste na projeção, em passos discretos, de significados de um domínio cognitivo mais concreto para um mais abstrato, e o outro é a metonímia, de natureza pragmática, que consiste na transição gradual e contínua de um significado a outro, por meio da reinterpretação contextual.

Adotaremos também neste trabalho a nomenclatura “elementos conectores / expressões conectoras”, isso abarcará uma quantidade considerável de elementos e expressões que possuem essa função coesiva e que servem a propósitos argumentativos. Isso é claro sem deixar de mencionar que esses elementos ou expressões são conectivos (definição tradicional) e que comportam, conforme já dissemos, certas classes de palavras: conjunções / locuções conjuntivas, preposições / locuções prepositivas e advérbios / locuções adverbiais. Assim, gramaticalizados ou não em conjunções serão reveladores de sentido e dependendo de suas características sintáticas exercerão funcionalidades importantes nos textos analisados.

1.3 Gramaticalização, etimologia e funcionalidade dos conectivos

Como neste trabalho, ao avaliarmos os textos argumentativos, dividiremos as análises em aspectos semânticos baseados em eixos *causativo-consecutivo*, *condicional* e *opositivo*, nossa proposta será avaliar alguns elementos conectores / expressões conectoras representativos e sua gramaticalidade. Pensaremos nos fenômenos que caracterizam a *gramaticalização*, mas daremos um enfoque maior ao critério semântico, além de falarmos também sobre a etimologia de certos elementos conectores.

Dentre os textos científicos pesquisados para explorar as funcionalidades gramaticais dos conectores, iremos nos deter nas análises de alguns pesquisadores que fizeram diversas considerações importantes com o objetivo de analisar o percurso histórico, bem como as comparações com o português contemporâneo. Said Ali, Martelotta, Ismael de Lima Coutinho, Therezinha Barreto são alguns dos autores estudados, além do dicionário Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001), cujos embasamentos solidificam as análises deste trabalho.

Ao pensarmos em *gramaticalização*, invariavelmente pensamos em uma perspectiva *pancrônica*, ou seja, aquela que dá conta das explicações sobre a evolução da língua por uma visão diacrônica em confronto com os usos atuais (sincrônicos). A comparação tentará dar conta de uma abordagem mais complexa para podermos reconhecer as peculiaridades sintáticas e principalmente semânticas. Iremos nos valer desses conhecimentos pancrônicos em seus usos para analisar textos argumentativos contemporâneos que é a proposta de análise de *corpus* deste trabalho. Isso é respaldado pela visão de Martelotta (VOTRE; CEZÁRIO; MARTELOTTA; org, 2004, p.83) que vê na *gramaticalização* uma forma de direcionamento para a possível transformação em operador argumentativo: “...consideramos, em termos prototípicos, que *gramaticalização* leva o item a funcionar como operador argumentativo, assumindo funções referentes à organização interna do texto.” Essa designação, operadores argumentativos, foi criada por Oswald Ducrot (1972, 1987), criador da Semântica Argumentativa, para mostrar como certos elementos do discurso podem revelar *força argumentativa*.

Koch (2002, p.102-103) descreve a funcionalidade de termos que podem operar argumentativamente em um texto:

Ora, existe na gramática de cada língua uma série de morfemas responsáveis exatamente por esse tipo de relação que funciona como **operadores argumentativos ou discursivos**. É importante salientar que se trata, em alguns casos, de morfemas que a gramática tradicional considera como elementos meramente relacionais – **conectivos**, como **mas, porém, embora, já que, pois** etc., e, em outros, justamente de vocábulos que, segundo a N.G.B., não se enquadram em nenhuma das dez classes gramaticais. Rocha Lima chama-as de **palavras denotativas** e Bechara de **denotadores de inclusão** (até, mesmo, também, inclusive); de **exclusão** (só, somente, apenas, senão etc); de **retificação** (aliás, ou melhor, isto é); de **situação** (afinal, então etc)...

É importante deixar claro que falaremos aqui desses *operadores* a partir de *elementos conectores* sem propriamente analisarmos somente as conjunções/locuções conjuntivas (itens prototípicos que desempenham essa função), mas também advérbios/locuções adverbiais e preposições/locuções prepositivas com clara função argumentativa. Martelotta (2004, p.84) atenta para a natureza dos operadores argumentativos:

Aproveitando a natureza sintática do conceito de operador em linguística (Dubois et alii:1993), propomos que operadores argumentativos são elementos mais voltados para a organização textual. Seus usos apresentam maior regularidade, na medida em que seu ponto de partida, na grande maioria dos casos, se identifica com advérbios, que vão passando sucessivamente a apresentar novas funções de caráter gramatical. Essas novas funções gramaticais tendem a identificar partes do discurso já mencionadas (anafóricos) ou por mencionar (catafóricos) ou a ligar partes do discurso, atribuindo-lhes uma relação argumentativa (conjunções). (...)

Como já havíamos discutido, raras são as conjunções em Português que foram oriundas das conjunções latinas. Ismael de Lima Coutinho (1970, p.269) também aborda esse assunto:

Ao contrário das preposições, poucas foram as conjunções que o português herdou do latim. Para suprir tal deficiência, recorreu a língua às outras classes de palavras, sobretudo aos advérbios e às preposições, dando-lhes função conjuncional: todavia, também, para que, depois que, etc.

Essa avaliação feita por Coutinho em sua *Gramática Histórica* mostra como a língua modifica-se e, por necessidades de uso, outros termos gramaticalizaram-se em conjunções / locuções conjuntivas. Veremos em outra oportunidade que muitos ainda não estão plenamente gramaticalizados, mas funcionam como elementos conectores.

Alguns fatores que explicam o fenômeno de *gramaticalização* merecem explicação:

1- A *recategorização* consiste na passagem de um item lexical para um item cada vez mais gramatical (ou seja, mais textual) como, por exemplo, na disposição abaixo:

Nome > advérbio > conjunção

2- A *semanticização* consiste na mudança de conteúdo semântico. Segundo alguns teóricos, a *semanticização* pode ser feita por *metáfora* (de algo normalmente mais concreto para algo mais abstrato) como no esquema: Lugar > tempo > conclusão; ou por *metonímia* (uma entidade que substitui outra). (GONÇALVES; LINS-HERNANDES, CASSEB-GALVÃO; org; 2007, p. 46)

3- *Sintaticização* – representa uma reanálise de estrutura com reinterpretação de elementos como, por exemplo, a abordagem feita por Therezinha Barreto (1999): Expressão **por + que** (prep. + pron. relativo) reanalisada como **porque** (conjunção)

É nessa esteira de análises que os eixos semânticos possuem conectores mais utilizados e que merecem destaque em nossas abordagens. Será evidente que nos deteremos principalmente nas conjunções/locuções conjuntivas, sem, no entanto, deixar de lado algumas locuções adverbiais que funcionam como operadores argumentativos, bem como as prepositivas / locuções prepositivas com o mesmo efeito. Ainda que as preposições em língua portuguesa sejam normalmente oriundas do latim e sua *gramaticalização* do ponto de vista etimológico dispense maiores comentários, falaremos de algumas para ilustrar suas funcionalidades discursivas como conectores e operadores argumentativos. Isso também vale para alguns advérbios / locuções adverbiais que mantiverem analogia com o latim. Interessa-nos aqui levantar não só os aspectos de termos que passaram por *gramaticalização*, fator esse que promoveu alterações ao longo do seu processo evolutivo, mas também as funcionalidades dos conectores, pois isso ajudará a reconhecermos as análises semânticas que nos propusermos a fazer nos textos argumentativos neste trabalho, além de nos posicionarmos sobre a natureza

classificatória dos elementos conectores aqui abordados, isto é, se já são conjunções / locuções conjuntivas ou estão ainda em processo de *gramaticalização*.

Além dos processos que correspondem à *gramaticalização*, também vamos nos ater à *etimologia* de certos conectores com a intenção de mostrar seus valores da história da língua e, assim, reconheceremos se mantêm seus sentidos no Português contemporâneo.

É importante falar de antemão que os conectores selecionados para descrição são apenas alguns dos que serão analisados ao longo de nosso trabalho. Eles foram escolhidos para serem descritos nesta parte do trabalho porque são muito frequentes nas listas dos especialistas que se debruçam sobre o estudo dos elementos conectores, ou porque não costumam ser analisados como tal, mas representam essa funcionalidade textual e, portanto, merecem destaque. Isso quer dizer que podemos descrever alguns conectores aqui nesta etapa, mas não obrigatoriamente encontrá-los no *corpus* escolhido, embora a maioria descrita esteja materializada textualmente nos exemplos abordados ao longo da tese. Esperamos que essas descrições possam explicar como os elementos conectores são constituídos em seus mais variados sentidos, fator que auxiliará a análise dos textos. Outro aspecto também a ser considerado é que a análise desses elementos, seja pelo princípio da gramaticalização, seja por seu parâmetro etimológico, representará uma discussão inicial sobre suas funcionalidades, devendo ser ampliada ao longo deste trabalho.

A) EIXO CAUSATIVO-CONSECUTIVO:

Começemos nossa análise com o eixo *causativo-consecutivo*. É importante frisar que abordaremos elementos conectores que participam da relação de *causalidade* além dos prototípicos conectores de causa e consequência (*porque, já que, pois, que...*). Por essa perspectiva, exemplificaremos a funcionalidade de termo com valor conclusivo, final e temporal (*portanto, por isso, a fim de (que) / para (que), quando...*) que também participam dessa relação.

1- Porque / Por

O Conector *porque* pode funcionar como *causal* ou como *explicativo*, sabendo que com o segundo valor pode representar uma relação de consequência. Esse elemento de conexão possui a seguinte evolução: preposição POR + QUE . Isso revela que é formado por um processo de composição e que sofreu *reanálise* do uso de preposição POR com o relativo QUE, o que resultou na conjunção PORQUE. Segundo Barreto (1999), essa conjunção ocorre no português desde o século XIII e inicialmente possuía muito mais um valor de *por que (motivo), pelo qual/pela qual*.

Barreto (1999) ainda afirma que:

Na realidade as conjunções de subordinação são consideradas advérbios de diversos tipos (**já, quando, como, ainda**, etc) ou pronomes relativos, (**que**, principalmente) combinados ou não com uma preposição ou um advérbio (**porque, para que, assim que**, etc).

Isso quer dizer que tanto a conjunção *porque* como outras podem ser formadas por preposição ou advérbio mais o conector *que* formando uma composição reanalisada em conjunção ou locução conjuntiva.

É importante chamar a atenção para a própria preposição POR, que pode revelar valor causal e iniciar adjunto adverbial simples ou oracional (oração subordinada adverbial reduzida de infinitivo) com esse valor semântico.

2- Assim (que)

O termo *assim* pode funcionar como operador argumentativo e também como elemento conector. O dicionário Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001) mostra como sua classificação como conjunção conclusiva é um emprego comum na língua portuguesa:

conjunção (1273)
5 conjunção conclusiva
 deste modo, portanto, assim sendo
 Ex.: você não pode engordar, a. não deve comer demais

A junção de sua forma adverbial com a conjunção *que* formou a locução conjuntiva *assim que*, normalmente de valor temporal, mas que pode fazer parte do eixo *causativo-consecutivo*. Sobre a evolução etimológica de *assim*, o dicionário em questão a descreve da seguinte forma:

lat. *ad* (prep.) 'direção, movimento, aproximação etc.' + *síc* (adv.) 'assim, deste modo', através da f. arcaica *assi*; f.1192 *adsi* adv., 1273 *assj como*, sXIII *asi*, sXIII *asse*, sXIII *ssi*, sXV *assim* adv. e conj.

3- Já que

A locução conjuntiva *já que*, utilizada em Português padrão escrito, foi formada, segundo Barreto (1999), em sua tese de Doutorado, da seguinte forma:

A forma **já** ~ **ya** provém do advérbio latino **jam** 'agora', 'já', 'breve' que funcionava também como conjunção coordenativa aditiva, com o valor de 'a mais'.

A passagem do advérbio **jam** à conjunção **já que** explica-se, mais uma vez, por um processo de reanálise ou reinterpretação em que o advérbio se desloca de uma sentença para a outra, dando origem a uma sintaticização e, conseqüentemente, a uma semanticização.

Assim, o advérbio **já**, inicialmente membro de uma sentença, seguido da conjunção **que**, causal, que inicia a sentença seguinte, passa a ser interpretado como elemento constituinte da sentença subordinada...

Esse processo de *gramaticalização* revela que o teor de temporalidade pertencente ao advérbio *já*, perde-se ao formar a locução conjuntiva. No editorial de *Veja* "Uma falsa solução para um problema real" (que será mais bem abordado ainda neste trabalho), discute-se e critica-se o sistema de cotas nas universidades, o segmento abaixo mostra a *causa* iniciada pela locução em questão:

Ao decidir que uma em cada duas vagas será preenchida por critérios indiferentes ao mérito, o governo incorre em pelo menos dois riscos. O primeiro é comprometer a excelência do ensino e da pesquisa – **já que**, por definição, os cotistas são estudantes mais mal preparados do que os não cotistas.

Por isso, ao avaliar esse processo de *gramaticalização*, a pesquisadora diz:

Ao associar-se à conjunção **que**, com valor semântico causal, o advérbio **já** perde a sua carga semântica de origem, assimila, por um processo metonímico, o valor causal da conjunção e, juntamente com ela, passa a expressar a relação de causa.

Essa *semanticização* de valor fica evidente no Português contemporâneo e prova também que a locução conjuntiva está mais gramaticalizada que outras, porque possui menos mobilidade sintática. Normalmente sua posição fica mais fixa à direita da frase. Esse fato é mais comum no que se refere aos conectores causais. Diferentemente ocorre com vários adversativos ou conclusivos, por exemplo, cuja

mobilidade sintática é bem mais visível.

4- Pois

Segundo o Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001), a origem desse termo é controversa:

orig.contrv.; do lat. *post* 'atrás, após, em seguida', segundo JM, Nascentes e AGC, embora esses autores ressaltem que o *-i-* seja de difícil explicação; AGC ainda acrescenta a possibilidade de ser der. do lat. **posti*, de *postius*, simplificação de *postèa* 'depois, em seguida'; cp. *após* e *depois*; f.hist. sXIII *pois*, sXIII *poys*

Percebemos que o AGC (Dicionário Etimológico do Português Medieval de Antônio G. da Cunha) ainda vai além em sua análise etimológica, mas partilha com outras referências etimológicas os valores semânticos. No português contemporâneo, como conjunção, assume normalmente funcionalidade de coordenativa explicativa ou conclusiva e subordinativa causal.

5- Que

A conjunção *que* possui diversas funcionalidades e, com isso, sua maleabilidade semântica certamente acompanha os diferentes empregos. Pode ser classificada como coordenada explicativa, conjunção integrante (reveladora de sentido afirmativo) e também como subordinada adverbial (consecutiva, comparativa). Gramaticalizada, só ocorre à direita nos discursos, não podendo assim, como conjunção, ser iniciadora de frase. É a base para a existência do que chamamos de locução conjuntiva, que recebe tal classificação porque possui, em sua forma linguística, a presença da conjunção *que*. O dicionário Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001) aborda a evolução desse conector chamando a atenção justamente para o processo de gramaticalização:

lat. *quid*, neutro sing. do pron. interrogativo *quis, quae, quid*; as conjunções latinas praticamente não entraram no português, no âmbito das subordinativas; o *que*, pron.rel., dado seu papel de conectivo subordinativo em orações adjetivas, foi pouco a pouco estendendo esta propriedade conectiva às demais orações subordinadas, quer às substantivas como conj. integrante, quer às adverbiais; no caso destas, ger. ocorre em loc. do tipo

logo que, posto que, sempre que etc

6- Visto que

Locução conjuntiva de base causal. Junção da preposição acidental *visto* (com valor causal e descrita no dicionário Houaiss) + conjunção *que*.

Seu percurso etimológico e algumas de suas funcionalidades são justamente descritas pelo dicionário:

Preposição:

7 por causa de, em razão de

Ex.: engordou demais, v. não ter seguido a dieta prescrita

Locuções:

v. que

dado que, já que, uma vez que, porquanto

Ex.: <v. que ele está doente, não irá à festa> <não comprou a casa, v. que não tinha dinheiro suficiente>

Etimologia:

part.pas. do lat. *videre* 'ver': a f. *visto* pressupõe **visitu* (de *visere* 'ver, examinar, contemplar'), o qual substituiu *visu* (de *videre* 'ver'); ver *vid-*; f.hist. sXIII *uistos*, 1365 *visto*, sXIV *viso*, sXV *vysto*
 HOUAISS (versão eletrônica 1.0, 2001)

7- Logo

O conector *logo* pode ser classificado no eixo *causativo-consecutivo*, pois com o valor semântico de conclusão ele se circunscreve na categoria de consequência.

A origem é do termo latino *locus* com sentido espacial que passa para o valor temporal no processo espaço > tempo > texto. O percurso provém do substantivo (dado espacial) que deriva para o advérbio (dado temporal) e acaba por designar o valor conclusivo / consecutivo da conjunção (dado textual). Percebe-se hoje, então, uma funcionalidade textual como conector, embora ainda exista o advérbio com seu respectivo valor temporal. Na função textual ele se presta a uma menor mobilidade sintática e, por isso, pode ser avaliado pelo prisma “elemento conector”, em nosso caso como operador argumentativo.

Quanto aos valores conclusão/consequência, Othon M. Garcia (2001, p.44) já havia atentado para o fato:

As conclusivas (*logo*, *pois*, *portanto*) entrosam orações de tal modo que aquilo que se afirma na segunda é consequência ou conclusão (resultado, efeito) do que se trata na primeira: “Penso, logo existo”. “Ouviste a advertência; trata, portanto (ou pois), de acautelar-te” (...)

No que se diz respeito à mobilidade sintática nas funções existentes no português contemporâneo, podemos notar as diferenças nos exemplos abaixo:

- Produza logo a atividade. (advérbio)
- Logo, logo ela chegará. (advérbio)
- Ela chegará logo. (advérbio)
- Batalhou bastante, logo obteve êxito. (conjunção)

Não é demais lembrar que o termo *logo* em português associou-se à conjunção *que* de valor temporal formando a locução conjuntiva *logo que*, essa também com menor mobilidade sintática, gramaticalizada que está na função textual como locução conjuntiva. Barreto (1999) comenta esse processo evolutivo, fazendo menção à categoria semântica:

De acordo com a proposta de Heine *et alli* (1991), as formas associam-se a novos significados, progressivamente mais abstratos, partindo da noção de espaço, podendo ou não passar pela noção de tempo e desembocando na categoria mais abstrata de texto, conforme o esquema seguinte, como já foi visto anteriormente:

ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO

O percurso empreendido pelo substantivo latino **locu-**, até chegar à conjunção temporal **logo que** mostra, claramente, a passagem da noção de espaço à de tempo.

Quanto à conjunção conclusiva **logo**, pode-se admitir ser também fruto da reanálise de sentenças, contendo o advérbio em posição inicial. A conjunção conclusiva, embora mais esvaziada do sentido temporal, conserva, mesmo estabelecendo uma relação de conclusão, resquícios da noção de tempo (...)

8- Portanto

Segundo o Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001), o conector conclusivo *portanto* (valor de consequência) possui a seguinte fonte etimológica: "prep. *por* + adj. *tanto*; f.hist. sXIV *portanto*, sXIV *portãto*, sXV *por tanto*". Por sua formação, podemos analisar que a *gramaticalização* com valor conclusivo fez-se por uma *semanticização*, ou seja, uma reinterpretação dos elementos que compõem o conector, fruto da preposição *por* (lat. tar. *por* < prep. lat. *pro* <*p. fora*>) associada ao

pronome *tanto* (lat. *tántus,a,um* 'tão grande', us. tb. com o sentido de 'tão numeroso').

Barreto (1999), especialista no estudo da *gramaticalização* de conjunções, novamente faz considerações importantes sobre o assunto:

É interessante observar que **portanto** e **porquanto**, constituídos da associação da preposição **por** com pronomes indefinidos que possuíam, inicialmente, o mesmo conteúdo semântico 'por isso', experimentaram processos de sintaticização diversos, passando a expressar, respectivamente, relações de conclusão e de causa e a terem comportamentos sintáticos distintos.

Enquanto **portanto**, como um conector conclusivo, só pode preceder a oração consequente, não permitindo qualquer inversão das orações do período, **porquanto**, como conector causal, permite a inversão do período e pode ocupar a posição inicial.

9- Por isso

Classifica-se tradicionalmente *por isso* como conjunção de valor conclusivo em nossa língua. Entretanto precisamos repensar tal classificação por constituir-se de forma locucional, sem propriamente ser locução conjuntiva, que normalmente no português contemporâneo se materializa com a presença da conjunção *que* no término de locuções dessa natureza.

Como é formada da união entre preposição POR com pronome ISSO e possui considerável flexibilidade sintática, poderíamos considerá-la como uma locução adverbial de função conectora. Não deixaríamos de perceber seu emprego textual como conector, mas por seu caráter locucional, estamos repensando sua classificação gramatical.

10- Para (que)

Os elementos gramaticais que compõem o valor de finalidade circunscrevem-se na relação de causa-efeito, porque o valor "final" se refere a uma consequência (efeito) pretendida. O princípio de *gramaticalização* explica que o uso de certos termos em determinados contextos podem mudar sua funcionalidade. Com o uso da locução conjuntiva *para que* não foi diferente, pois, conforme explica Said Ali (2001, p.167, §1106), como muitas orações eram iniciadas por preposição, não demorou para elas virem associadas à conjunção *que*, formando assim locução conjuntiva.

Se equivalia a substantivo, a oração subordinada podia, como o nome propriamente dito ser regida de preposição. Isto se verifica quanto a *de*, a *a*, a *com*, que regem a oração inteira. Nas mesmas condições se acharam a princípio *por e pera* (*para*); não tardaram porém a combinar-se com que nascendo desta união conjunções de causa e fim.

Não podemos deixar de notar que a preposição PARA carrega o valor de finalidade em alguns contextos, daí a noção de finalidade em orações reduzidas de infinitivo, ressaltando a importância do reconhecimento do valor desse operador argumentativo.

11- A fim de / a fim de que

A locução prepositiva *a fim de* (preposição+ substantivo+ preposição) e a locução conjuntiva *a fim de que* (preposição + substantivo + preposição + conjunção), ambas com valor de finalidade são muito utilizadas no português padrão. Sua gramaticalização possibilita visualizar que evoluiu de um termo *mais concreto* (categoria dos nomes) para um termo *menos concreto* (categoria dos conectores), ou seja, de um *aspecto menos gramatical* para um *mais gramatical*.

Novamente, como locução prepositiva ou como locução conjuntiva, sua funcionalidade como operador argumentativo é o que importa para reconhecermos seu uso como uma expressão conectora importante nos textos.

12- De modo que

Outra locução conjuntiva de importância no português contemporâneo. Formada a partir de um princípio formador de gramaticalização em que muitas locuções dessa natureza foram formadas de *prep. + nome. + conj.* Diversas outras seguem o mesmo processo formador: à medida que, à proporção que, de forma que, de maneira que, de sorte que...

Em nossa análise de corpus discutiremos a presença da locução conjuntiva *de modo que* circunscrita com valor de finalidade, portanto estabelecida no eixo *causativo-consecutivo*, demonstrando o *efeito pretendido* no enunciado.

Azeredo (2011, p.309) já havia descrito tal locução com valor de conclusão, portanto também com valor de efeito, só que com verbo no indicativo:

De modo que, de sorte que, de maneira que, daí que

Estes conectivos são de coordenação, quando, anunciado um efeito ou conclusão do fato anterior, introduzem uma oração com verbo no modo indicativo. (...)

Entretanto, reconhecemos também que seu uso com verbo no subjuntivo pode abarcar outro valor, notadamente de finalidade. Em um critério de uso legitimado com esse sentido justamente com o modo verbal em questão. Em nossa análise de *corpus* avaliaremos justamente esse valor funcional.

Os exemplos abaixo evidenciam essa diferença:

- A prefeitura daquele município não realizou as obras necessárias, **de modo que** as enchentes destruíram tudo pela frente.
- A prefeitura daquele município precisa fazer as obras necessárias, **de modo que** as enchentes não destruam tudo pela frente.

13- Quando

Tal conjunção merece relevo porque, embora seja a prototípica conjunção temporal, também pode ser circunscrita em outros processos operacionais com semânticas de outras naturezas. É comum, inclusive, que seja pertencente à perspectiva de causalidade, pois, pautada em uma noção de tempo, também pode relevar a noção de causa.

O dicionário Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001) fala de sua fonte etimológica: “lat. *quando* adv. 'em que tempo, quando'; conj. 'visto que, já que'; f.hist. 1114 *quando*, sXIII *quando* conj., sXIV *cãdo*, sXIV *coamdo* adv.” Percebe-se que por analogia às locuções conjuntivas *visto que* / *já que* não há nenhum estranhamento em analisá-la no eixo *causativo-consecutivo*.

Em frase como “**Quando** o governo brasileiro se propuser a investir mais em educação, certamente melhoraremos em tecnologia.” é possível perceber que a noção temporal inerente à conjunção *quando*, na verdade, revela outro sentido frasal onde o investimento é a causa (com base hipotética) e a melhora da tecnologia é o efeito. Por conta dessa noção de hipótese, é possível analisar tal conector como

condicional, mas isso não apaga a noção de *causalidade*.

14- Enquanto

Conjunção que pode assumir valores diversos nos mais variados contextos: tempo, proporção, conformidade. Uma vez que está instituída na relação de tempo, também pode estar contida na relação de causalidade. Segundo o dicionário Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001), sua etimologia se configura da seguinte forma: “comp. da prep. *em* + pron. *quanto*, do lat. *quantus, a, um* 'quão grande, quão numeroso'; ver *quant-*“

Sua forma composicional é, portanto: preposição + pronome e dessa relação justaposta, gramaticalizou-se por *recategorização*: Preposição + pronome > conjunção

15- Então

Conector que funciona como operador argumentativo. Sua formação histórica, segundo o dicionário Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001) constitui-se de: “comp. da prep. lat. *in* + adv. *tunc* 'naquele momento, então'; f.hist. sXIII *entom*, sXV *então*”

Sua funcionalidade textual permite reconhecer que é um advérbio discursivo que possui equivalência semântica com conjunção conclusiva, ou seja, pode funcionar como um conector, mas que não está ainda plenamente gramaticalizado como conjunção, principalmente por não guardar posição fixa na frase¹.

16 - Com

A preposição *com* é bastante produtiva na língua portuguesa e possui diversas empregabilidades semânticas. O dicionário Houaiss atenta para essas múltiplas funcionalidades:

a) como conectivo principal, na formação de sintagmas prepositivos, pode ser empr.: com valor de *entre* ou *para* (*ganhou fama c. os nordestinos; simpático*)

¹ A pesquisadora Erotilde G. Pezatti discutiu no artigo “O advérbio *então* já se gramaticalizou como conjunção?” (2001) o fato de tal conector possuir equivalência com a conjunção conclusiva prototípica *logo*, mas ainda não ter completado seu processo de gramaticalização.

c. os irmãos); **b)** como conectivo secundário, pode reger o substantivo principal da expressão (*caridoso para c. os pobres*); **c)** empr. em lugar do artigo (*cumprir c. suas obrigações*); **d)** empr. com certos verbos, pode acrescentar-lhes matizes de sentido, p.ex., *ter alguém c. ele* (estar acompanhado por alguém, ter o apoio de alguém); *estar c. alguém* (estar acompanhado de alguém, estar vivendo em concubinato com alguém, ser apoiante de alguém, simpatizar com ele); **e)** com valor adverbial, pode ser omitido: *ao saberem das notícias, vieram a correr, (com) o espírito em fogo pela curiosidade*; **f)** agrega-se como prefixo a outro vocábulo e torna visível o processo de gramaticalização na língua quando entra, p.ex., na formação de: *contudo, conquanto*; **g)** aglutina-se tb. com formas dos pronomes pessoais, referentes ao ablativo latino (*comigo, contigo, consigo, conosco, convosco*) Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001)

Em relação às potencialidades semânticas do termo em questão, o que nos chama a atenção é a possibilidade de ele ser empregado também com valor causal. Observemos, por exemplo, esse segmento do editorial “O instinto animal da fuga” (Veja, 12 de dezembro de 2012) em que a causa está evidenciada com a marca gramatical da preposição *com*:

- **Com** tantos incentivos entregues sob medida, a presidente tinha a certeza de que despertaria nos empresários o "instinto animal", expressão do economista J.M.Keynes para definir a vocação de investir. (*grifo nosso*)

17- Enfim

Advérbio discursivo que funciona como um conector que estabelece relação semântica que orienta para uma conclusão, seja parcial ou total em relação a algum argumento dito. Proveniente da formação *em + fim*, é, portanto, um operador argumentativo oriundo da fusão de preposição + substantivo que consolidou o valor de *finalmente / por fim*.

18- Por conseguinte

Expressão conectora que normalmente é classificada por tradição de conjunção conclusiva, mas que merece ter sua classificação repensada. Sua formação é composta de preposição (por) + substantivo (consequente) e por esse motivo pensamos ser melhor classificada como uma locução adverbial discursiva, à semelhança da expressão *por isso*.

O dicionário Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001) assim descreve sua acepção: *por conseguinte* – “locução que anuncia uma consequência (de algo referido anteriormente); portanto, conseqüentemente, logo, assim, por isso.” Como se refere a algo dito anteriormente, possui dupla função coesiva: referencial (faz menção a algo já escrito) e sequencial (encadeia sequencialmente as partes do discurso).

19- Uma vez que

Locução conjuntiva normalmente com valor causal como nos apresenta o dicionário Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001): “uma v. que, dado que, visto que, como, já que. Ex.: uma vez que ele se curou, não precisa mais do médico”

Formada a partir de *determinante* (uma) + *nome* (vez) + *conjunção* (que), ou seja, uma locução conjuntiva de núcleo nominal tem sua análise feita por Barreto (1999) da seguinte forma:

Na conjunção **uma vez que**, o sentido inicial de **uma vez** era, pois, um sentido temporal de ‘certa ocasião’.

Pode-se admitir, assim, ser a conjunção causal **uma vez que** fruto de uma reanálise isto é, da reinterpretação dos itens no período. A expressão **uma vez**, significando ‘certa ocasião’, ao ocupar a posição final numa sentença seguida de outra sentença iniciada pela conjunção causal **que**, foi reinterpretada como constituindo parte do item conjuncional. Nesse caso, **uma vez** perdeu o sentido temporal e assimilou, por um processo metonímico, o conteúdo semântico do **que**, formando com ele um só item conjuncional.

20- Por causa de

Locução prepositiva discursiva que funciona como operador argumentativo tem em sua formação: *preposição* (por) + *nome* (causa) + *preposição* (de). A etimologia do *nome* que compõe essa locução prepositiva colabora para seu sentido. Houaiss a descreve assim:

lat. *causa* ou *caussa*, *ae* 'razão, motivo, origem; jur caso; pretexto; questão, assunto, matéria; nexo, ligação; comissão, incumbência, encargo; vantagem, lucro', por via culta; divg. vulg. *coisa/cousa*; ver ¹*caus*-; f.hist. sXV *caussa*
Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001)

Como o valor se circunscreve com a noção de estabelecer o *motivo* de algo, é

mais uma locução que se estabelece textualmente no eixo causativo-consecutivo.

B) EIXO DE CONDICIONALIDADE:

Já em relação ao aspecto condicionalidade podemos notar que a conjunção *se*, prototípica de condição, merece destaque, além da conjunção *caso* e da locução conjuntiva *desde que*. A preposição SEM também será abordada por poder possuir característica funcional de condição em certos cotextos.

1- Se

O dicionário Houaiss informa que o SE é muito utilizado no português contemporâneo como conjunção condicional e que possui sua etimologia de valor hipotético, não só como condicional, mas também como integrante, aspecto gramatical inerente também no português atual.

lat. conj. sí 'se, na suposição de que; se, já que, visto que; se, quando, todas as vezes que; ainda que, posto que; se, oxalá, quem dera que; se (conj. integrante *Incerta feror si Júpiter velit...* [Não tenho certeza se Júpiter quer...]; apesar de longo em lat. tornou-se -e em port. pela sua condição de monossílabo átono; f.hist. sXIII *se*, sXIII *sse*, sXIII *si*, sXIII *xi*
Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001)

Outro importante ponto a ser observado é o que, em Mateus et al. (2003), se afirma em relação ao uso da conjunção *se* condicional atrelada à conjunção *como* de base comparativa, com relação *comparativo-condicional* (*como se*). São valores independentes, mas que são utilizados em conjunto e encontrados com certa frequência em língua portuguesa e não foi diferente nos textos em nosso *corpus* avaliado.

2- Caso

Segundo Said Ali (2001, p.169, § 1120) a conjunção *caso* (atualmente condicional) é oriunda da locução *caso que*:

A conjunção *caso* (em *caso venha*, *caso chova*, etc) procede da redução de *caso que*, a qual maneira de dizer é por sua vez forma reduzida de *sendo caso que*. Além desse sentido condicional ou hipotético podia, antigamente, *caso que* usar-se com aceção concessiva decorrente do pensamento *posto* (= suposto) *caso que*.

3- Desde que

Junção de preposição + conjunção, a locução conjuntiva *desde que* estabelece relação de sentido contextual normalmente temporal ou condicional. Segundo Barreto (1999), tal locução surge “da associação da forma **des** (aglutinação das preposições latinas **de + ex**) à conjunção **que**.”

O dicionário Houaiss descreve seu processo etimológico da seguinte forma:

lat.vulg., prov. lusitano, formado das prep. *de* e *ex* + prep. *de* 'de dentro de, a partir de, a contar de'; esses diversos sentidos são valores contextuais da prep. *desde*, que, como el. estruturador, precede um determinante (voc., snt., oração) e o relaciona a um determinado (voc., snt., oração), para definir, no espaço ou no tempo, movimento de afastamento de um dado limite, claramente marcado como ponto de partida; essa acp. torna a prep. *desde* correlata intensiva da prep. *de*; historicamente, registra-se, em 919, a f. *des lêt* (< prep. lat. *de + ex*); f.hist. 1188-1230 *desde*, sXIV *desde*.
Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001)

4- Sem

A preposição *sem* também merece destaque por sua função de operador argumentativo seja como valor *condicional* ou até *concessivo*, este, é claro, instaurado no eixo *opositivo*. Nessa aceção o dicionário Houaiss menciona sua etimologia e reconhece suas potencialidades semânticas em estruturas oracionais:

...quando o determinante é uma oração, define noções negativo-modais, condicionais, concessivas; no lat. a prep. *sine* rege abl.; f.hist. sXIII *sen*, sXIV *se*, sXIV *sem*, sXIV *ssem*
Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001)

C) EIXO OPOSITIVO:

Outro eixo importante é o que compreende os valores opositivos: adversativos e concessivos. São diversos conectores com importância de uso. Dentre eles destacaremos o processo evolutivo de *mas*, *porém*, *entretanto*, *todavia* funcionando como adversativos, sem descartar expressões coesivas como por outro lado, no entanto; além dos concessivos *embora*, *mesmo (que)*, *ainda que*, *apesar de (que)*, *por mais que*.

1- Mas

A prototípica conjunção adversativa *mas* é uma das mais estudadas pelos pesquisadores, porque se constitui como uma conjunção de argumentatividade por excelência. Tem posição fixa na frase (à direita) e, por isso, está gramaticalizada como conjunção.

Sobre a origem dessa conjunção, Vogt (1980, p.103) aborda de forma categórica na abertura de seu artigo “De *magis* a *mas*: uma hipótese semântica”:

O objetivo deste trabalho é propor uma explicação semântica para um fato bastante conhecido pelos historiadores das línguas românicas. Trata-se do fato de que, em muitas dessas línguas, a principal conjunção adversativa (port. *mas*, fr. *mais*, ital. *ma*) deriva, não do adversativo latino *sed*, mas do advérbio *magis*, que era um dos meios utilizados para formar o comparativo de superioridade...”

Essa forma é mais um caso do processo evolutivo advérbio > conjunção, entretanto isso não significa que em todos os casos uma forma latina vai passar a adquirir uma nova funcionalidade somente em português por conta da gramaticalização. Vogt (1980, p.104) lembra que já no latim o *mais* passou a ser usado como conjunção, provando que a gramaticalização ocorreu em contextos antes do português:

Sabe-se que no próprio latim já existe um certo número de exemplos do emprego de *magis* como conjunção adversativa. Ora, em todos esses exemplos de *magis* tem uma função retificadora, muito próxima de SN.

Outro fator importante a ser percebido é que a definição semântica de *adversativo* para um conector não dá conta de todos os sentidos possíveis e tal aspecto se evidencia, já que o valor adversativo comporta contraste, compensação,

forte oposição entre outros aspectos que apropriadamente serão discutidos. Isso também prova que a conjunção continua passando por *semanticização*, fenômeno comum no processo de *gramaticalização*.

2- Porém

O advérbio latino *proinde* é o que dá origem ao conector adversativo *porém*. Said Ali (2001, p.143) atenta para a origem desse conector: “Filiado ao advérbio latino *proinde* e respectiva forma abreviada *proin*, usam-se na antiga língua portuguesa *porende* e *porém*, tendo ambos o sentido de ‘por isso’.”

Das duas formas, a menor foi a que se manteve no português contemporâneo. Houve também recategorização e reinterpretação do item que passa a possuir valor adversativo.

Deu o uso geral a preferência ao termo mais curto, de modo que *porende*, cada vez mais raro, acabou por extinguir-se, ficando desconhecido do português moderno. Mas a palavra *porém* não penetrou na linguagem da Renascença sem uma notável transformação semântica. Em vez de significar “por isso”, “por essa razão” passa a dizer o mesmo que “mas”, “apesar disso”, “contudo”. Deixa de expressar a noção de causa determinante de certo ato, para denotar oposição de ideias ou pensamentos. Transmuda-se em conjunção adversativa. (Said Ali, 2001, p.143)

Barreto (1999) discute a formação da palavra *porém* oriunda da preposição *por* (*per*) feita por *reanálise*:

As preposições **per** e **por** deram origem a sete conjunções portuguesas: cinco, pela justaposição a pronomes de diversos tipos: **pero**, **por isso**, **portanto**, **porquanto**, **porque**; uma, pela associação a uma forma verbal: **por conseguinte**; uma pela justaposição a um anafórico arcaico: **porém**.

3- Entretanto

O conector *entretanto* possui um processo evolutivo fruto da preposição *entre* associada ao advérbio latino *tantum* (*tanto*). O dicionário *Houaiss* (versão eletrônica 1.0, 2001) aponta para a natureza adverbial ou substantiva (ambas as formas com noção temporal) desse conector, afirmando que somente no Brasil esse elemento é

usado como conjunção: “apenas no Brasil registra-se o uso do vocábulo como conjunção”.

Barreto (1999) discute a natureza mais adverbial do que conjuncional desse item e de outros adversativos:

Contudo, todavia, entretanto e no entanto têm um comportamento sintático peculiar: podem ocorrer em diversas posições na sentença, o que faz com que Said Ali (1966:223) afirme não serem essas partículas propriamente itens conjuncionais adversativos, uma vez que a sinonímia com **mas** é imperfeita, mas partículas que parecem ocupar uma posição intermediária entre advérbios e conjunções. Isso significa que o processo de gramaticalização dessas formas não se completou e elas não têm o comportamento típico da conjunção adversativa **mas**.

Isso não impede de chamarmos a todos esses itens de elementos conectores com funcionalidade coesiva e que servem de operadores argumentativos, mas que ainda não se encontram plenamente gramaticalizados como conjunção (contudo, todavia, entretanto) ou locução adverbial discursiva (no entanto). Certamente não se constitui problema para nossa análise porque estamos falando de uma categoria mais ampla (elemento conector/ expressão conectora) que pode abarcar não só conjunções/locuções conjuntivas, mas advérbios/locuções adverbiais ou preposições/locuções prepositivas, ou seja, elementos gramaticais que se prestam a funções coesivas nos discursos e revelam aspectos semânticos nos contextos.

4-Todavia

Conforme já vimos, o conector adversativo *todavia* também merece destaque no processo de *gramaticalização* para dar mais uma demonstração da origem de um elemento conector cujo significado original do termo sofreu modificação. Outro fator importante é que isso também confirma a tendência a uma prática ainda não tão textual, isto é, seu posicionamento sintático móvel, diferente da forma fixa se já estivesse completamente gramaticalizada.

Segundo Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001), o conector possui etimologia baseada na contração de *toda + via* (pronome indefinido + substantivo), significando *em todo o caminho* e depois *constantemente*: “contr. de *toda via*, origin. com o signif. 'em todo o caminho, constantemente'; f.hist. sXIII *todauia*, sXIV *todavia*, sXIV

todauja.” O percurso, segundo Barreto (1999) confirma que houve uma semanticização: em todo caminho > completamente > sentido de oposição:

Proveniente do sintagma latino **tota- via-**, ‘em todo o caminho’, ocorre no *Cancioneiro da Ajuda* com o significado de ‘de toda maneira’ (*apud* Nascentes 1932). Passou, posteriormente, a advérbio, significando ‘completamente’. (...) De advérbio, passou a conjunção... estabelecendo oposição a fatos expressos anteriormente (...)

Embora o Houaiss e a pesquisadora diverjam quanto ao advérbio (*constantemente* ou *completamente*) é certo de que houve passagem a advérbio com valor temporal no percurso já conhecido: espaço > (tempo) > texto.

5- No entanto

Esse é um dos elementos conectores que precisam de uma atenção especial. No Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001), comenta-se que só no Brasil registra-se esse vocábulo como conjunção. Nas gramáticas tradicionais da língua portuguesa do Brasil essa locução é classificada como adversativa. Os dicionários de uma forma geral registram o termo *entanto* como advérbio com valor temporal de “nesse meio tempo, nesse ínterim”.

O processo composicional do termo *entanto*, segundo a explicação etimológica do dicionário corresponde realmente a um advérbio latino; “at. *intantum* adv., comp. da prep. lat. *in* ‘em’ + adv. lat. *tantum* ‘tanto, de tal modo’ ” É mais um conector adversativo proveniente de preposição em sua formação tal qual o *porém*.

O questionável é chamar de conjunção uma locução que está mais para uma natureza adverbial do que conjuntiva, que notadamente deveria ser constituída com um *que* final conforme outras locuções conjuntivas, fator que será mais bem discutido na análise dos conectores em perspectiva textual neste trabalho. Por isso, entendemos que sua classificação deveria ser locução adverbial discursiva com valor opositivo.

9- Por outro lado

Outro elemento conector que deve ser analisado é a expressão *por outro lado* sob a perspectiva de locução adverbial. Argumentativamente é utilizado de forma relevante, pois aponta para uma forma contrária à orientação discursiva anteriormente apresentada no texto. Podemos dizer que é um conector de base textual, analisado sob a ótica da macrossintaxe do discurso, relaciona porções de tamanho significativo nos textos. Em várias oportunidades, inicia frases e também relaciona parágrafos com valor adversativo, constituindo papel argumentativo de contraste.

Sua composição locucional visivelmente formada a partir de preposição (por) + pronome indefinido (outro) + substantivo (lado) daria uma noção mais espacial por conta do próprio substantivo, mas textualmente assume a postura semântica de *outro ponto de vista*, como um operador argumentativo que orienta outro enfoque sobre o encaminhamento discursivo.

Outro elemento conector na mesma linha semântica é a expressão *em contrapartida*. Também de caráter contrastivo serve para estabelecer oposição ao que já fora dito em um texto. É normalmente citado como sinônimo de *por outro lado* e, portanto, funciona como mais um desses elementos a que Henriques (2011b, p.161) chama de *elos coesivos* que possuem funcionalidade coesiva, mas não são propriamente conjunções:

Para a boa construção de períodos e parágrafos, dispomos, além das conjunções, de várias outras possibilidades chamadas “elos coesivos”, “conectivos referenciais e sequenciais”, “enlaces fraseológicos”, “concatenadores de ideias”, “operadores argumentativos”, etc (...)
Exemplificam esse grupo expressões como “por outro lado”, “além disso”, “por isso (esse motivo)”, “além do mais”, “em contrapartida”, “é bem verdade”(...) (HENRIQUES, 2011b, p.161)

7- Embora

A prototípica conjunção concessiva *embora* possui em sua constituição interna a locução adverbial *em boa hora*. Isso por si só já nos revela o processo de *gramaticalização* por que a conjunção passou. De um conteúdo temporal passou a um conteúdo textual de base semântica opositiva: tempo > texto.

Bechara (1954, p.41) aborda esse processo evolutivo ao avaliar o uso dessa conjunção e enumera algumas características importantes que, para este trabalho,

selecionamos:

1- Não constitui fato tradicional no idioma português o encabeçarem-se as orações concessivas com *embora*.

2 – Desconhecida de Camões e de toda a linguagem quinhentista, deve, sem dúvida, a sua gênese a uma criação nova de sintaxe, por amortecimento do sentido primitivo da expressão em boa hora. (...)

4 – Pouco a pouco, o que era simples acréscimo passou a ter lugar garantido na frase, adquiriu foros de cidade e hoje é exemplo de curiosa e instrutiva lição de vida das palavras.

Vimos que Bechara comenta que não é algo novo na língua portuguesa o uso de *embora* e que, por seu uso, adquiriu com o tempo e a evolução, a partir da locução adverbial, o status de conjunção concessiva (acrescentamos aqui: prototípica).

8- Mesmo que

Sobre essa locução conjuntiva utilizada no português padrão, podemos dizer que sua *gramaticalização* fica assim esquematizada por Barreto (1999):

O advérbio *mesmo* seguido da conjunção *que* de valor semântico concessivo, perdeu o seu conteúdo semântico, assimilou, por metonímia, o conteúdo semântico da conjunção **que** e passou a formar, com ela, um único item conjuncional de valor semântico concessivo.

O processo de gramaticalização desse item conjuncional abrange: recategorização:

advérbio	+	conjunção	>	conjunção
↓		↓		↓
Mesmo	+	que	>	mesmo que

sintaticização - reanálise ou reinterpretação do item no período, quando, seguido da conjunção **que** com valor concessivo.

semantização:

mesmo+	que	>	mesmo que
↓	↓		↓
‘idêntico’	concessivo		ainda que = relação de concessão
‘semelhante’			
‘da mesma forma’			

Notamos pela abordagem da pesquisadora que a conjunção *que* já trazia valor concessivo e assim em seu processo evolutivo gramaticalizou-se com a fusão de outros termos para estabelecer a locução concessiva (*mesmo + que*). É possível perceber que o valor original do advérbio *mesmo* perde-se ao ser associado à conjunção *que*, formando agora um todo semântico novo.

Na língua portuguesa, é comum o uso da preposição discursiva *MESMO* (sem a conjunção *que*) funcionando como conector e com valor concessivo. Isso é comum em orações reduzidas, notadamente de gerúndio, em frases como: “Não conseguiu vencer a partida, *mesmo jogando* melhor.”

9- Ainda que

Segundo Barreto (1999) a locução conjuntiva *ainda que* provém de uma reanálise do advérbio *ainda* que passou por modificações semânticas e se associou, com o passar do tempo, à conjunção *que* de valor concessivo:

Essa conjunção é constituída do advérbio **ainda**, galego-português, associado à conjunção **que**, com valor semântico concessivo.

(...)

ainda espacial	>	ainda temporal	>	ainda inclusivo	>	ainda exclusivo	>	ainda concessivo
↓		↓		↓		↓		↓
‘daquele lugar’	>	‘até agora’	>	também	>	ao menos	>	
mesmo assim								
		‘algum dia’						
		‘no momento’						

A passagem de um advérbio a uma locução conjuntiva, como explica Said Ali (1964:222), é um fenômeno frequente na história das conjunções e resulta de uma reanálise, isto é, de um processo de reinterpretação em que o advérbio é deslocado de uma sentença para outra, no período.

Por essas análises, percebemos que o valor temporal como advérbio e o concessivo por associação à conjunção *que* são aspectos bem frequentes no português contemporâneo. Isso prova que a *gramaticalização* não requer obrigatoriamente o apagamento do *termo-fonte* para assumir novas possibilidades semânticas, algumas delas podem coexistir, pois o que ocorreu foi uma reanálise. Do ponto de vista do teor argumentativo tanto o advérbio como a locução conjuntiva são importantes e serão discutidos seus valores oportunamente neste trabalho.

10- Apesar de / Apesar de que.

Apesar de (locução prepositiva) e apesar de que (locução conjuntiva) representam valor concessivo e de amplo uso na língua portuguesa. Houaiss

(versão eletrônica 1.0, 2001) descreve sua etimologia assim: “a- + *pesar*, ver *pend-*; f.hist. sXV *a pesar de*.” Barreto (1999) também comenta isso e afirma sobre sua etimologia:

Constituída da aglutinação da preposição **a** associada ao substantivo **pesar** (do verbo latino **pensare**, ‘pesar, ‘apreciar’, ‘avaliar’) e à preposição **de**, a locução prepositiva **apesar de**, de valor concessivo, não documentada no *corpus* do português arcaico ou moderno, começa a ocorrer, nos textos portugueses do séc. XX, significando ‘a despeito de’, ‘não obstante’. (Michäelis (Org.) 1997 s.v. **pesar**).
Seguida da conjunção **que**, constitui a conjunção **apesar de que**, também de valor concessivo, que é empregada, com frequência, na língua falada do Brasil...

11- por mais que ²

Locução conjuntiva concessiva que carrega também um valor intensificador por conta da sua forma locucional com a presença de advérbio: *prep.* + *advérbio* + *conj.* Essa perspectiva formadora é avaliada por Barreto (1999)

A preposição **por** associa-se ao intensificador **mais** e à conjunção **que** para formar o item conjuncional concessivo **por mais que** (...) Percebe-se, pois, a atuação do processo metonímico que determinou a reanálise, isto é, a reinterpretção do item. Empregado, inicialmente, em sentenças precedidas de sentenças negativas, o item assumiu o sentido concessivo, passando, mais tarde, a ser empregado, com esse sentido, também em sentenças afirmativas.

O que percebemos é que, com esses conectores do eixo opositivo e com diversos outros analisados, representativos dos outros eixos, seus percursos evolutivos provam que a língua está em constante mudança e que isso ratifica a ideia de que a noção de uso é realmente muito importante quando pensamos nos empregos dessas ferramentas textuais e produtoras de sentido.

² Há também a locução conjuntiva de valor concessivo por menos que. Observemos esse trecho de Machado de Assis em “Dom casmurro”: “Eis aqui um que não fará grande carreira no mundo, por menos que as emoções o dominem.”

2 CONCEITO DE TEXTO

Determinar o que é um texto não é tarefa fácil. Excetuaremos, de um ponto de vista semiótico, as possibilidades de se chamarem textos elementos extralinguísticos e vamos nos ater a análises linguísticas.

O que faz um texto ser considerado como tal é o fenômeno da *textualidade*. Por uma perspectiva *sociointeracionista*, o texto é assim definido por Koch (2008b, p.30) em *O texto e a construção de sentidos*:

Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido.

Pensar no conceito de texto por um prisma interacional fornece subsídios para não pensarmos o texto como um produto acabado. Lembremo-nos de que um dos aspectos que possibilita a recepção de um texto é que somos constituídos como leitor a partir da leitura que fazemos de outros textos, isto é, todo texto é um intertexto, todo texto se comunica com outro direta ou indiretamente, aspecto já levantado e discutido por vários teóricos (KRISTEVA, etc.). É o contato que temos com outros textos que proporciona uma rede de comunicação que possibilita que eles passem a fazer sentido. Ao lermos uma informação que é nova, isso certamente causará certo estranhamento, mas ao mesmo tempo servirá como aprendizado, expressando mais um item cumulativo em nossa constituição com leitor, sempre em constante formação.

Ainda em referência à abordagem de Koch (2008b, p.31), é importante observar:

Ainda dentro dessa concepção, o texto é considerado como manifestação verbal, constituída de elementos linguísticos de diversas ordens, selecionados e dispostos de acordo com as virtualidades que cada língua põe à disposição dos falantes no curso de uma atividade verbal, de modo a facultar aos interactantes não apenas a produção de sentidos, como fundear a própria interação como prática sociocultural. Nessa atividade de produção textual, os parceiros mobilizam diversos sistemas de conhecimentos que têm representados na memória, a par de um conjunto de estratégias de processamento de caráter sociocognitivo e textual.

O texto, então, revela-se assim quando faz sentido para o leitor/receptor. Isso

se deve a uma gama de fatores. Beaugrande & Dressler (1981) definiram níveis de textualidade: *coesão, coerência, intencionalidade, informatividade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade*. Dentre esses fatores, para nosso trabalho com os *elementos conectores*, serão analisados com mais profundidade os três primeiros níveis. Precisaremos mais à frente definir as aproximações e distanciamentos entre *coesão e coerência* e observar a *intencionalidade* como um fator que irá revelar as propostas defendidas nos textos argumentativos analisados.

O discurso é o processo que leva à construção de um texto (HENRIQUES, 2011a, p.6). A adoção dessa postura analítica sobre o conceito de texto não isenta a abordagem em chamar texto de *construção discursiva*, pois todo texto se materializa no discurso. Há vários elementos que podem entrar na formação textual: palavras, expressões idiomáticas, locuções, mecanismos coesivos, orações, frases, parágrafos. E a junção desses elementos na composição textual é que dá a tessitura necessária no desenvolvimento discursivo-textual.

Embora um texto seja um texto não apenas pelos elementos linguísticos que o compõem, mas também pela relação desse texto com outros textos (BAKHTIN; KRISTEVAa), o enfoque deste trabalho está mais voltado para os elementos gramaticais que compõem um texto e orientam o leitor na defesa de uma opinião. Ainda assim, não será descartada a ideia de que um texto está sempre em *processo* e que sua compreensão/interpretação perpassa também conhecimentos *intertextuais* e *interdiscursivos* que associados às escolhas lexicais correspondem à semântica textual.

Estamos convencidos de que são esses dois níveis: o *conhecimento de mundo* (de outro texto, de outro discurso) e o *conhecimento linguístico* (com a relevância dos elementos conectores associados a outros itens gramaticais) que correspondem à interpretação/compreensão de textos, principalmente em relação à tipologia escolhida aqui, que é a argumentativa. Atrevemo-nos a dizer que sem o reconhecimento dos valores desses elementos conectores a tarefa analítica de um texto argumentativo fica pormenorizada e saber o assunto abordado não basta, se não tivermos condições de percebermos os recursos linguísticos em prol de uma opinião (ou de várias defendidas em um texto). Quando um leitor domina a análise das estratégias argumentativas, conseguindo reconhecer diversos elementos gramaticais utilizados para compor a defesa argumentativa, os conectores, em comunhão com outros itens gramaticais (certos tempos verbais, por exemplo),

conferem a notabilidade necessária para que o texto seja compreendido.

A definição de texto, portanto, precisa ser feita a partir do reconhecimento de que é necessário transcender o próprio texto como algo materialmente construído em uma língua (para pensarmos apenas em linguagem verbal) e saber que culturalmente ele representa visões de mundo compartilhadas socialmente e que, por isso, a recepção dos textos se constrói com o saber linguístico associado ao saber de mundo.

Delimitar um texto é outra tarefa complexa. A extensão, na verdade, pouco importa. O que interessa é a funcionalidade social a partir do produto constituído, ou seja, sua materialidade discursiva. Essa funcionalidade social está ligada diretamente aos gêneros textuais, notadamente marcados por tal instância discursiva: conto, crônica, receita de bolo, bula de remédio, memorando, artigo de opinião, editorial; isto é, são reveladores de finalidades sociais.

Nem todo texto também é marcado pela clareza, até porque há textos opacos e nem por isso deixam de ser textos. Outro fator que revelaria o significado de um texto é o conhecimento de assunto. Não podemos pensar em texto desconsiderando se ele é claro ou opaco se desconhecermos o assunto tratado. O que podemos dizer é que conhecendo o assunto abordado o texto é ainda opaco por conta das lacunas na abordagem ou por conta do truncamento sintático ou da escolha de vocabulário. M.A.K. Halliday e R. Hasan (1976, p.1-2) definem que:

Um texto é uma unidade em uso. Não é uma unidade gramatical, tal como uma frase ou uma sentença; e não é definido por sua extensão. [...] Um texto é, melhor dizendo, uma unidade semântica: não uma unidade de forma e sim de sentido.

Se o texto é uma unidade em uso, então é revelado de uma organização discursiva que serve a um elemento comunicativo cunhado por um prisma sócio-cultural. Portanto, sua recepção depende dos conhecimentos de mundo e linguístico compartilhados pelos usuários e mesmo não compreendido por alguns, um texto é um texto, porque o seu produto é revelador de sentido tomando como referências sua estruturação.

O domínio do gênero discursivo também contribui para que o leitor promova inferências a respeito do texto e possibilite uma compreensão maior. Lúcia Helena Lopes de Matos (2006, p. 44) diz que:

Outro conhecimento importante para a compreensão é o que diz respeito ao universo textual. Quanto mais exposto aos diferentes gêneros de texto e formas de discurso, mais o leitor estará ambientado com a variedade disponível no conceito discursivo (...).

Isso revela, em nossa análise, que, embora não seja imprescindível para a compreensão de um texto o reconhecimento do gênero, ele colabora para uma análise mais ampla. Mesmo que o leitor não saiba a diferença entre uma crônica ou um conto, ou ainda entre uma reportagem e um editorial, certamente é possível que ele entenda o texto (seu teor primordial) a partir do conhecimento linguístico e do conhecimento de mundo. Se tal leitor conhecer o gênero discursivo e suas funcionalidades certamente a sua análise se confirma a partir da internacionalidade discursiva de tal autor.

Muito bem lembrado por Marcuschi (2012, p. 29) que diz não ser possível, mesmo que queiramos, metodologicamente definir de modo sucinto o que seria a categoria texto. Isso se dá por conta justamente da multiplicidade de textos existentes e suas mais variadas funções:

Portanto: (a) embora desejável e aconselhável do ponto de vista de procedimento de elaboração de teorias científicas, parece impossível uma teoria formal abstrata e geral que permite a geração ou explicação de todos os textos possíveis de uma dada língua; (b) não é possível aplicar ao texto as mesmas categorias gramaticais que possuímos para o estudo da frase. (...)

Assim o objeto textual aqui analisado – editoriais da revista *Veja* – possui uma característica de gênero do discurso muito significativa, pois mostra o perfil ideológico da revista. Procuraremos mostrar que os textos aqui analisados se prestam a defender certos pontos de vista, como é comum nos editoriais, e valem para isso de recursos linguísticos, notadamente os conectores atrelados a outros elementos gramaticais para persuadir o leitor.

2.1 Compreensão e interpretação: princípios básicos na análise de textos

Compreensão e interpretação de textos são faces diferentes da mesma moeda que é o texto. Analisar um texto pode ser feito por dois prismas básicos: **um**

que leva o leitor a decodificar os recursos textuais que estão na superfície do texto como, por exemplo, os mecanismos de coesão – anáforas, catáforas... - ; o **outro**, a partir desses e outros fenômenos, leva o leitor a perceber as intenções discursivas por detrás da escolha de um vocábulo e não outro, da inversão sintática que faz evidenciar inicialmente o efeito e só depois a causa de um fato ou de qualquer outro aspecto que promova uma visão mais significativa do que o que está escrito na superficialidade do texto, sobretudo em relação às inferências. Ao primeiro denominamos *compreensão* textual e ao segundo *interpretação*, fatores esses que não são excludentes, ao contrário, complementam-se para que um texto possa ser analisado mais amplamente.

Assim, para que um texto seja interpretado é necessário que haja de parte do leitor um esforço muito maior do que uma mera análise da superficialidade textual. Por isso, as inferências são importantes para se chegar a um aprofundamento na análise qualitativa de um texto. Entendemos que toda inferência precisa, é claro, de um apoio textual, algo que sirva de parâmetro para a análise, senão o analista não estaria no âmbito da interpretação de *textos*. Isso quer dizer que não deveríamos interpretar certos aspectos sem que o texto nos desse subsídios para se chegar a certas conclusões. Sabemos que um texto precisa ser interpretado por intermédio do reconhecimento das intenções pragmáticas (por conta do nosso conhecimento de mundo), mas isso não significa dizer que poderíamos chegar a certas conclusões à revelia sem que o texto, com seu material discursivo, possa encaminhar essas abordagens. Sabemos que a interpretação do texto não é apenas do texto em si, mas dele como processo social, entretanto se o *material discursivo* não nos der pistas para certas análises, não estaríamos fazendo *interpretação de textos*.

Defendemos, então, que as inferências fazem parte da interpretação, contanto que haja aspectos textuais que nos propiciem analisar de uma forma e não de outra, porque os elementos processuais que compõem um texto (o resultado do processo discursivo) encaminham para certa análise com maior sustentabilidade científica e não baseada apenas em suposições sem garantias textuais. Há para o analista também a possibilidade interpretativa baseada em pressupostos, resultado da textualidade, mas também porque o texto forneceu caminhos para isso, até porque só podemos pensar em inferência a partir de outro elemento. Só é possível inferir “y” de um “x”, então sem “x”, não podemos imaginar “y”. Só podemos inferir aspectos contextuais, a partir do cotexto (conjunto de elementos discursivos que compõem um

texto). Koch (2008a, p.138), em *As Tramas do Texto*, chama a atenção para esse fator:

O contexto verbal (co-texto) tem papel decisivo na elaboração de inferências. As partes de um texto estão intimamente relacionadas: os enunciados anteriores estabelecem o contexto dos subsequentes. Propriedades linguísticas do texto como referência pronominal, acarretamentos lexicais, marcadores de tópico, conectores, etc. , influenciam a compreensão do texto. Uma sequência desordenada de enunciados causa dificuldades na compreensão e recordação do texto. O título ou tema da conversação desempenham importante papel sobre a produção de inferências.

Como a principal proposta deste trabalho é discutir as funcionalidades dos conectores argumentativamente, as análises textuais poderão ser normalmente pautadas em pressupostos, quando houver necessidade de recorrermos a esse expediente, porque como os elementos de conexão representam marcas linguísticas inerentes aos textos, estaremos falando de elementos inscritos na língua que podem servir de indicadores de possíveis pressuposições no encaminhamento interpretativo textual.

Se em um texto imaginamos que um argumento sugere uma crítica à conduta moral é porque tal argumento possui, por exemplo, um recurso linguístico, como o uso de ironia, que questiona / coloca em evidência a discussão sobre essa moralidade.

Observemos o editorial de *Veja* “Uma tragédia invisível” (22 de Junho de 2011) em que tal uso linguístico se evidencia:

Uma tragédia invisível

Uma reportagem cortante desta edição de VEJA feita pelo repórter Ricardo Westin, que entrevistou dezenas de viciados, seus familiares, policiais e psiquiatras, mostra a amplitude de uma tragédia urbana que as autoridades fingem não existir: a epidemia do crack, uma mortal derivação da cocaína. Não dá para entender que se travem os mais doutos debates em Brasília sobre a descriminalização das drogas, com a liberação na semana passada das marchas dos defensores do uso da maconha – como se o Brasil fosse algum plácido enclave escandinavo nos trópicos – quando, nas cidades mais populosas fantasmagóricas multidões de viciados em crack vagam pelas ruas cometendo toda sorte de crime e desmentindo as constatações, tão válidas em outros campos, de que atingimos um novo patamar civilizatório. Não atingimos e não atingiremos enquanto não encararmos, como nação, a chaga desse pavoroso vício.

Outras drogas pesadas, a cocaína em pó e a heroína, também são fonte de terríveis dramas pessoais, sociais e familiares. Mas nada se compara à cocaína em pedra fumada em cachimbos artesanais nas praças e ruas da quase totalidade dos municípios brasileiros por mais de 1 milhão de usuários, segundo levantamento da Fundação Oswaldo Cruz. Por seu poder de

destruição e por ter como público-alvo os jovens de 15 a 25 anos, essa modalidade de ruína química merece análise detalhada e demanda a ação urgente do poder público. O crack vicia para sempre na primeira vez que seus componentes químicos inundam o cérebro do usuário. A pessoa passa a roubar e matar, se preciso, para satisfazer as demandas psíquicas e físicas impostas pela abstinência. Famílias inteiras são tragadas pelas assustadoras crises dos viciados, cuja fúria desfaz os laços domésticos mais estáveis, renega as normas básicas da convivência social e anula mesmo a educação mais primorosa.

Enquanto isso, as autoridades em Brasília sentem-se modernas e libertárias ao atender a anseios dos organizadores das “marchas da maconha”. Tudo a favor da liberdade de expressão, mas sem esquecer que as drogas leves são a porta de entrada para o crack e sua trágica rota sem volta.

Veja, 22 de junho de 2011

O segmento inicialmente analisado é:

(1) Não dá para entender que se travem os mais doutos debates em Brasília sobre a descriminalização das drogas, com a liberação na semana passada das marchas dos defensores do uso da maconha – como se o Brasil fosse algum plácido enclave escandinavo nos trópicos –, quando, nas cidades mais populosas, fantasmagóricas multidões de viciados em crack vagam pelas ruas...

Nesse editorial de *Veja* podemos notar justamente isso, que a ironia contida no segmento “como se o Brasil fosse algum plácido enclave escandinavo nos trópicos” nos faz supor que a conduta dos políticos é questionável e que revelaria (por extensão interpretativa) um descaso em relação ao crescente uso do crack no Brasil (tema desse editorial). Só é possível inferir a crítica à postura do governo brasileiro instaurada na ironia, por conta das exemplificações – discussão sobre liberação das drogas por parte dos políticos em Brasília em meio aos sérios problemas nas grandes cidades com o uso do crack. Do ponto de vista do uso do conector, esse aspecto irônico é construído por conta do valor hipotético alcançado pela conjunção condicional (se), associado ao valor comparativo da conjunção (como), aspecto comum em diversos textos, estabelecendo a relação *comparativo-condicional* (como se...), já que assim é uma demonstração de que o Brasil não é um país que possui uma realidade social diferente.

É bem verdade que não é a única passagem irônica contundente na linha argumentativa. No final do texto isso também se evidencia:

(2) Enquanto isso, as autoridades em Brasília sentem-se modernas e libertárias ao atender a anseios dos organizadores das “marchas da maconha”. Tudo a favor da liberdade de expressão, mas sem esquecer que as drogas leves são a porta de entrada para o crack e sua trágica rota sem volta.

O uso dos adjetivos “modernas e libertárias” que estão adicionados com o uso da *conjunção aditiva* revela uma grande ironia ao afirmar que nossas autoridades “sentem-se” com essas características; mas os comentários textuais, na verdade, mostram uma crítica por associarem esses adjetivos à conduta dos governantes brasileiros. A crítica se estende à frase posterior, pois mostra que, em nome da liberdade de expressão para a liberação das “marchas da maconha”, não pode haver uma negligência governamental com um caso tão grave de cunho social que é o consumo de crack, ainda mais quando se defende no texto que as drogas leves são a porta de entrada para drogas mais pesadas. Essa crítica é justamente alcançada com mais eficiência com o uso do contrastivo *mas*.

Ainda pensando que é necessário que o leitor faça as inferências dos textos corretamente, conhecer a *intencionalidade* e o *contexto* (aqui neste trabalho tomado como um conjunto de aspectos sociais que permeiam um texto) é também uma maneira de garantir uma compreensão melhor, por isso Koch (2008a, p.137), em *As tramas do Texto*, atenta para tal fato:

Outra questão – visto que se vem concebendo a compreensão de linguagem como uma atividade de solução de problemas – é que podem ocorrer problemas de compreensão se o ouvinte / leitor não estabelecer as inferências desejadas pelo falante/escritor, ou, ao contrário, se o leitor / ouvinte fizer inferências não intentadas pelo falante / escritor. (...) A questão do mal entendido está, em grande parte, ligada ao estabelecimento de inferências “não desejadas”. Além disso, cabe mais uma vez ressaltar a importância do contexto para a construção do sentido. Contudo, não há, até hoje, consenso quanto ao uso do termo “contexto”. Podem distinguir diversos tipos de contexto, como o cultural, o situacional, a modalidade, o verbal e o pessoal.

No que se refere ao *contexto*, como uma atividade em se percebem fatores externos ao texto que auxiliam a compreensão/interpretação a partir de inferências possíveis por conta dos elementos discursivos que o compõem, o editorial em foco só se torna mais claro quando o leitor conhece o que representa socialmente a expressão “plácido enclave escandinavo” a fim de instaurar a crítica social à postura brasileira, como se o Brasil tivesse a maturidade de outros países para discutir certos assuntos e que os problemas com drogas não ocorressem da forma como ocorrem aqui no Brasil. Isso notoriamente requer mais do leitor para a construção do sentido do texto.

Torna-se, então, importante, em um trabalho como este, que discute as

teorias do texto e suas receptividades, falar melhor sobre *cotexto* e *contexto*. Se pensarmos que o primeiro está atrelado aos elementos que compõem propriamente ao texto e o segundo a elementos extratextuais que colaboram para compor a ideia de um texto, estaríamos apenas percebendo superficialmente as diferenças.

Sobre *contexto*, tal aspecto teórico é assim defendido por Willian F. Hanks (2008, p.174):

Contexto é um conceito teórico, estritamente baseado em relações. Não há contexto que não seja 'contexto de' ou 'contexto para'. Como este contexto é tratado depende de como são construídos outros elementos fundamentais, incluindo língua(gem), discurso, produção e recepção de enunciados, práticas sociais, dentre outros.

Desse modo, contexto é primordialmente o conjunto de relação do texto com os elementos que os constituem e para os quais aponta: sobretudo as relações sociais, inferências, entre outros aspectos; podemos dizer que é imprescindível pensarmos nessas relações entre o que está no texto e o que aponta para o que não está lá.

Analisemos o editorial ("A visão da justiça") a fim de discutirmos melhor sobre a importância do *contexto*:

A visão da Justiça

Quando prosperam rumores de que a CPI mista do Congresso instalada para apurar os elos de um contraventor com corruptos no governo sofre pressões subalternas e radicais para ser transformada em tribunal político da imprensa, surge como um saudável sinal de vitalidade institucional do Brasil a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STF) favorável aos jornalistas de VEJA em uma série de reportagens que incomodaram os poderosos. O PT alegou que a revista VEJA persegue o partido com a publicação de reportagens ofensivas à sua imagem e à dos seus militantes, dando como evidências oito reportagens de capa, todas de 2005.

Eram causas a respeito das quais VEJA já havia obtido decisões favoráveis em primeira e segunda instâncias, mas, contestadas pelo Partido dos Trabalhadores, subiram ao STJ, que, por sua vez, rejeitou todos os recursos interpostos. Em seu voto favorável a VEJA, o ministro relator Massami Uyeda citou a conclusão da Justiça paulista sobre o caso: "Todas as matérias, sem exceção, tiveram lastro em fatos objetivos e declarados(...) não foram meras conjecturas, desprovidas de fundamento, mas ao contrário, calcadas em fatos concretos".

Em outro trecho, o ministro Uyeda registra o valor da investigação jornalística, a despeito de suas naturais limitações: "Não se pode exigir que a mídia só divulgue fatos após ter certeza plena de sua veracidade. Isso se dá, em primeiro lugar, porque os meios de comunicação não detêm de poderes estatais para empreender tal cognição. Impor tal exigência à imprensa significaria engessá-la e condená-la à morte. O processo de divulgação de informações satisfaz o verdadeiro interesse público, devendo ser célere e eficaz, razão pela qual não se coaduna com rigorismos próprios do procedimento judicial".

O voto do ministro Massami Uyeda, ecoando decisões anteriores do STJ,

redunda em uma poderosa doutrina de defesa da liberdade de expressão e de seu papel fundamental nas democracias - ser os olhos e os ouvidos da nação na constante vigilância do governo e seus agentes em todos os níveis.
VEJA-02 DE MAIO DE 2012.

Nesse texto “A visão da Justiça” de *Veja*, nota-se logo de início uma orientação discursiva que leva o leitor a informações que estão fora do texto referentes aos “rumores” em referência à suposta postura da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito); quem faz essa orientação para uma abordagem que não está propriamente no texto é o operador *quando*. Esse conector não está ali apenas como um marcador temporal, mas direciona, na verdade, uma relação de causa e efeito. Ou seja, esse marcador demonstra que, naquele momento contextual, instaurado pela escolha da referida conjunção, surgiu um alento para a imprensa, sobretudo para os jornalistas de *Veja* (tema central do texto), por conta das pressões que a imprensa vinha sofrendo de certos poderosos políticos que julgavam que a revista estava atacando o governo sem provas, mas a justiça considerou os fatos objetivos. Como o objetivo desse *editorial* é defender a liberdade de imprensa (principalmente a liberdade dos jornalistas de *Veja* ao falar de representantes políticos), muitas afirmações fazem menção a todo um contexto cujo conhecimento por parte do leitor revela-se essencial para compreender o texto.

Ainda com essa perspectiva de análise, no segundo parágrafo, outros operadores apontam para a interpretação do texto:

(3) Eram causas a respeito das quais VEJA *já* havia obtido decisões favoráveis em primeira e segunda instâncias, mas, contestadas pelo Partido dos Trabalhadores, subiram ao STJ, que, por sua vez, rejeitou todos os interpostos.

Nesse segmento, o operador argumentativo *já* novamente aponta para algo que está marcado no tempo, assim como a conjunção *quando* na análise anterior. Remete-se para algo no tempo, mas o texto não explicita em que momento específico, mais uma vez requer do leitor um conhecimento supratextual.

Com a presença desses marcadores, há garantias de pistas gramaticais que servem mesmo de orientadores discursivos e mesmo que não apontem para algo no texto, porque a informação não está lá, ao menos indicam que algo que deve ser percebido para a interpretação do texto.

A perspectiva aqui adotada é de reconhecer o *texto* e logo a *atividade de leitura* como interacional. É na interação *autor-texto-leitor* que a compreensão /

interpretação se constituem, uma vez que tanto autor como leitor, em interação, constroem em conjunto para dar sentido ao texto. O autor produz seu texto com certas intencionalidades, mas o leitor só perceberá, se dispuser de conhecimentos linguísticos e enciclopédicos suficientes para reconhecer essas intenções. Mesmo a leitura sendo uma atividade interativa e diferente, dependendo dos atuantes do processo interpretativo, não significa que não haja análises equivocadas em um texto. É possível reconhecer uma perspectiva A, B ou C, entretanto o texto deve ser sempre a base da análise a ser proferida. Não podemos como leitor ser atuantes ao ponto de analisarmos algo que o texto não diz ou não induz com alguma materialidade discursiva.

É justamente nesse ponto que reside a primordial diferença entre compreender e interpretar textos. Enquanto a compreensão diz o suficiente para que o leitor decodifique o que está na superficialidade do texto, a interpretação, por outro lado, requer do leitor um processo interativo maior e mais significativo. Que ele coloque algo de si na leitura e possa aprofundar suas análises, sem, é claro, perder o foco primordial dessa sua proposta: o próprio texto.

2.2 Intertextualidade e interdiscursividade

Dentre as estratégias utilizadas na elaboração de um texto estão os fenômenos do *intertexto* e do *interdiscurso*. Dizer que uma ideia está fazendo referência a outra ou que a escritura de um texto faz lembrar outro são comentários comuns quando se interpreta um texto. Não é de se estranhar que um produtor de texto faça isso direta ou indiretamente, porque um escritor é antes de tudo um leitor e é normal que nossas produções sejam o reflexo de nossas leituras.

O conceito de *intertextualidade* surgiu no interior dos estudos da Teoria da Literatura, na década de 60, a partir dos estudos da teórica Julia Kristeva, ampliando os estudos de *dialogismo* de Mikhail Bakhtin³.

Para ela, um texto é sempre uma produção como um resultado do contato com outros textos já escritos e que possibilitará que outros sejam escritos como um fio condutor ininterrupto, funcionando como um mosaico de citações (diretas e

³ Mantivemos nesta Tese a referência a Bakhtin como consta nos livros publicados no Brasil. Não é nosso interesse questionar aqui o tema defendido por Bronckart e Bota no livro “Bakhtin Desmascarado”.

indiretas).

Com essa concepção de mundo, a questão do sujeito se constitui como um indivíduo que é resultado não da sua individualidade criadora apenas, mas da maneira como constrói sua identidade a partir de suas leituras. Não cremos no apagamento do sujeito, entretanto reconhecemos que sua subjetividade é reduzida, porque é resultado da organização discursiva e não propriamente de sua criatividade. Quando um autor elabora seu texto, então, a partir dessa visão intertextual, há a construção discursiva: seu consequente resultado, o texto, é um arcabouço elaborado a partir de outros textos anteriores. Além disso, não podemos nos esquecer de que a noção de sujeito discursivo seria o resultado da interação com outros sujeitos, outros discursos, e, com isso, o texto materializaria esse aspecto.

O estilo seria o reduto da autonomia do sujeito, embora possamos reconhecer que seu estilo possa também ser resultado da influência de outras produções textuais. Todavia, mesmo sendo resultado de outras leituras, porque estamos em constante aprendizado, certas escolhas linguísticas ou temáticas são mais inovadoras que outras e isso promove o estilo de um autor, numa autonomia, diríamos, relativa.

Discutimos tudo isso, porque assim como um autor não pode produzir algo se não experienciou em outros discursos, algo que pudesse levá-lo à sua criação, certamente o leitor não lerá com a profundidade necessária, se não perceber o interdiscurso, ou sua materialização discursiva propriamente dita, o intertexto.

Koch; Bentes; Cavalcante (2008, p.14), ao citarem o posicionamento de Kristeva sobre o conceito de *intertextualidade*, comentam que a *Linguística Textual* fez questão de incorporar o conceito de Bakhtin:

A Linguística Textual, como iremos ver no desenvolvimento deste trabalho, incorporou o postulado dialógico de Bakhtin (1929), de que um texto (enunciado) não existe nem pode ser avaliado e/ou compreendido isoladamente : ele está sempre em diálogo com outros textos.

Por isso, a aquisição da leitura e seu desenvolvimento é resultado do acúmulo de outras leituras e da qualidade na seleção dos textos lidos. Dessa forma, a chance de um leitor reconhecer as estratégias pretendidas por um autor em seu texto fica

mais evidente e a leitura desse texto teria um resultado mais satisfatório.

Como a *intertextualidade* é antes um fenômeno interdiscursivo, é necessário definirmos também o *interdiscurso*. Este item está diretamente ligado à maneira como uma ideia está referida à outra conhecida nos discursos sociais sem necessariamente ter sido publicado em um texto. Um discurso ideológico sobre política que diz sobre “a necessidade de se distribuir renda” não é um intertexto, pois não há propriamente um texto original em que essa ideia tenha sido divulgada e que todos os demais textos que falassem sobre isso seriam secundários. Na verdade, isso é um interdiscurso, pois está ideologicamente constituído. É, então, um aspecto discursivo que tem o objetivo de citar uma verdade compartilhada pelos enunciadores, mas que não se sabe o domínio-fonte textual. Por isso, Fiorin (2011, p.35) diz que “A interdiscursividade não implica a *intertextualidade*, embora o contrário seja verdadeiro, pois, ao se referir a um texto, o enunciador se refere, também, ao discurso que ele manifesta”. Isso reforça que o discurso, por ser *processo*, engloba também as manifestações textuais.

O próprio Fiorin (2011, p.29-36) explica as variações tanto da *intertextualidade* quanto da *interdiscursividade*. A *intertextualidade*, segundo ele, pode se manifestar de três formas – *citação*, *alusão*, *estilização*; já a *interdiscursividade* pode manifestar-se por meio da *citação* e da *alusão*.

Do ponto de vista intertextual, a *citação* é uma estratégia utilizada pelo autor com o artifício de citar palavras relativas a um texto original, confirmando ou alterando seu sentido. A *alusão* consiste na reprodução da construção sintática e a *estilização* é a reprodução do estilo de outrem.

Do ponto de vista interdiscursivo, a *citação*, como preferimos entender neste trabalho, é a repetição de ideias inerentes a outros discursos (percursos temáticos), ou seja, quando vários textos possuem entre eles um elo que revela um percurso temático. Um exemplo disso ocorre é quando vários textos, das mais variadas fontes discutem o papel da mulher na sociedade contemporânea. Dizemos que há entre eles a citação de um mesmo tema. Já a *alusão* consiste na referência feita a um discurso específico, a uma ideia específica que um único discurso naquele momento está fazendo a outro discurso específico.

A *interdiscursividade*, então, tem a ver com a *polifonia* discursiva, isto é, um texto traz para seu interior outras vozes, outros discursos, fator diretamente relacionado com a proposta bakhtiniana de dialogismo, isto é, que um autor elabora

seu discurso a partir de outros e, por isso, novamente Fiorin (2011, p.35) diz: “ o discurso não é único e irrepitível, pois um discurso discursiva outros discursos”

Vamos observar o editorial “Além da Imaginação” de *Veja* e reconhecer como o conhecimento intertextual e conseqüentemente interdiscursivo dá um novo matiz à interpretação:

Além da imaginação

Imagine um país em que um senador que tinha as contas de sua amante pagas por uma empreiteira, e perdeu o cargo de presidente da Casa por esse motivo, é indicado na legislatura seguinte para integrar o Conselho de Ética do Senado. Ou seja, para julgar o comportamento de seus pares. Imagine um país em que outro senador arranca o gravador das mãos de um jornalista que lhe fez uma pergunta incômoda, e é apoiado por essa atitude destemperada. Imagine um país em que um deputado federal semianalfabeto, na mais benigna das hipóteses integra a Comissão de Educação e Cultura da Câmara. Imagine um país em o partido atualmente no poder concederá perdão ao protagonista do maior escândalo de corrupção da história – e que dá aulas em seu estado, de Ética Política. Imagine um país que a nova chefe da Polícia Rodoviária Federal tem a carteira de habilitação apreendida por excesso de multas. Em qualquer área, um profissional que comete um deslize é imediatamente afastado de suas funções e, dependendo da gravidade de seu ato, não volta nunca mais à ativa. Mas isso não ocorre na política brasileira. Pelo contrário, os mais enrolados são vistos com admiração por seus colegas, como se professores fossem nas artes da prevaricação e da impunidade, e assim vão galgando postos na contramão da decência. Em todos os níveis da política brasileira, a ética é afrontada diariamente. Mas em Brasília a situação alcança o surrealismo. Em setembro de 2003, *VEJA* circulou com uma capa que retratava a capital federal como um pedaço de terra flutuando no ar, com o título “Brasilha da Fantasia”. Quase oito anos depois, a lógica de funcionamento da capital federal continua a ignorar as demandas do País. Brasília como mostra a reportagem que começa da página 78, permanece uma cidade fora do tempo e do espaço, que mantém códigos (i)morais próprios e nutre um insolente desprezo pela opinião pública e pela ética. Imagine um país, prezado leitor, além da imaginação. Esse é o Brasil político.

VEJA- 4 de maio de 2011.

Dentre os vários recursos utilizados nesse texto está justamente o uso da *intertextualidade*. Essa ferramenta de produção textual, que exige muito mais do leitor para que o texto seja interpretado, é utilizada de forma contundente nessa produção.

O editorial faz alusão a uma matéria de capa da *Veja* publicada em 2003 – “Brasilha da Fantasia” e que na edição aqui avaliada de 2011 é retomada com o objetivo de fazer uma comparação no que se refere às impunidades existentes em nosso país. O enunciador chega à conclusão de que nosso país continua com os mesmos desmandos, os mesmos problemas éticos, com sérios desvios de conduta

moral por parte de diversos representantes políticos.

Feitas essas explicações iniciais, precisamos agora observar o aspecto intertextual. O editorial cita o título de uma capa de 2003, “Brasilha da Fantasia”, fazendo referência a uma série de televisão chamada “A ilha da Fantasia”. Nessa antiga série, tudo era possível, todos os sonhos realizáveis nessa ilha paradisíaca. Era só imaginar que o anfitrião (Sr. Roarke) esmerava-se em deixar seus hóspedes felizes. Só para o leitor que tem conhecimento do texto original (no caso os capítulos escritos e encenados da série televisiva) é que as críticas feitas no editorial resultariam em um sentido mais significativo.

Dentre as estratégias gramaticais utilizadas percebemos o uso de uma expressão sintática repetidamente: “Imagine um país em que...”. É essa expressão que daria acesso ao mundo da fantasia para que o desejo fosse realizado, mas, no texto, não configura propriamente uma imaginação, e sim a realidade absurda dos escândalos de natureza imoral apresentada toda vez que essa expressão é utilizada, reforçando, inclusive, o título, ao mostrar que o que ocorre no Brasil, mais especificamente em Brasília, seria “Além da imaginação”, ou seja, o próprio título já é uma pista para a interpretação, uma vez que orienta o leitor para um discurso que configuraria em críticas sustentadas em situações absurdas, próprias do universo maravilhoso de conto de fada, mas que se concretizam no Brasil.

É com essa perspectiva intertextual/interdiscursiva que o autor vem enredando seu texto ao tratar fantasia como realidade. Daí o uso contrastivo (da conjunção *mas* e da locução adverbial *pelo contrário*), ao falar de necessidade de punição para os problemas apresentados, demonstra que não há punição para os desvios éticos:

(4) **Mas** isso não ocorre na política brasileira. **Pelo contrário**, os mais enrolados são vistos com admiração por seus colegas, como se professores fossem nas artes da prevaricação e da impunidade, e assim vão galgando postos na contramão da decência.

Ao final do texto, como um reforço da tese defendida, há a estrutura sintática: “Imagine um país, prezado leitor, além da imaginação. Esse é o Brasil político.”. Com esse desfecho, procura-se dar mais ênfase ao aspecto interdiscursivo e tornar ainda mais contundente a crítica.

2.3 Elementos gramaticais na tessitura textual

Dizer que um texto possui tessitura em sua composição é uma metáfora interessante utilizada por diversos pesquisadores e revela algo preponderante na elaboração deste trabalho: um texto pode ser constituído sem elementos encadeadores e, mesmo assim, não perde sua qualidade em produzir sentido; porém, quando pensamos em uma proposta textual que tem a intenção de conduzir os sentidos a partir de uma abordagem argumentativa, percebemos a importância dessa tessitura em sua composição.

É revelador como alguns autores conseguem encaminhar sua proposta argumentativa, mesmo que trabalhe com inferências (algo tão comum em um texto com perspectiva indutora), de forma que a seleção de itens lexicais e suas articulações consigam conduzir a defesa de um ponto de vista.

Notadamente esses elementos gramaticais fazem parte dos mecanismos coesivos (referenciais e sequenciais) que ajudam a obter uma articulação importante no corpo do texto e, por extensão, reforçar a coerência. Há como sabemos um número significativo de recursos para se obter essa tessitura e aqui neste trabalho estamos interessados em discutir como a *coesão sequencial* pode alcançar esse fenômeno textual.

Pensamos aqui que certos elementos gramaticais podem servir de articuladores e, dependendo do texto, conseguir fazer as relações necessárias para proporcionar a *liga* que garante ao texto uma progressão que o faz encadear em *rede* as informações que o autor deseja apresentar e defender sob a perspectiva de um enunciador, sem nos esquecermos de que nosso enfoque é em textos argumentativos.

Discutiremos melhor em outro capítulo o conceito de conectivo, mas já nos faz necessário apresentar que elementos gramaticais são esses que fornecem essas relações em rede na progressão textual: conjunções/locuções conjuntivas, advérbios (discursivos), preposições (discursivas), outros elementos encadeadores. Todos eles em consonância com outros itens gramaticais/lexicais na composição do tecido do material discursivo.

Para ilustrar a importância da composição dessa tessitura textual na articulação dos mecanismos gramaticais no texto, observemos no editorial abaixo como é possível vir enredando a ideia a partir de alguns desses elementos que, é

claro, revelam as escolhas linguísticas do autor nessa composição.

O editorial “Uma falsa solução para um problema real” (29 de agosto de 2012) revela como elementos gramaticais bem enredados direcionam o leitor para a tese defendida no texto analisado. Nesse editorial, o próprio título já é um orientador argumentativo. A crítica que irá se desenvolver no corpo do texto (a reserva de vagas nas universidades públicas) já se evidencia com a seleção do adjetivo “falsa”. Tal seleção lexical deixa evidente o posicionamento do enunciador e promove um jogo de palavras a partir de sintagmas “solução falsa” versus “problema real”. Observemos o editorial na íntegra e sua posterior análise:

Uma falsa solução para um problema real

A principal função da universidade é produzir conhecimento ou reparar injustiças sociais e iniquidades históricas, como a escravidão? Se a presidente Dilma Rousseff sancionar a Lei de Cotas, na semana que vem, terá deixado clara a escolha do governo pela segunda opção. Uma reportagem desta edição de VEJA mostra as armadilhas por trás da lei que obriga as universidades federais a reservar 50% de suas vagas para estudantes da rede pública, distribuídas de acordo com a proporção de autodeclarados negros, pardos ou índios na população.

O círculo vicioso que acaba por destinar aos ricos (e brancos) a maior parte dos lugares nas universidades públicas – sustentadas com o dinheiro de todos os contribuintes, incluindo negros e pobres – tem de ser quebrado. Mas, se esse é um problema real, a solução pelas cotas é falsa. Ao decidir que uma em cada duas vagas será preenchida por critérios indiferentes ao mérito, o governo incorre em pelo menos dois riscos. O primeiro é comprometer a excelência do ensino e da pesquisa – já que, por definição, os cotistas são estudantes mais mal preparados do que os não cotistas. O segundo é perpetuar as deficiências do ensino público médio e fundamental, uma vez que a lei corrige na ponta o que deveria ser resolvido na base. É no ensino fundamental e médio que estão os funis que mais estreitam o acesso dos desprovidos à educação de qualidade.

A seu favor, no entanto, a Lei de Cotas tem a vantagem de vir com prazo de validade. Ela vai vigorar por dez anos, período em que se poderão avaliar, inclusive, suas supostas vantagens – como a de que, ao misturar alunos mais preparados, egressos das boas escolas privadas, com alunos menos preparados, vindos das deficientes escolas públicas, os primeiros “puxariam” os segundos para cima. Há estudos que apontam nessa direção e que a experiência poderá confirmar.

Se a política de cotas ainda tem resultados incertos, o investimento público em cérebros já provou ser, mais do que uma boa aposta, uma iniciativa capaz de pavimentar o futuro de uma nação. O assunto é tema de outra reportagem desta edição. Neste mês, retornam ao país os primeiros universitários do programa Ciência sem Fronteiras, projeto do governo em parceria com a iniciativa privada que enviará, até 2015, 100.000 brasileiros para estudar nas melhores universidades do exterior. A última vez que se viu um investimento parecido foi durante o regime militar. Nas décadas de 60 e 70, o governo financiou intercâmbios estudantis nas áreas de exploração petrolífera, pesquisa agrícola e engenharia de aeronaves – três campos em que, não por coincidência, o Brasil é hoje líder mundial.

Veja – 29 de agosto de 2012

No corpo do texto há vários segmentos que também marcam o posicionamento do emissor. O recurso linguístico do questionamento em “A principal função da universidade é produzir conhecimento ou reparar injustiças sociais e iniquidades históricas, como a escravidão?” produz um efeito argumentativo importante, pois faz o leitor aceitar (ou no mínimo repensar) que o objetivo da universidade é produzir conhecimento. Com esse artifício, critica-se a atividade que as universidades foram induzidas a fazer: reparar injustiças sociais.

Outro fator visível é, no desdobramento da pergunta, com o uso de um sentido hipotético. A partir do recurso do conector condicional *se* que direciona a defesa argumentativa para criticar o governo de Dilma Rousseff caso sancionasse a Lei de Cotas: “Se a presidente Dilma Rousseff sancionar a Lei de Cotas, na semana que vem, terá deixado clara a opção do governo pela segunda opção”. É importante perceber que o enunciador baseia-se numa hipótese (sancionar a Lei), mas o resultado da suposta escolha da presidenta sustenta a opinião defendida no texto.

Nesse mesmo 1º parágrafo do editorial, outro aspecto de crítica se evidencia de forma clara, quando, ao falar da matéria de *Veja* sobre o assunto, seleciona-se o vocábulo “armadilhas” no segmento: “Uma reportagem desta edição de *Veja* mostra as armadilhas por trás da lei que obriga as universidades federais a reservar 50% de suas vagas para estudantes da rede pública...” Precisamos reconhecer que a seleção lexical no uso do substantivo deixa muito clara a opinião defendida.

No parágrafo subsequente, afirma-se que a maior parte dos lugares nas universidades públicas é destinada aos mais ricos (e brancos) e que isso é um *círculo vicioso*, entretanto reafirma a sua discordância em utilizar as cotas para tentar resolver o problema. A fim de sedimentar sua ideia, usa um conector contrastivo (*mas*) e retoma o sentido do título: “Mas, se esse é um problema real, a solução é falsa”.

Como nosso objetivo nessa análise é perceber os recursos gramaticais que configuram defesa argumentativa, outro importante em matéria de coesão textual é o recurso catafórico a partir de elementos distributivos (Aposto):

(5) Ao decidir que uma em cada duas vagas será preenchida por critérios indiferentes ao mérito, o governo incorre em pelo menos dois riscos. O primeiro é comprometer a excelência do ensino e da pesquisa – **já que**, por definição, os cotistas são estudantes mais mal preparados do que os não cotistas. O segundo é perpetuar as deficiências do ensino público médio e fundamental, **uma vez que** a lei corrige na ponta o que deveria ser resolvido na base.

Sem necessidade de recorrermos às teorias do texto defendidas pela Linguística Textual neste momento, sobretudo em REFERENCIAÇÃO (fator que será oportunamente discutido posteriormente), gramáticas ilustram exemplos de Aposto distributivo como fenômeno comum em textos bem elaborados coesivamente como Bechara (2001, p.457). Outros livros de sintaxe também discutem o fenômeno do *Aposto distributivo*, mostrando a relevância de tal uso, como Henriques (2011b, p.82) que, inclusive, observa outros usos:

Caso haja necessidade de se recorrer aos demonstrativos ou aos indefinidos, usa-se *este* em relação ao mais próximo e *aquele* para o mais afastado OU *um* e o *outro* em relação a cada um dos dois, sem ordem OU o *primeiro*, o *segundo*, o *terceiro*...

Vimos, então, que no editorial o *Aposto distributivo* utilizado para fazer a coesão foi o par “primeiro/segundo” e esses termos estão distribuídos a partir da expressão que o antecede “dois riscos”. Argumentativamente, esse aspecto coloca em relevo uma escolha hierárquica em que o *primeiro* é representativo de um problema mais direto para as universidades (“comprometer a excelência do ensino e da pesquisa”) e o *segundo* como revelador de um problema para os ensinos fundamental e médio (“perpetuar as deficiências do ensino público médio e fundamental”). Daí a presença do aposto, a fim de trabalhar com os exemplos e as problemáticas separadamente.

Já no que se refere às conexões textuais (principal mecanismo a ser avaliado neste trabalho), sabemos da importância discursiva na composição textual. Irandé Antunes (2006, p.55) aborda e define bem esse mecanismo:

(...) Realiza-se [a conexão] por meio de unidades da língua que preenchem essa função – mais especificamente, as conjunções, as preposições e respectivas locuções – ou por meio de expressões de valor circunstancial, inseridas na sequência do texto. Uma e outras constituem o que tradicionalmente se tem chamado de conectores. Os conectores desempenham uma função muito importante, pois indicam a relação semântica que pretendem estabelecer entre segmentos: orações, períodos, parágrafos. São relações de causalidade, de temporalidade, de oposição, de finalidade, de adição, entre outros, as quais vão indicar a direção argumentativa de nosso texto, além de funcionarem como elos com que se conectam as várias partes de um texto. (...)

Tais conectores são muito mais do que elos coesivos, são indicadores de

sentido, fator esse discutido amplamente neste trabalho. E como desempenham importante papel semântico em textos argumentativos, no mesmo segmento analisado do editorial em que se encontra o aposto, vimos o uso de causalidade com os conectores *já que* e *uma vez que*, duas locuções conjuntivas que introduzem as causas para as consequências danosas iniciadas pelos numerais (primeiro/segundo) no aposto distributivo.

Ainda sob a ótica do emprego dos conectores, no parágrafo posterior faz-se uso do contrastivo “no entanto” para mostrar que, embora haja problemas, essa *Lei de Cotas* tem um prazo de validade de dez anos, ou seja, argumentativamente o que ela tem de bom para o enunciador não é o seu teor, mas a pequena duração, a sua existência breve, revelando, assim, mais uma crítica. Isso é tão certo que tal enunciador apresenta os possíveis benefícios da lei durante os dez anos em que ela estará em vigor, como “supostas vantagens”:

(6) A seu favor, **no entanto**, a Lei de Cotas tem a vantagem de vir com prazo de validade. Ela vai vigorar por dez anos, período em que se poderão avaliar, inclusive, suas supostas vantagens – como a de que, ao misturar alunos mais preparados, egressos das boas escolas privadas, com alunos menos preparados, vindos das deficientes escolas públicas, os primeiros “puxariam” os segundos para cima. Há estudos que apontam nessa direção e que a experiência poderá confirmar.

Embora, é claro, não se possa prever o futuro, o que chama a atenção é que o enunciador não faz nenhum esforço argumentativo para defender a lei, já que a crítica no corpo do texto. Quando cita essas “supostas vantagens”, tenta deixar claro que os exemplos não são dele e sim de quem defende o sistema de cotas, ou seja, apresenta-se no texto o ponto de vista de outro possível enunciador.

Observamos, dessa forma, nessa pequena análise, como o reconhecimento de elementos gramaticais que compõem os textos realmente indicam a direção argumentativa, fator que dá garantias mais seguras para possíveis análises textuais. Ao longo deste trabalho serão feitas diversas análises, colocando em relevo os conectores, mas sem deixar de analisar também outros elementos gramaticais que colaboram sobremaneira para as compreensões e principalmente interpretações textuais.

Precisamos deixar claro que o conhecimento linguístico dos valores dos conectores e notadamente de outros termos gramaticais é resultado do processamento cognitivo dos leitores. As leituras adquiridas fornecem aos leitores

reconhecimento gramatical suficiente para perceber sentidos possíveis em um texto. O leitor em si não fica fazendo análises (se uma conjunção é causal; ou se uma preposição deve ser classificada como final...); quem faz isso é o analista. Entretanto um questionamento é importante fazer: como ele consegue reconhecer o sentido global do texto? Certamente a partir das frases que se sucedem e se encadeiam de modo que nesse entrelaçamento produza sentido, do domínio de vocabulário, das relações que o texto faz com o conhecimento de mundo. Fatores esses que explicam como os mecanismos referenciais são percebidos pelos leitores proficientes, sejam anáforas diretas, encapsuladoras ou mesmo indiretas, mas que recuperando algo de alguma forma vão dando sentido ao texto. O mesmo fator ocorre com a coesão sequencial como produtora de sentido. Ainda que o leitor não se preocupe em classificar ou em saber nomenclaturas (causa, condição, tempo...) seu conhecimento linguístico, por conta de suas leituras anteriores, pode dar a ele ferramentas para compreender/interpretar um texto como um todo. Cabe a nós, analistas, explicitarmos que ferramentas linguísticas são essas na composição de sentido.

2.4 Abordagem pragmática na recepção dos textos

Sabemos que os valores atribuídos aos conectores são representativos dos cotextos/contextos em que estão inseridos, isto é, embora certos elementos conjuncionais possuam, pelo uso, certos valores prototípicos, como as conjunções *mas* e *quando*, só para citar dois exemplos, que, respectivamente, representam *adversidade* e *tempo*, ainda assim, mesmo prototípicos de seus empregos, podem representar sentidos mais específicos (contraste, compensação...) no caso do *mas*; ou pertencer ao eixo *causativo-consecutivo* no caso do *quando*, provando que seus sentidos podem ser reavaliados dependendo do cotexto/contexto em que se circunscrevem.

É por esse motivo que precisamos pensar os conectores a partir de seus sentidos discursivos e não como se a eles fossem inerentes determinados aspectos semânticos e que suas relações com o enunciado ou com o conhecimento de mundo não importassem. Daí a noção de cotexto (aspectos inerentes ao próprio

texto) e de contexto (aspectos que não dizem respeito ao texto propriamente dito, mas referem-se ao conhecimento de mundo compartilhado) sejam tão importantes nessa análise de sentido.

Ao tentarmos interpretar uma frase como “Ele é jogador de futebol, mas estuda”, ela não pode ser analisada apenas pelos elementos linguísticos que a compõem, pois esse enunciado realmente vai fazer sentido se levarmos em consideração o contexto em que foi produzido. A conjunção adversativa, por exemplo, revela um forte contraste, se pensarmos normalmente em jogadores de futebol brasileiros, que, na maior parte dos casos, não estudam, justamente porque praticam futebol. Provavelmente essa frase em outro contexto situacional não produziria o mesmo efeito e os usuários da língua não conseguiriam reconhecer o adequado emprego adversativo, porque não reconheceriam essa peculiaridade pragmático-discursiva.

A Pragmática, portanto, é extremamente importante nas relações de sentido, porque coloca em relevo o uso. Por isso, no livro *Gramática e Pragmática: Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino de Português*, organizado por Fernanda Irene Fonseca, a pesquisadora Graciela Reyes (1994, p.133) afirma que:

De um ponto de vista teórico, a relação entre *gramática* e *pragmática* é indiscutível. Constatar que o sistema formal das línguas não precede o uso, antes é um resultado desse uso, é uma evidência que nunca ninguém negou. Mas só recentemente se passou para além de uma constatação inócua deste facto e se procurou tirar dele consequências produtivas no âmbito da descrição das línguas. Refiro-me, nomeadamente, aos esforços teóricos de Benveniste no sentido de fundamentar a inseparabilidade entre o sistema linguístico e o seu uso (posta em relevo pela pragmática) numa pesquisa de tipo gramatical sobre as marcas formais que atestam a inscrição da enunciação na própria estrutura formal das línguas.

Os *elementos conectores* são representativos de marcas formais que devem ser analisadas pelos seus contextos de uso, por isso precisamos repensar as maneiras de lidar com os sentidos dos enunciados e sempre reconhecer que eles se prestam a uma capacidade comunicativa que está obrigatoriamente imbricada a uma perspectiva interacional. Não podemos, portanto, pensar em manifestações linguísticas de forma isolada das possíveis pressões pragmático-discursivas, seja ao analisarmos frases, trechos de um texto ou textos por inteiro.

Dentro dessa concepção linguística, adotaremos a perspectiva de pensar na

Pragmática a partir de sua concepção analítica de considerar a língua em uso, levando em consideração a relação entre forma e função e como isso propõe um novo olhar sobre as análises de produção de sentido. Por esse motivo, a noção de contexto é muito importante, pois representa as motivações que levam à produção dos enunciados e conseqüentemente às suas possíveis recepções.

Victoria Wilson (in: MARTELOTTA, 2010, p.89-90) escreveu um artigo intitulado “Motivações Pragmáticas” no livro *Manual de Linguística* e compreende a *Pragmática* da seguinte forma:

...é possível afirmar que a pragmática pode ser entendida como a teoria do uso linguístico, distinguindo-se radicalmente do chamado polo formalista da língua. A concepção de competência gramatical, pautada no conceito ideal e abstrato da língua e dos indivíduos que a falam, é substituída pela dimensão social do uso linguístico. Desenvolvem-se, então, estudos no âmbito da competência comunicativa e no da competência pragmática, de que fazem parte fatores extralinguísticos, como o contexto situacional, os participantes da cena comunicativa, o conhecimento das normas e convenções linguísticas e sociais pertinentes ao contexto em questão, a atribuição de papéis e as funções de cada um dos envolvidos.

Esse panorama leva-nos a perceber que certos usos de mecanismos de coesão sequencial, principalmente no que se refere ao reconhecimento de seus valores como operadores argumentativos, precisam ser avaliados considerando também as motivações pragmáticas de seus contextos de produção.

Importa-nos pensar como tais usos dos conectores podem representar valores nos textos argumentativos analisados aqui neste trabalho a partir dos contextos em que estão sendo utilizados e que vão motivar análises muito além do que está sendo dito no enunciado, mas sua interpretação verdadeiramente contundente estará em analisar o não dito, o significado subjacente ao que está expresso.

Jean-Michel Adam (2008, p.58-60) discute ainda mais uma pragmática voltada para o texto e não apenas para o enunciado, criticando o reducionismo de pensar o discurso somente como um conjunto de enunciados:

A pragmática transfrástica reduz a textualidade aos “encadeamentos de dois enunciados ou de duas réplicas conversacionais” (Stat, 1990, p.12). É o limite da pragmática de Oswald Ducrot e da “Pragmática do discurso” de Jacques Moeschler e Anne Reboul (1998). Estes últimos afirmam que “O

discurso (ou os tipos de discursos) são séries de enunciados” (1995, p.235) Esse reducionismo radical tem como consequência o fato de que não somente o texto não tem, segundo eles, existência teórica, mas que o discurso, reduzido às unidades que o compõem, “não é uma categoria natural cientificamente pertinente”. E acrescentam: “não há, portanto, necessidade de um tratamento próprio e a economia científica consiste em limitar-se ao estudo do funcionamento de uma categoria natural cientificamente pertinente, a saber, o enunciado.” (ibid., p.246)

O que Jean-Michel Adam está chamando a atenção é que a Pragmática está mais voltada para o estudo dos enunciados do que para a análise do texto como um todo, mesmo o texto sendo uma prática comunicativa. Pensamos que nada impede de analisarmos frases ou porções textuais maiores para percebermos as pressões pragmático-discursivas por que passam os conectores em seus usos. Claro que, neste trabalho, nosso principal objetivo é analisar textos, ainda mais porque estamos vinculados, por escolha, às propostas da *Linguística Textual*, mas não podemos nos esquecer da validade de avaliarmos também componentes enunciativos outros em nossas análises.

2.5 Polifonia e critério de autoria

Em diversos momentos neste trabalho falamos sobre as escolhas que um *autor* fez linguisticamente na composição gramatical de *frases* que constituem os textos e nos sentidos produzidos por essas elaborações linguísticas, ou seja, seus *enunciados* (DUCROT, 1987).

Por conta disso, entraremos em uma seara que merece uma consideração teórica mais significativa. Na recepção de textos, o conceito de *polifonia* é extremamente importante a fim de reconhecermos os possíveis enunciadorees que compõem um texto. Tal reconhecimento é uma contribuição na tarefa de compreensão textual.

Ducrot (1987) em “O dizer e o dito”, analisa o conceito de *polifonia* (conceito inicialmente trabalhado por Bakhtin) por uma perspectiva argumentativa e discute como um enunciado pode revelar posicionamentos diferentes sobre um assunto discutido e isso, no texto argumentativo, mostra que o autor (locutor – quem fisicamente produz o enunciado) pode trazer, para sua produção, vozes de outros

enunciadores para assim construir sua opinião sobre um determinado assunto.

É bem verdade que precisamos adotar também a distinção entre a figura do *autor* (que escolhemos chamar assim), ou seja, o indivíduo do mundo que produz/elabora seu texto e o *enunciador*, ser elaborado pelo autor para evidenciar os pontos de vista apresentados no texto. Esses pontos de vista podem corresponder ao posicionamento propriamente do autor ou podem representar posicionamentos de outros enunciadores. Como essa possibilidade pode ocorrer, isto é, um autor em sua elaboração textual pode trazer para seu texto não apenas uma voz, mas também outros posicionamentos (outras vozes) sobre o assunto discutido, isso caracteriza a *polifonia*. Sabendo que pode haver, na constituição desse aspecto polifônico, essa estratégia linguística elaborada pelo autor, isso mostra que tal procedimento pode ser feito para concordar com certas opiniões ou para refutá-las.

Azeredo (2011, p.476) fala sobre o assunto e procura promover a distinção entre *autor físico* e *autor intelectual*:

Por sua vez o termo enunciador denota diferentes entidades no estudo do discurso. Duas delas são o autor físico do enunciado (aquele que o profere com sua voz ou o escreve com seus dedos) e o autor intelectual ou institucional (aquele que de fato concebe mentalmente o conteúdo do enunciado e em cujo interesse esse é proferido). Esta distinção aplica-se exemplarmente nas situações em que um texto é concretamente emitido por um porta-voz (autor físico), que verbaliza um recado de outra pessoa (autor intelectual).

Cabral (2010, p.43) também se posiciona e comenta que:

Todo enunciado tem certo número de pontos de vista e os enunciadores são os responsáveis pela origem dos diferentes pontos de vista presentes no enunciado. É preciso ficar claro que os enunciadores não são pessoas, mas pontos de vista abstratos. Essa diversidade de pontos de vista que pode conter o enunciado constitui o que chamamos de **polifonia**. Polifonia é assim discutida como sendo a presença de vários enunciadores no enunciado. O locutor pode identificar-se com um enunciador ou manter-se distante dele.

Não entraremos aqui em uma distinção mais ampla. Entretanto, não deixaremos de reconhecer que em dados momentos falaremos sim no autor, ou seja, aquele que selecionou os elementos gramaticais que compõem sua produção, até porque como estamos falando dos elementos conectores que estão nos textos por conta da escolha de quem produz o aspecto textual, precisamos reconhecer a

importância do critério de autoria. É claro que diremos, em determinados segmentos, que um autor defende tal posicionamento; e reconheceremos que ele fez isso materializadamente com a presença de um enunciador discursivamente constituído e, quando for necessário, mostraremos como tal autor se distancia ou se aproxima ao apresentar outro ponto de vista (outra visão enunciativa).

A fim de ilustrar como é possível reconhecer a presença de mais de um ponto de vista na cena enunciativa, isto é, a visão de outros enunciadores, observemos o *artigo de opinião* abaixo:

E agora querem transformar “gordo” em palavrão...

MARTHA MENDONÇA

Gordo. A palavra soa mal? Para alguns, sim. Da mesma forma que negro, cego ou pobre – ou melhor, afrodescendente, deficiente visual ou menos favorecido –, falar “gordo” está se tornando ofensa. E a mídia americana já começa a adotar a nova tendência politicamente correta. Na semana passada, uma articulista do site Huffington Post, Vicki Iovine, escreveu que “as pessoas costumavam ter medo de ficar gordas; agora têm medo de dizer... gordo”. O que substitui a palavra proibida? “Pessoa sedentária superprocessadora de alimentos”, diz o ator e diretor de comédias americano Kevin Smith. No mês passado, Smith foi expulso de um voo por não caber numa única poltrona e começou a fazer graça com o assunto. Outra sugestão, mais sisuda, é que se diga: “A palavra que começa com f” (em inglês, gordo é “fat”).

A linguagem politicamente correta surgiu nos Estados Unidos na década de 70, como herança do movimento de defesa dos direitos civis do pós-guerra. Com ela, claro, desenvolveu-se um enorme mercado de processos judiciais. Quem não segue o novo cânone pode parar na Justiça – e isso ajuda a explicar parte do sucesso da nova língua. De acordo com sua lógica, usar certas palavras legitima o preconceito e propaga visões discriminatórias contra grupos sociais. A mudança, afirmam seus defensores, seria o primeiro passo para eliminar o preconceito enraizado na linguagem.

Mas essa é uma impressão enganosa. Na prática, a patrulha da língua enfraquece o idioma e empobrece a comunicação. “Palavras legítimas, originárias do latim, com uma história de 2 mil anos, estão sendo banidas de nosso dia a dia”, diz Aldo Bizzocchi, doutor em linguística pela Universidade de São Paulo (USP) e autor do livro *Léxico e ideologia na Europa Ocidental*. “O problema está na intenção ao dizer algo, não na palavra em si. Não é ofensa nenhuma dizer que Beethoven era surdo.”

É evidente que certas palavras carregam um tom ofensivo. É o caso, em inglês, do termo “nigger”, uma forma pejorativa de se referir aos negros que pode ser aproximadamente traduzida em português por “preto”. Em inglês, porém, tornou-se politicamente incorreto o próprio termo “black” – correspondente a nosso “negro” e usado pelos próprios líderes do movimento negro.

No Brasil, o controle do idioma ainda não é tão severo. Gordo e negro são palavras aceitas, embora com cada vez mais ressalvas. Afrodescendente já pegou nos discursos e nas teses de mestrado e doutorado. “Homossexualismo” aos poucos vai mudando para “homossexualidade”, de acordo com a orientação dos grupos de gays e lésbicas que veem no sufixo “ismo” uma conotação de doença. (Não se sabe se seriam doenças também o comunismo, o liberalismo ou o tenentismo...) Há alguns anos, quem perdia uma perna era chamado de “aleijado”. Depois passou a ser tratado como

“deficiente”. Recentemente, virou “portador de deficiência”. Não parou aí. Agora, ele é “portador de necessidade especial”.

Em 2006, a Secretaria de Direitos Humanos lançou a Cartilha do politicamente correto, com 96 expressões consideradas preconceituosas. A lista desestimulava termos como “baianada” (para abusos no trânsito), assim como as palavras “anão” e “palhaço”. A frase “a coisa está preta” também entrou no índice. A cartilha foi tão criticada que o governo a suspendeu. A ideia de vigiar a linguagem, porém, continua viva e forte – mas não gorda, gorda jamais.

Época – 04 de Março de 2010

O tema do artigo de opinião é a crítica ao uso da *linguagem politicamente correta* e critica quem defende essa postura linguística de forma exagerada. Para isso, lança-se mão de *exemplificação* abundante, *ironia*, *dados numéricos* e diversos outros artifícios para convencer o leitor de que a maneira como vem sendo utilizada é prejudicial para a própria língua e seus usuários. Dentre os recursos inerentes ao texto, percebe-se a presença da *polifonia*.

Observamos que, no segmento abaixo, há opinião de outro possível enunciador que é apresentado no texto, mas que não condiz com a opinião defendida como tese textual:

(7) Quem não segue o novo cânone pode parar na Justiça – e isso ajuda a explicar parte do sucesso da nova língua. De acordo com sua lógica, usar certas palavras legítima o preconceito e propaga visões discriminatórias contra grupos sociais. A mudança, afirmam seus defensores, seria o primeiro passo para eliminar o preconceito enraizado na linguagem. **Mas** essa é uma impressão enganosa. Na prática, a patrulha da língua enfraquece o idioma e empobrece a comunicação. (...)

Nota-se que o comentário “usar certas palavras legítima o preconceito e propaga visões discriminatórias contra grupos sociais” é uma apresentação da ideia de quem possivelmente pensa assim, mas não corresponde propriamente à tese defendida no texto e escrita pela Martha Mendonça, mas sim a opinião de outros (“afirmam seus defensores”). Isso revela que o enunciador escolhido para apresentar a defesa argumentativa apresenta essa opinião divergente para refutá-la e tal aspecto fica evidente logo em seguida: “Mas essa é uma impressão enganosa. Na prática, a patrulha da língua enfraquece o idioma e empobrece a comunicação” Quando a autora seleciona a conjunção MAS, o faz para enunciar o que verdadeiramente é defensável na linha argumentativa no texto.

Outro fator que comprova a polifonia é a presença de *argumento de autoridade*. O fato de usar dessa estratégia argumentativa já corresponde a uma

forma de trazer para o texto outras com quem se dialoga, seja para endossar o que outra pessoa afirma ou para criticá-la. Nesse texto em análise, a linha argumentativa quer deixar clara a defesa de que a linguagem politicamente correta é dispensável. Por isso, ao utilizar o comentário de Aldo Bizzocchi, pretende-se mostrar que a substituição de certas palavras legítimas na língua por outras supostamente menos agressivas seria uma proposta descabida.

Tais análises materializam discursivamente que, na construção de um texto, pode haver várias outras vozes que não necessariamente correspondem ao ponto de vista do enunciador que fora eleito como a entidade discursiva elaborada pelo autor para defender uma opinião. Essas outras opiniões podem ser utilizadas para que se perceba a presença das ideias de outros enunciadores que constituem a cena enunciativa.

3 TIPOLOGIAS E GÊNERO TEXTUAL ARGUMENTATIVO

Com o intuito também de balizarmos nosso suporte teórico para o desenvolvimento deste trabalho, falaremos melhor sobre *tipologia* e *gênero* textual. Há diversas correntes (até mesmo dentro da Linguística Textual) que tentam enquadrar os textos nessas categorias. Preferimos aqui adotar a noção de *tipologia* (KOCH, 2004): *narrativo, descritivo, expositivo, injuntivo, argumentativo*; isso estabelecido a partir da abordagem de Bakhtin (1997) [1979] e que estamos chamando de categoria MACRO, porque serve de ferramenta para a elaboração de vários gêneros textuais.

Já aos gêneros: *poema, carta, prospecto, receita, requerimento, artigo de opinião, conto, crônica, editorial* e tantos outros aspectos de manifestações textuais, a esse chamamos de categoria MÚLTIPLA, por conta da multiplicidade de funções sociais (TRAVAGLIA, 2004, p.148-149) a que se prestam em suas mais diversas elaborações:

gênero – é identificado e se caracteriza por exercer uma função social específica de natureza comunicativa. São exemplos de gêneros: romance, novela, conto, fábula, apólogo, parábola, mito, lenda, caso, biografia, piada, notícia, certidão, atestado, mandado, procuração, artigo, tese, dissertação, resenha, tragédia, comédia, drama, farsa, auto, esquete, edital, convite, prece, oratório (sermão, discurso, etc), didático, contrato, correspondência.

A categoria MACRO, então, seria o *modo de organização discursiva* (OLIVEIRA; in: Valente; 2007,p.79-92). Chamamos de MACRO, porque contém características específicas em sua forma de elaboração e funcionam como ferramentas na elaboração dos mais variados gêneros textuais. Tanto é que elementos da categoria MACRO podem funcionar como ferramenta para elaboração de vários gêneros textuais, pois em um *artigo de opinião*, por exemplo, pode conter tipologia argumentativa (aspecto obviamente central que o caracteriza), mas também partes descritivas ou narrativas em sua composição. Ou uma letra de música pode ser narrativa, mas conter partes injuntivas e argumentativas. Enfim, o processo tipológico é mais estático e pouco passível de modificação, pois, por sua amplitude de usos, constituem-se como instrumentos para manifestações sociais vastas nos múltiplos gêneros existentes.

Identificamos, portanto, os *gêneros textuais* como representantes de categoria

MÚLTIPLA, pois há, como o próprio nome sugere, uma multiplicidade de formas, de realizações textuais, resultado da própria diversidade social que acompanha e influencia essas realizações. Significa afirmar que representa uma produção infinita, já que é o resultado das mais diversas formas de interação social. Como as pessoas interagem das formas mais diversificadas, as produções textuais acompanham essa multiplicidade, expandido os gêneros para uma projeção interminável. A todo momento histórico surgem novas formas textuais de comunicação e hoje isso fica muito potente com as tecnologias da computação que também colaboram para essa expansão. Dessa forma, os gêneros são mais dinâmicos e sujeitos a alteração e expansão o que resulta em formas múltiplas dentro das necessidades comunicativas.

Ainda sobre essa multiplicidade de gêneros, Koch (2004, p. 161) deixa muito clara sua análise acerca das manifestações heterogêneas do discurso que resultam, portanto, em textos diferentes uns dos outros, porque correspondem a intenções distintas dentro do universo social em que as pessoas estão inseridas:

(...) É cada uma dessas situações, portanto, que determina a existência de um ou mais gêneros, com características temáticas, composicionais e estilísticas próprias.
Sendo as esferas de utilização da língua extremamente heterogêneas, também os gêneros apresentam grande heterogeneidade, compreendendo desde o diálogo cotidiano à tese científica..

Desse modo, Henriques (2011a, p.15) elabora um quadro em que estabelece as marcas linguísticas para as tipologias textuais, baseando-se nas análises de Azeredo (2008) e Oliveira (in: VALENTE; 2007, p.79-92), dentre as quais nos interessa o modo de organização argumentativo:

Modo de organização_____	Explicação (e marcas linguísticas principais)
ARGUMENTATIVO _____	MARCAS LINGUÍSTICAS: conectivos condicionais, concessivos/contrastivos, conclusivos/consecutivos.

Assim, nota-se que os textos organizados discursivamente no modo tipológico argumentativo possuem *conectores* como marcas linguísticas relevantes para sustentar as opiniões em seus textos.

Para determinar a predominância tipológica em um texto (se é que isso

sempre seja possível) é necessário observarmos como essas marcas linguísticas são elaboradas no tecido textual a fim de constituírem essa possível predominância.

Sabemos que, para os textos argumentativos, a presença dos *operadores discursivos* (notadamente os elementos conectores/expressões conectoras são muito importantes). Como os editoriais normalmente incorporam a tipologia argumentativa como ferramenta básica de um discurso, pensamos na composição tipológica básica de vários editoriais de *Veja* como objeto de análise. Também é importante ressaltar que a escolha por editoriais reflete uma preocupação nossa em trabalhar com a língua portuguesa em norma padrão e avaliar seu uso real. Sabemos que os jornais e revistas semanais (em nosso caso a *Veja*) constituem um padrão médio de linguagem padrão, sendo relevante em nosso objeto de estudo.

A fim de deixar mais evidente o uso de operadores argumentativos, vamos observar no editorial “Um norte ético” o uso de contrastivos que, se bem interpretados pelo leitor, orientarão sua leitura.

Um norte ético

Coube à imprensa livre revelar que no coração do governo do ex-presidente Lula funcionava uma impressionante máquina montada para desviar dinheiro dos cofres públicos e, com ele, subornar parlamentares e comprar partidos políticos. Coube ao Congresso Nacional esmiuçar em uma CPI os caminhos tortuosos do escândalo que ficou nacionalmente conhecido como mensalão, o maior caso de corrupção política da história recente. À Justiça, cabe agora punir os envolvidos. Temia-se que a tradição de impunidade prevalecesse. Na semana passada, porém, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) anunciaram os primeiros veredictos, condenando cinco dos 37 acusados, entre eles o deputado João Paulo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados, o petista Henrique Pizzolato, ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, e o empresário Marcos Valério, apontado como operador do esquema. Suas penas só serão anunciadas no fim do julgamento, mas a decisão dos magistrados já começa a romper um dos mais vexatórios paradigmas da cultura brasileira: o de que prisão não é lugar para os poderosos, principalmente se os poderosos também são políticos. A porta da cadeia enfim foi aberta para eles.

Ao anunciarem seus votos, os ministros surpreenderam os mais incrédulos, não se limitaram a fundamentá-los tecnicamente. Externaram também uma enfática indignação com a ousadia patrocinada pelos ladrões do dinheiro público. Agentes públicos que se deixam corromper e particulares que corrompem são corruptos e corruptores, os profanadores da República, os subversivos da ordem institucional, os delinquentes, os marginais da ética do poder, infratores do Erário que trazem consigo a marca da indignidade, que portam o estigma da desonestidade”, disse o ministro Celso de Mello, o decano do STF. Ainda falta muito para saber se a impunidade será inteiramente derrotada, mas as primeiras condenações são exemplares em sua essência e trazem um sentimento de alívio e alma lavada à opinião pública, já que apontam o inédito caminho da prisão para os corruptos poderosos – um feito histórico, que pode fazer o Brasil finalmente reencontrar o rumo da ética e voltar a distinguir o certo do errado.

Veja – 5 de setembro de 2012

A proposta do editorial em questão é defender que o julgamento do *mensalão* e suas punições são um indício que o Brasil, finalmente pune os corruptos e que isso é um princípio ético.

Como a nossa visão repousa neste momento no uso dos contrastivos, o enunciador logo no início do texto apresenta o percurso que culminou com as punições. Comenta, portanto, que a imprensa revelou o *mensalão*, depois afirma que o Congresso Nacional investigou e agora a justiça pune os indivíduos. A fim de trabalhar o conector contrastivo como estratégia argumentativa, o autor cria as seguintes frases no trecho:

(8) Temia-se que a tradição da impunidade prevalecesse. Na semana passada, **porém**, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) anunciaram os primeiros veredictos, condenando cinco dos 37 acusados...

O uso, então, do conector contrastivo revela uma quebra de expectativa em relação à tradição brasileira de julgamentos dessa natureza. Por isso, o autor coloca tal conector para marcar seu posicionamento discursivo e orientar o leitor. Em outro segmento novamente há tal recurso linguístico:

(9) Suas penas só serão anunciadas no fim do julgamento, **mas** a decisão dos magistrados já começa a romper um dos mais vexatórios paradigmas da cultura brasileira: o de que prisão não é lugar para os poderosos, principalmente se os poderosos também são políticos.

É importante notar que a conjunção adversativa (MAS) é usada também para contrapor e evidenciar uma quebra de paradigma. Então, tanto seu uso como a utilização prévia do *porém* são operadores argumentativos em ação.

A utilização desses operadores configura a argumentatividade, já que em textos com essa tipologia é comum sua presença. Por isso, precisamos reconhecer (como estamos fazendo aqui) suas funcionalidades para entendermos melhor as informações e as críticas instauradas nos discursos.

Sabemos que tais operadores contrastivos são elementos que instauram oposições, mas que, com isso, evidenciam o posicionamento de quem se pronuncia em seus enunciados. Nesse texto analisado, o autor faz questão de reiterar sua argumentação com o uso das conjunções adversativas. Claro que nesse texto elas possuem sua função, seu propósito discursivo. Em outro texto, mesmo mantendo

seu valor de oposição, seu uso terá outras propostas, pois servirá a outras estratégias. Aqui, está servindo para reforçar que, contra todas as expectativas, os casos de corrupção no Brasil estão sendo julgados e os responsáveis punidos. Isso também ocorre em outro trecho:

(10) Ainda falta muito para saber se a impunidade será inteiramente derrotada, **mas** as primeiras condenações são exemplares em sua essência e trazem um sentimento de alívio e alma lavada à opinião pública, **já que** apontam o inédito caminho da prisão para os corruptos poderosos – um feito histórico, que pode fazer o Brasil finalmente reencontrar o rumo da ética e voltar a distinguir o certo do errado.

Vemos que o artifício para reforçar o contrastivo e sustentar melhor a tese argumentativa do texto foi a associação com o valor de causalidade (*já que*), pois orienta novamente para “o inédito caminho da prisão para os corruptos poderosos”.

Assim, os *editoriais* representam gênero importante na ilustração do que é um texto com argumentatividade. Por isso, deixar mais claro qual a funcionalidade de um editorial é necessário observar seus aspectos constitutivos.

Travaglia (2007, p.1302) afirma que o editorial pode conter *cruzamento de tipos*:

Às vezes há mais de um tipo em cruzamento e que são necessariamente dominantes. Vemos este fato no editorial que é basicamente e sempre dissertativo e argumentativo “*stricto sensu*”, mas além de trechos dissertativos ele pode conter conjugados trechos descritivos, injuntivos e narrativos, geralmente com funções dentro da argumentação ...

Já discutimos, inclusive, que um mesmo texto pode conter ferramentas da categoria MACRO em sua elaboração e com os editoriais isso não é diferente, entretanto prevalece a proposta argumentativa.

O gênero *editorial* é, portanto, um texto que se propõe, em sua constituição básica, defender uma tese. Por esse motivo, precisamos, ao analisar tais textos, reconhecer a ideia central defendida para a tarefa de interpretação. Para Teun A. van Dijk (2005), os editoriais revelam uma postura ideológica, mostrando que eles revelam um importante papel na formação da opinião pública.

Não podemos nos esquecer de que os editoriais revelam, portanto, um posicionamento ideológico e que pretende defender de forma clara a opinião do meio de comunicação sobre o assunto abordado. A pesquisadora Claudia Herte de

Moraes, em seu artigo “*Parcialidade alardeada: notas sobre a importância da opinião no jornalismo*”, embora centralize suas análises nos editoriais de jornais, comenta:

No jornalismo, a opinião tem lugar de destaque principalmente pelo editorial e pela linha editorial de cada veículo. (...) Os editoriais, assim como os noticiários pressupõem um acordo prévio com o leitor, até mesmo na instituição da polêmica. (...) É importante tratar o editorial ainda como um espaço de formação da opinião pública, porque opera na tematização do debate. E, ainda, como texto argumentativo, supõe crítica e posicionamento claro.

Já a historiadora Carla Luciana Silva (2009) analisa especificamente os editoriais da revista *Veja* (“Carta ao Leitor”), mas, diferente de nossa análise, procura mostrar como a revista, na visão dela, manipula os leitores a partir do *editorial*:

Os padrões de manipulação de um veículo de imprensa como *Veja* não são absolutos e podem permitir mediação. Em alguns momentos são difíceis de serem percebidos. A análise sistemática dos editoriais aponta justamente para a forma prática como a revista articula referenciais teóricos como o da “responsabilidade social”, “quarto poder” e “opinião pública”, com uma atuação concreta buscando parecer neutra, ocultando sua “ação partidária”. Está claro o sentido de “responsabilidade social” como prática das estratégias da publicação da editora Abril...

Já é necessário deixar claro que nossa proposta nesta *tese* não é discutir sociologicamente se a revista é ou não manipuladora, mas sim mostrar as técnicas de argumentação e reconhecer de que forma o autor orienta linguisticamente (com o uso de conectores e de outros aspectos associados) o leitor a analisar o assunto abordado nos textos. Discutiremos, então, as técnicas de argumentação. Não acreditamos em jornalismo isento (fator que ainda será mais bem abordado neste texto), mas, na verdade, nosso interesse recai sobre os aspectos linguísticos utilizados na composição argumentativa.

4 CONECTIVOS E SEUS CONCEITOS

A definição de conectivo abarca todo e qualquer elemento ou expressão que sirva de elo entre termos, expressões, orações e até parágrafos. Daí que o melhor seria chamarmos de “elementos conectores”, devido à sua abrangência em relação às classes que o comportam (conjunções/locuções conjuntivas, advérbios discursivos / locuções adverbiais discursivas, preposições discursivas / locuções prepositivas discursivas...) e que possuem funcionalidade conectora. Além de analisarmos tais elementos conectores, discutiremos se alguns desses elementos já se *gramaticalizaram* completamente como conjunção (principal conector existente), mas sabemos que é uma tarefa inglória, pois encontramos definições e defesas divergentes sobre o assunto. Procuraremos, então, analisar se uma *conjunção* pode ser considerada como tal e se outros itens lexicais já se *gramaticalizaram* como esse conector ou ainda estão em processo. Isso não significa dizer que nos furtaremos a postular ou mesmo escolher uma definição, muito pelo contrário, defenderemos uma hipótese, entretanto como a proposta é analisarmos diversos *elementos conectores* e não só as conjunções, isso se torna menos importante.

Começemos, então, pela definição de conjunção. Para Bechara (2001, p. 319), a conjunção é classificada como conector e transpositor:

Conector e transpositor – A língua possui unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado. Estas unidades são tradicionalmente chamadas conjunções, que se repartem em dois tipos: *coordenadas e subordinadas*. (...) Daí ser a conjunção coordenativa um conector. Como sua missão é reunir unidades independentes, pode também “conectar” duas unidades menores que a oração, desde que do mesmo valor funcional dentro de mesmo enunciado.

Vimos que Bechara chama a conjunção de conector de orações, mas reconhece que também pode reunir unidades menores que a oração (contanto que seja coordenativa). Por conta dessa abrangente definição, diversas conjunções tradicionalmente tratadas em nossas gramáticas normativas do Português do Brasil podem ser enquadradas assim. Entretanto, Bechara, um pouco mais à frente em sua gramática, questiona a inserção de certas conjunções que para ele não

passam de unidades adverbiais que não são *conjunções coordenativas* (2001, p. 322):

Unidades adverbiais que não são conjunções coordenativas - levada pelo aspecto de certa proximidade de equivalência semântica, a tradição gramatical tem incluído entre as conjunções coordenativas certos advérbios que estabelecem relações inter-oracionais ou intertextuais. É o caso do *pois, logo, portanto, entretanto, contudo, todavia, não obstante*. (...) Não incluir tais palavras entre as conjunções coordenativas já era lição antiga na gramaticografia de língua portuguesa; vemo-la em Epifânio Dias e, entre brasileiros, em Maximino Maciel...”

Nota-se que nosso ilustre gramático analisa e classifica as conjunções por intermédio das teorias da *gramaticalização*, mesmo que não categorize suas análises dessa forma. Afirma, inclusive, que outros estudiosos como Maximino Maciel nem considerava que tais unidades adverbiais pudessem ser classificadas como conectores.

Claudio Cezar Henriques (2011b, p. 105) no livro *Sintaxe* também discute o assunto e o descreve com exemplos, citando justamente Maximino Maciel (1918, p.145): “ As palavras *entretanto, contudo* e *todavia* têm função mais adverbial do que de conjunção, tanto que instituímos o novo grupo dos advérbios de concessão ou concessivos a que hoje pertencem.” Por isso, Henriques trabalha com a denominação *conjunção-conjunção*, para as já gramaticalizadas e *conjunção-advérbio* para as que estão em processo.

Devemos pensar aqui na teoria da *gramaticalização* porque as *conjunções-conjunções* seriam aquelas que não admitiriam mobilidade sintática e, por isso, ficariam (no caso das coordenadas) à direita na frase. Termos como *porém, entretanto, portanto* e outros conectores citados por Bechara admitiriam flexibilidade / mobilidade nas frases e, por isso, ainda não estariam gramaticalizados.

Já que nossa abordagem precisava falar de *gramaticalização* (aspecto teórico o qual já discutimos) não podemos nos esquecer de que essa relação entre advérbios e conjunções é fator conhecido, pois diversas conjunções atuais da língua portuguesa são oriundas dos advérbios. Dessa forma, mesmo que alguns autores discutam se certos elementos gramaticais são ou não conjunções verdadeiramente estabelecidas na língua, não podem questionar se funcionariam

nos textos como *elementos conectores*. Certamente o são, uma vez que tais termos podem ter função coesiva sequencial, alguns, inclusive, com dupla funcionalidade conectora (assumindo também uma função referencial), como são os casos de *por isso* e *além disso*, por exemplo. Assim possuem implicação semântica e funcionalidade discursiva nessas ligações, além de servirem de estratégias em certos contextos argumentativos e não apenas como recurso lógico-semântico.

Para Análise do Discurso, conectivo possui ampla definição: “...os conectivos, isto é, os morfemas que têm por função ligar dois enunciados” (MAINGUENEAU, 1997, p. 160). Com esse tipo de afirmação, vários itens lexicais podem ser enquadrados nessa função, não só as conjunções. A Linguística Textual, segundo Koch em seu livro *Desvendando os Segredos do Texto*, considera tais conectores como *articuladores textuais*:

O encadeamento de segmentos textuais, de qualquer extensão (período, parágrafos, subtópicos, sequências textuais ou partes inteiras do texto), é estabelecido, em grande número de casos, por meio de recursos linguísticos que se denominam articuladores textuais ou operadores do discurso. (KOCH, 2009, p.133)

Enxergar esses elementos do discurso como *organizadores (articuladores) textuais* reforça a tese de que um texto fica melhor encadeado com a presença deles. Não há aqui a defesa de que um texto só se faria texto se houvesse tais itens lexicais, mas que as organizações sintáticas com esses articuladores *in praesentia* podem tornam os textos mais orientados para o leitor é sim verdade, ainda mais pensando o texto por um prisma interacional. Observemos um editorial de *Veja* cujo título é “O elo perdido” (08 de Junho de 2011) para tornar isso mais evidenciado.

O elo perdido

“O ministro Antonio Palocci pode ficar no governo até amanhã. Ou depois de amanhã. (...) Ou até 31 de dezembro, quando termina o mandato do presidente (...). Mas (ele) começou a perder aceleradamente as condições – políticas, éticas administrativas – de manter-se no cargo”. Assim VEJA descreveu na reportagem “O Palocccigate” e a morte da ética”, capa de 29 de março de 2006, os momentos finais da agonia pública do então mais poderoso auxiliar de Lula. A história se repete agora em meio a dramáticas e irônicas coincidências. Palocci caiu em 2006 depois de perder apoio político de seu partido, tendo como lance derradeiro a quebra de sigilo bancário de Francenildo Costa, caseiro que testemunhou ter visto o ministro “dezena de vezes” em um célebre casarão do Lago Sul, em Brasília, cujos

frequentadores se esbaldavam em festas com prostitutas e onde, os indícios apontavam, tratavam de intermediação de negócios de empresas privadas com órgãos do governo. Cinco anos depois, Palocci se encontra acossado pela suspeita de enriquecimento ilícito e, novamente, sem apoio de seu partido, o PT.

Some-se agora aos constrangimentos de Palocci o fato de ele, tendo um apartamento de mais de 6 milhões de reais em São Paulo, pagar aluguel a um morador da periferia de São Paulo chamado Dayvini Costa Nunes. O personagem em pauta é o dono da empresa proprietária do apartamento de luxo onde Palocci mora em São Paulo. Primeiro, Dayvini disse a VEJA que nunca soube ser sócio controlador de tal empresa. Depois ele se contradiss³ a admitiu ter concordado em fazer o papel de “laranja”, pessoa cujo nome é usado como fachada para negócios ou para assumir como suas as propriedades de terceiros. Palocci não tem a obrigação legal de checar os antecedentes do seu locador, mas, sendo alguém que dá expediente no Palácio do Planalto, em contato direto com a presidente Dilma Rousseff, deveria ter sido mais cuidadoso. Melancólica situação de um político que, nos dois governos em que se viu em apuros éticos pessoais, teve atuação pública ao lado das luzes, seja como garantidor da racionalidade econômica, seja no papel de algodão entre cristais na política. Palocci encarna o elo perdido, unindo o país real a uma Brasília imersa em ideologias paralisantes, e nessa condição, em última análise, serve ao Brasil. Não foi o primeiro nem será o último político escanado a incendiar as vestes nas chamas de suas próprias contradições.

Mas foi o único na história recente a ser pego duas vezes com a boca na botija – e, pelo menos em parte, pagar por isso.

Veja, 8 de junho de 2011

Note-se que no segmento desse editorial em que *Veja* faz referência a uma matéria da mesma revista só que de Março de 2006 há o uso do elemento conector contrastivo:

(11) O ministro Antônio Palocci pode ficar no governo até amanhã. Ou até depois de amanhã. (...) Ou até 31 de dezembro, quando termina o mandato do presidente (...) **Mas** (ele) começou a perder aceleradamente as condições – políticas, éticas, administrativas – de manter-se no cargo.

O fato de o autor do texto escrever essa passagem com o adversativo *Mas* possibilita um efeito discursivo importante. O uso dele reforça o contraste entre Palocci não ser desligado do governo antes da saída do então presidente Lula e as perdas das condições políticas, éticas e administrativas. Se não houvesse a conjunção seria outro segmento de texto, tal trecho soaria apenas como uma informação, mas, com a presença dela, notamos que é um posicionamento tomado pelo enunciador para deixar claro seu posicionamento crítico sobre o assunto.

Um pouco mais à frente o uso desse conector serve ao mesmo propósito discursivo. Observemos o trecho:

(12) (*Palocci*) Não foi nem o primeiro nem será o último político escanado a incendiar as vestes nas chamas de suas próprias contradições. **Mas** foi o único na história recente a ser pego duas vezes com a boca na botija – e, pelo menos em parte, pagar por isso.

Percebemos que novamente a inserção do termo conector não é apenas para instaurar uma relação lógico-semântica, e sim tem a função de introduzir um comentário importante para a abordagem argumentativa.

Assim, a existência de conectivos caracteriza efeitos discursivo-argumentativos preponderantes nos textos. Por isso, falaremos pausadamente de cada eixo importante e de suas funcionalidades.

Como observamos, o conceito de conectivo é mais amplo do que se imagina e não pode ficar restrito às conjunções. Adotamos o conceito, então, de *elemento conector / expressão conectora* para designar todo item gramatical, detentor de *valor semântico-textual* e que pode ser avaliado em perspectiva da *coesão sequencial*. Esse conceito abarca as conjunções/locuções conjuntivas, advérbios discursivos/locuções adverbiais discursivas, preposições discursivas/locuções prepositivas discursivas, ou seja, diversas palavras ou expressões encadeadoras que, por força do discurso, funcionam como elementos de conexão.

Para efeito ilustrativo e mais esclarecedor, vamos distinguir melhor alguns desses itens que funcionam como *elemento conector / expressão conectora*. Para isso, vamos observar os termos: *mas*, *logo que*, *assim*, *além disso*, *por*, *a fim de*. Tais termos poderiam ser enquadrados em categorias diferentes de conectores – o *mas* como conjunção; *logo que* como locução conjuntiva, *assim* como advérbio (discursivo), a expressão conectora *além disso* como locução adverbial (discursiva), o *por* como preposição (discursiva) e a expressão *a fim de* como locução prepositiva (discursiva).

Então, elementos conectores / expressões conectoras irão revelar uma categoria que abarcará outras que possuem classificação discursivo-argumentativa, bem como outros elementos que não costumam ser sistematizados dessa forma, mas que funcionam como conectores. E como nossa preocupação nesse trabalho não é apenas ampliar o conceito de conector, mas também perceber que um conectivo não pode ser visto unicamente como um elo, mas principalmente como uma marca de argumentação, por isso observaremos suas funcionalidades textuais.

Por isso preposições/locuções prepositivas, conjunções/locuções conjuntivas funcionam normalmente como conectores, mas o que precisa ser reforçado é que há

também um grupo de advérbios discursivos/locuções adverbiais discursivas que pode desempenhar tal papel. Isso se deve ao fato de que não estão ainda plenamente gramaticalizados como conjunções, mas ao mesmo tempo não estão ligados a um verbo, adjetivo, advérbio como tradicionalmente se analisa. Na verdade, esses elementos discursivos prestam-se a funções textuais mais complexas: conectar partes do discurso e servir de marcas que revelam argumentatividade, e por possuírem mobilidade sintática no interior das orações de que fazem parte, ainda carregam alguma natureza adverbial.

Alguns desses advérbios/locuções adverbiais que preferimos chamar discursivos operacionalizam relações sintáticas e correspondem a valores semânticos à semelhança de alguns vocábulos tradicionalmente chamados de conjunções, dentre eles destacam-se: *então*, *enfim*, *assim*, *por isso*, *por conseguinte*...

Outro fator que também precisa ficar claro é que o objetivo desta tese é discutir os conectores que funcionam como operadores argumentativos. Isso revela que nem todo conector pode funcionar em um enunciado como operador, haja vista casos em que a conjunção aditiva *e*, por exemplo, somente relaciona elementos que desempenham a mesma função sintática e seu teor semântico em vários textos não corresponde propriamente a um efeito discursivo-argumentativo, pois pode apenas fazer parte de uma informação: (Ex.: Marcos e Cláudia saíram). Ou mesmo uma preposição, que pode representar somente um caráter regencial, e nem por isso constituir-se como uma ferramenta linguística em benefício de uma estratégia de argumentação (Ex.: Gosto de esportes). Além disso, nem todo operador argumentativo é um conector, um exemplo disso é o termo *aliás* (Ex.: Ninguém gostou da festa, aliás nem o próprio aniversariante). Uso em que o operador em questão deixa evidente que o argumento introduzido por ele possui maior força argumentativa, mas isso não significa que funciona como um conector. Daí que o objetivo é descrever elementos gramaticais que desempenham as duas funções: conector e operador argumentativo.

Se para conectar, o termo precisa necessariamente ligar duas partes, sejam termos de uma frase, frases entre si dentro de um enunciado, ou mesmo porções textuais maiores como dois parágrafos entre si, precisamos então nos posicionar teoricamente quando um conector inicia um enunciado e não necessariamente está ligando esse enunciado com o que já foi dito. Ainda assim podemos chamá-lo de

conector? Podemos, porque nem toda oração precisa necessariamente estar em ordem direta e, por isso, seu posicionamento mesmo inicial conecta sua porção textual a outra que ainda será dita. Em “Embora ainda falte muito em relação à ética, a política brasileira melhorou significativamente.”, podemos afirmar que a conjunção *embora* desempenha seu papel de elo, porque relaciona as porções oracionais.

Nos casos em que um conector, com determinado valor, só é empregado em início de frase, mesmo dessa forma podemos dizer que sua função relacional coesiva está mantida, basta reorganizarmos a frase para percebermos a sua relação com a oração posterior. Se quisermos comprovar sua relação coesiva, basta reorganizar as orações. A diferença é que o conector poderá sofrer uma permuta por outro de igual sentido: “Como não obtive bons resultados ultimamente, a seleção brasileira de futebol não está bem classificada no *ranking* da FIFA”. Vejamos que nesse caso o conector *como*, que com valor causal só pode iniciar a frase, será substituído na reorganização das orações por um de mesmo valor causal (*porque, uma vez que...*): a seleção brasileira de futebol não está bem classificada no ranking da FIFA, (porque / uma vez que) não obtive bons resultados ultimamente.

Mesmo aqueles conectores de natureza mais adverbial que conjuncional, porque ainda não estão completamente gramaticalizados e, por isso, possuem considerável mobilidade sintática, podem ser chamados de conectores também (se sua função for relacionar partes do discurso). Entendemos que *elementos conectores*, que tradicionalmente são chamados de conjunção, como *portanto, porém*, dentre tantos outros que admitem tal mobilidade, como são elementos que funcionam como recurso de coesão textual, são também elementos de conexão, mesmo com flutuação na frase em que se encontram, pois estão relacionando semântica e sintaticamente as duas partes do discurso.

Observemos exemplos que ilustram isso:

(13) A empresa tinha recebido uma premiação, **entretanto** estava em débito com o governo.

(14) A empresa tinha recebido uma premiação, estava, **entretanto**, em débito com o governo.

Notemos que em (13), a oração adversativa que contém o conector *entretanto*

está iniciada por ele com uma posição sintática à semelhança da prototípica conjunção *mas*; por outro lado, em (14), o elemento conector está em posição interoracional, mas isso não impede de exercer relação coesiva com a oração anterior e ainda estabelecer a relação semântica necessária às duas partes da frase em coesão sequencial.

Sabemos que alguns conectores aceitam a presença da conjunção *e*. Em diversos casos, é possível perceber a presença dos dois conectores. Consideramos que há, na verdade, duas relações de sentido reforçadas pelos dois elementos de conexão. Observemos alguns exemplos:

(15) Os advogados estudaram bem o caso, **portanto** chegaram a uma conclusão.

(16) Os advogados estudaram o caso e, **portanto**, chegaram a uma conclusão.

O que precisa ser evidenciado é que em (16) ainda temos no termo *portanto* a função coesiva de conexão sequencial, mesmo com a presença da conjunção *e*. A diferença é que em (15) só temos o valor de conclusão, mas em (16) temos uma oração com dois conectores (*e*, *portanto*), respectivamente com valores de *adição* e *conclusão*, em que o valor conclusivo possuiu um maior peso argumentativo.

A conjunção *e* também pode estar presente com a conjunção integrante, por exemplo:

(17) Notamos **que** o funcionário faltou e **que** não trouxe atestado médico.

Vemos que nada impede que reconheçamos a presença da conjunção *e*, comum em vários enunciados, e a integrante *que*. O que a conjunção aditiva faz é sua precípua funcionalidade sintática: relacionar elementos / partes do discurso com a mesma função. Nesse caso está relacionando duas orações substantivas com função de objeto direto.

Outro fator a ser discutido é a respeito da funcionalidade que muitos conectores têm para nos textos serem operadores argumentativos, principal enfoque deste trabalho. Isso não quer dizer que todo conector poderá ser operador em qualquer contexto e que todo operador será sempre um conector. Temos casos em que uma conjunção *e* estará servindo apenas para ligar termos entre si, exercendo

apenas uma categoria lógico-semântica e do ponto de vista sintático relacionando partes do enunciado com mesma função: “Inglês e Francês são idiomas que precisam ser estudados por você.” Ou ainda, teremos casos em que um advérbio como *só*, dentro de um contexto possível, funcionará com valor de exclusão para evidenciar uma *escala argumentativa* (aspecto teórico que será retomado adiante), colocando em relevo a informação mais importante que é construída com a presença desse elemento gramatical, nem por isso, porém, tal advérbio (mesmo sendo um operador argumentativo) funcionará como um conector: “*só* o Brasil perdeu no quesito educação”

Observemos, então, os tipos gerais de conectores, suas definições e peculiaridades semântico-argumentativas para podermos analisar suas características nos textos argumentativos.

4.1 Conjunções e locuções conjuntivas

Dentre os conectores mais utilizados nos textos, notadamente as conjunções/locuções conjuntivas são as que preenchem de forma mais específica essa funcionalidade.

Segundo alguns estudiosos, o conceito de conjunção ao longo dos estudos gramaticais nunca foi algo tão claro, já que essa categoria gramatical funciona como conectivo (denominação tradicional), mas outras classes também podem desempenhar tal papel.

Para Eduardo Carlos Pereira (1940, p. 367-368), em uma edição, portanto, anterior à NGB, a conjunção é um *conectivo proposicional* ao passo que a preposição seria um *conectivo vocabular*. Ele evidencia, neste capítulo de que trata das conjunções, uma distinção em relação à preposição, pois, para ele, quando a conjunção relaciona termos, na verdade, ligaria orações e proposições elípticas:

A conjunção, como a preposição, é uma palavra conectiva; porém é ela uma *conectiva proposicional*, ao passo que a preposição é uma conectiva vocabular. (...)

Quando as conjunções parecem ligar termos ou palavras, ligam de fato orações ou proposições elípticas: “A verdade e o azeite andam à tona d’água, isto é, a verdade anda à tona da água e o azeite anda à tona da água.”

Entretanto, um pouco mais adiante, o próprio autor reconhece que, em algumas construções, fica evidente que as conjunções estariam ligando termos:

Casos há, entretanto, em que a *conjunção* invade, de fato, o terreno da *preposição*, assumindo-lhe a função de ligar palavras que não podem desdobrar-se em proposições: “Pedro e Paulo são irmãos – Dois e dois são quatro – Misturar alhos e bugalhos”

Bechara (2001, p. 319), como já vimos neste trabalho, por sua vez, também mostra certa dificuldade em definir conjunção. Inicialmente chama o conector de transpositor, dizendo que a sua função seria reunir orações e depois, na lista de conjunções coordenadas, cita exemplos de ligações efetuadas pelas conjunções, não em relação a orações somente, mas também de termos entre si.

Uma das definições que abrange as duas vertentes é feita por Celso Cunha (1986, p.307) que define conjunção como: “os vocábulos invariáveis que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração”. Dessa forma, com essa definição, o gramático reconhece que é possível que conjunções coordenadas possam relacionar termos entre si, assim como Bechara demonstra nos exemplos escolhidos, mas a diferença é que Celso Cunha leva isso para sua definição.

Fazendo um percurso histórico sobre a classificação das conjunções nas gramáticas, vê-se que, em referência ao que podemos chamar de *classificação geral*, não há grandes distinções entre elas: os gramáticos dividem em coordenadas e subordinadas; a lista das conjunções normalmente é muito similar, diferindo muito pouco de um gramático para outro. Notemos que a definição de conjunção está vinculada estritamente para alguns autores a uma noção puramente sintática.

Outro aspecto relevante é observar como alguns estudiosos da linguagem tratam essa classe de palavra, ou seja, sob que aspecto gramatical é feita a análise. Em Sousa da Silveira - “Lições de Português” (1972, p. 136; p. 240-248), o estudo das conjunções aparece em duas partes: na morfologia e na sintaxe. Na parte morfológica (p.136), são tratadas sob perspectiva etimológica e, com a lista apresentada em seu livro, Sousa da Silveira só apresenta algumas conjunções, evidenciando sua origem latina: *e* < et; *nem* < nec; mais (arc.), *mas* < magis;

porém; como; quando; que, dentre outras formas arcaicas. Já do ponto de vista sintático, o estudioso (p.240-248) apresenta o tema ao dizer que havia muito que falar a respeito, mas diz que será limitado em sua análise. E essa limitação fica a cargo das análises das conjunções *adversativas (mas, porém)*, das *concessivas*, da conjunção *que* e seus valores e da conjunção *se*. A maneira como ele avalia as conjunções eleitas revela que a abordagem em seu livro é mais descritiva do que didaticamente interessada em fornecer possíveis valores e classificações supostamente inerentes aos conectores.

As análises são preenchidas de exemplos retirados de vários textos e poucas são as vezes que essas análises ficam restritas a frases curtas. Isso também é um aspecto muito positivo, pois vê os estudos gramaticais não apenas restritos à análise frasal e essa conduta representa também que já havia autores de gramáticas que desenvolviam suas considerações a partir dos textos. Falando, por exemplo, sobre o uso do *porém* ele propõe a importância do emprego desse elemento gramatical em narrativas e, para isso, vale-se de trechos de tamanhos consideráveis de “Os Lusíadas” de Camões (p.241-242); ou quando fala sobre as concessivas, utiliza parágrafo de *Quincas Borba* a fim de que se perceba com mais nitidez a função textual do uso das conjunções ou locuções conjuntivas (p.245).

Para Gladstone Chaves de Melo (1970, p. 174) as conjunções são classificadas da seguinte forma:

Já vimos que a conjunção é uma palavra ligadora, que exprime as relações de paralelismo sintático, ou de dependência quando o elemento subordinado for uma oração. Daí a dicotomia entre conjunções coordenativas e conjunções subordinativas.

Por essa definição o gramático reconhece que a conjunção é notoriamente um conectivo, mas em outra passagem desse mesmo livro reconhece também que não é só ela que desempenha a função conectora quando fala de conectivos correlatos:

(...) Por isso mesmo há sempre dois termos na correlação: “Foi tanta a alegria que todos dançavam e cantavam pelas ruas.” Ora entende-se por *conectivo correlativo* exatamente aquele que encabeça o segundo termo da correlação. No exemplo alegado, é o *que*.

Adriano da Gama Kury, em sua “Pequena Gramática – para a explicação da

Nova nomenclatura gramatical”, (1968, p. 80-84) faz também muito boas considerações sobre os empregos dos elementos conjuncionais, mas, como a maioria dos gramáticos, prefere utilizar frases em suas classificações. Esse artifício não é considerado um problema, entretanto diminui, dependendo da análise, a compreensão das intenções pragmático-discursivas que ficariam mais evidentes com a presença do texto (ou de uma maior parte dele). Ainda falando em Kury (p.110), o gramático tenta nesta “Pequena Gramática” entrar em conformidade com a NGB, procurando muito mais explicar a necessidade de uniformização a partir da Nomenclatura do que confrontá-la. Entretanto, às vezes, reconhece que há sérias lacunas. No tópico sobre as orações, promove uma análise a respeito das *modais* que ficaram de fora, além do estudo da *correlação*, que será discutido separadamente neste trabalho.

Embora tenhamos procurado, como se tem visto no decorrer deste livro, conformar-nos com o que determina a *NGB*, parece-nos que não há justificativa para a exclusão das orações *modais*. Se a ilustre comissão resolveu adotar, ao que parece, a classificação de Said Ali (GS², 187 sgs) ... não lhe terá ocorrido, entretanto, que noutra lugar (p.248), o mesmo Mestre, ao tratar do emprego do gerúndio, mostra que a oração reduzida de gerúndio pode denotar, além de tempo, condição, concessão, causa, também o modo.

Com esse comentário, Kury revela a preocupação classificatória e didática em perceber que ficou excluído um valor semântico importante. Não se pode dizer, com isso, que o gramático apenas endossa a NGB e perde sua capacidade crítica por conta da instituição da Nomenclatura. Não só ele como outros, ao longo de seus estudos, manifestaram ponderações interessantes e avaliativas, seja em consonância com a NGB ou em discordância. Ainda mais se observarmos que alguns aqui analisados construíram suas abordagens antes da Nomenclatura e contribuíram sobremaneira para a evolução dos estudos da língua portuguesa.

Ainda pensando nas abordagens em torno das conjunções, muitos linguistas procuraram defini-las, ou antes disso, em definir conectivos e assim citar as conjunções como parte integrante disso.

Para Maingueneau (2006, p.31), os conectivos são definidos assim:

Entende-se, habitualmente, por *conectivos* os morfemas que estabelecem uma ligação entre duas proposições. Pode tratar-se de elementos

adverbiais (entretanto, enfim...), de subordinação (que, porque...). Eles têm um papel essencial para estabelecer a coesão em um texto.

Nota-se, por essa definição de conectivo, que as conjunções coordenativas ou subordinativas, assim como os ditos elementos adverbiais promovem coesão textual. É bem verdade que Maingueneau em seu livro *Termos-chave da Análise do Discurso*, de onde foi retirada a definição, não se preocupou em falar, por exemplo, do papel das locuções conjuntivas (tanto é que os exemplos são só de conjunções), além de não ter citado como as preposições podem funcionar como elementos conectores. Isso pode ser justificado porque esse livro se propõe a trabalhar com definições sintéticas. Entretanto, em outro livro, Maingueneau (1997, p.160) define os conectivos também de forma sucinta: "...morfemas que têm por função ligar dois enunciados." Faz isso em um capítulo, que se propõe a discutir a *força argumentativa* dos conectores, em seu livro *Novas Tendências em Análise do Discurso*.

No livro *Manual de Linguística*, Mariângela Rios de Oliveira (in: MARTELOTTA, 2010, p.198) pensa nos mecanismos coesivos, sob a ótica da Linguística Textual, a partir do uso dos conectores dessa forma:

d) Conjunção

Distintas dos mecanismos coesivos anteriores, as relações conjuntivas caracterizam-se por estabelecer vínculos de natureza lógico-semântica na sequencialização textual, como temporalidade, causatividade, consequência, condição, finalidade, proporcionalidade, entre outros. Constituintes de natureza adverbial ou de função relacional, como conjunções ou preposições, prestam-se especialmente a esse tipo de articulação ao concorrerem para a integração das partes constitutivas do texto.

Percebemos que a palavra conjunção está sendo tratada como um mecanismo de coesão sequencial, isto é, uma *con(junção)* que pode ser desempenhada por conjunções propriamente ditas, preposições, estabelecendo valores semânticos importantes para a constituição da ideia do texto.

Embora percebamos que a própria palavra conjunção represente sua funcionalidade, não necessariamente ela faça apenas isso, porque do ponto de vista sintático coordenativo pode até se prestar a apenas ligar, mas na subordinação sua funcionalidade se estende, principalmente se pensarmos como transpositores (fator mencionado por Bechara e outros que teorizam sobre o

assunto). O *Dicionário de Linguagem e Linguística*, de Trask (2011, p.63), versão brasileira, com tradução e adaptação de Rodolfo Ilari, descreve as funcionalidades especificamente da classe de palavras *conjunção* e mostra a postura de gramáticos tradicionais da língua portuguesa sobre essa visão:

Conjunção (*conjunction*) – A classe de palavras que inclui vocábulos como *e* e *ou*. Os gramáticos tradicionais de língua portuguesa aplicaram o termo *conjunção* a três conjuntos de palavras com funções gramaticais diferentes. O primeiro era um grupo muito pequeno de palavras, como *e* e *ou*, que são tradicionalmente conhecidas como **conjunções coordenativas**, e que se caracterizam por **juntar numa mesma unidade** (com - juntar) duas ou mais ocorrências de uma mesma categoria. (...) Além disso, incluíam entre as conjunções um outro grupo de palavras, as **conjunções de subordinação** ou **conectivos subordinativos**. São palavras como *se*, *sempre que*, *depois que* e *embora*, que introduzem orações subordinadas adverbiais. (...) Por fim, os gramáticos tradicionais incluíam entre as conjunções os **complementizadores** como *que* e *se*: *Ela disse que viria e Não sei se ela virá*. (...) Em nossos dias, há uma consciência muito grande de que as três classes de palavras tradicionalmente denominadas conjunções não funcionam do mesmo e devem ser atribuídas a classes distintas. Na linguística do inglês, aliás, prevalece a tendência de aplicar o rótulo *conjunção* apenas às conjunções coordenativas.

Percebemos assim que, do ponto de vista sintático, fica visível também essa funcionalidade que vai além de ligar termos, orações ou porções textuais maiores, mas também promover uma mudança no papel da oração subordinada que insere transpondo-a a exercer função de um substantivo ou de um advérbio.

Outro fator para o qual chamamos a atenção neste trabalho é a maneira como a tradição linguística se propõe a definir *conjunção* independente da forma que apareça (forma simples ou forma locucional). O dicionário Houaiss define assim tal classe gramatical:

Rubrica: gramática.

vocábulo ou sintagma invariável, us. para ligar uma oração subordinada à sua principal, ou para coordenar períodos ou sintagmas do mesmo tipo ou função

Obs.: cf. *conjunção coordenativa* e *conjunção subordinativa*

Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001)

É possível perceber que, por essa definição, qualquer sintagma invariável que funciona como conectivo poderia ser classificado como *conjunção*. O que

estamos questionando é a definição genérica sem levar em conta a formação do vocábulo. Entendemos que a conjunção seria apenas a sua forma simples. Em suas formas locucionais, com ou sem a presença de conjunção que a finalize, precisamos repensar essa definição.

Consideramos que com a presença da conjunção *que* finalizando a locução fica evidenciada a presença de uma locução conjuntiva (denominação utilizada com frequência). Exemplos disso são evidentes em locuções como *ainda que, mesmo que, à medida que, à proporção que, desde que, logo que*; só para citar algumas.

Entretanto, qual deve ser a posição do analista em se posicionar diante de expressões com caráter conector (*expressão conectora*) como *por isso, no entanto, por conseguinte, não obstante* e outras que são tradicionalmente classificadas como conjunções? Essas e outras são realmente conjunções ou estão em vias de gramaticalizarem-se ainda? A nosso ver estão mais para *locuções adverbiais de caráter textual* do que para conjunções. Isso não quer dizer que um *elemento conector* em sua forma simples seria, justamente por não ser um sintagma, uma conjunção. O termo *então*, por exemplo, possui ampla mobilidade sintática e, por isso, ainda não estaria totalmente gramaticalizado como conjunção, seria um advérbio discursivo.

Não podemos nos esquecer de que há, inclusive, diversas outras expressões conectoras que ao longo desse trabalho também serão discutidas em suas funcionalidades coesivas e argumentativas e que normalmente ficam de fora da descrição do português como expressões conectoras: *além disso, no entanto, por outro lado, dessa forma*, dentre diversas outras com essas funções discursivas.

Por isso, é preciso reiterar nossa proposta de avaliar como *conector* ou *expressão conectora*, em nossa classificação, os termos ou expressões que tiveram essa função coesiva. Claro que isso não impede de chamarmos de conjunção/locução conjuntiva, advérbio discursivo / locução adverbial *discursiva* ou preposição *discursiva* / locução prepositiva *discursiva* à medida que formos analisar o *corpus*, mas sem perder o enfoque principal que é reconhecer suas funcionalidades discursivas que revelam intencionalidades.

Mais do que tudo isso, porém, nossa preocupação neste trabalho é avaliar o papel dos conectivos como operadores argumentativos, aspecto amplamente estudado pelo linguista francês Oswald Ducrot e aqui no Brasil por alguns estudiosos, especialmente Ingedore Koch. Então, além de estabelecer elo entre

partes do discurso, alguns desses termos gramaticais podem servir de orientadores discursivos em textos argumentativos, por exemplo. Desse modo, nossas análises serão pautadas principalmente nessa funcionalidade discursivo-argumentativa, sem deixar de pensarmos na função conectora.

4.2 Advérbios discursivos/ locuções adverbiais discursivas

Antes de pensarmos propriamente nas funcionalidades textuais dos elementos gramaticais de categoria adverbial, precisamos pensar um pouco na definição de tal classe de palavras. O dicionário Houaiss define e depois os estudiosos responsáveis pela edição do dicionário comentam a própria definição:

palavra invariável que funciona como um modificador de um verbo (*dormir pouco*), um adjetivo (*muito bom*), um outro advérbio (*deveras astuciosamente*), uma frase (*felizmente ele chegou*), exprimindo circunstância de tempo, modo, lugar, qualidade, causa, intensidade, oposição, afirmação, negação, dúvida, aprovação etc.
Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001)

Percebemos que a dita definição de advérbio é muito mais uma caracterização de funcionalidades do que propriamente uma definição mais contundente. Daí, na parte de gramática, o dicionário posicionar-se sobre assunto:

a) os advérbios são uma classe de palavras de difícil definição pela variedade de comportamentos sintáticos, peculiaridades semânticas, divergências de funções e classificações duvidosas que abrange; este dicionário limitou-se a dar-lhe a definição tradicional, por falta de conclusão definitiva entre os gramáticos da língua.

É por conta dessa múltipla funcionalidade que o pensamento do papel semântico por vezes é adotado em definições, mas é uma saída que também traz problemas, porque, embora o advérbio ou a locução adverbial sejam mesmo indicadores de circunstâncias (tempo, modo, causa, concessão...), em diversas oportunidades eles se confundem com conjunção/locução conjuntiva ou preposição/locução prepositiva que também podem indicar circunstâncias afins.

Mattoso Câmara (1969, p.159), em *Princípios de Linguística Geral*, remete à origem do advérbio (de base pronominal) e sobre seus desdobramentos (em conjunções e preposições):

São assim os advérbios as partículas pronominais do indo-europeu primitivo (cf § 81), que de início insistiam, ao lado de um nome, em determinada situação espacial já nele caracterizada pela desinência de caso (p. ex. acusativo, instrumental, locativo) ou ampliavam um aspecto de um verbo, ou frisavam o TEMPO de ocorrência. (...) São dos pronomes e nomes na função modificadora de advérbios que surgem as preposições e conjunções, quando se lhes oblitera o conteúdo nocional e nelas se concentra um conceito de relação.

Para Mário Eduardo Martelota (in: OLIVEIRA; CEZARIO, 2012,p.13) no livro *Adverbiais*:

As análises aqui desenvolvidas partem da ideia de que o rótulo advérbio designa um conjunto muito diferenciado de elementos, constituindo uma categoria fluida, que tende a se adaptar às intenções comunicativas envolvidas no discurso.

Os elementos adverbiais estão sujeitos às pressões pragmático-discursivas e, por isso, avaliados sob a ótica do *Funcionalismo*. Há, portanto, uma dinamicidade nos empregos das categorias adverbiais nos textos, não só em flexibilidade sintática como em variabilidade semântica, pois essa característica fluida não diz respeito apenas aos valores, mas também à mobilidade sintática nos enunciados.

Advérbios ou locuções adverbiais também podem funcionar como elementos / expressões coesivas, fomentadores de sentido que vão para além de uma mera relação lógico-semântica. Essas categorias adverbiais são classificadas como *advérbios discursivos (ou locuções adverbiais discursivas)* por diversos pesquisadores no assunto e se prestam a promover encadeamentos sintáticos que conseguem revelar, tais quais as conjunções/locuções conjuntivas, marcas linguísticas importantes nas análises dos textos argumentativos.

Violeta Rodrigues em um artigo intitulado “Advérbios aspectuais de valor conectivo” comenta como os advérbios discursivos já foram abordados por vários autores com as mais variadas nomenclaturas:

A identificação de advérbios com características de conectivo já foi objeto de estudo para alguns autores; no entanto, a nomenclatura por eles utilizada nem sempre coincide, como ilustra o quadro a seguir:

AUTOR	CLASSIFICAÇÃO
-------	---------------

Bonfim (1988) Rodrigues (1994) Ilari et alii (1996) Martelotta e Leitão (1999) Castilho (2003)	Advérbio de função textual, Nome em função de “pseudo-advérbio” discursivo, Advérbio de discurso, Advérbio conjuntivo, Conectivo ou coesivo textual
--	---

Vale ressaltar que mesmo com essa variação de nomenclaturas, todos consideram a existência de advérbios que se prestam a funções textuais que vão além da análise da tradição gramatical e, em nosso caso específico, com funcionalidade argumentativa.

Já discutimos tais marcas, mas essas unidades adverbiais possuem uma funcionalidade conectora mais flexível por conta da sua mobilidade discursiva. Perceberemos que seu deslocamento sintático também pode evidenciar valores mais significativos por conta da sua posição na frase.

Ademais, há certos conectores que são locuções adverbiais como o *além disso* com função argumentativa, mas que, mesmo assim, possuem uma posição mais fixa nas frases que compõem os textos. Isso não pode causar grande estranhamento, pois se uma marca do advérbio é a mobilidade sintática, não significa que esse fator será, por isso, atribuído a todos. O advérbio *não*, por exemplo, não possui tanta flexibilidade e nem por isso deixa de ser um advérbio.

Outro princípio interessante a ser colocado em pauta é o reconhecimento de locuções adverbiais que se prestam primordialmente a funcionalidade argumentativa. Não podemos aqui considerar tais locuções como conjuntivas por conta de um princípio metodológico básico: As locuções conjuntivas precisam ser terminadas em sua composição com uma conjunção, notadamente o *que*. Expressões coesivas como *além disso*, no entanto, *por outro lado* e outras pertencem a um determinado grupo e constroem-se diferentemente de outras como

ainda que, *mesmo que*, *para que*, *à proporção que*, que pertencem a outro grupo de conectores, só para fornecer inicialmente alguns exemplos.

O primeiro grupo são *locuções adverbiais* e os outros elementos conectores pertencentes ao outro são *locuções conjuntivas*. Os valores também podem ser variados, tanto de um como de outro. Isso nos leva a crer que é possível falarmos de conectores de adição e não pensarmos apenas nas conjunções coordenativas, ou falarmos em contrastes e irmos além das conjunções adversativas na composição

semântica dos textos.

Por esse prisma classificatório, pensamos que certas locuções tradicionalmente classificadas em diversas gramáticas da língua portuguesa precisam ser repensadas, não do ponto de vista semântico apenas, mas do ponto de vista morfológico, pois não deveriam incorporar o quadro das conjunções. Como exemplos disso há os conectores *por isso*, *por conseguinte*, *no entanto*. Essas três expressões coesivas são classificadas como conclusivas (as duas primeiras) e adversativa (a última); entretanto, pensamos que deveriam ser chamadas de locuções adverbiais, já que não são formadas, em suas estruturas, como outras verdadeiramente locuções conjuntivas.

O caso de *por isso* chama mais atenção ainda. Diferentemente de outras locuções coesivas sequenciais, ele não encadeia apenas as frases ou parágrafos em uma progressão textual, prestando-se a estabelecer também um processo de coesão referencial, já que está atrelado obrigatoriamente ao que já foi dito. Voltaremos ao tema no capítulo “coesão referencial”, discutindo as funcionalidades de conectores que são representados também por *advérbios discursivos* ou *locuções adverbiais discursivas* e que se prestam a dar *status* gramatical de *argumentatividade* em diversos textos e, por esse motivo, são tão importantes neste trabalho.

A fim de utilizarmos parâmetros para classificar os termos em advérbios discursivos ou expressões em locuções adverbiais discursivas, reconhecemos que há, para esses conectores, alguns aspectos gramaticais que os enquadram nessa categoria:

- i. Possuem mobilidade sintática;
- ii. São discursivos, porque funcionam como operadores argumentativos em funções textuais;
- iii. São conectivos, porque estabelecem relação coesiva entre partes do discurso.

4.3 Preposições discursivas / locuções prepositivas discursivas

Costumeiramente, por tradição, é comum pensar na presença de conectivos (principalmente conjunções) quando nos deparamos com orações desenvolvidas. Entretanto, nada nos impede de reconhecer que as preposições /locuções prepositivas sejam também reconhecidas como marcas de argumentação e do ponto de vista coesivo como conectores, uma vez que há uma explicitação de termo que estabelece relação entre as partes da frase. É claro que sabemos que existem orações reduzidas com a presença e ausência dessa marca:

(18) É proibido fumar.

(19) Por fumar demais, foi internado.

Vê-se que em (18) a oração reduzida “fumar” não possui nenhum conector que a interligue à oração principal. Não é isso o que ocorre em (19), pois há um conector, a preposição *por*, que não pode ser suprimida se a intenção for manter a oração reduzida de infinitivo; além do mais é um marcador operacional argumentativo com valor de causa. Assim, em (19), a oração iniciada pelo conectivo *por* é uma adverbial causal reduzida e a explicitação da consequência é a informação que se diz na oração principal (“foi internado”). Com esse exemplo inicial, nota-se que é possível reconhecermos a funcionalidade coesiva das preposições e locuções prepositivas.

Adriano da Gama Kury (1968, p. 78) no tópico “Os conectivos. A preposição” já reconhecia as preposições como conectivos dentro do campo da subordinação e cita, inclusive, exemplos de orações reduzidas de infinitivo com tal marca conectora. Não há surpresa nenhuma em apresentar orações reduzidas com preposições em Língua Portuguesa, o que é interessante, na verdade, é reconhecer as preposições como conectores nessas orações.

Conectivos são palavras que estabelecem uma ligação ou conexão entre palavras ou partes de uma frase. A conexão pode ser: a) *coordenativa*, quando os termos conexos têm o mesmo valor ou função – e se estabelece por palavras chamadas ‘conjunções coordenativas’; b) *subordinativa*, quando os termos conexos se dispõem de tal forma, que um deles é determinado ou regente, e o outro, determinante, regido, isto é, subordinado ao 1º. Esta subordinação faz-se através de: a) ‘conjunções subordinativas’;

b) 'pronomes relativos' e c) 'preposições'. *Preposição* é, pois, um conectivo subordinativo que, posto entre termos de função diversa, um antecedente e um conseqüente, indica que este se subordina àquele: Exs: Não saí 'POR precaução'; Não saí 'POR ser precavido'; (...)

Analisaremos as preposições / locuções prepositivas discursivas, isto é, aquelas que, em funcionalidade textual, servirão como operadores argumentativos. Como estamos trabalhando com eixos semânticos, vamos nos deter nas análises dos empregos das preposições e locuções prepositivas que possuem essa funcionalidade discursiva.

Com valor de *causa* destacam-se preposições como *por* e *com* e a locução prepositiva *por causa de*; já com valor de oposição a preposição acidental *mesmo* e locução prepositiva *apesar de*; com sentido de finalidade a locução *a fim de* e com valor de condição a preposição *sem*. Dentre diversas outras possíveis, essas serão algumas das abordadas por conta da ocorrência nos textos analisados e porque possuem relevância em textos argumentativos.

Para ilustrar como faremos na análise mais minuciosa do *corpus*, observaremos a preposição *sem* e seu efeito discursivo como conectivo de base argumentativa.

Essa é, portanto, uma preposição que pode possuir função textual conectora, sobretudo com valor condicional em contextos de valor negativo, ou ainda com valor concessivo, representa um emprego importante na composição de textos argumentativos. O dicionário Houaiss apresenta assim sua etimologia:

prep. lat. *sine*, exprime ideias de 'falta, privação, exclusão, ausência, condição, exceção'; esses diversos sentidos são valores contextuais da prep. *sem* que, como el. estruturador, precede um determinante (voc. snt. oração) e o relaciona a um determinado (voc., snt., oração), para definir entre os el. inter-relacionados, as noções de ausência, subtração, exclusão; quando o determinante é uma oração, define noções negativo-modais, condicionais, concessivas; no lat. a prep. *sine* rege abl.; f.hist. sXIII *sen*, sXIV *se*, sXIV *sem*, sXIV *ssem*

Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001)

A fim de observar funcionalidades discursivas de algumas preposições e locuções prepositivas, vamos analisar um editorial de *Veja* ("Não culpem o termômetro"). Dessa forma, reconheceremos como podem servir de encaminhadores argumentativos.

NÃO CULPEM O TERMÔMETRO

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculada à Presidência da República, divulgou um estudo no qual afirma que dez dos treze aeroportos que estão ou estarão em obras para a Copa do Mundo de futebol “não apresentam condições de conclusão até 2014”. De acordo com a análise, mesmo que fossem entregues no prazo, dez desses aeroportos já estariam sobrecarregados, operando acima de sua capacidade durante a competição. Para além dos dados objetivos preocupantes, a reportagem que começa na página 86 aponta uma questão política sensível embutida no parecer técnico: a possibilidade de criar-se uma justificativa para aprovar aumentos, em caráter emergencial, nos valores dos contratos oficiais. Diz o Ipea em sua conclusão: “O poder público poderia estabelecer procedimentos diferenciados em relação às obras de infraestrutura nos aeroportos, a fim de diminuir a demora na execução das diferentes etapas desse tipo de investimento”. Isso, aliás, já está em curso, visto que o governo federal quer aprovar no Congresso uma norma excepcional para licitações e contratos relacionados aos Jogos Olímpicos. Ou seja, diminuir o poder do tribunal de Contas da União (TCU), o principal órgão de fiscalização do dinheiro público. Creditar aos auditores e juizes do TCU a demora na realização de obras de infraestrutura é culpar o termômetro por uma febre alta. Ao contrário do que acredita o Ipea, afrouxar o controle sobre os gastos governamentais poderá estimular o desvio de verbas, atrasando ainda mais os cronogramas e, obviamente, elevando os custos para o contribuinte. Recorde-se o descalabro ocorrido na preparação para os Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro. O país gastou 4 bilhões de reais, dez vezes a cifra prevista no orçamento inicial e doze vezes a média dos gastos das quatro edições anteriores. Isso, com a fiscalização dentro dos termos da legislação atual. Imagine-se o que acontecerá caso ela venha a ser afrouxada.

A verdade é que, sem desmerecer a relevância da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos para a imagem do país, dezenas de milhões de brasileiros sofrem no dia a dia por causa de falta de transporte urbano adequado, estradas assassinas, aeroportos vergonhosos e por aí vai. A infraestrutura incompatível com um país que almeja ser de Primeiro Mundo representa um tormento para os cidadãos e um entrave à produção. Não se pode pensar em dar andamento a obras essenciais tendo por objetivo apenas a comodidade dos turistas que acompanharão dois dos maiores eventos esportivos do planeta. É preciso que a renovação de estradas, aeroportos, ferrovias, portos e redes de transporte público seja item permanente na agenda governamental. O que nos moverá adiante de forma mais célebre, coordenada e contínua não é menos fiscalização, mas um choque de gestão. A tradução dessa expressão um tanto batida é simples: trata-se de fazer mais e melhor com menos recursos. É o que esperam os brasileiros que mofam nas filas de ônibus e metrô, se apertam nos trens, se ferem nas estradas e passam horas esperando para embarcar em aviões invariavelmente atrasados.

VEJA – 20 DE ABRIL DE 2011

Avaliando a proposta textual, percebemos que o enunciador apresenta um estudo do Ipea que divulgou a impossibilidade de conclusão das obras de muitos aeroportos brasileiros até a Copa do mundo de futebol de 2014 no Brasil. Isso se deve, segundo a avaliação desse enunciador, à “ possibilidade de criar-se uma justificativa para aprovar aumentos, em caráter emergencial, nos valores dos

contratos oficiais.” Como o Tribunal de Contas da União (TCU) é quem fiscaliza os gastos públicos, não se pode criticar a postura do TCU que faz essa fiscalização e alegar que isso é o que impede o andamento mais rápido das licitações das obras públicas para a execução dos aeroportos tanto para a Copa do Mundo de 2014 como para as Olimpíadas de 2016. Tudo isso é apresentado e criticado pelo escritor do editorial que vê na alegação do *Ipea* (“O poder público poderia estabelecer procedimentos diferenciados em relação às obras de infraestrutura nos aeroportos, a fim de diminuir a demora na execução das diferentes etapas desse tipo de investimento”) uma estratégia governamental para aprovar investimentos sem o rigor da fiscalização, com o objetivo de executar as obras mais rapidamente.

A partir dessa crítica, o autor se vale, por exemplo, do uso da preposição *sem* com valor de concessão e da locução prepositiva *por causa de* justamente com valor causal. O segmento é este:

(20) A verdade é que, sem desmerecer a relevância da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos para a imagem do país, dezenas de milhões de brasileiros sofrem no dia a dia por causa de falta de transporte urbano adequado, estradas assassinas, aeroportos vergonhosos e por aí vai.

Notemos que a preposição *sem* revela crítica, mesmo fazendo uma concessão. A crítica é estruturada na afirmação de que dezenas de brasileiros sofrem (consequência) e a os motivos são falta de transporte público adequado, estradas com problemas que geram acidentes, aeroportos também com problemas (causas), fatores que foram introduzidos pelo marcador discursivo operacional *por causa de*. Por conta disso, o valor de concessão mostra que, embora haja relevância a presença da Copa do Mundo e dos jogos Olímpicos no Brasil, o país possui diversos problemas em relação aos transportes.

Se nós observarmos bem, até no segmento em que há o parecer do *Ipea*, há a presença de uma locução prepositiva de finalidade (a fim de) que viabiliza também uma orientação discursiva. Uma vez que o enunciador se apropria desse parecer e acaba também por constituir uma ferramenta importante apresentada, pois acaba por ajudar na compreensão do texto e do ponto de vista defendido no editorial.

(21) Diz o *Ipea* em sua conclusão: “O poder público poderia estabelecer procedimentos

diferenciados em relação às obras de infraestrutura nos aeroportos, **a fim de** diminuir a demora na execução das diferentes etapas desse tipo de investimento”.

O reconhecimento desses fatores direciona a leitura e comprova que preposições e locuções prepositivas podem sim funcionar como elementos encadeadores /expressões encadeadoras textuais (conectivos) e como operadores argumentativos, daí chamarmos de discursivas.

5 COESÃO E COERÊNCIA: APROXIMAÇÕES E CONTRASTES

A presença de sinalização textual é uma forma de orientar os leitores, assim pensam vários autores, dentre eles Koch (2008b, p. 48-49) no livro *O texto e a Construção dos sentidos*:

A sinalização textual; por sua vez, tem a função básica de organizar o texto, fornecendo ao interlocutor 'apoios' para o processamento textual, através de orientações (...)
Sou de opinião que, nesses casos de 'sinalização', seria mais adequado falar de "dêixis textual", como tem postulado, entre outros, K. Erlich. Isto é, não se trataria aqui de relações de referência ou correferência ...

Embora a proposta deste trabalho não seja o de discutir os postulados da coesão referencial e sim os da *sequencial*, podemos ampliar essa classificação de sinalização textual para o uso dos conectivos.

Durante um tempo, os estudos da *Linguística Textual* não distinguiam coesão e coerência. Embora sejam mecanismos distintos, precisam ser analisados em sua relação quando avaliamos o uso dos elementos conectores.

Em muitas oportunidades, ouvimos / lemos opiniões que dizem que um texto pode ser coerente sem ter propriamente elementos de coesão. Não se pode negar isso, mas também é verdade que há casos em que o uso de tais elementos coesivos representa marcas ideais e sem as quais a coerência estaria seriamente prejudicada.

O contraste principal está revelado na própria definição desses aspectos textuais que descreve suas funcionalidades. O *Dicionário de Linguagem e Linguística*, de Trask (2011) define assim tais conceitos:

Coesão (cohesion) – A presença em um discurso de ligações linguísticas explícitas que criam estrutura. Além de alguns mecanismos mais gerais que criam estrutura num discurso ou texto, e pertencem ao domínio da **coerência**, há mecanismos linguísticos muito explícitos, frequentemente de natureza gramatical, que servem para criar conexidade e estrutura. Entre esses mecanismos estão: os **anafóricos** como *ela, eles, este e um ao outro*, os conectivos temporais como *depois e enquanto*, e conectivos lógicos como *mas e portanto*. Cada um desses itens serve para criar algum tipo específico de ligação entre dois outros trechos do discurso, maiores ou menores. (TRASK, 2011, p. 57)

Coerência (coherence) – o grau em que um determinado trecho do **discurso** faz sentido. Quando tentamos entender um trecho conexo de fala ou escrita, nosso grau de sucesso nessa tentativa dependerá de vários fatores. Alguns deles, como nosso conhecimento geral do assunto, são óbvios e não tem

interesse linguístico. Mas um fator de interesse e importância considerável é a **coerência** do discurso, sua estrutura, organização e conexidade subjacente. Um discurso coerente tem um alto grau de conexidade; um discurso **incoerente** não, e por isso mesmo difícil de acompanhar. (TRASK, 2011, p. 56)

Nota-se, então, que a maior distinção está na materialidade discursiva com uso de termos que promovem encadeamento sintático (coesão) e no sentido que tais ligações e quaisquer outras manifestações linguísticas produzem no discurso (coerência).

Embora consigamos reconhecer que há distinções entre *coesão* e *coerência*, preferiremos trabalhar esses fenômenos em conjunto nos textos analisados. A fim de tornar isso evidente, vamos analisar um texto em que certas marcas coesivas serão identificadas e perceberemos que elas fornecem justamente a clareza necessária para construir melhor a defesa argumentativa em seus efeitos expressivos. Dessa maneira prática, tentaremos mostrar como coesão e coerência ficam indissociáveis dependendo do texto que estamos avaliando. Vamos, inclusive, mesclar nossa análise com *coesão referencial* e *coesão sequencial* para percebermos os níveis de coerência textual.

Vamos avaliar para isso o editorial “Não é tão simples”:

Não é tão simples

Eles são 6 milhões. São abnegados empreendedores brasileiros que enfrentam a mais draconiana legislação trabalhista entre os países de economia avançada, pagam a maior carga de impostos do mundo civilizado e estão sujeitos a uma enlouquecedora trama de leis, decretos, portaria e códigos, circunstâncias de desanimar qualquer cristão, muçulmano, judeu e até ateu disposto a se lançar na vida empresarial.

Quase seis em cada dez pequenos e microempresários jogam a toalha ao cabo dos primeiros cinco anos de atividade. Os que conseguem superar as barreiras adicionais da escassez de crédito e da burocracia paralisante nas três esferas de governo são heróis que têm não apenas talento, mas um aguçado senso de sobrevivência na selva que é o ambiente de negócios no Brasil.

Mesmos desunidos e fragmentados, esses empresários são criadores de 15 milhões de empregos formais. No setor privado, um em cada dois brasileiros de carteira assinada trabalha em pequenas ou microempresas.

A riqueza que esses empreendedores produzem responde por 20% do PIB.

Eles não são totalmente invisíveis aos olhos das autoridades. Mas não contam com uma bancada parlamentar à altura de sua importância. Não fazem lobby organizado em Brasília.

Nos últimos anos, esse anônimo sal da terra da economia brasileira teve parte de suas demandas atendida com a aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e da lei do Empreendedor individual.

O sistema de tributação Simples abriu a essas empresas – e elas são 98% de todas as companhias nacionais – a possibilidade de pagar apenas um em vez de oito tributos.

No entanto, como mostra uma reportagem desta edição de VEJA, um pequeno empresário no Brasil gasta mais tempo e esforço desvencilhando-se de formalidades burocráticas e das armadilhas regulatórias do que tocando o seu negócio.

O Simples foi um grande e bem-vindo avanço. Mas é pouco. Esses heróis do capitalismo brasileiro poderiam criar muito mais empregos formais e produzir mais riqueza para todos sem as amarras que atualmente travam suas atividades.

VEJA, 30 de NOVEMBRO, 2011

Pensando em coesão sequencial, nesse texto podemos perceber que a conjunção aditiva e associada ao vocábulo *até* operam em *escala argumentativa* com enfoque maior para a última informação. O segmento analisado em que isso ocorre revela esse aspecto:

(22) ...pagam a maior carga de impostos do mundo civilizado e estão sujeitos a uma enlouquecedora trama de leis, decretos, portaria e códigos, circunstâncias de desanimar qualquer cristão, muçulmano, judeu e até ateu disposto a se lançar na vida empresarial. (...)

O texto discute sobre os problemas para o crescimento e a manutenção das micro e pequenas empresas no Brasil. O segmento selecionado revela alguns problemas que resultam nas dificuldades dessas empresas em relação às leis, decretos, portarias e códigos existentes na legislação brasileira. Para evidenciar que isso atinge a todos, faz uso da *escala argumentativa*, e, por esse motivo, debochadamente afirma que atinge "...cristão, muçulmano, judeu e *até* ateu...". É importante perceber que a escala atinge seu clímax argumentativo justamente com o segmento "... e *até* ateu...", com fator inclusivo e dando relevância à ideia de que não é só para aqueles que creem em Deus que a lei é dura e se aplica, mas até para aqueles que não acreditam em Deus, mostrando um critério de abrangência.

Eduardo Guimarães (1987, p.26) também já havia discutido a funcionalidade deste operador argumentativo (*até*) ao avaliar naquele momento o desempenho da seleção brasileira de futebol na Copa de 1986:

(8) O Zico errou um pênalti no jogo hoje

(9) Até o Zico errou um pênalti no jogo hoje

O enunciado (8) pode ser entendido, simplesmente, como uma informação sobre o episódio do jogo. Já o enunciado (9), não. Nesse contexto o enunciado (9), necessariamente, e o enunciado (8), possivelmente, poderão ser vistos como uma razão, apresentada na enunciação, a favor de uma conclusão como, por exemplo, *No Brasil todo mundo jogou mal*, ou tal como aconteceu, inclusive, na ocasião, como uma razão a favor da conclusão *o Brasil não teve sorte no jogo*. Esta conclusão que se deve tirar de (9) e pode

se tirar de (8) vai depender de outros elementos que compusessem a situação acima descrita.

Notamos, então, que o uso desse operador associado ao conectivo aditivo (e) não revela apenas um critério de encadeamento sintático (coesão), mas também é um revelador de sentido (coerência), fatores indissociáveis nesse *cotexto*.

No segmento posterior do editorial em análise, outro fenômeno ocorre do ponto de vista da coesão referencial:

(23) Quase seis em cada dez pequenos e microempresários jogam a toalha ao cabo dos primeiros cinco anos de atividade. Os que conseguem superar as barreiras adicionais da escassez de crédito e da burocracia paralisante...

Notemos que o uso do pronome demonstrativo *Os* no trecho “Os que conseguem superar...” possui funcionalidade coesiva de promover uma retomada (aspecto anafórico) dos “pequenos ou microempresários” estabelecendo um nível de coesão, mas que não pode ser desvinculado da coerência, pois o reconhecimento dessa ferramenta coesiva é que dá sentido ao trecho ao recuperarmos o segmento anterior. Isso mostra que o leitor precisa dominar esse conhecimento gramatical-discursivo do emprego do pronome para daí extrair o sentido. É bem verdade que esse elemento não é um conectivo, mas torna-se importante do ponto de vista da coesão e conseqüentemente da coerência textual.

Outro fator que desdobra essa ideia de recuperar no discurso alguma informação também ocorre em “Nos últimos anos, esse anônimo sal da terra da economia brasileira teve parte de suas demandas atendidas...”. Nota-se aqui um *encapsulamento anafórico*, mecanismo de coesão referencial, porque resume e rotula tudo o que se disse sobre os micro e pequenos empresários nessa expressão de cunho bíblico. Essa última informação também deve ser percebida pelo leitor a fim de interpretar melhor o texto, pois o reconhecimento da intertextualidade também contribui para estabelecer a coerência por intermédio desse fenômeno coesivo. A expressão “sal da terra” refere-se aos discípulos que deveriam fazer frutificar a palavra de Jesus, portanto possui conotação positiva e se revela como uma esperança, assim como no texto, pois ao utilizar essa expressão (“sal da terra”), esses empresários também são vistos como uma esperança de boa economia no país. Assim, notamos que, no texto, a expressão ganha conotação de benfeitores,

assim como na Bíblia, revelando dessa maneira uma *intertextualidade* a partir dessa citação.

Não podemos generalizar ao afirmarmos que coesão e coerência sempre podem caminhar por caminhos distintos. Na verdade, elas se imbricam na composição textual, revelando muito mais associação entre esses aspectos discursivos no tecido textual do que aspectos díspares. Como nosso enfoque é o uso dos elementos conectores, notadamente em progressão textual, isso fica ainda mais patente. Não podemos pensar em conjunções / locuções conjuntivas ou outros elementos coesivos que estejam desempenhando tal papel apenas sob a perspectiva da coesão textual. Claro que, ao pensarmos nesses elementos conectores, nossa visão inicial seja a de avaliarmos sob os aspectos inerentes à coesão, até porque são expressões coesivas, mas, é também visível que são reveladores de sentido que contribuem para a coerência do texto por estabelecerem relações semânticas que, sem a percepção de tais valores, a análise textual fica comprometida, principalmente se estiver pensando não apenas nas relações lógicas, mas como operadores argumentativos.

Nos dois últimos parágrafos do editorial analisado (“Não é tão simples”), outros elementos conectores além de produzirem relações de conexão, produzem efeitos de sentido importantes para as ideias defendidas no texto:

(24) **No entanto**, como mostra uma reportagem desta edição de VEJA, um pequeno empresário no Brasil gasta mais tempo e esforço desvencilhando-se de formalidades burocráticas e das armadilhas regulatórias do que tocando o seu negócio. O Simples foi um grande e bem-vindo avanço. **Mas** é pouco. Esses heróis do capitalismo brasileiro poderiam criar muito mais empregos formais e produzir mais riqueza para todos sem as amarras que atualmente atravancam suas atividades.

O contrastivo “*no entanto*” promove coesão entre parágrafos e reforça a ideia de oposição inerente ao argumento, ao discutir que, mesmo com algumas facilidades promovidas pelo governo para ampliar a abertura de micro e pequenas empresas, ainda há muita burocracia. Logo após, há um reforço dessa ideia com o uso do “mas” iniciando frase (aspecto cada vez mais recorrente em textos formais) para dizer que a criação do sistema de tributação *Simples* foi boa, mas ainda é necessário que haja outras ações: “O Simples foi um grande e bem-vindo avanço. Mas é pouco.” Vemos que o conectivo novamente não é apenas um mecanismo de coesão, mas reforça a coerência e estabelece uma relação com o título, se fizermos

uma interpretação mais significativa. Ao colocar a frase “Não é tão simples”, o autor faz uma analogia com a escolha do adjetivo *simples* ao Simples (sistema de tributação), reafirmando ao longo do texto uma crítica que somente esse sistema não é suficiente.

Dessa forma, reconhecemos alguns aspectos coesivos que colaboraram para a coerência textual. Em nossa análise de *corpus* nos deteremos em outras abordagens que mostrarão essa relação e isso colaborará mais uma vez para a proposta principal nesta tese, que é reconhecer as múltiplas funções dos elementos conectores nos textos.

5.1 Coerência textual

Estabelecer parâmetros que meçam os níveis de coerência de um texto não é tarefa fácil. O que se pode dizer é que existem textos mais claros e outros mais opacos. A opacidade do texto pode ser até intencional por parte de um autor para que possa apenas dizer o que quer para um número menor de pessoas entendidas naquele assunto. (Ex. um artigo técnico) ou mesmo um texto use tal de artifício para não dizer o que deveria por conta de algum impedimento ético (Ex. um discurso político que questione a postura ideológica de um ponto partido rival). Em circunstâncias dessa natureza podemos dizer que a coerência estaria prejudicada por conta da clareza que está pormenorizada.

Em diversos segmentos de textos, os autores podem não querer ser claros (ou não tão evidentes), porque necessitam utilizar-se de eufemismos, por exemplo. Entretanto, podemos notar que um texto pode ter passagens incoerentes que podem prejudicar a análise global dele. Cavalcante (2012, p.28) reconhece isso:

Certamente, sempre que alguém produz um texto, em qualquer modalidade, tem a intenção de se fazer entender, ou seja, de ser coerente para seus possíveis destinatários. Todo texto tem, portanto a sua coerência. Ocorre, porém, que alguns trechos ou aspectos podem apresentar problemas de incoerência apenas local, aquela que se verifica em algumas partes do texto.

O processo de *coerência textual* não se dá somente pelas articulações dos elementos linguísticos que compõem um tecido textual, mas também pelas relações

desse texto com o mundo. Por isso, podemos afirmar que um texto pode ser incoerente para um leitor, mas não para outro, já que para ser entendido requer medir o grau de conhecimento (linguístico e de mundo) desse leitor.

Hoje, a noção de coerência engloba não apenas a unidade semântica, mas também, e especialmente, todas as inferências que precisam ser feitas para que os sentidos sejam construídos. (CAVALCANTE, 2012, p.31)

A construção de sentido do texto, então, pode ser reconhecida como esse texto é recepcionado pelo leitor. É claro que isso é o resultado da produção de um determinado autor. Por isso, Marcuschi (2012, p. 75) reconhece, a partir principalmente das observações de Beaugrande e Dressler (1981), que existem diversos fatores para definir coerência, fator definido por ele como *conexão conceitual-cognitiva*.

Se a coesão se dava como a conexão sequencial da superfície do texto, sobretudo ao nível microestrutural, a coerência é o nível da conexão conceitual e da estruturação do sentido, manifestando-se em grande parte, macrotextualmente. Dá conta do processamento cognitivo de texto e fornece as categorias que permitem a análise ao nível mais profundo, envolvendo os fatores que estabelecem relações causais, pressuposições, implicações de alcance suprafrasal e o nível argumentativo.

Modernamente a Linguística Textual não vê as categorias coesão e coerência de forma isolada, aspecto já abordado neste trabalho. Realmente não podem ser vistas separadas, porque os mecanismos coesivos também colaboram para a coerência textual. Os conectivos, objeto principal de nosso estudo, são notadamente mecanismos de coesão por organizarem sintaticamente os elementos discursivos que compõem os textos. Porém, os elementos conectores que são utilizados na coesão sequencial (principalmente as conjunções), por representarem valores semânticos, também precisam ser analisados do ponto de vista da coerência textual. Ainda mais em textos argumentativos, cuja argumentatividade é costurada no nível sintático quando há os *conectores* que funcionam como operadores argumentativos no nível semântico porque fornecem / indicam os sentidos do texto.

Para ilustrar como essa conexão *coesão-coerência* é possível ser vista nos textos, observemos no editorial a seguir de que forma os elementos conectores conseguem fornecer um nível de coerência mais evidente do que se essas

ferramentas textuais não fossem utilizadas (fator comum e adequado em diversos textos):

Vejamos o editorial “Duas horas com Dilma” (grifos nossos) objetivando perceber que a simples retirada dos conectivos aqui avaliados não apenas alterará a coesão textual, mas a coerência do texto, provando nesse caso relação intrínseca entre os dois mecanismos.

Duas horas com Dilma

“É uma boa coisa que o presidente da República fale à imprensa – ponto”, dizia a Carta ao Leitor de VEJA de 1º de agosto de 1979 ao anunciar que, pela primeira vez desde 1964, um presidente da República dava uma entrevista formal e exclusiva à imprensa, tendo escolhido os profissionais da revista para conversar.

O presidente era João Baptista Figueiredo, o general que encerrou o regime militar. Figueiredo falou apenas meia hora, **mas** abriu o coração sobre os problemas que enfrentava no cargo, deu detalhes inéditos sobre a Lei da Anistia aos que cometeram crimes durante o ciclo dos generais e adiantou que o Brasil dificilmente escaparia do racionamento de gasolina. **Desde então**, VEJA, entrevistou todos os presidentes que se seguiram a Figueiredo com a redemocratização – José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Lula.

No mesmo mês e ano em que Figueiredo falava a VEJA, assinava sua ficha de inscrição no PDT uma ex-militante que cumprira pena acusada de integrar um grupo que executara ações armadas durante o regime militar. Seu nome, Dilma Rousseff. Pouco mais de trinta anos depois, ela se elegeu presidente da república pelo PT. Na semana passada, durante duas horas, Dilma conversou com Eurípedes Alcântara, diretor de redação de VEJA, e com os redatores-chefes Lauro Jardim, Policarpo Junior e Thaís Oyama. Foi sua primeira entrevista formal e exclusiva a VEJA como presidente. **Como** dizia a Carta ao Leitor de 1º de agosto de 1979, foi “uma boa coisa – ponto”. Em uma das semanas mais conturbadas para ela no tenso cabo de guerra com a base de sustentação no Congresso – problema, aliás, que foi tema das conversas de VEJA com todos os presidentes que a antecederam -, Dilma estava surpreendentemente tranquila e confiante. Ela não deixou pergunta sem resposta, como mostra a reportagem que começa na página 72.

Veja - 28 de março de 2012

Embora muitos afirmem ser possível encontrar um texto coerente sem muitos termos de coesão (é bom deixar claro também que acreditamos nisso), não é errado dizer que em certos textos essa ausência de elementos coesivos (notadamente aqui os de sequencialização) causaria problemas sérios de coerência.

Nesse editorial de *Veja*, o segmento “Figueiredo falou apenas meia hora, **mas** abriu o coração sobre os problemas que enfrentava no cargo, deu detalhes inéditos sobre a Lei da Anistia...” sem o conectivo *mas* promoveria alterações significativas tanto sintática quanto semanticamente. Em sintaxe pareceria um encadeamento assindético, como se houvesse listagem de ações proferidas pelo presidente durante

a entrevista. Do ponto de vista semântico, esse suposto encadeamento daria a impressão apenas de relato das ações, sem mostrar o teor argumentativo conferido na conjunção *mas*. Podemos imaginar que ela estivesse sugerida discursivamente se não fosse explicitada? Não ficaria tão claro. Falar apenas meia hora (revelador do pouco tempo da entrevista), mas abrir seu coração (contraste importante revelado na seleção do conectivo para evidenciar que falou de forma espontânea, discutindo vários assuntos); tudo isso revela que a presença do conectivo não é dispensável e que há uma estreita relação entre coesão e coerência.

Analisaremos outros recursos conectores nesse texto para entendermos sua funcionalidade. No trecho “**Desde então**, VEJA, entrevistou todos os presidentes que se seguiram a Figueiredo com a redemocratização – José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Lula.” O marcador temporal não pode também ser suprimido sem prejuízo de sentido, uma vez que há necessidade no contexto de reforçar o valor de tempo com a ideia de que argumentativamente é importante dizer que *desde aquele momento em que pela 1ª vez um presidente foi entrevistado por Veja (desde então)* foi uma tradição que a revista entrevistasse todos os demais.

Ainda analisando a presença de elementos conectores, é necessário lembrar que esse editorial tem o propósito também de mostrar que a presidenta Dilma Roussef também fora entrevista pela revista. Por isso, no segmento “Foi sua primeira entrevista formal e exclusiva a VEJA como presidente. **Como** dizia a Carta ao Leitor de 1º de agosto de 1979, foi ‘uma boa coisa – ponto’.” A coesão foi alcançada com o conectivo *como*, mas o que chama a atenção mesmo é o nível de coerência textual conseguido nesse emprego. Notadamente classificado com valor de conformidade, verdadeiramente propõe uma comparação entre a entrevista de Figueiredo e de Dilma, dando enfoque aos dois principais exemplos na linha argumentativa desse editorial.

Henriques (2011c, p. 45) em um dos itens de análise (*referenciação e conectividade*) do seu livro *Léxico e Semântica*, mostra como coesão e coerência se relacionam na materialidade textual:

(...) A principal questão para quem redige é a que envolve essa transferência do modelo mental (não linear e impalpável) para a forma concreta da frase. Em última análise, o que o produtor de uma mensagem quer saber é como compatibilizar esses dois ambientes, como saber fazer essa passagem. Podemos resumi-la a duas operações, que interagem durante essa

transferência:

(A) Seleção e ajuste dos itens lexicais (em outros termos: achar a palavra certa e posicioná-la na frase de modo adequado);

(B) enquadramento das unidades linguísticas em relação aos enunciados que as precedem ou sucedem num texto (também chamamos de COTEXTO).

Enquanto a operação (A) se presta mais para a construção da oração ou do período, a operação (B) é a que expressa de fato a materialização de texto, sua efetiva construção como uma unidade de sentido.

Embora a coesão textual se refira às conexões, retomadas, fenômenos materialmente palpáveis de regressão e progressão textuais que fazem com que um texto se constitua como tal, a coerência não é um fenômeno à parte, pois tudo isso contribui para construir uma unidade de sentido. Por isso, a noção de *cotexto* é tão importante para que pensemos como se analisa um texto.

Fiorin (1988, p.209) ao pensar em coerência textual vê tal definição associada à própria materialização discursiva que definiria o que é texto:

A escola ensina uma teoria do período (análise sintática dos períodos simples e compostos) e pede que o aluno redija textos, como se o texto fosse um grande período ou um amontoado de períodos. Na verdade, o texto não é nem uma coisa nem outra. Ao contrário, é um todo organizado de sentido. Esse sentido se produz a partir de coerções intra e interdiscursivas.

A proposta de abordagem de Fiorin ao dizer que um texto não é um grande período ou um grande amontoado de períodos reafirma a ideia de que precisamos pensar em um texto pelas articulações que são feitas em referência e progressão textual, bem como na seleção de vocabulário e outros itens intratextuais importantes na construção de sentido.

Essa avaliação de que um texto é produto de “coerções intra e interdiscursivas” e que daí é que se produz o sentido textual traz a noção importante de que o texto é um texto não apenas pelo que se circunscreve em seu interior, mas também pelo diálogo (obrigatório) que ele possui com outros discursos que estão para além dele. O sentido textual é resultado daquilo que em seu interior é argamassado e costurado por intermédio dos mecanismos linguísticos que o compõem e também por meio do diálogo com outros discursos que por intermédio da *intertextualidade* e da *interdiscursividade* se materializam e colaboram sobremaneira para a composição da coerência textual.

5.2 Conectivos como fator de textualidade

Kock e Travaglia (2011, p.27-28) estabelecem uma estreita relação entre coerência e textualidade e afirmam categoricamente que é a coerência que dá origem à textualidade:

Textualidade ou textura é o que faz de uma sequência linguística um texto e não uma sequência ou amontoado de frases ou palavras. A sequência é percebida como texto quando aquele que a recebe é capaz de percebê-la como uma unidade significativa global. Portanto, tendo em vista o conceito que se tem de coerência, podemos dizer que é ela que dá origem à textualidade...

Os conectivos exercem função tanto de coesão como de coerência e promovem os mecanismos necessários na sequência textual para que não haja um amontoado aleatório de segmentos linguísticos, mas um todo coeso e coerente. Sabemos que as relações entre partes de um texto podem ser explicitadas por marcas coesivas como as conjunções, os pronomes e outras ferramentas que promovem encadeamentos, sejam sequenciais ou referenciais. Entretanto, com a presença ou ausência das marcas, o que importa é como a coerência é alcançada a partir das informações contidas em um texto.

A coerência em um texto argumentativo torna-se certamente mais evidente com a presença das marcas coesivas, principalmente as de coesão sequencial, pois os conectivos carregam justamente as pistas semânticas necessárias no encaminhamento da ideia defendida.

A aceleração tecnológica e econômica é tal que até mesmo o atual é ultrapassado: tudo o que é ... já era; a atenção concentra-se não no que era, mas no vir-a-ser. Consumir não mais por necessidade, mas por ansiedade. Cada vez mais a identidade social de cada um se afirma na esfera do consumo, e se paira no ar a incerteza quanto ao futuro e a ameaça de exclusão, como não vincular a estratégia do consumo à estratégia da sobrevivência? Consumir e sobreviver reforçam-se mutuamente. Pois tanto o consumo quanto a sobrevivência dependem do grau de inserção do sujeito na dinâmica acelerada imposta pela unificação da tecnologia e do capital global. (...) Para sobreviver, bem como para consumir, é preciso correr contra a crescente obsolescência programada que as ondas tecnológicas, e a altíssima rotatividade do capital reservam para as pessoas, processos, e produtos. Para sobreviver, bem como para consumir, é preciso se antecipar. Perdemos o interesse pelo presente.
(Laymert Garcia Santos. "Consumindo o futuro".In. Folha de S. Paulo, Caderno Mais)

Observa-se, no texto da *Folha de São Paulo* utilizado como exemplo, a presença de conectores na tessitura textual como reveladores de coerência. A temática textual discute a ideia de que a evolução tecnológica é tamanha que a ação de consumir faz com que as pessoas deem menos valor aos produtos que elas possuem no presente e preferam adquirir cada vez mais as novidades tecnológicas que surgem no mercado.

Desse modo, o autor do texto utiliza certos conectores como pistas dessa ideia defendida. No segmento “A aceleração tecnológica e econômica é tal que até mesmo o atual é ultrapassado...” já há algo relevante a ser discutido. O uso da expressão coesiva *até mesmo* promove uma ressalva importante para chamar a atenção do leitor para o paradoxo contido no segmento “o atual é ultrapassado”, que reforça a visão de que a aceleração tecnológica é tão grande que o que hoje é atualidade, na verdade, em um pequeno espaço de tempo, torna-se ultrapassado. Assim, no decorrer do texto, o comentário “a atenção concentra-se não no que era, mas no vir a ser” que é construído com a conjunção adversativa *mas* revela a tese a ser defendida no texto, ou seja, de que muitas pessoas querem o que ainda irá surgir tecnologicamente do que valorizar o que eles possuem hoje ou possuía ontem.

Como a proposta temática do texto em análise está atrelada aos fatores de consumo, dois conectivos utilizados na sequência do texto são também importantes: novamente o *mas* e também a conjunção *pois*. Na frase “Consumir não mais por necessidade, mas por ansiedade.” O uso da conjunção adversativa é uma marca que defende a ideia de que o consumo está relacionado à ansiedade de compra do que propriamente à necessidade de aquisição de um produto ou serviço. Lembrando que estamos tentando reconhecer como os conectivos são enredados no texto de modo a representar valores importantes para a ideia defendida, a utilização da conjunção *pois* também é importante, porque introduz uma justificativa para o comentário de que “consumir e sobreviver reforçam-se mutuamente”. Após esse trecho, defende-se a ideia de que tudo depende do grau de inserção dos indivíduos na sociedade, ou seja, seu poder de compra determina o seu reconhecimento social.

No trecho posterior, o autor utiliza a preposição *para* com o objetivo de relacionar o valor de finalidade:

(25) **Para** sobreviver, bem como para consumir, é preciso correr contra a crescente

obsolescência programada que as ondas tecnológicas, e a altíssima rotatividade do capital reservam para as pessoas, processos, e produtos.

É possível notar que o uso do elemento conector colabora para introduzir a ideia de finalidade, que reforça a opinião de que o consumo e a sobrevivência estão relacionados. Por esse motivo o enunciador exemplifica que é necessário correr contra a obsolescência inerente à rapidez com que a tecnologia evolui. Então, com a finalidade de consumir e de sobreviver é necessário se antecipar, isto é, valorizar o que ainda vai surgir no mercado tecnológico: “Para sobreviver, bem como para consumir, é preciso se antecipar. Perdemos o interesse pelo presente.”

Fatores como esses são alguns dos exemplos que explicam como o fenômeno da coerência perpassa também o uso dos conectivos, porque tais articuladores não só manifestam representatividade coesiva, mas também de coerência. Perceberemos que esses articulares sintáticos em comunhão com outros aspectos discursivos conduzirão a linha argumentativa nos textos analisados neste trabalho. Argumentar não é apenas querer defender uma ideia, é também lançar mão de um conjunto de estratégias e a utilização dos conectivos corrobora para uma delas.

5.3 Coesão referencial

Embora a proposta de análise (como já está sendo reiterado neste texto) seja o estudo da coesão sequencial e os níveis de coerência de textos argumentativos, não podemos nos furtar em discutir a coesão referencial, até porque há diversos mecanismos como sabemos que contribuem significativamente para a compreensão/interpretação de textos. Outro fator relevante a ser percebido é que, em muitas oportunidades, alguns conectores (inclusive classificados como conjunção) promovem também coesão referencial, estabelecendo uma dupla função textual.

Inicialmente é necessário abordar de que forma a coesão referencial se constrói. Mônica Cavalcante (2011, p.15-16) em seu livro *Referenciação* afirma que:

O ato de referir é sempre uma ação conjunta. Para a Linguística do Texto , hoje, fazemos referência a algo quando nos reportamos a pessoas, animais, objetos, sentimentos, ideias, emoções, qualquer coisa, enfim, que se torne essência, que se substantive quando falamos ou quando escrevemos. (...)

Participar dessa dinamicidade de continua remodelação de referentes é pôr a referencia em ação, é tecer a referenciação – condição fundamental para que, nas práticas comunicativas, os participantes (re) construam a coerência do texto.”

Dispomos de diversos mecanismos de coesão referencial e cabe aqui lembrarmos dois primordiais e que serão necessários para o estudo do conectivo: a anáfora e a catáfora.

Esse dois mecanismos revelam estratégias discursivas diferentes. Enquanto a *anáfora* é um mecanismo de retomada textual, a *catáfora* é um aspecto que aponta para o que está na produção textual.

Cavalcante expõe as mais variadas formas de coesão referencial no capítulo “Expressões referenciais e suas funções no texto” (2012, p.121-144), que foram aqui neste trabalho escolhidas para fundamentação teórica.

Dentre esses fatores, a autora cita a *introdução referencial*, a *anáfora* e a *dêixis*. Todas elas necessárias quando se pensa em processos utilizados pelo autor em sua produção textual e no leitor na capacidade de reconhecer esses aspectos.

A dita *introdução referencial* é um aspecto da referenciação que pode se manifestar pela introdução de um elemento do discurso sem nenhuma *âncora* em que se apoie (*introdução referencial pura*) ou com pelo menos uma *âncora* (*Anáfora indireta*). (idem, p.122).

A autora define o mecanismo anafórico como:

...a estratégia anafórica diz respeito à continuidade referencial, ou seja, de um referente por meio de novas expressões referenciais. As expressões que retomam referentes já apresentados no texto por outras expressões são chamadas de anáforas diretas ou anáforas correferenciais. (CAVALCANTE, 2012, P.123)

Além dessa *anáfora* que vamos chamar aqui de *propriamente dita*, temos a *anáfora indireta*, que não retoma propriamente algo expresso no texto, mas são identificados por inferência e a *anáfora encapsuladora* (a que já fizemos referência neste trabalho) que resume uma porção textual, funcionando como rótulos do que já vinha sendo retomado pelas anáforas diretas. São as *encapsuladoras* que além de resumir podem também projetar coisas ainda a serem ditas. (idem, p.126)

Não é demais lembrar que a autora não discute a processo *catáfora*, julgando, portanto, a *anáfora* como um processo mais abrangente, capaz de dar conta dos

dois processos. Aqui em nossas análises, quando falarmos dos fenômenos de *referenciação*, discutiremos os processos anáfora e catáfora separadamente. Pensando em *anáfora* apenas como mecanismo de retomada, valendo também para as *encapsuladoras*. A etimologia do termo cunhado promove a escolha da definição.

Segundo o dicionário Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001) a *anáfora* etimologicamente constitui-se da forma:

lat.tar. *anafòra* 'repetição de uma mesma palavra', do gr. *anaphorá* 'sentido de um pronome, ação de repetir', de *ana-* 'para trás' + *phorá* 'ação de levar, transportar', de *phoréó*'levar'

Já o termo *catáfora* possui sua origem etimológica de forma significativa diferente no mesmo dicionário:

gr. *kataphorá,âs* 'ato de lançar de cima para baixo, donde queda, descida; sono profundo, sonolência letárgica', prov. pelo lat.tar. *cataphora*; o voc. é us. em ling em contraste com *anáfora* e o emprego advém de noções como 'levar adiante, para frente';

A *dêixis*, por sua vez, manifesta-se como um efeito discurso importante para compreensão / interpretação textual, porque revela elementos fora do *cotexto* para sua análise: indica *quem* está enunciando, o *local* ou o *tempo* em que o enunciador se encontra. A *dêixis*, então, aponta para algo fora do texto.

Há três tipos de *dêixis*:

- 1- *Dêixis pessoal* – Quando há expressão utilizada para se remeter às pessoas do discurso. É marcada pelos pronomes indicadores da relação emissor e receptor.
- 2- *Dêixis espacial* – Aponta para as informações de lugar, o local em que ocorre a enunciação. Normalmente esses dêiticos são representados pelos advérbios e locuções adverbiais de lugar e pronomes demonstrativos.
- 3- *Dêixis temporal* – Localizam no tempo do enunciador certos fatos em contraposição ao *agora* do texto. A *dêixis temporal* é expressa por advérbios por advérbios / locuções adverbiais de tempo.

A fim de ilustrar um exemplo de *dêixis* e deixar claro como saber a localização temporal, por exemplo, é importante para compreender melhor a informação, tomemos como estudo passagens do editorial “O valor da imprensa livre”, publicado em 27 de Outubro de 2010:

Esta edição de VEJA traz duas reportagens que respondem inequivocamente a qualquer dúvida sobre o valor insubstituível para a construção e a manutenção das sociedades abertas de uma imprensa livre, comprometida com a busca da informação correta e relevante. A primeira confirma o teor das revelações feitas por VEJA, em sua edição de 10 de março passado,...

(...)

A segunda relata como a Polícia Federal confirmou os desconcertantes fatos expostos por VEJA em 2 de junho último e em reportagens subsequentes...

Vê-se que, para ter acesso à contextualização, é necessário perceber que as expressões temporais “10 de março passado” e “em 2 de junho último” apontam para fora do texto cuja data de publicação do editorial é 27 de Outubro de 2010.

Esses mecanismos referenciais serão aqui utilizados como ferramentas de avaliação textual em algumas oportunidades. Dentre esses mecanismos, suas análises servirão, por exemplo, para observarmos que certas conjunções (como as integrantes) revelam estratégias catafóricas; ou o reconhecimento da *dêixis*, que em conjunto com outros aspectos discursivos, servirá para analisar as abordagens que estão fora do *cotexto*; além disso, a anáfora servirá de base para reconhecer que certos elementos conectores podem promover retomadas nos discursos e não apenas funcionando como coesão sequencial.

Conforme já havíamos antecipado, a expressão *por isso* é tradicionalmente classificada como conjunção. Entretanto, já questionamos esse processo classificatório por conta da sua estruturação morfológica. Primeiro que conjunção deveria ser normalmente representada por um único vocábulo e, se categorizássemos como locução conjuntiva, haveria outro problema, porque essa locução é tradicionalmente construída com a conjunção *que*: *ainda que, se bem que, mesmo que, no momento em que, à proporção que...* Preferimos adotar a classificação *locução adverbial* por ser uma categoria gramatical mais variável e sujeita a funcionalidades coesivas. Dessa maneira, a locução adverbial *por isso* presta-se também a um aspecto não só de coesão sequencial, mas, sobretudo, referencial, porque retoma (anáfora) algum aspecto com o qual se relaciona.

5.3.1 Mecanismo anafórico do *por isso*: dupla funcionalidade conectora

O *por isso*, que é tradicionalmente classificado como conjunção, é um recurso

linguístico pode retomar algum termo específico ou mesmo toda uma ideia anterior. Dizemos que possui dupla funcionalidade conectora, porque além de estabelecer relação sequencializadora, típica dos conectivos, também se remete a algo já produzido no texto, cuja perspectiva é anafórica. É necessário observarmos isso nos textos. Assim, no editorial “Simplicidade constitucional” esses recursos coesivos ficam evidenciados:

Simplicidade constitucional

Para as gerações mais jovens, faz parte da ordem natural das coisas que o poder militar do Brasil seja subordinado ao poder político civil. Nem sempre foi assim.

VEJA nasceu em setembro de 1968 e viveu seus primeiros dezessete anos sob o regime militar, período em que a política e o jornalismo eram atividades consentidas pela caserna.

Sempre que um general aparecia nas páginas da revista, que passou anos sob censura, era para brandir os tambores da guerra contra a subversão, garantir que as Forças Armadas estavam unidas ou, ainda, assegurar que se mantinham no comando do processo político e levariam o país a bom porto. Por isso, é alvissareiro registrar os termos da entrevista de Páginas Amarelas que um chefe de corporação militar, o general Enzo Martins Peri, concedeu ao jornalista Duda Teixeira, de VEJA.

O comandante do Exército discorreu sobre os desafios da força terrestre em suas missões pacificadoras nos morros cariocas, desenvolvimento decisivo do processo de virada do jogo contra o crime organizado no Brasil. Jovem segundo-tenente da arma de Engenharia em março de 1964, Enzo vestiu uniforme durante toda ditadura militar, participou do começo e do desfecho feliz da abertura política que levou o Brasil à redemocratização, em 1985. Agora no topo da carreira, o general Enzo Peri se encontra na circunstância de servir sob o comando da presidente da República, Dilma Rousseff, cuja história transcorreu no mesmo período vivido por ele, mas no reverso da medalha política, a insurreição armada movida pela ideologia comunista.

Foi tranquila, firme e inequívoca a resposta do general à pergunta de VEJA sobre se seria penoso obedecer a uma presidente que pertenceu à organização terrorista na juventude. Disse o general: “A presidente Dilma Rousseff foi eleita pelo povo de maneira legítima. É ela que exerce o comando supremo das Forças Armadas. É A Dilma que prestamos continência.” É a única resposta possível nos limites da legalidade, convenhamos. Mas, em sua simplicidade constitucional, ela é uma eloquente demonstração de fracasso a que se condenam os radicais saudosistas – dos dois lados empenhados em ressuscitar no Brasil de hoje a desestabilizadora “questão militar”, que envenenou décadas no século passado.

(Veja, Janeiro de 2011)

Primeiramente vamos ao tema do editorial. *Veja* aproveita a entrevista feita ao general Enzo Martins Peri, na seção Páginas Amarelas da própria revista, para comentar a importância de se manter um povo livre sem o jugo da repressão militar por que passou o Brasil. Lembra a época de militância da presidenta brasileira Dilma Rousseff e deixa claro o posicionamento da linha editorialista da revista em questionar a postura equivocada do militarismo brasileiro de outrora. Por conta

dessa postura da revista, o enunciador sente a necessidade de explicar o fato de a revista ter entrevistado um general, já que, quando isso acontecia durante o regime militar, época de censura, era para enaltecer as próprias *Forças Armadas*. No segmento abaixo, esse argumento fica evidenciado:

(26) Sempre que um general aparecia nas páginas da revista, que passou anos sob censura, era para brandir os tambores da guerra contra a subversão, garantir que as Forças Armadas estavam unidas ou, ainda, assegurar que se mantinham no comando do processo político e levariam o país a bom porto.

Por isso, é alvissareiro registrar os termos da entrevista de Páginas Amarelas que um chefe de corporação militar, o general Enzo Martins Peri, concedeu ao jornalista Duda Teixeira, de VEJA.

Notamos que para deixar clara a necessidade de explicação, o autor utiliza a expressão conectora *por isso*. Assim consegue apontar para uma possível conclusão, mesmo que parcial, ao afirmar a necessidade de falar sobre os termos da entrevista em questão. Outro fator que merece destaque é que, do ponto de vista sintático, a expressão conectora (*por isso*) está articulando parágrafos, aspecto possível em seu emprego.

Agora, observando mais atentamente o uso desse mecanismo coesivo, além de funcionar como um conector de partes do texto ao modo das conjunções, embora preferamos chamar de locução adverbial discursiva, esse não é o único fator textual a que se presta esse elemento gramatical. Uma observação mais atenta revela que o *por isso*, ao modo de outros anafóricos, justamente pela presença do pronome demonstrativo *isso*, promove retomada do que já havia sido discutido: a presença de um militar ser entrevistado. Desse modo, o conectivo presta-se a dois recursos: conexão referencial e sequencial simultaneamente.

5.3.2 Conjunção integrante e catáfora: progressão temática

Outra conjunção que precisa ser melhor avaliada é a conjunção integrante. Ela funciona como um *transpositor de classes*, pois ao introduzir uma oração tem a capacidade de torná-la um substantivo, daí, como sabemos, a oração subordinada ser chamada por isso de substantiva. Azeredo (2011, p. 198), por exemplo, comenta a função de nominalizador desse conectivo pela capacidade de originarem

sintagmas nominais. O que é importante ressaltar de novidade é que um olhar mais atento para sua funcionalidade revela que a diferença crucial entre essa conjunção e o pronome relativo, outro iniciador de oração subordinada, está justamente na diferença de abordagem coesiva. Enquanto notadamente o pronome relativo promove o recurso anafórico, uma vez que retoma elemento previamente escrito, a conjunção integrante participa de um fenômeno inverso, pois está inserida num fenômeno catafórico: participa da progressão / expansão textual.

Mariângela Rios de Oliveira (in: MARTELOTTA 2010, p.196), no livro *Manual de Linguística* fala da funcionalidade desses mecanismos referenciais:

Os procedimentos de referenciação endofórica representam eficazes recursos de unidade e sequenciação semântico-sintáticas. Anáfora e catáfora constituem faces da mesma moeda, responsáveis, respectivamente, pela manutenção e expansão do fluxo textual num jogo que organiza progressivamente informações recorrentes, já conhecidas pelos interlocutores. E outras novas, mencionadas pela primeira vez no texto. (...)

Nos exemplos abaixo, observemos a diferença funcional desses conectores a partir da introdução dos editoriais aqui citadas:

(26) Veja dedica 26 páginas desta edição para analisar os impactos da morte do terrorista Osama Bin Laden, **cujo** corpo foi lançado ao mar depois de crivado de balas por integrantes de uma tropa de elite da Marinha dos Estados Unidos **que** o surpreendeu em seu esconderijo no Paquistão. (“O terror sem perdão” - **11 de Maio de 2011 – Veja – grifo nosso**)

(27) Credita-se a Santo Agostinho, um dos sábios da Igreja Católica, a descoberta de **que** se podia ler sem enunciar as palavras. Até então, os textos eram murmurados, assim como fazem as crianças recém-alfabetizadas. (“Pega e lê” - **18 de maio de 2011 – Veja - grifo nosso**)

(30) O PT não inventou o primado do cinismo na política. Fazer alianças temporárias por mero interesse é prática que começou no dia em que o primeiro político descobriu **que** se pode enganar o eleitorado em alguns aspectos e por algum tempo. (“Horário gratuito sai caro” - **27 de junho de 2012 – Veja - grifo nosso**)

Analisando os trechos, percebe-se que em (26) os usos são de pronome relativo e, como usual, promovem anáfora. O termo *cujo* estabelece relação com Osama Bin Laden e o *que* retoma tropa de elite. É visível que é um recurso importante que evita repetição de termo e estabelece encadeamento sintático.

Por outro lado, com a conjunção integrante a proposta é completamente diferente. Essa conjunção promove ligação (mecanismo primordial para as

conjunções) entre o elemento que seleciona a oração substantiva (nome, verbo ou adjetivo) e, dessa forma, não retoma elemento como o pronome relativo. Esses termos que selecionam a oração substantiva são os pontos de inserção. Funcionam como termos que projetam a informação que estará contida na subordinada substantiva.

Nos segmentos dos editoriais, notamos que, em (27), é o substantivo *descoberta* que requer o complemento oracional iniciado pela conjunção integrante: “...a descoberta de **que** se podia ler sem enunciar as palavras...” e, em (30), é o verbo *descobriu*: “...o primeiro político descobriu **que** se pode enganar o eleitorado...”

A pesquisadora Inês Duarte (In: MATHEUS ET AL. 2003, p. 592- 651) é quem aborda a necessidade de se reconhecer que há termos na oração principal que funcionam como elementos que projetam a oração subordinada substantiva, ou seja, essa oração subordinada está sujeita à necessidade de existência, na oração principal, de um *verbo* ou *nome* (substantivo ou adjetivo) que requer complemento sintático, que se materializa discursivamente na própria oração substantiva. É nesse ponto que a conjunção integrante deve ser vista com funcionalidade diferente do pronome relativo, enquanto este retoma termo; aquela faz parte de um processo de progressão textual.

Traçando um paralelo entre a funcionalidade da conjunção integrante e de outras conjunções, percebemos também que há diferença. Vejamos três exemplos que tornem evidentes tais distanciamentos funcionais e coesivos:

(31) O governo afirmou **que** criaria uma alternativa.

(32) O governo criou uma alternativa, **porém** não foi satisfatória.

(33) O governo criou uma alternativa, **a fim de que** resolvesse o problema.

É importante notar que, somente na frase (31), a conjunção integrante é o resultado da projeção de um termo da oração anterior (verbo *afirmou*) em uma relação sintática de complementaridade. Esse verbo *afirmar* seleciona a oração transposta em funcionalidade substantiva pela conjunção integrante “que criaria uma alternativa”, por isso notamos uma expansão temática da qual a conjunção

integrante faz parte.

Observamos que isso não ocorre nas frases (32) e (33). Enquanto em (31) há uma relação sintática mais específica de projeção (catáfora) do termo que seleciona a oração substantiva, em (32) a conjunção coordenada só estabelece a explicitação da marca gramatical coesiva e em (33), embora percebamos uma necessidade da presença da locução conjuntiva final (a fim de que), ela também não está vinculada sintaticamente à oração anterior.

Desse modo, são posturas coesivas distintas no emprego desses conectores, provando que suas funcionalidades são diferentes do ponto de vista sintático e não podem ser analisadas da mesma forma como normalmente a tradição gramatical o faz.

5.3.3 Postura argumentativa no uso das integrantes

As conjunções integrantes precisam ser também analisadas pelo seu prisma semântico, já que nossa proposta se constitui justamente em avaliar a semântica dos conectivos em textos argumentativos.

Fica muito mais fácil reconhecer que múltiplos sentidos são mais visíveis no estudo das coordenativas e das subordinativas adverbiais, mas as integrantes também representam valores cotextuais importantes, ainda mais se nos dispusermos a comparar o uso da conjunção *que* em detrimento à conjunção *se*. Ambas são integrantes, mas com funcionalidade semântica bem distinta, pois o *que* evidencia muito utilizado em cotexto afirmativo, ao passo que o *se* em cotextos hipotéticos.

(34) Sabíamos **que** o atleta estava lesionado.

(35) Não sabíamos **se** o atleta estava lesionado.

Em (34) a frase está enunciada com valor afirmativo, primeiro porque se declara algo que evidencia certeza, iniciada pela conjunção integrante *que*, e também por conta da seleção do verbo da oração principal (sabíamos). Mas em (35), o próprio uso da conjunção *se* já configura um aspecto hipotético (assemelha-se,

inclusive, à conjunção de valor condicional), além do que se declara na oração principal: a presença do verbo *saber* associada ao advérbio de negação, confere à frase um valor de dúvida, o que comprova que o conector precisa ser compreendido em sua relação com os outros componentes linguísticos escolhidos pelo autor.

Ainda discutindo essa diferenciação, no editorial (“Bárbaros mascarados” – 06 de Novembro de 2013), esses usos ficam evidentes:

BÁRBAROS MASCARADOS

Estava passando da hora de alguém traçar alinha divisória entre o certo e o errado nessa questão do vandalismo. Em entrevista a emissoras de rádio no Paraná, a presidente Dilma Rousseff reagiu, finalmente, como se espera do chefe da nação. “Eu defendo qualquer manifestação democrática. Agora, sem sombra de dúvida, eu acredito que a violência dos mascarados não é democrática, é antidemocrática, é uma barbárie, e acho que ela tem de ser coibida.”

Seria bom para todos se a própria escolha de palavras feita pela presidente se tornasse a regra ao se falar dos vândalos. Dilma os classificou de mascarados, antidemocráticos e bárbaros. Isso deixa as coisas bem mais claras. A expressão em inglês que vem sendo usada no Brasil, *lack blocs*, é traiçoeira. Ela dá aos criminosos uma aura de universalidade, como se eles fossem apenas a expressão local de um sentimento profundo, legítimo e incomprimível de desconforto com a civilização- ou quem sabe a etapa inicial violenta de uma nova consciência cósmica gestada nas redes sociais da internet que, uma vez amadurecida, vai superar a etapa da selvageria. Não é nada disso.

Uma reportagem desta edição de Veja procura entender em profundidade as circunstâncias da agressão sofrida na sexta-feira passada, dia 25, em São Paulo, pelo coronel Reynaldo Simões Rossi, golpeado por trás por um homem que usou uma chapa de aço e lhe quebrou a clavícula. Mesmo ferido, o coronel Rossi alertou seus oficiais para que não deixassem a “tropa perder a cabeça” diante da agressão. O episódio encerra a lição fundamental de que esses bandos mascarados que infestam as grandes cidades brasileiras não negociam. Eles nada têm a oferecer. Não têm reivindicações que possam ser atendidas. Querem apenas destruir, agredir, aterrorizar e depois assistir a seus próprios atos em vídeos postados na internet.

Eles podem nem saber, mas são herdeiros históricos do braço criminoso dos anarquistas. De origem nobre na Grécia clássica, com uma passagem confusa pela obra do inglês William Godwin no século XIX, o anarquismo justificou atos terroristas e assassinatos na Europa e nos Estados Unidos. Entre suas vítimas fatais estão dois presidentes, o francês Marie-François-sadi Carnot e o americano William MacKinley, e um rei, Umberto I, da Itália. No mundo ideal do anarquismo não há lugar para governo, hierarquia, religião, muito menos para escolas, universidades, centro de pesquisas ou empresas. O cineasta espanhol Luis Buñuel conta que o jornal anarquista *El Motín* descreveu assim o episódio em que militantes espancaram religiosos quase até a morte, feriram outras pessoas e quebraram vidraças em Madri: “Na tarde de ontem um grupo de operários descia calmamente a Rua Montera quando dois padres que estavam do lado oposto da rua vieram na direção deles. Diante de tal provocação...”. Os anarquistas daquele tempo pelo menos não escondiam o rosto. Os de hoje são mascarados e consideram provocação a mera existência de pessoas que pensam de acordo com eles.

O editorial defende que o posicionamento contrário da presidenta Dilma em relação ao vandalismo dos *black blocs* é uma reação importante para a democracia brasileira, porque, com isso, o editorialista mune-se de argumentos evidenciados pelo enunciador para dizer que as ações promovidas por esses radicais são antidemocráticas.

Ao longo do texto, o autor lança mão de vários *conectores* para orientar sua linha argumentativa e faz isso também com a presença das integrantes *que* e *se*.

Nos segmentos retirados do texto, perceberemos, inclusive, como tais conjunções contribuem para a compreensão do próprio texto:

(36) Seria bom para todos **se** a própria escolha de palavras feita pela presidente se tornasse a regra ao se falar dos vândalos.

(37) O cineasta espanhol Luis Buñuel conta **que** o jornal anarquista *El Motín* descreveu assim o episódio em que militantes espancaram religiosos quase até a morte...

É possível notar a diferença funcional dos conectores grifados, pois em (36) o valor é hipotético na construção sintática elaborada. A conjunção *se* não é condicional, porque a oração iniciada por ela é uma subordinada substantiva com função de sujeito, mas sua semântica assemelha-se à da conjunção condicional. Em (37), o valor é afirmativo e, portanto, não carrega aquele valor expressivo de suposição de (36). Vê-se que em (36) os verbos confirmam tal semântica hipotética: futuro do pretérito na oração principal (“seria”) e imperfeito do subjuntivo na subordinada (“tornasse”), o que não ocorre em (37).

Essas diferenças funcionais correspondem a formas distintas para a mesma classificação do conector que é conjunção integrante. Como nossa análise pauta-se principalmente nas diferenças de sentido na construção da *argumentatividade*, a conjunção integrante *se* refere-se a um estudo muito profícuo, porque está circunscrita na língua com um viés pragmático, uma vez que para entender sua funcionalidade textual é necessário recorrer a inferências (assim como é feito com a condicional).

No trecho (36), por exemplo, para entendermos a crítica do enunciador em sua linha argumentativa, é necessário perceber que tal crítica é calcada na hipótese (com a marca gramatical da integrante *se*) de que toda a sociedade visse os vândalos da forma como a presidente Dilma vê. É afirmativo reconhecer que essa integrante não se comporta funcionalmente como a integrante *que*. Dessa forma, é

perceptível que até as conjunções integrantes revelam sentido e são importantes para as informações veiculadas nos enunciados.

5.4 Coesão sequencial

Falar de mecanismos coesivos é falar em materialidade discursiva que promove encadeamento e produz sentido em um texto. Já dissemos que coesão e coerência, embora sejam mecanismos distintos, precisam ser vistos em sua relação. Sabemos também que um texto pode ser elaborado sem coesivos ou com poucos desses elementos, mas como nosso objetivo é discutir o emprego de mecanismos linguísticos explícitos na composição coesiva dos textos, estamos dando atenção ao uso dos elementos conectores nessa elaboração.

Marcuschi (2012, p.50) define coesão da seguinte maneira:

Os fatores que regem a conexão sequencial, geralmente conhecidos como coesão, formam parte dos princípios constitutivos da textualidade. Esses fatores dão conta da estruturação da sequência superficial do texto; não são simplesmente princípios sintáticos e sim uma espécie de semântica da sintaxe textual, onde se analisa como as pessoas usam os padrões formais para transmitir conhecimentos e sentidos (...)

Essa visão do pesquisador de definir como “semântica da sintaxe textual” é bem interessante, porque não descarta a relação de sentido (componente da coerência) e propõe uma visão dos elementos linguísticos que compõe a elaboração do texto em suas relações.

É na superfície textual que reconhecemos os elementos que fazem as conexões e que tornam um texto um intrincado componente macrossintático. Dizemos intrincado não por conta de problemas de coerência, mas por causa da *rede* elaborada entre esses elementos sintáticos. Assim como podemos ter coerência sem propriamente coesão, podemos, por outro lado, ter um texto coeso, mas com sérios problemas de coerência.

A coesão sequencial, portanto, requer uma atenção especial por conta da materialização discursiva com o elemento gramatical que promove o vínculo entre duas partes do discurso: dois elementos, duas orações, duas sequências textuais.

Os conectivos de forma simples, ou em forma locucional, são elementos responsáveis por essa ligação. A princípio, essa estratégia de relacionar as partes

do discurso possui um efeito expressivo preponderante e possibilita sintaticamente um grau de tessitura importante.

Koch (2009, p. 133) em seu livro “Desvendando os segredos do texto” agrupa os elementos gramaticais representativos da *coesão sequencial* como *articuladores textuais*.

O encadeamento de segmentos textuais de qualquer extensão (períodos, parágrafos, subtópicos, sequências textuais ou partes inteiras do texto), é estabelecido, em grande número de casos, por meio de recursos linguísticos que se denominam articuladores textuais ou operadores do discurso. Tais operadores podem relacionar elementos de conteúdo, ou seja, situar os estados de coisas de que o enunciado fala no espaço e/ou no tempo, bem como estabelecer entre eles relações do tipo lógico-semântico; podem estabelecer relações entre dois ou mais atos de fala, exercendo funções enunciativas ou discursivo-argumentativas; e podem, ainda, desempenhar, no texto, funções de ordem metaenunciativa.

Dessa forma, os articuladores textuais podem ser divididos em três grandes classes: os de conteúdo proposicional, os enunciativos ou discursivo-argumentativos e os meta enunciativos.

Desses interessam-nos os discursivo-argumentativos. Podem ser constituídos por conjunções (*porque, pois, mas, porém, embora, quando...*), por locuções conjuntivas (*uma vez que, já que, ainda que, desde que...*), por preposições *discursivas* (*sem, por, com...*), por locuções prepositivas *discursivas* (*a fim de, apesar de...*), Por advérbios *discursivos* (*então, assim...*) ou locuções adverbiais *discursivas* (*por isso, por outro lado...*).

Esses e outros articuladores textuais de base discursivo-argumentativa podem representar diversos sentidos importantes para a composição textual: oposição, causa, consequência, condição, finalidade, adição dentre outros que merecerão destaque ao longo deste trabalho. Importante destacar que chamamos de *discursivos* os advérbios/locuções adverbiais e preposições/ locuções prepositivas que servem justamente em um texto a funções argumentativas.

A rigor, os articuladores textuais são mecanismos de coesão, portanto devem ser avaliados pela funcionalidade sintática que exercem. Entendemos que nem todos eles se comportam da mesma forma, porque nem todos nessa coesão sequencial podem articular toda e qualquer parte discursiva, além de que seus posicionamentos nas frases podem ser diferentes.

Por exemplo, as conjunções coordenativas podem articular parágrafos (só não é usual com as explicativas); a conjunção E pode articular partes do discurso

com outros conectores paralelamente; as conjunções integrantes só podem estar à direita nas frases, mas algumas adverbiais não só podem iniciar frase, ficando, portanto, à esquerda no discurso, como também sua mudança de posicionamento pode implicar mudança de sentido (hierarquia argumentativa), ou seja, para efeito de argumentação iniciar com a concessiva ou com a causal (só para ilustrar alguns conectores que podem iniciar frase) interfere no teor semântico do que se essas informações estivessem à direita da frase.

Além disso, essa mobilidade não é extensiva para todos os conectivos, além de que seus posicionamentos sintáticos podem, inclusive, revelar mudanças de sentido. Um exemplo disso é a conjunção *como* que pode ser classificada de forma *aditiva* (coordenativa), *causal* (subordinativa), *conformativa* (subordinativa) ou *comparativa* (subordinativa), dentre outras possibilidades semânticas. Com valores aditivo e comparativo esse conector aparece normalmente à direita na frase, mas com valor conformativo pode estar tanto no início da frase como inerente à segunda oração e, em relação à ideia causal, inicia a frase. São peculiaridades importantes na análise de seus empregos. Observemos exemplos desses empregos para que fiquem mais claros tais empregos, seguindo a ordem – *adição, causa, conformidade e comparação*:

(38) Preso em uma sela individual e cercado por agentes 24 horas por dia, Beira-Mar conta com a ajuda da lei de Execução Penal para cometer seus crimes. O estado brasileiro sabe que ele chefia a maior facção criminosa do Rio de Janeiro, o comando vermelho, mas não consegue romper o vínculo que o liga a seus liderados. Ou seja, não só os presídios são porosos, **como** a lei é branda. (“Uma apuração fantástica”, *Veja*, 07 de fevereiro de 2011) – *grifo nosso*.

(39) **Como** a televisão influencia demais as pessoas, muitos preferem desligá-la.

(40) **Como** se sabe sobejamente, não bastam leis para acender as luzes, abrir cortinas e portas no mundo oficial, mas a nova legislação de acesso à informação dota o cidadão das ferramentas capazes de obrigar as prefeituras, os governos estaduais, os ministérios e demais repartições federais a demonstrar quanto e de que forma gastam o dinheiro dos contribuintes. (“A verdade nos libertará”, *Veja*, 22 de maio de 2012) – *grifo nosso*.

(41) Nunca é tarde para começar a ler a aprimorar-se culturalmente. Vamos lá, faça **como** Santo Agostinho: ‘Pega e lê’ . (“Pega e lê”, *Veja*, 18 de maio de 2011) – *grifo nosso*.

Outro fator a que precisamos atentar é o fato de que, mesmo iniciando frase, o conectivo pode exercer o aspecto coesivo com o que está dito posteriormente e

não rigorosamente com a frase anterior. Vamos deixar mais claro: quando um conector inicia uma frase, ele pode estabelecer relação coesiva com alguma *sequência textual anterior* ou com a *oração posterior* a ele na constituição da frase em que está inserido.

Ao estabelecer coesão textual com uma sequência anterior, isso pode ocorrer entre parágrafos ou dentro dos parágrafos:

(42) Com Antonio Palocci, ministro da Civil e principal articulador político governo, nocauteado por uma acusação de enriquecimento ilícito e a presidente Dilma Rousseff paralisada pela inapetência pelo diálogo com parlamentares, eis que ressurgiu em Brasília um ex-presidente disposto, como sempre, a ignorar as liturgias e desprezar as instituições para chamar a si a resolução do que pintou como uma séria crise política.

Mas que crise foi essa? A democracia periclitou? Estivemos à beira de uma guerra civil? A economia ameaçou desandar e destruir a prosperidade dos brasileiros? (...) (“Devagar com o andor”, *Veja*, 01 de Junho de 2011) – *grifo nosso*.

Nesse segmento (42), percebemos que a conjunção adversativa inicia parágrafo e relaciona-se coesivamente com o que foi dito anteriormente, estabelecendo, então, relação entre os parágrafos. É perceptível que retoma, inclusive, a progressão temática em relação à crise política discutida no texto.

(43) Por seu tamanho, pela força de sua economia e pelo ímpeto intelectual e moral que nos caracteriza como nação, o Brasil é o líder natural da América Latina - posição da qual, no interesse dos brasileiros, não pode abdicar. Nada explica, **portanto**, por que, com 72% da população, 62% da área e mais de 70% do PIB do Mercosul, o Brasil tenha deixado tomarem as rédeas os governantes da Venezuela e da Argentina, dois países em marcha batida para a ruína econômica. (“A aliança para o atraso”, *Veja*, 11 de Julho de 2012) – *grifo nosso*.

Já nesse segmento (43), o conector *portanto* vincula a ideia apresentada na frase anterior e relaciona essas duas sequências textuais. Tal conjunção não só é introdutória de alguma informação posteriormente, como estabelece uma conclusão lógica com o que foi proferido antes.

Quando um conectivo não está fazendo relação com o que foi dito em um parágrafo ou frase anterior, mas, mesmo assim, inicia uma frase, deve-se perceber que sua relação coesiva é com a sequência oracional posterior, uma vez que alguns conectivos podem normalmente iniciar frase e sua relação sintático-semântica ser com a oração posterior.

(44) Até os 7 anos a criança está em fase de formação de personalidade, por isso os exemplos são importantes. ‘**Se** o personagem rouba carros e atropela velhinhas, isso obviamente distorce a sensibilidade dela’, diz a educadora Tânia Zaguri, citando

Carmageddon, um jogo que foi recolhido das prateleiras em 1997. (Revista Época: editora Globo, n)222, 19 de Agosto de 2002, p.77) - *grifo nosso*.

Nesse segmento (44), em que há o *argumento de autoridade* da educadora, é possível notar que a conjunção subordinativa *se* que inicia a frase não está encadeada a algo dito antes no texto, mas à oração que compõe a própria frase em que está inserida.

Outro item gramatical que comumente inicia frase e, ainda assim, diz respeito a uma relação sintático-semântica com o que se enuncia posteriormente é a preposição *por*. No trecho abaixo, isso fica mais evidente:

(45) **Por** seu poder de destruição e **por** ter como público-alvo os jovens de 15 a 25 anos, essa modalidade de ruína química merece análise detalhada e demanda a ação urgente do poder público. O crack vicia para sempre na primeira vez que seus componentes químicos inundam o cérebro do usuário. (“Uma tragédia invisível”, *Veja*, 22 de Junho de 2011) – *grifos nossos*.

Nota-se que a preposição discursivo-argumentativa *por*, nas duas aparições, introduz as causas (poder de destruição e público-alvo os jovens) para os efeitos na oração posterior (merecer uma análise mais detalhada e demandar ação urgente do governo). Notamos que o conectivo embora inicie frase, relaciona-se com a *sequência textual* inerente no decorrer da própria frase em que está inserido, o que prova que um conectivo não se encadeia obrigatoriamente à sequência textual anterior a ele.

Por mais que um texto possa parecer complexo para um leitor por conta do não domínio fluente de um assunto, seu conhecimento linguístico pode encaminhar uma possível leitura. O reconhecimento dos conectivos que funcionam como operadores argumentativos representam, conforme estamos vendo, uma dessas estratégias de leitura. No editorial “Fazer mais com menos”, o autor trabalha um assunto denso, mas faz questão de orientar seus leitores com a presença desses *operadores discursivo-argumentativos*, não somente com conjunções / locuções conjuntivas, mas também com elementos preposicionais e adverbiais.

FAZER MAIS COM MENOS

Se fosse preciso resumir em uma explicação o motivo do sucesso material duradouro e sustentável de um país, a produtividade seria o indicador ideal para isso. Do ponto de vista estritamente técnico, produtividade é fazer mais

com menos. Mas as implicações dessa relação aparentemente tão simples são profundamente radicais. Por exemplo, um país com PIB em alta mas com baixa produtividade terá, em pouco tempo, um encontro marcado com a inflação ou a estagnação. Por quê? Pela razão de que os outros fatores que influenciam no PIB, o crescimento demográfico e o aumento da oferta de emprego, se esgotam rapidamente. É o caso do Brasil hoje. Pela mesma razão, um país em que a renda aumenta mas a produtividade se mantém estagnada está simplesmente consumindo mais riqueza do que produz e, conseqüentemente, comprometendo a qualidade de vida das próximas gerações. Aliás, esse é também o caso do Brasil hoje.

A produtividade é a chave do progresso das nações por resumir em um único indicador diversas outras variáveis. Se a produtividade cresce muito e por longo tempo, com toda a certeza o país tem alta qualidade de educação, nível adequado de investimento, capacidade de inovação e carga fiscal não punitiva. A existência de um ambiente atraente e com segurança jurídica é um poderoso emulador da produtividade, que, por sua vez, alimenta e legitima aquelas condições, em um desejável ciclo virtuoso. A produtividade é até mesmo a medida indireta da qualidade da classe política, pois ela cresce sempre que seus mandatários pensam mais na próxima geração do que na próxima eleição e, para corrigir distorções incapacitantes do país, estão prontos a amargar impopularidade pessoal momentânea em troca de benefícios para todos pelas próximas décadas.

Dito isso, é inevitável nos perguntarmos: em que patamar se encontra a produtividade do Brasil? Uma reportagem desta edição de VEJA tenta responder a essa pergunta a partir das conclusões de um fórum sobre o tema promovido pela revista EXAME na segunda-feira passada, em São Paulo, que contou com a participação de Guido Mantega, ministro da Fazenda, dos principais presidentiáveis, de economistas e empresários. A constatação mais aguda foi que chegaram ao limite da exaustão no Brasil os extraordinários ganhos da produtividade que a economia experimentou com a derrota da inflação, a Lei de Responsabilidade Fiscal, as privatizações e outras reformas modernizadoras dos governos FHC e de Lula em seu primeiro mandato. Dani Rodrik, economista da universidade americana de Princeton, mostrou no fórum de EXAME que a produtividade brasileira apresentou crescimento anual de apenas 1,8% nas últimas duas décadas, perdendo para o México (2,2%), o Chile (3,8%), o Peru (3,7%), a Coreia do Sul (5%) e até a para a Turquia (4%). A reportagem de VEJA revela que, sem mais arejamento e menos burocracia, sem mais planejamento e menos improvisação, sem mais foco no interesse nacional e menos cegueira ideológica, a produtividade no Brasil não crescerá nos próximos anos. Já passa da hora de começarmos, como nação, a reverter esse quadro.

Veja, 9 de Outubro de 2013

O texto avalia como o Brasil economicamente possui problemas e centraliza a problemática na baixa produtividade nacional: “A produtividade é a chave do progresso das nações por resumir em um único indicador diversas outras variáveis.” Para defender essa proposta, o autor faz uso de vários itens gramaticais. Dentre eles, destaca-se o uso da prototípica conjunção condicional *se*, que traça uma hipótese inicialmente importante para a defesa da ideia de produtividade, observável no segmento (46):

(46) **Se** fosse preciso resumir em uma explicação o motivo do sucesso material duradouro e

sustentável de um país, a produtividade seria o indicador ideal para isso.

No decorrer do texto, com o objetivo de reforçar essa defesa de ideia pode-se perceber uma série de efeitos discursivos. A fim de descrever isso, observemos o segmento (47) abaixo:

(47) Pela mesma razão, um país em que a renda aumenta mas a produtividade se mantém estagnada está simplesmente consumindo mais riqueza do que produz e, consequentemente, comprometendo a qualidade de vida das próximas gerações. Aliás, esse é também o caso do Brasil hoje.

Um aspecto interessante a ser percebido é o caso da correlata comparativa na construção *mais / do que* de valor de superioridade. Fica evidente a crítica nessa linha argumentativa que se faz ao Brasil que, na visão do enunciador, “consume mais riqueza do que produz” e isso reforçado pelo conector de valor opositivo *mas*.

Outro fator relevante é a presença do advérbio discursivo *consequentemente* que ganha um caráter argumentativo, por isso representa uma função discursiva de grande relevância, porque funciona como o conector *portanto* de caráter conclusivo. Sua funcionalidade se constrói na relação conclusiva / consecutiva, aspectos semânticos imbricados no mesmo eixo de sentido e, no texto, aponta para o problema da “qualidade de vida das próximas gerações”. Por ser um operador argumentativo, entendemos que não estabelece apenas ligação por associação à conjunção e de caráter aditivo, mas orienta o leitor para a conclusão R (que é uma forma teórica na *Semântica Argumentativa* de se referir ao resultado a partir de proposições). Nesse mesmo segmento, a utilização do termo *aliás* confere a evidência de uma *escala argumentativa* (DUCROT) em que o argumento iniciado por esse operador argumentativo – “Aliás, esse é também o caso do Brasil hoje.” – amplia a crítica de que o Brasil não está sabendo administrar seus recursos. Seu caráter articulador com o segmento textual anterior propõe uma maneira de colocar em evidência que o problema discutido ocorre no Brasil, mostrando que esse advérbio possui caráter discursivo-argumentativo, pois marca uma posição do enunciador.

Os procedimentos argumentativos em um texto são de várias naturezas. Com a preposição *por* no trecho abaixo, há um encaminhamento em defesa da ideia central no texto: “A produtividade é a chave do progresso das nações por resumir

em um único indicador diversas outras variáveis.” O sentido pretendido na frase com esse articulador textual com função conectora é de causa, em uma oração reduzida de infinitivo, e nesse caso afirma-se que a produtividade resume diversas outras variáveis nesse único indicador e isso seria um item primordial para que países progredissem.

Como a exemplificação é uma das estratégias em um texto argumentativo, em outro segmento (48), a partir do uso da conjunção *se*, percebe-se uma relação de causa-efeito associada ao aspecto hipotético / condicional:

(48) **Se** a produtividade cresce muito e por longo tempo, com toda a certeza o país tem alta qualidade de educação, nível adequado de investimento, capacidade de inovação e carga fiscal não punitiva.

A análise desse trecho perpassa a compreensão do valor conjuncional, ou seja, o fato de a produtividade crescer implica “alta qualidade de educação, nível adequado de investimento...” em uma relação evidente de causa e efeito; por outro lado, todos os benefícios listados só são possíveis se houver a seguinte condição: o crescimento da produtividade, valor marcado com o uso do conector.

Ainda pensando nesse reconhecimento de valor hipotético como mecanismo coesivo e como orientador discursivo, a semântica da preposição *sem* produz um efeito expressivo condicional bem construído pela reiteração:

(49) Dani Rodrik, economista da universidade americana de Princeton, mostrou no fórum de EXAME que a produtividade brasileira apresentou crescimento anual de apenas 1,8% nas últimas duas décadas, perdendo para o México (2,2%), o Chile (3,8%), o Peru (3,7%), a Coréia do Sul (5%) e até a para a Turquia (4%).

(50) A repostagem de VEJA revela que, **sem** mais arejamento e menos burocracia, sem mais planejamento e menos improvisação, sem mais foco no interesse nacional e menos cegueira ideológica, a produtividade no Brasil não crescerá nos próximos anos. Já passa da hora de começarmos, como nação, a reverter esse quadro.

A fim de reforçar a defesa de que a produtividade brasileira é baixa, citam-se também os dados numéricos (em 49) apresentados por Dani Rodrik, economista. Com isso o enunciador apresenta dois artifícios que são: *argumento de autoridade* e *presença de dados percentuais*. Além disso, (em 50), a preposição *sem* opera

argumentativamente com valor condicional com funcionalidade de base negativa (sem = se não).

Observemos isso nos trechos:

(51) ...sem mais arejamento e menos burocracia... (= se não houver mais arejamento e menos burocracia)

(52) ...sem mais planejamento e menos improvisação... (= se não houver mais planejamento e menos improvisação)

(53) ...sem mais foco no interior nacional e menos cegueira ideológica... (= se não houver mais foco no interior nacional e menos cegueira ideológica)

Todas essas condições estão atreladas à ideia de que se não houver tais ações, “a produtividade no Brasil não crescerá nos próximos anos.” Argumentos que, se bem compreendidos pelo leitor, mostram que nenhuma dessas ações são efetivamente instauradas, segundo o enunciador, no momento presente do editorial, por esse motivo estão sustentadas no critério hipotético.

Essas análises querem dizer que a compreensão de um texto a partir da materialidade discursiva é a base linguística necessária de onde deve originar-se o entendimento textual e seus necessários desdobramentos mais aprofundados que representam a interpretação de texto. Os conectivos com funcionalidade argumentativa não apenas promovem a coesão sequencial, mas são alguns dos elementos gramaticais orientadores das análises textuais que revelarão a compreensão de textos e, conjugados a outros elementos discursivos (intra e extratextuais), fornecerão uma dimensão mais profunda das intencionalidades inerentes aos textos argumentativos.

6 OS PROPÓSITOS ARGUMENTATIVOS NO ESTUDO DOS CONECTIVOS

Neste trabalho, a proposta de avaliação argumentativa é analisar editoriais da revista *Veja* e, por isso, não podemos deixar de lembrar que um editorial possui uma linha ideológica bem marcada e adequada às expectativas da filosofia defendida pelo veículo de informação que representa. Isso quer dizer que um autor de artigo de opinião normalmente possui mais autonomia discursiva do que um editorialista que se compromete com a postura ideológica da revista em questão, por exemplo. É importante salientar isso, porque, embora não estejamos aqui neste trabalho discutindo a capacidade influenciadora que a revista *Veja* possui na sociedade brasileira, entendemos que ela atende às expectativas que representam o perfil de seus leitores e, com isso, suas propostas argumentativas normalmente possuem uma coerência temática nos mais variados textos analisados.

Para mostrar que textos argumentativos precisam defender pontos de vista a partir de estratégias linguísticas, seja um artigo de opinião, seja um editorial, vamos analisar um de cada para deixar evidente essa conduta que os aproxima e discutiremos essa influência opinativa do enunciador pela escolha do autor ao usar certos aspectos gramaticais, principalmente os elementos conectores.

6.1 Conectivos como força argumentativa

A fim de deixar mais claro como a *força argumentativa* pode ser alcançada, tomemos como exemplo um texto com comentários para analisarmos de que forma o autor conseguiu encaminhar seus argumentos, a partir das escolhas linguísticas que fez e como as conduziu na construção que fez do texto.

Discutiremos as intencionalidades que correspondem aos encaminhamentos linguísticos fornecidos pelo autor que revelariam a orientação argumentativa. Um texto argumentativo constitui-se de intenções que visam à defesa de ponto de vista. Cabe ao leitor conseguir reconhecer marcas linguísticas, aspectos discursivos, elementos que induzem o reconhecimento de possíveis inferências na análise dos textos.

Escolhemos um artigo de opinião (“Ler e crescer”) e mapeamos os conectivos utilizados pela autora Ana Maria Machado na condução de sua linha argumentativa. Ela defende em sua escritura que há uma abundância tão significativa de textos,

uma produção textual tão grande que a aquisição de leitura não consegue dar conta dessa quantidade de textos. Assim, a autora conduz sua linha argumentativa encaminhando sua abordagem temática com ferramentas linguísticas (principalmente conectivos).

Ler e crescer

Com a inacreditável capacidade humana de ter ideias, sonhar, imaginar, observar, descobrir, constatar, enfim, refletir sobre o mundo e com isso ir crescendo, a produção textual vem se ampliando ao longo da história. As conquistas tecnológicas e a democratização da educação trazem a esse acervo uma multiplicação exponencial, que começa a afligir homens e mulheres de várias formas. Com a angústia do excesso. A inquietação com os limites da leitura. A sensação de hoje ser impossível abarcar a totalidade do conhecimento e da experiência (ingênuo sonho de outras épocas). A preocupação com a abundância da produção e a impossibilidade de seu consumo total por meio de um indivíduo. O medo da perda. A aflição de se querer hierarquizar ou organizar esse material. Enfim, constatamos que a leitura cresceu, e cresceu demais.

Ao mesmo tempo, ainda falta muito para quanto queremos e necessitamos que ela cresça. Precisa crescer muito mais. Assim, multiplicamos campanhas de leitura e projetos de fomento do livro. Mas sabemos que, com todo o crescimento, jamais a leitura conseguirá acompanhar a expansão incontrolável e necessariamente caótica da produção dos textos, que se multiplicam ainda mais, numa infinidade de meios novos. Muda-se então o foco dos estudiosos, abandona-se o exame dos textos e da literatura, criam-se os especialistas em leitura, multiplicam-se as reflexões sobre livros e leitura, numa tentativa de ao menos entendermos o que se passa, já que é um mecanismo que recusa qualquer forma de domínio e nos fugiu ao controle completamente.

Falar em domínio e controle a propósito da inquietação que assalta quem pensa nessas questões equivale a lembrar um aspecto indissociável da cultura escrita, e nem sempre trazido com clareza à consciência: o poder.

Ler e escrever é sempre deter alguma forma de poder. Mesmo que nem sempre ele se exerça sob a forma do poder de mandar nos outros ou de fazer melhor e ganhar mais dinheiro (por ter mais informação e conhecer mais), ou sob a forma de guardar como um tesouro a semente do futuro ou a palavra sagrada como nos mosteiros medievais ou em confrarias religiosas, seitas secretas, confrarias de todo tipo. De qualquer forma, é uma caixinha dentro da outra: ⁷o poder de compreender o texto suficientemente para perceber que nele há várias outras possibilidades de compreensão sempre significou poder – o tremendo poder de crescer e expandir os limites individuais do humano.

Constatar que dominar a leitura é se apropriar de alguma forma de poder está na base de duas atitudes antagônicas dos tempos modernos. Uma, autoritária, tenta impedir que a leitura se espalhe por todos, para que não se tenha de compartilhar o poder. Outra, democrática, defende a expansão da leitura para que todos tenham acesso a essa parcela de poder.

Do jeito que a alfabetização está conseguindo aumentar o número de leitores, paralelamente à expansão da produção editorial que está oferecendo material escrito em quantidades jamais imaginadas antes, e ainda com o advento de meios tecnológicos que eliminam as barreiras entre produção e consumo do material escrito, tudo levaria a crer que essa questão está sendo resolvida. Será? Na verdade, creio que ela se abre sobre outras questões. Que tipo de alfabetização é esse, a que tipo de leitura tem levado, com que tipo de utilidade social?

ANA MARIA MACHADO

www.dubitoergosum.xpg.com.br

O argumento inicial de que a produção de textos vem se multiplicando é introduzido com o uso da preposição *com*, conector que possui funcionalidade discursiva de valor causal neste segmento:

(54) **Com** a inacreditável capacidade humana de ter ideias, sonhar, imaginar, observar, descobrir, constatar, enfim, refletir sobre o mundo e com isso ir crescendo, a produção textual vem se ampliando ao longo da história.

O uso desse elemento gramatical é uma marca de argumentatividade, porque deixa mais clara a relação de causa e efeito, em que a enumeração apresentada e introduzida pela preposição resulta na consequência de a produção textual ampliar-se ao longo da história.

Outro conector importante é o advérbio discursivo *enfim*. Ele introduz uma conclusão e estabelece coesão textual em segmentos como este:

(55) A preocupação com a abundância da produção e a impossibilidade de seu consumo total por meio de um indivíduo. O medo da perda. A aflição de se querer hierarquizar ou organizar esse material. **Enfim**, constatamos que a leitura cresceu, e cresceu demais.

A *força argumentativa* depositada na última análise desse parágrafo em (55) só possui validade se fizermos uma análise dos exemplos citados anteriormente. Os itens mencionados como “angústia do excesso”, “limite da leitura”, impossibilidade de “abarcар a totalidade do conhecimento e da experiência”, “abundância da produção”, “medo da perda” e o desejo de “querer hierarquizar ou organizar esse material” são exemplos que mostram justamente a grandiosidade de produção e que orientam a conclusão de que a leitura cresceu demais.

No segundo parágrafo, no trecho posterior (56), a ideia central defendida está bem explícita no segmento em que se defende a proposta de que “... jamais a leitura conseguirá acompanhar a expansão incontrolável e necessariamente caótica da produção de textos...”; verdadeiramente para encaminhar essa abordagem houve orientadores como o conectivo *assim* que estabelece uma relação com a necessidade de crescimento da leitura, entretanto todo esse empenho não dará conta da produção textual, daí o uso do contra-argumentativo *mas*, a fim de deixar explícito esse contraste entre o desejo de ampliar a leitura e a produção imensa de

textos de que não podemos dar conta.

(56) Ao mesmo tempo, ainda falta muito para quanto queremos e necessitamos que ela cresça. Precisa crescer muito mais. **Assim**, multiplicamos campanhas de leitura e projetos de fomento do livro. **Mas** sabemos que, com todo o crescimento, jamais a leitura conseguirá acompanhar a expansão incontrolável e necessariamente caótica da produção dos textos, que se multiplicam ainda mais, numa infinidade de meios novos.

Outro argumento trabalhado paralelamente nesse texto é a associação de que leitura e escrita são formas de poder. Tal fator é bem discutido no 4º parágrafo:

(57) Ler e escrever é sempre deter alguma forma de poder. **Mesmo que** nem sempre ele se exerça sob a forma do poder de mandar nos outros ou de fazer melhor e ganhar mais dinheiro (por ter mais informação e conhecer mais), ou sob a forma de guardar como um tesouro a semente do futuro ou a palavra sagrada como nos mosteiros medievais ou em confrarias religiosas, seitas secretas, confrarias de todo tipo.

Para a afirmação inicial do parágrafo “Ler e escrever é sempre deter alguma forma de poder”, há concessões que são marcadas pela locução conjuntiva *mesmo que* e relacionadas entre si pela coordenativa *ou*. O uso da concessão é importante para mostrar que, mesmo a leitura sendo forma de poder, nem sempre ela se manifesta em todas as instâncias, por isso os exemplos apresentados constituem algumas possíveis exceções dessa forma de poder.

O mais interessante nesse segmento do texto é a articulação sintática escolhida pela autora. Por conta dos zeugmas (omissões de termos que já foram expressos) é necessário perceber esses apagamentos para compreender melhor os comentários veiculados. O uso da conjunção alternativa *ou* merece uma atenção especial, porque seu encadeamento sintático no parágrafo representa a pista necessária para perceber que termos estão ocultos. Essa percepção é primordial para analisar adequadamente o trecho textual. A locução conjuntiva concessiva *mesmo que*, que introduz a frase, revela que, embora ler e escrever sejam formas de poder, isso não é tão abrangente quanto se imagina, haja vista os exemplos utilizados na frase concessiva. Notemos que esses exemplos que são encadeados pela conjunção *ou* reforçam os itens apresentados e colaboram para ilustrar o valor concessivo.

O enunciador constata que essa ideia de que o domínio da leitura constitui

uma forma de poder, na verdade, reafirma duas visões de mundo distintas. No 5º parágrafo, por esse motivo, explicita e reforça essas duas visões colocando em relevo os argumentos como estratégia argumentativa persuasiva baseada no valor de finalidade.

(58) Constatar que dominar a leitura é se apropriar de alguma forma de poder está na base de duas atitudes antagônicas dos tempos modernos. Uma, autoritária, tenta impedir que a leitura se espalhe por todos, para que não se tenha de compartilhar o poder. Outra, democrática, defende a expansão da leitura para que todos tenham acesso a essa parcela de poder.

É justamente com a frase “Uma, autoritária, tenta impedir que a leitura se espalhe por todos, para que não se tenha de compartilhar o poder” que é reafirmado, a partir do uso da locução conjuntiva de finalidade, a ideia de quem defende o argumento de que a leitura só não seria mais acessível para que todos não tenham essa forma de poder social.

Observamos que, com essas análises, os conectivos representam *força argumentativa* pela sua simples presença, pois articulados com os argumentos em si instrumentalizam o discurso com os aspectos gramaticais necessários (operadores argumentativos) para direcionar os leitores.

O editorial de Veja (“A verdade vos libertará”) também confirma essa força argumentativa atribuída aos conectores em um texto cujo princípio básico é a argumentatividade.

A VERDADE VOS LIBERTARÁ

A verdade liberta, escreveu São João Evangelista. Esse é um conceito de alto valor que foi sendo reafirmado no decorrer da história, muitas vezes, através de seu oposto, a mentira escraviza. O aforismo grego “Conheça-se a si mesmo”, atribuído a diversos autores, entre eles Sócrates e Pitágoras, eternizou o autoconhecimento como uma forma de evitar reações impensadas, instintivas e violentas das pessoas, sendo, portanto, um dos pilares da vida em sociedade. Aplicado às nações, o aforismo tem um valor ainda mais transcendental e que modernamente pode ser traduzido em uma única palavra - transparência. Na semana passada, duas iniciativas no Brasil refletiram essas noções cruciais. Uma foi a instalação da Comissão da Verdade com o propósito de investigar abusos dos direitos humanos no Brasil. A outra foi a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, que torna um direito de qualquer cidadão brasileiro conhecer a verdade sobre o funcionamento dos governos em todos os níveis.

Embora nominalmente a Comissão da Verdade tenha mandato para investigar episódios ocorridos entre 1946 e 1988, ela foi instalada com o objetivo expresso da presidente Dilma Rousseff de esclarecer as circunstâncias da morte ou do desaparecimento de pessoas durante o regime

militar, que se estendeu de 1964 a 1985. Dilma também foi clara em focar a atuação da comissão no trabalho de saber onde estão os restos mortais das vítimas, de modo que as famílias possam enterrá-las e, assim, pôr um ponto final no sofrimento adicional de perder um ente querido sem conhecer as circunstâncias em que isso ocorreu. Uma reportagem desta edição mostra que a iniciativa presidencial não é um desafio à Lei da Anistia, que propiciou a volta ao regime democrático, e, portanto, visa a fechar uma página da história para que o país siga em frente. Seu intento não é reabrir feridas que o prendam ainda mais no passado. Disse Dilma: “A ignorância sobre a história não pacífica, pelo contrário, mantém latentes mágoas e rancores”.

A mesma busca de transparência se verifica na Lei de Acesso à Informação, ao fazer valer o princípio de que na administração pública o sigilo deve ser sempre a exceção e nunca a regra. Como se sabe sobejamente, não bastam leis para acender as luzes, abrir cortinas e portas no mundo oficial, mas a nova legislação de acesso à informação dota o cidadão das ferramentas capazes de obrigar as prefeituras, os governos estaduais, os ministérios e demais repartições federais a demonstrar quanto e de que forma gastam o dinheiro dos contribuintes. Como enfatiza uma reportagem desta edição, por mais inaplicável que pareça agora em seus primeiros dias em vigor, a nova lei é uma força depuradora no longo prazo. Cabe a nós brasileiros garantir que ela não seja esquecida.

Veja, 23 DE MAIO, 2012.

O enunciador nesse editorial defende a ideia de que duas ações no Brasil foram primordiais na busca pela verdade:

(59) Uma foi a instalação da Comissão da Verdade com o propósito de investigar abusos dos direitos humanos no Brasil. A outra foi a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, que torna um direito de qualquer cidadão brasileiro conhecer a verdade sobre o funcionamento dos governos em todos os níveis.

Há, portanto, nesse texto uma defesa argumentativa que é marcada por algumas estratégias linguísticas. Aparentemente o enunciador está apenas informando sobre as ações governamentais na busca pela verdade, entretanto é pelo uso de certos operadores argumentativos que percebemos que há uma linha de argumentação defendida.

Um dos conectores importantes utilizados no texto é *embora*. Essa conjunção marca uma concessão e, no texto, tem uma importância considerável porque a *força argumentativa* está evidenciada não na oração concessiva, mas na informação contida no decorrer dessa frase:

(60) **Embora** nominalmente a Comissão da Verdade tenha mandato para investigar episódios ocorridos entre 1946 e 1988, ela foi instalada com o objetivo expresso da presidente Dilma Rousseff de esclarecer as circunstâncias da morte ou do desaparecimento de pessoas durante o regime militar, que se estendeu de 1964 a 1985.

Esse critério opositivo é uma orientação discursiva significativa para deixar claro que há um propósito em abarcar o período de tempo entre 1946/1988 para que comportasse o período entre 1964/1985, época mais efetiva a ser investigada pela *Comissão da Verdade* por conta do regime militar no Brasil.

Outro fator importante são as construções sintático-semânticas na relação de causa-efeito. Diversos conectores foram utilizados para compor essas relações de causalidade: *de modo que*, *portanto* e *para que*. Todos eles representativos do sentido de efeito. A diferença de funcionalidade está na ideia proferida pelo conector conclusiva *portanto* em detrimento às locuções conjuntivas de finalidade *de modo que* e *para que*. Enquanto a conclusiva representa um *efeito real* efetivamente constituído, as locuções de finalidade representam, na verdade, um *efeito pretendido*. Os modos verbais é que colaboram para representar tais valores. Com a conclusiva, temos o uso do indicativo; e com as de finalidade, o uso do subjuntivo.

Observemos os exemplos textuais para confirmar como esses sentidos colaboram para a construção do efeito argumentativo:

(61) Dilma também foi clara em focar a atuação da comissão no trabalho de saber onde estão os restos mortais das vítimas, de modo que as famílias possam enterrá-las e, assim, pôr um ponto final no sofrimento adicional de perder um ente querido sem conhecer as circunstâncias em que isso ocorreu.

(62) Uma reportagem desta edição mostra que a iniciativa presidencial não é um desafio à Lei da Anistia, que propiciou a volta ao regime democrático, e, portanto, visa a fechar uma página da história para que o país siga em frente.

Em (61), a locução conjuntiva *de modo que* tem um emprego especial com valor de finalidade e colabora para a ideia de que a atuação da *Comissão da Verdade* em encontrar os restos mortais das vítimas funciona como causa do efeito/finalidade que é representado pelo fato de os familiares poderem enterrar seus mortos. Além disso, no mesmo segmento, o uso do advérbio discursivo *assim* promove uma conclusão, que orienta a defesa de opinião para o desfecho pretendido, funcionando também como um mecanismo coesivo.

Já em (62), há dois empregos com valores distintos, mas que se aproximam por fazerem parte do eixo *causativo-consecutivo*. Enquanto o conectivo *portanto* orienta o leitor para a conclusão/ desfecho de que o país siga em frente e seja mais verdadeiro com sua história, a locução de finalidade *para que* reafirma essa possibilidade de desfecho.

Para evidenciar mais um uso, o locução conjuntiva concessiva com valor intensificador *por mais... que* instaura uma oposição para afirmar a importância dos brasileiros em fazer valer a Lei de Acesso à informação para que os cidadãos possam fiscalizar o dinheiro público:

(63) Como enfatiza uma reportagem desta edição, **por mais** inaplicável **que** pareça agora em seus primeiros dias em vigor, a nova lei é uma força depuradora no longo prazo. Cabe a nós brasileiros garantir que ela não seja esquecida.

Com essas breves análises, esperamos ter esclarecido como os conectores podem funcionar como um princípio gramatical que revela uma *força argumentativa*, para que durante o capítulo 7 possamos ilustrar ainda mais esses aspectos.

6.2 Não há neutralidade no discurso

Não podemos dizer que haja algum discurso isento. Estamos dispostos de alguma forma a elaborar discursos com a intenção de convencer o outro (real ou hipotético) de nosso ponto de vista do mundo.

Até um texto “ingenuamente” produzido com o objetivo informativo pode revelar intencionalidades discursivas por parte do seu autor quando escolhe certa maneira de relatar fatos, certos usos de estruturas sintáticas, dados numéricos estrategicamente dispostos que revelam posicionamentos do enunciador e que dá uma feição ao que é dito diferentemente do que se outra pessoa o fizesse.

Tal fato não pode ser desconsiderado e, por isso, Ducrot, em vários de seus textos, aborda a ideia de que *argumentar seria a essência dos discursos produzidos*. Koch (2002, p.102) fala sobre essa perspectiva ao abordar os operadores argumentativos:

Este trabalho fundamenta-se na tese defendida Ducrot, Anscombe e Vogt de que a argumentatividade não constitui apenas algo acrescentado ao uso linguístico, mas, pelo contrário, está inscrita na própria língua. Os seja: que o uso da linguagem é inerentemente argumentativo. Dentro dessa concepção, entende-se como **significação de uma frase** o conjunto de instruções concernentes às estratégias a serem usadas na decodificação dos enunciados pelos quais a frase se atualiza permitindo percorrer-lhe as leituras possíveis. Trata-se de instruções **codificadas, de natureza gramatical**, o que leva, portanto, ao reconhecimento de um **valor retórico (ou**

argumentativo) da própria gramática.

Às vezes, deparamo-nos com certos veículos informativos que tentam valer-se de efeitos publicitários para dizer que o jornal x ou a revista y são bons e que possuem credibilidade porque reproduzem seus textos com isenção, atendo-se somente aos fatos. (CITELLI,1989, p. 5)

Uma grande falácia por vários motivos, ainda mais que, como todo jornal e toda revista, há seções claramente opinativas. Uma dessas seções mais importantes é o editorial, que revela justamente a postura ideológica do veículo jornalístico.

Como argumentar é a base a ser abordada neste trabalho, torna-se essencial discutirmos mais efetivamente como isso se constitui nos textos. Perelman (1987, p. 234), por exemplo, afirma que:

Argumentar é fornecer argumentos, ou seja, razões a favor ou contra uma determinada tese. Uma teoria da argumentação, na sua concepção moderna, vem assim retomar e ao mesmo tempo renovar a retórica dos Gregos e dos Romanos, concebida como a arte do bem falar, ou seja, a arte de falar de modo a persuadir e a convencer, e retoma a dialéctica e a tópica, artes do diálogo e da controvérsia.

Argumentar, preocupação em utilizar estratégias para persuadir possui tradição clássica que é a *retórica*. Fazer uso de aspectos linguísticos com intencionalidade e não apenas informar. Para Citelli (1989, p. 8) “...cabe à retórica mostrar o modo de construir as palavras visando a convencer o receptor acerca de dada verdade.” Embora as normas de boa argumentação tenham sido menos valorizadas, sobretudo no século XIX, hoje os estudos linguísticos tem revitalizado tal estudo da tradição grega e reconhecido sua importância. Para persuadir, o enunciador (orador) precisa levar em consideração a quem se destina seu discurso, a quem se destinam suas palavras e se elas são capazes de instaurar uma intencionalidade adequada a fim de conduzir o interlocutor (ouvinte / leitor).

Perelman (1987, p. 237) afirma que:

O orador deve ter do seu auditório uma ideia tanto quanto possível próxima da realidade, uma vez que um erro sobre este ponto pode ser fatal para o efeito que ele quer produzir; é uma função do auditório que toda a

argumentação se deve organizar, se esta quiser ser eficaz.

Da mesma forma que o editorialista que escreva para uma revista como *Veja* deve saber quem é o seu repertório de leitores e, por isso, ele se valerá de artifícios para instaurar o convencimento, valendo-se do conhecimento de mundo do universo de seus possíveis leitores (ou supondo esses conhecimentos). Argumentar, então, também é observar para quem se destina o texto a fim de melhorar a sua eficácia.

Dentre as estratégias linguísticas utilizadas em textos argumentativos, Azeredo (2011, p. 88) comenta, de forma bem objetiva, a função textual da *argumentatividade* e lista possíveis conectivos como identidades discursivas dessa tipologia:

A argumentação consiste no encadeamento de proposições com vista à defesa de opinião e no convencimento do interlocutor. São características deste tipo sequencial os conectivos condicionais (se, caso) concessivos ou constrativos (embora, mas, mesmo que, por outro lado), conclusivos (portanto, por isso) etc.

Não podemos nos esquecer de que os conectivos associados a outros aspectos linguísticos como a presença de certos tempos verbais, organizações sintáticas que demonstrem hierarquia argumentativa e outros fenômenos podem, então, revelar intencionalidade.

Embora estejamos trabalhando com uma determinada revista (*Veja*) e uma determinada seção, não pretendemos aqui querer provar que esse veículo de informação é manipulador, até porque acreditamos que todo texto, em sua *argumentatividade* é, em essência, aquele que induz o leitor/ receptor de alguma forma.

Philippe Breton (1999, p. 10) não enxerga estes dois fenômenos – *argumentação* e *manipulação* – da mesma forma:

Trabalhando há vários anos nesse tema, que a meu ver deveria ser um dos polos essenciais de um interesse bem direcionado pela comunicação, encontrei no público, com muita frequência, uma questão lancinante: argumentar não é exercer uma forma de poder sobre o interlocutor, não é uma maneira distorcida de influenciá-lo, em suma, de manipula-lo? Não tardou a impor-se a necessidade de refletir sobre a fronteira entre o que seria a *argumentação*, isto é, o respeito pelo outro, e a *manipulação*, que seria a privação da liberdade do público para obriga-lo, por meio de uma restrição específica, a partilhar uma opinião ou a adotar determinado comportamento. Essa fronteira entre o respeito e a violência existe. Ela se inscreve

potencialmente tanto na linguagem como nos comportamentos de que somos capazes em sociedade. (...)

Induzir com solidez argumentativa sim, mas manipular não. Por esse motivo as análises neste trabalho estão sendo pautadas em demonstrar como os mecanismos argumentativos e persuasivos são enredados nos editoriais, pois observamos que, por serem baseados em fatos sustentáveis, até suas suposições são passíveis de análise, porque suas premissas são verdadeiras.

Não é que a revista *Veja* não se proponha a defender seu ponto de vista. Muito pelo contrário; ela reflete uma visão de mundo, ainda mais em um editorial, que é justamente a face ideológica da revista. O autor do editorial não possui a mesma autonomia que um autor de artigo de opinião teria, porque o editorialista precisa corresponder às expectativas da postura da revista, mas daí dizer que essa revista seria manipuladora seria o mesmo que dizer que grande parte da imprensa o seria também, porque defende seu posicionamento com argumentos, mesmo tentando persuadir o leitor.

Dessa forma, nossa intenção não é abonar ou condenar a postura da revista em análise, muito pelo contrário, nosso objetivo é descrever as estratégias utilizadas com efeito persuasivo. Acreditamos, inclusive, que os efeitos de manipulação em qualquer texto (quando existem) só são efetivos, porque o próprio leitor deixa ser induzido a esse ponto e não dispõe de outros veículos de informação (ou mesmo não deseja consultar outros) para avaliar os comentários proferidos.

Aparadas as arestas, a fim de reforçar nosso objetivo descritivo neste trabalho, vamos observar alguns desses aspectos discursivos em funcionalidade para demonstrar que, como sabemos, não há neutralidade nos discursos. Dentre as técnicas de argumentação possíveis, podemos destacar inicialmente o *uso de dados numéricos*, *utilização de exemplos* e a *presença de conectivos*. Como um dos propósitos deste trabalho é reconhecer como os textos podem ser mais compreensíveis / interpretáveis por intermédio do reconhecimento de estratégias discursivas, exploraremos esses aspectos em textos e analisaremos os recursos.

Uma dessas ferramentas, então, é o uso de *dados numéricos* relacionados a informações. No editorial “O terror sem perdão” (*Veja*, 11 de Maio de 2011) são citados dados importantes em relação ao tema central do artigo: *a morte de Osama bin Laden poderia recolocar o século XXI no caminho da paz mundial*:

O terror sem perdão

Veja dedica 26 páginas desta edição para analisar os impactos da morte do terrorista Osama bin Laden, cujo corpo foi lançado ao mar depois de crivado de balas por integrantes de uma tropa de elite da Marinha dos Estados Unidos que o surpreendeu em seu esconderijo no Paquistão. Bin Laden foi morto quatro meses antes que completasse dez anos seu mais espetacular ato de assassinato em massa, o ataque ao coração do império americano desfechado em 11 de setembro de 2001, dia em que seus enviados mataram em uma manhã 3000 inocentes de 54 nacionalidades, adeptos das mais diversas religiões. Entre as vítimas estavam quatro brasileiros. Nessa quase década, o mundo foi obrigado a viver sob as constantes ameaças do terror islâmico questão cuja complexidade, abrangência e potencial destrutivo fizeram descarrilar ainda no berço o século XXI.

O conjunto de ataques dos seguidores de Bin Laden aos Estados Unidos foi o estopim da guerra global ao terror. Assim, vem sendo tísado um século que se anunciava de paz, no decorrer do qual, finalmente, o bem-estar social, a fartura e os avanços tecnológicos desfrutados por alguns poucos seriam postos ao alcance da maioria dos habitantes do planeta. Tudo conspirava para que no século XXI viesse a redenção do sofrimento infligido à humanidade no anterior, em que o comunismo e as guerras para implantá-lo ou para evitar sua propagação pelo mundo mataram mais de 100 milhões de pessoas.

Em 11 de setembro de 2001, os terroristas islâmicos decidiram que o novo século também seria de guerra, sangue e lágrimas. A morte de Bin Laden pode ajudar a reconduzir o século XXI ao seu eixo original, o da colheita das generosas promessas de uma comunidade global livre de confrontos, utopia que o atual estágio da civilização no planeta permite realizar? VEJA tenta responder a essa pergunta com entrevistas, artigos e análises sobre o significado do desaparecimento de Bin Laden. Que com ele pereça a ideia de que alguém merece morrer apenas por discordar do outro e triunfe o espírito do Iluminismo: reneguem seus profetas, se preciso, mas parem de matar em nome de Deus.

Veja, 11 DE MAIO DE 2011

Para tentar convencer o leitor da catástrofe gerada pelo terrorismo perpetrado por Osama bin Laden quase dez anos antes de sua morte, o editorial faz uso de certos comentários:

(64) *Veja* dedica 26 páginas desta edição...

Nesse segmento, a estratégia numérica está atrelada à ideia da importância da reportagem feita pela revista (um caso de *ethos*) e à relevância do assunto. Dizer que *Veja* dedicou 26 páginas a esse tema leva o leitor a dar importância ao que é veiculado.

(65) ...em 11 de Setembro de 2001, dia em que seus enviados mataram em uma única manhã 3.000 inocentes de 54 nacionalidades.

Já nesse trecho, revela o dado numérico, mas não o faz de forma mais isenta, pois escolhe, ao lado do número (3.000), o substantivo *inocentes* com a intenção de emocionalmente comover o leitor; além disso, fornece uma informação aparentemente despreziosa de que essas vítimas, que constituem 54 nacionalidades, descredenciaria a ideia de que o ato terrorista teria sido apenas contra os Estados Unidos, mas sim envolveria outras nações.

Isso apenas para tentar deixar claro que, mesmo com números, informações aparentemente frias e isentas, na verdade, revelam técnicas de argumentatividade.

Outro fator muito comum são as *exemplificações* que sustentam a tese e dão credibilidade argumentativa ao que é dito. Em outro editorial (“O legítimo uso da força”) esse recurso fica bem evidente.

Além da *exemplificação*, a técnica argumentativa de utilizar *questionamentos* também comprova que discursos não são isentos e que isso persuade o leitor. Por isso, dentre as diversas estratégias inerentes a um texto argumentativo está o uso de perguntas. Sejam elas retóricas ou não, elas funcionam de forma bem interessante na condução discursiva quando a intencionalidade é direcionar o leitor para um ponto de vista.

Nesse editorial, então, observaremos tanto os exemplos utilizados como os questionamentos que são feitos. Para tentar conduzir sua argumentação na intencionalidade de legitimar aquilo que a força policial brasileira deveria fazer, o enunciador compara situações semelhantes em outros países do mundo, quando pequenos grupos radicais promovem atos de vandalismo.

O LEGÍTIMO USO DA FORÇA

Uma reportagem desta edição de VEJA mostra como os baderneiros que se autointitulam black blocs prestam um desserviço à democracia, ao alimentar a violência gratuita e, por meio dela, destituir de razão os movimentos que, muitas vezes, defendem boas causas. É o caso das manifestações de junho passado, que escancaram a abissal distância dos políticos de Brasília do restante do Brasil, mas tiveram seus feitos positivos minados pela ação de uma minoria de vândalos. Por esse mesmo raciocínio, só perdem legitimidade as reivindicações dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro, que, na semana passada, decidiu confundir seu movimento com os black blocs. Ora, estamos mal se os próprios representantes dos professores, em greve há dois meses, acham que a polícia não pode reprimir os vândalos, impedindo-os de incendiar carros, destruir lojas e aterrorizar as pessoas nas ruas. Será que são mesmo educadores? Não o são no sentido universal contido no ensinamento do chinês Confúcio: “Se quer investir por um ano, plante arroz.

Se quer investir por uma década, plante árvores. Se quer investir por um século, eduque as crianças.”

A reportagem de VEJA faz uma profunda análise desses fenômenos violentos, que, claro, não são particularidade do Brasil. O que parece ser tipicamente brasileiro, porém, é a falta de convencimento de que, desejáveis e naturais nos sistemas democráticos, as manifestações não podem paralisar as cidades nem destruir o patrimônio público. Mário Sabino, correspondente de VEJA em Paris, ouviu as polícias da capital francesa e de Londres, que há muito mais tempo são confrontadas com o desafio de disciplinar com rigor manifestações de rua sem, com isso, atentar contra o legítimo direito de expressão dos indivíduos. Repórteres da redação de VEJA em São Paulo fizeram a mesma investigação junto às polícias de metrópoles do Canadá e nos Estados Unidos. São departamentos de polícia de usar o grau de força necessário para impedir que manifestações degenerem em vandalismo. Ponto.

Em Paris, a cidade onde nasceu a Declaração dos Direitos Humanos, os líderes dos manifestantes têm de combinar com a polícia o trajeto e o tempo de duração do protesto. É proibido o uso de máscaras que esconda o rosto. Museus, teatros, repartições públicas, sedes de governo, ruas movimentadas, praças centrais são consideradas zonas de exclusão permanentes e não podem servir de palco para manifestações. O que acontece com os grupos que desobedecem às regras? São reprimidos. Ao contrário do que vem ocorrendo no Brasil, os policiais franceses, ingleses ou americanos não são criminalizados pelo uso da força contra vândalos. Eles são valorizados por cumprir sua missão. Em Paris, os oficiais são autorizados até mesmo a utilizar balas de verdade se forem atacados com armas de fogo. Em Londres, eles podem requisitar blindados do Exército. Exagero? Não quando o que está em jogo é a defesa da democracia contra o terror imposto por minorias violentas.

Veja, 16 de Outubro, 2013

Uma das principais estratégias utilizadas nesse texto é o uso de perguntas que reproduzimos a fim de descrever suas funcionalidades:

(66) Ora, estamos mal se os próprios representantes dos professores, em greve há dois meses, acham que a polícia não pode reprimir os vândalos, impedindo-os de incendiar carros, destruir lojas e aterrorizar as pessoas nas ruas. Será que são mesmo educadores? Não o são no sentido universal contido no ensinamento do chinês Confúcio...

(67) Em Paris, a cidade onde nasceu a Declaração dos Direitos Humanos, os líderes dos manifestantes têm de combinar com a polícia o trajeto e o tempo de duração do protesto. É proibido o uso de máscaras que esconda o rosto. Museus, teatros, repartições públicas, sedes de governo, ruas movimentadas, praças centrais são consideradas zonas de exclusão permanentes e não podem servir de palco para manifestações. O que acontece com os grupos que desobedecem às regras? São reprimidos.

(68) Em Paris, os oficiais são autorizados até mesmo a utilizar balas de verdade se forem atacados com armas de fogo. Em Londres, eles podem requisitar blindados do Exército. Exagero? Não quando o que está em jogo é a defesa da democracia contra o terror imposto por minorias violentas.

Nenhuma dessas perguntas é retórica, o que significa que o enunciador quer deixar bem claro seu posicionamento e, portanto, explicita seu ponto de vista respondendo às perguntas que ele mesmo faz. Em (66), por exemplo, na pergunta “Será que são mesmo educadores?” já há uma crítica evidenciada no próprio questionamento, pois condena a suposta relação dos professores com o movimento dos *black blocks* (radicais que promovem violência gratuita, vandalismo). E a resposta fazendo alusão ao pensamento de Confúcio confirma a crítica. Em (67), há uma comparação que alude aos procedimentos dos policiais em outros países quando esses radicais promovem tais atos de vandalismo. A pergunta funciona com a visão do próprio leitor que deve saber, pelo seu conhecimento de mundo, o que ocorre no Brasil. Por esse motivo a resposta “São reprimidos” não é uma mera constatação, é também a opinião do enunciador. O que aparece em (68) amplifica a noção desse enunciador de que quem destrói patrimônios públicos e privados deve ser punido. Ao mencionar que em Paris pode-se utilizar até balas de verdade e em Londres pode haver até a presença de blindados do Exército para conter os revoltosos, evidencia-se a pergunta também que poderia ter sido feita por quem lesse esses exemplos (“Exagero?”) e responde novamente reafirmando sua opinião.

As perguntas, portanto, podem servir de base para afirmação de ponto de vista e, nesse caso específico, colocam em relevo os *exemplos* explicitados, constituindo diretrizes para o tema abordado. Ao fazer uso dessas estratégias argumentativas (*exemplificação* e *questionamentos*), o enunciador deseja primeiramente chamar a atenção do leitor para o problema levantado no texto e, dependendo de sua intencionalidade, pode representar uma considerável ferramenta discursiva.

Com o objetivo de solidificar o reconhecimento de técnicas argumentativas, a seleção de vocabulário também é preponderante como forma de persuasão. Estilisticamente, o critério de escolha nos remete à maneira como o autor conduz seu texto, porque consegue efeitos expressivos com os vocábulos com que tece seu texto.

Vamos nos deter no editorial “O ativismo e as leis” e observar a escolha dos *adjetivos* selecionados pelo editorialista e a relação deles com os *conectores* (objetivo precípua deste trabalho).

O ATIVISMO E AS LEIS

O que têm em comum os senhores cujas fisionomias ilustram esta página? Cada um à sua maneira foi expoente da luta contra o racismo na metade do século passado. A exemplo dos ativistas contemporâneos que há poucos dias invadiram um laboratório em São Paulo e roubaram cachorros usados ali para pesquisas farmacêuticas, esses três senhores estavam convencidos do acerto da causa pela qual lutavam. Dois deles, porém, Martin Luther King e Thurgood Marshall, sabiam que, por mais sublime que fosse sua luta, mais fortes suas convicções e mais admiradas suas boas intenções, a vitória duradoura só chegaria pelo protesto pacífico e pela mudança das leis. Malcolm X era o oposto. Para ele, em favor da causa, era válido recorrer a qualquer tipo de violência e ato terrorista. Não por outra razão, o legado de Malcolm X é desprezível, enquanto Martin Luther King e Thurgood Marshall são universalmente reverenciados por terem mudado a realidade pacificamente.

Uma reportagem especial desta edição de *Veja* esmiúça a maneira de pensar e agir dos militantes do movimento de defesa dos animais que invadiram o Instituto Royal. Ao se dedicarem a entender o que leva alguém a atropelar as leis e ignorar as instituições para fazer valer sua visão de mundo, os repórteres foram fundo nas raízes históricas e filosóficas do que hoje se chama “ativismo”. A reportagem explica a necessidade do braço mais radical dos ativistas de buscar a exposição pública pela quebra das normas de convivência civilizada – e adverte que, ao contrário do que se imagina, ao agir assim eles não apenas perdem a razão, mas a própria eficiência da luta a que se dedicam tão apaixonadamente.

Martin Luther King se imortalizou pela frase “Eu tive um sonho”. Seu sonho era o da convivência pacífica entre os filhos dos ex-escravos e os filhos dos ex-donos de escravos. Thurgood Marshall conseguiu, quando ainda era apenas advogado, o fim da segregação entre crianças negras e brancas nas escolas americanas. Bisneto de escravos, era um homem sóbrio e contido, de quem se diz hoje que “na luta pela igualdade ninguém se igualou a ele”. Vivemos um bom momento para lembrar a enorme valia da lição de King e Marshall de que grandes e decisivas vitórias são aquelas obtidas dentro das instituições, e não contra elas.

Veja, 30 de Outubro de 2013

O tema abordado no editorial é discutido a partir do princípio que, mesmo com todo desejo de promover manifestações, os ativistas não podem burlar as leis. Essa discussão é promovida em relação ao episódio em que indivíduos invadem o Instituto Royal, um laboratório em São Paulo, para roubar cães (Beagles) que estavam sendo utilizados em pesquisas.

O enunciador, de certa forma, quer mostrar que, por mais idôneas que tenham sido as intenções dos ativistas, nada justifica burlar essas leis que se materializaram em invasão de propriedade privada e roubo de animais. Assim, quis-se traçar uma comparação entre o perfil desses ativistas e o de três grandes nomes na luta contra o racismo nos EUA: Martin Luther King, Thurgood Marshall e Malcolm X.

No primeiro parágrafo, com o uso expressivo de adjetivos e com a presença de dois conectivos (*porém, enquanto*), o autor constrói sua base argumentativa:

(69) Dois deles, **porém**, Martin Luther King e Thurgood Marshall, sabiam que, por mais sublime que fosse sua luta, mais fortes suas convicções e mais admiradas suas boas intenções, a vitória duradoura só chegaria pelo protesto pacífico e pela mudança das leis. Malcolm X era o oposto. Para ele, em favor da causa, era válido recorrer a qualquer tipo de violência e ato terrorista. Não por outra razão, o legado de Malcolm X é desprezível, **enquanto** Martin Luther King e Thurgood Marshall são universalmente reverenciados por terem mudado a realidade pacificamente.

Fica visível que o enunciador valoriza dois dos expoentes contra o racismo Martin Luther King e Thurgood Marshall e condena a postura do outro ativista Malcolm X. O autor faz isso com a seleção de vocabulário a partir dos adjetivos. Para os dois primeiros, refere-se a eles e a suas atitudes selecionando os termos *sublime*, *fortes*, *admiradas*, *pacífico*. Já em relação a Malcolm X, o autor utiliza o termo *desprezível*. Outro fator gramatical importante é a presença das conjunções. Com o uso de *porém*, ele contrapõe e valoriza os dois ativistas em detrimento a Malcolm X; e com a conjunção *enquanto*, traça um paralelo entre os ativistas políticos que ele defende e o que ele critica.

Ainda trabalhando a relação adjetivo/conjunção, o produtor do editorial no segundo parágrafo explicita o valor semântico de oposição, associando a termos que estão caracterizando:

(70) A reportagem explica a necessidade do braço mais radical dos ativistas de buscar a exposição pública pela quebra das normas de convivência civilizada – e adverte que, ao contrário do que se imagina, ao agir assim eles não apenas perdem a razão, **mas** a própria eficiência da luta a que se dedicam tão apaixonadamente.

Nesse segmento podemos dizer que o propósito é opor o adjetivo *radical*, termo utilizado para caracterizar os ativistas que se propõem a fazer atos de vandalismo, ao adjetivo *civilizada*, atitude correta que se obtém quando se pensa em convivência pacífica. Os adjetivos mostram posicionamento, que é, inclusive, reforçado pela conjunção *mas*, já que com isso ela deixa clara a ideia oposta de que quem age de forma violenta diminui a eficiência das próprias reivindicações.

Entender que não há neutralidade no discurso é preponderante na análise de textos, ainda mais os de tipologia argumentativa, determinantes na defesa de ponto de vista. Por isso, há sempre a necessidade de percebermos que estratégias o autor de um texto está utilizando para convencer o leitor e cabe ao analista descrever fenômenos dessa natureza.

6.3 Marcas linguísticas para argumentação

No tópico anterior vimos como os conectivos revelam, a partir das escolhas feitas pelo autor, sentidos importantes no discurso. Vamos observar isso melhor analisando essas marcas linguísticas.

Quando pensamos em *marcas linguísticas* para argumentação pensamos em elementos que emergem do discurso para dar substância ao texto em seu percurso argumentativo. Os operadores argumentativos, portanto, são *reveladores da argumentatividade*. A partir do estudo da macrossintaxe do discurso (Semântica Argumentativa) podemos reconhecer os *elementos conectores* como responsáveis por essas operações, mas sem descartar suas relações com outros elementos discursivos. Os conectores revelam e orientam o sentido que os discursos devem ter. Não podemos perder a ideia de que todo texto possui níveis de argumentatividade. Esses níveis podem ser baixos ou mais significativos, não importando o gênero em que se encontram. É possível constatar que no segmento abaixo, mesmo sendo uma notícia, cujo caráter sabemos ser expositivo/informativo, mas que há, justamente a partir dos operadores, marcas de argumentação:

Os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês) trouxeram uma boa e uma má notícia para o Brasil. As notas mostram que a média do País subiu 33 pontos entre 2000 e 2009. O problema é que a qualidade do ensino é tão ruim que, entre os 20 mil alunos brasileiros que fizeram as provas de leitura, ciências e matemática, mais da metade deles fica sempre com a nota mais baixa, o nível 1.

É esse desempenho abaixo da média nas provas que mantém o Brasil, apesar da melhora ao longo da década, nos últimos lugares do teste internacional - 53.º de 65 países. Em ciências, nenhum aluno brasileiro atingiu o nível 6 do Pisa. E só 20 deles (0,1%) chegaram ao nível 6 em leitura e matemática.

O Pisa, realizado a cada três anos, avalia o nível educacional dos jovens de 15 anos em todos os países-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), considerados de Primeiro Mundo, além de convidados, como o Brasil, que participa desde 2000. Nesse período, o País nunca conseguiu ir além das últimas posições - chegou a ficar nos últimos lugares nas primeiras edições. Neste ano, conseguiu passar, na América Latina, Argentina e Colômbia, mas ainda está atrás de México, Chile e Uruguai. (...)

Lisandra Paraguassú / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo, 08 de Dezembro de 2010. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,avaliacao-internacional-expoe-avanco-lento-e-nivel-baixo-da-educacao-do-ais,650945,0.htm>

Podemos notar que esse segmento, que está na categoria notícia, não possui propriamente caráter apenas informativo. Observando com atenção, há critérios escolhidos na explanação que demonstram juízo de valor. Em “Os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês) trouxeram uma boa e uma má notícia para o Brasil”, já há argumentatividade com o uso dos adjetivos “boa” e “má” por se tratar de avaliações feitas pela autora. Não é diferente no trecho “É esse desempenho abaixo da média nas provas que mantém o Brasil, apesar da melhora ao longo da década, nos últimos lugares do teste...”, pois o uso da locução prepositiva (apesar de) orienta o leitor a compreender melhor o comentário crítico de um desempenho ruim do Brasil, independentemente da concessão apresentada. Além disso, o comentário final “Neste ano, conseguiu passar, na América Latina, Argentina e Colômbia, mas ainda está atrás de México, Chile e Uruguai.” parece desprezioso, mas é revelador de crítica na comparação dos países. É o *não dito* que nos deixa antever a problemática, pois ao colocar o Brasil como aquele que conseguiu passar Argentina e Colômbia a partir da melhora do desempenho no programa de avaliação, relacionado a isso, mostra eu só agora conseguiu, ou seja, antes de 2010 ainda estava atrás desses países. E não é só isso, com o uso do operador contrastivo *mas*, não só informa, mas comenta que está atrás de México, Chile e Uruguai, revelando uma crítica, porque com o uso do advérbio *ainda* deixa implícita a ideia de que, na visão da defendida, o Brasil não deveria estar atrás desses países, mas está.

A discussão sobre *orientadores argumentativos* demonstrou que certos elementos gramaticais, não só pela presença, mas também pela posição nas frases fazem parte da constituição de um texto, representam argumentativamente estratégias que visam a convencer o possível leitor. A título de exemplificação, observemos algumas estratégias sem ainda dividirmos por categorias semânticas específicas. Começamos com o operador argumentativo “Além disso” que em Guimarães (1987, p. 47) é classificado como conjunção. Primeiramente não nos parece adequada a classificação de conjunção, nem locução conjuntiva, pois as abordagens aqui discutidas neste trabalho revelam que o melhor seria classificar como locução adverbial discursiva (expressão conectora), mas não propriamente conjunção. O valor dessa expressão de caráter aditivo presta-se, em certos cotextos, a não apenas relacionar coesivamente partes discursivas em um texto, mas a

colocarem relevo certos aspectos que encaminharão a argumentação.

Sabemos que é possível que conectores, geralmente com valores diferentes, podem coexistir lado a lado em enunciados em padrão culto na língua portuguesa como ocorre no exemplo (71) com a presença do conector aditivo *e* ao lado do conclusivo *portanto*:

(71) A equipe jogou muito bem *e*, **portanto**, venceu.

Como é possível, então, avaliarmos frase como esta que segue?

(72) A equipe jogou muito bem *e*, **além disso**, venceu.

Notamos que tanto o *e* como a expressão *além disso* possuem valor aditivo, e, por isso, julgamos que *além disso* representa uma locução adverbial discursiva como forma adequada de classificação. Outro fator que reforça nosso ponto de vista é o fato de também não poder ser classificada como locução conjuntiva, pois não é constituída pela conjunção *que* em sua composição.

E não é só isso, tal expressão possibilita um reforço discursivo maior à frase do que se ela não tivesse sido usada. Tal comentário revela que não houve apenas o fato de jogar bem, mas, sobretudo, ter vencido, chamando a atenção para esse fato, afinal de contas a tal equipe poderia ter jogado bem e perdido.

Reconhecer como funcionam esses operadores é uma forma de compreender os enunciados e descrever usos de conectivos em língua portuguesa. A análise de textos argumentativos deve ser pautada também pela perspectiva de escolha de vocabulário e esses itens gramaticais contribuem para isso.

Sabemos que, dependendo dos empregos discursivos, da tipologia e do gênero textuais, ou ainda das intenções pragmático-discursivas, há textos que se valem de uma quantidade maior e outros de uma quantidade menor de conectores. Para textos cujo objetivo é argumentar, a utilização desses elementos conectores (e não só eles) direciona os leitores/interlocutores.

Todo discurso é direta ou indiretamente resultado dos aspectos ideológicos que pressionam o produtor de texto, que se materializa discursivamente no

enunciador, em sua elaboração textual. Isso significa que um texto é produto de *intencionalidades* e que argumentativamente há aspectos de base gramatical que são utilizados na produção efetiva de quem escreve o texto, mesmo que seja fruto das pressões ideológicas em que o indivíduo está inserido. Essas explicações não isentam propriamente o estilo de cada indivíduo (em uma *autonomia discursiva* relativa), nem apaga propriamente a marca de individualidade de quem escreve, pois, na verdade, reafirma que intenções discursivas existem.

Dessa forma, podemos analisar uma produção e falar de possíveis intencionalidades discursivas a partir do que o próprio texto nos direciona. Devemos pensar se é válida certa abordagem, levando em consideração a presença de marcas que orientam possíveis intenções e se certas pressuposições são possíveis a partir de nosso conhecimento de mundo e do que o texto nos induz a pensar. A importância dos conectivos (conjugados a outros aspectos linguísticos) se dá justamente sob essa ótica em avaliarmos as perspectivas semânticas que revelam as intencionalidades discursivas.

6.4 Escalas argumentativas

O princípio da hierarquia argumentativa abordado por Ducrot é outro fator importante quando pensamos no uso dos elementos conectores como operadores argumentativos. As *escalas argumentativas* colocam em evidência certos argumentos encontram reforço com a presença desses operadores.

Koch (2001a, p.30-38) já havia falado na hierarquização de elementos que compõem os textos e demonstrado também como isso é relevante na composição do sentido e constitui uma estratégia de orientação do leitor, baseando-se na teoria de Oswald Ducrot:

O termo *operadores argumentativos* foi cunhado por Oswald Ducrot, criador da Semântica Argumentativa (ou Semântica da Enunciação), para designar certos elementos da gramática de uma língua que têm por função indicar (“mostrar”) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam.

Para explicar seu funcionamento, Ducrot utiliza duas noções básicas: as de *escala argumentativa* e *classe argumentativa*. Uma classe argumentativa é constituída de um conjunto de enunciados que podem igualmente servir de

argumento para: →) uma mesma conclusão (a que, por convenção, se denomina R).

A escolha de como conduzir a linha argumentativa legitima uma possível preocupação de um autor em elaborar estratégias discursivas para encaminhar uma argumentação sólida que possa direcionar a compreensão textual de seu leitor.

Esse autor pode selecionar argumentos que são utilizados em conjunto para conduzir a uma mesma conclusão R, ou, mais que isso, tal produtor textual pode se valer de uma hierarquia em tais argumentos, constituindo uma *força argumentativa* mais significativa.

Foi justamente Oswald Ducrot quem idealizou essa abordagem argumentativa e as designou como *classe argumentativa* e *escala argumentativa*. A primeira é justamente a utilização de argumentos com a mesma *força argumentativa*, com o mesmo peso, sem hierarquia entre eles, todos em prol de uma conclusão R; já a segunda evidencia que, entre os argumentos selecionados em direção à mesma conclusão, há uma hierarquia entre eles, ou seja, existem argumentos mais fortes que outros que foram dispostos em escala como técnica de argumentação. É em relação à escala que, neste tópico de nosso trabalho, observaremos como certos conectivos desempenham a função de estabelecerem uma hierarquia entre os argumentos que foram selecionados.

Observaremos algumas dessas marcas relacionados a valores importantes para construir ideias que orientarão o leitor, daí funcionarem como *orientadores argumentativos*.

Assim como Eduardo Guimarães (1987, p.29), a proposta em trabalhar as abordagens semânticas estabelecidas, por exemplo, por Ducrot não vai se ater a um trabalho estrutural, ela servirá de ferramenta para análises discursivas na relação com a Linguística Textual:

Tomamos certos conceitos descritivos da semântica da enunciação formulados por Ducrot e outros semanticistas, mas os utilizaremos num outro quadro metodológico e epistemológico. Assim o conceito de orientação argumentativa e polifonia (conceitos descritivos) nos servirão para a descrição e explicação dos fatos...

É nessa linha que estamos abordando os *orientadores argumentativos*, para que observemos, na descrição linguística, como tal aspecto é relevante no uso dos

conectivos. Agora que nos dispusemos a analisar algumas abordagens funcionais de certos elementos conectores, vamos observar como funcionam essas orientações nos textos.

Importante frisar que iremos discutir principalmente neste trabalho o *eixo causativo-consecutivo, condicional e opositivo* por representarem marcas que merecem destaque, porque podem representar um aspecto hierárquico na linha argumentativa em um texto. É importante frisar que nossa proposta nesta parte do trabalho é apenas mostrar como ocorrem casos de hierarquia argumentativa para servir de balizamento em nossa análise de corpus. Com os exemplos iniciais aqui levantados, mostraremos como é possível haver, a partir da seleção dos elementos que compõem um texto, a presença ou não de uma hierarquização dos argumentos.

A- Eixo opositivo

Uma relação significativa que hierarquiza o uso dos argumentos é a partir dos conectivos com *valor opositivo*.

O uso do MAS (argumentativo por excelência) pode ser empregado com graus diferentes de aplicabilidade, resultando em escalas de importância / de *força argumentativa*. Clara Barros (in: FONSECA, 1998, p. 29) falando do percurso diacrônico de *magis > mas* fala que a *força argumentativa* de contraposição não pode ser vista de forma isolada, mas sim relacionada à afirmação que com ela estabelece um todo semântico: “quanto mais peso se reconhece a B, mais se valoriza A por contraposição...”

Por isso, o contra - argumentativo poderá representar, por exemplo, uma mera refutação ou uma radical oposição à outra ideia com variações mais ou menos radicais que ora orientariam o leitor a perceber um leve contraste ou uma *força argumentativa* mais contundente.

No editorial de *Veja* “Horário gratuito sai caro” (27 de junho de 2012), há um claro exemplo de hierarquia argumentativa em que a disposição dos argumentos orienta o leitor para uma gradação ascendente e isso é feito com o apoio das conjunções. O conectivo escolhido para essa estratégia foi o MAS, muito bem enredado para deixar claro tal aspecto.

A opinião central defendida no editorial é que os políticos fazem alianças

temporárias para ganhar benefícios. Logo de início o autor constrói seus argumentos (a partir da seleção de conectivos) que são evidenciados pelo enunciador de modo que o leitor perceba que o posterior comentário é sempre mais contundente para mostrar a vilania dessas ligações políticas e os exemplos utilizados respaldam isso.

Horário gratuito sai caro

O PT não inventou o primado do cinismo na política. Fazer alianças temporárias por mero interesse é prática que começou no dia em que o primeiro político descobriu que se pode enganar o eleitorado em alguns aspectos e por algum tempo. Ou seja, é coisa antiga. Mas Lula, o maior líder do PT, elevou essa burla ao nível da arte, atirando-se nos braços de qualquer desafeto ou adversário por pior que o tenha pintado no passado, sempre que vislumbrou algum ganho imediato. Foi assim nos seus dois mandatos como presidente, quando, sem o menor pudor, afagou publicamente os piores personagens do Congresso, a casa que ele, em 1993, dizia abrigar “300 picaretas”. Mas nada se compara como símbolo da vilanização da política e da disposição de manipular os eleitores à fotografia que ilustra esta página. Ela foi obtida no dia em que Lula esteve na casa de Paulo Maluf para celebrar o apoio dele e de seu partido, o PP, ao pupilo do petista, Fernando Haddad, candidato a prefeito de São Paulo.

Maluf não foi apenas um adversário a mais de Lula durante toda a sua carreira política. Maluf foi o anátema, o maldito, a encarnação de todo o mal. Mas ficou puro de repente, por um minuto e meio a mais para Haddad no horário eleitoral, a mercadoria vendida por Maluf no acordo. Em troca, o malufismo ganhou uma secretaria a mais no Ministério das Cidades no governo de Dilma Rousseff. Sim, por um minuto e meio Lula e Dilma esqueceram-se de que Maluf é um corrupto procurado pela Interpol e listado pelo Banco Mundial como um dos expoentes internacionais do assalto aos cofres públicos.

A fotografia acima entrará para a história por ter eternizado o momento emblemático daquilo em que se transformou a política no Brasil – um vergonhoso escambo de interesses, alianças sem a mínima correspondência programática entre as partes, com o posterior e inevitável loteamento fisiológico de cargos. Tais arranjos propiciam a corrupção desenfreada e a compra com mensalões da fidelidade de bases alugadas. Escreve o filósofo Roberto Romano nesta edição: “Longe de conceitos ou doutrinas, os partidos políticos pechinham e barateiam adesões”. Só um choque de ética pode pôr fim a esses abusos.

Veja – 27 de junho de 2012

A defesa do editorial é: “ Fazer alianças temporárias por mero interesse é prática que começou no dia em que o primeiro político descobriu que se pode enganar o eleitorado...”. Com esse trecho, o enunciador evidencia sua opinião e critica a postura de políticos que se esquecem até das desavenças políticas e das discussões éticas para fazer alianças em benefício de seus interesses.

Para fazer valer essa opinião central, vale-se de alguns argumentos importantes que, dispostos de uma forma hierárquica, revelam uma estratégia

discursiva:

1º Argumento: “Mas Lula, o maior líder do PT, elevou essa burla ao nível da arte, atirando-se nos braços de qualquer desafeto ou adversário...” (...) “Foi assim nos seus dois mandatos como presidente...”

2º Argumento: “Mas nada se compara como símbolo da vilanização da política e da disposição de manipular os eleitores ...”

Ao analisarmos melhor o efeito semântico pretendido com os valores opositivos, com o uso dos *concessivos* o que se nota é uma dissonância argumentativa, uma quebra de expectativas, diferente do uso adversativo. Ao fazer uso desse aspecto concessivo, podemos notar que se a oração principal for afirmativa, a concessão orienta um argumento de valor positivo, pois o problema (a oração concessiva em si) não é impedimento para a realização da ação, fator ilustrado na frase: *Ainda que chova, vou à festa*. É importante notar que nessa frase não há propriamente um impedimento para a realização positiva (Ir à festa), existe um empecilho, mas que será contornado.

Entretanto, se na oração principal houver um valor negativo, a presença da concessiva orienta para uma perspectiva problemática, pois dá a sensação inócua de que o que se pretende não se realizará, como na frase: *Ainda que estude, não vai conseguir*.

Estabelecendo uma comparação entre os valores opositivos como itens utilizados argumentativamente não podemos deixar de mencionar que quando um autor usa uma concessão no lugar de uma adversidade há uma escala na orientação argumentativa.

Ao fazer a escolha por um conector adversativo em uma oração afirmativa, tem-se a intencionalidade de mostrar o que se contrapõe àquela expectativa depois da informação inicial. É um argumento mais forte, porque hierarquicamente é ele que vai orientar a ideia defendida. Um exemplo disso seria: “A empresa não investiu, mas alcançou bons índices.” Percebe-se que a argumentação mais significativa está contida na informação com a presença da adversativa. Se a oração adversativa for negativa, a *força argumentativa* ainda se concentra na oração adversativa: “A empresa investiu, mas não alcançou bons índices.”

Já com a concessiva, a *força argumentativa* não está na oração com a presença do conectivo e sim na informação sem a presença dele. Essa diferença significativa entre *adversativa* e *concessiva* demonstra uma postura argumentativa importante na seleção feita por um autor na produção de seu texto.

A concepção de *escala argumentativa* também deve ser vista no posicionamento do argumento mais forte na frase produzida:

- Embora a empresa tenha investido muito, não alcançou bons índices.
- Embora a empresa não tenha investido muito, alcançou bons resultados.

Nota-se que, na primeira frase, a *força argumentativa* está na oração principal e o fato de essa informação nesse exemplo aparecer depois configura uma hierarquização em que se pretende mostrar primeiramente um argumento positivo para depois refutá-lo. Com a segunda frase, a *força argumentativa* permanece na oração principal, provando que, com o uso das concessivas, a informação contida nos trechos em que o conectivo está presente, na verdade, é uma estratégia para apresentar um argumento mais forte. A ordem em que aparecem também importa, pois como as concessivas normalmente podem estar à direita ou à esquerda nas frases, tais possibilidades também representam formas de dizer que revelariam as intencionalidades discursivas em uma perspectiva interativa nos textos. Ao dizer, por exemplo, que “A empresa não alcançou bons índices, embora tenha investido muito”, a concessiva hierarquicamente está posicionada à direita na frase e serve como uma forma de atenuar o problema apresentado pelo argumento mais forte contido na oração principal.

B- Eixo *causativo-consecutivo*

Utilizaremos aqui principalmente a análise básica em reconhecer que elemento funciona como marcador semântico - discursivo e que evidencia o valor de causa ou de consequência. Serão observadas algumas conjunções, preposições ou expressões conectoras que revelem alguns desses valores. Sabemos que é possível ocorrer tal eixo entre proposições e componentes dos enunciados, porém nosso olhar quer evidenciar o uso de conectivos que explicitem tal relação e para ilustraremos nossa análise com certos conectores tomados com exemplos.

O conector *como*, por exemplo, pode servir de base de organização discursiva, pois para ter valor causal precisa iniciar frase, diferentemente da prototípica *porque* com tal valor, que costuma ficar à direita na frase. Essa diferença de posicionamento sintático pode significar uma forma de intencionalidade discursiva e também de hierarquizar os argumentos. Assim, notaremos que esse eixo é primordial na elaboração e na condução argumentativa de um texto. O fato de frases causais serem construídas com a conjunção *como* iniciando o enunciado revela a intenção que quer deixar em relevo primeiramente a causa como fator base de sua argumentatividade, .

Observaremos os segmentos abaixo que mostrarão como tal conector que expressa a CAUSA acaba, então, por evidenciar uma estratégia enunciativa que coloca em relevo o motivo inicialmente para só depois revelar a consequência.

É também importante enfatizar que a ordem dos termos influencia significativamente o enunciado. O fato de começar com a CAUSA, introduzida pela conjunção em questão e só depois a consequência também deve ser levado em conta, pois assim tal organização sintática representa hierarquicamente que é enfático mostrar primeiro o motivo e depois o efeito, pois a alteração da posição dos termos deixaria mais evidenciada a consequência em primeiro plano e não a causa como outra estratégia discursiva.

Essa alteração de posicionamento também perpassa o uso das conjunções, já que nem todos os conectivos se prestam à flutuação posicional nas frases que compõem os textos. A conjunção COMO, por exemplo, mantém como vimos o valor de *causa* em início de frase; se quiséssemos inverter a ordem do eixo em questão, teríamos de utilizar outra conjunção.

- Como a televisão estava com volume muito alto, não ouvíamos a conversa na sala.
- Não ouvíamos a conversa na sala, porque o volume da televisão estava muito alto.

Com o primeiro enunciado em que o conectivo de *causa* já inicia a frase, pressupõe um fato já possivelmente conhecido do interlocutor e legitima a ideia de que a causa informada primeiramente é importante para que o enunciador explicita a consequência intencionalmente como um desdobramento de um fato prévio. Já

quando a consequência aparece em primeiro plano, a *força argumentativa* presente na causa é uma marca de argumentatividade que justifica o que fora dito antes. Esses posicionamentos sintáticos são demonstradores das intencionalidades discursivas nos enunciados.

C – Outros eixos

Vários outros operadores argumentativos podem representar justamente a inclinação de evidenciar um determinado sentido com perspectiva mais relevante no campo da argumentação. O marcador *até* com clara perspectiva semântica de *inclusão*, embora não seja um conectivo, é operador de escala argumentativa, pois sua presença reflete o argumento mais importante.

No segmento de um editorial de *Veja* (“Crime e castigo”, 27 de março de 2013), isso fica bem evidente:

(73) Ninguém de bom-senso relativiza os crimes cometidos pelo News of the World (veja a reportagem página 70). Ninguém pode achar adequado o recorrente abuso dos tabloides britânicos, que atropela as mais elementares considerações éticas e até humanitárias quando invadem cruelmente a vida privada de celebridades ou pessoas comuns. (grifo nosso)

Esse trecho argumenta sobre o erro cometido pelos tabloides britânicos em colocar notícias sensacionalistas que não representam a verdade dos fatos. Para evidenciar essa crítica o autor se vale do uso do termo *até* para constituir em sua visão enunciativa uma gradação. Assim o enunciador assume uma postura que nega a ação de jornais com essa característica negativa de tratar os fatos.

Percebe-se com isso que *atropelar as mais elementares considerações éticas* está hierarquicamente em segundo plano, porque com a expressão “até humanitárias” o marcador discursivo coloca em relevo esse argumento como sendo ainda mais relevante.

Com essas breves considerações, procuramos mostrar alguns empregos de operadores argumentativos em escala argumentativa por conta de seu posicionamento sintático e isso evidencia que, em nossa análise de *corpus*, eventualmente observaremos que os argumentos estarão dispostos de uma forma que demonstrarão esse fator composicional nos textos.

7 RECURSOS SINTÁTICO-SEMÂNTICOS EM TEXTOS ARGUMENTATIVOS

Neste tópico de nosso trabalho, abordaremos como os conectivos funcionam sintática e semanticamente em benefício do que se diz no discurso. São articuladores sintáticos importantes, porque várias frases construídas com essas ferramentas do texto projetam para o enunciado um aspecto coesivo mais sólido. Além dessa funcionalidade sintática, ainda há a perspectiva semântica: sentidos possíveis que colaboram para construir a ideia textual.

Reconhecemos a importância da NGB e do estudo das regras na gramática normativa. Compreendemos que a contribuição do ensino tradicional da língua tem seu valor no aprendizado da língua portuguesa do Brasil. Entretanto, gostaríamos que esse mesmo ensino tivesse como postulado uma análise que desse um valor maior ao estudo dos conectivos. Conjunções e preposições, principalmente, costumam receber abordagens muito superficiais. Como nossa proposta nesta tese não é discutir o ensino de língua materna, mas sim descrever a estrutura e o funcionamento da língua portuguesa, nossas considerações ficarão vinculadas a pensar como o reconhecimento das funcionalidades sintático-semânticas dos elementos conectores representam características que precisam ser mais bem estudadas.

7.1 Reorganização das funcionalidades semânticas das conjunções

Seguindo a linha de Azeredo (2004, p.223-239), não conseguimos, em muitas circunstâncias, enquadrar as conjunções nos eixos semânticos no escopo abordado pela NGB, por conta da flutuação de valores ou mesmo porque um mesmo conector pode se prestar a mais de um sentido textual. As conjunções adverbiais, que são notadamente divididas pelo desempenho semântico que representam nos enunciados, sofrem dessa problemática classificatória.

Dessa maneira, Azeredo (2004, p.223, § 427) comenta:

De acordo com a nomenclatura oficial, existem nove subclasses semânticas de orações adverbiais: causais, comparativas, concessivas, condicionais, conformativas, consecutivas, finais, proporcionais e temporais. Algumas dessas subclasses, porém, nem sempre se distinguem com clareza. Efetivamente alguns desses conteúdos podem ser entendidos com

variações de um significado mais fundamental, ou até como conteúdos mistos.

Por esse motivo, Azeredo propõe uma reorganização das adverbiais em 4 grupos semânticos: *causalidade, situação, comparação, contraste*. Da mesma forma o autor refaz a organização das coordenativas reduzindo o quadro para apenas 3 grupos, reunindo as *aditivas e alternativas* em um mesmo grupo, além de *conclusivas e explicativas* compondo outro, cabendo só à *adversativa* estar isolada em um grupo de funcionalidade.

Como nossa proposta neste trabalho é repensar os eixos semânticos para avaliar melhor certos textos argumentativos, vamos analisar melhor as potencialidades semânticas e suas funcionalidades nessa tipologia. Claudio Cezar Henriques, no livro *Estilística e Discurso* (2011a, p. 15), lembrando Azeredo, afirma que as marcas linguísticas para textos argumentativos são representadas normalmente por *conectivos condicionais, concessivos/contrastivos, conclusivos/consecutivos*. Pretendemos abordar aqui essas funcionalidades, mas também reconhecer que outros eixos também são relevantes, como o eixo *causativo-consecutivo*, que é uma categoria semântica que abarca diversos outros valores: *causa e consequência* propriamente ditas, mas também *finalidade, tempo*, entre outros dentro desse eixo ou pertencentes a outros valores, mas que, do ponto de vista argumentativo, constituem-se como recursos sintático-semânticos.

7.2 As relações oracionais: aspectos sintáticos e propósitos semânticos

Embora a proposta deste trabalho seja discutir e reanalisar o estudo dos *elementos conectores* de uma forma geral, certamente as conjunções/locuções conjuntivas merecem destaque especial por serem mais produtivas quando se trata do estudo sintático como conector. A tarefa aqui será discutir como nos textos argumentativos os conectores funcionam, além de fornecer análises mais profundas das conjunções e locuções conjuntivas, sejam como articuladores sintáticos, sejam como veiculadores de sentido.

Sabemos que tradicionalmente os períodos que compõem as frases são divididos em *coordenação* e *subordinação*. Os elementos que relacionam as orações, que interligadas formam tais frases, são conectivos e que eles

tradicionalmente são representados normalmente por conjunções / locuções conjuntivas. Além disso, temos orações iniciadas por pronomes relativos ou constituídas por justaposição, sem a presença de um conector, classificação oracional que não foi abordada pela NGB. Outra classificação oracional que merece comentário mais relevante é a *reduzida*.

Fica evidente que o princípio balizador de tais análises é o critério formal, abordagem também de considerável importância no estudo da língua. Embora a proposta deste trabalho seja uma abordagem mais funcional, não podemos descartar o prisma formal (nem é nossa intenção fazer isso). Mesmo que o objetivo esteja centralizado em analisar as funcionalidades dos conectivos como ferramenta para análise de textos, notadamente os de natureza argumentativa, por isso não nos furtaremos em mostrar a importância de uma abordagem sintática no emprego e na classificação dos conectivos que compõem frases coordenadas, subordinadas ou períodos mistos. A intenção aqui é evidenciar a funcionalidade desses conectivos e fazer uma relação entre sintaxe e semântica, suas aproximações e seus contrastes.

7.2.1 Conectores e articulação de parágrafos

Outro fator importante é notar que vários conectores podem articular sintaticamente parágrafos. A tradição gramatical normalmente não discute essa funcionalidade, mas a articulação sintática de parágrafo com a presença deles é importante nos textos. Os valores *opositivos* e *conclusivos*, por exemplo, são alguns dos articuladores de parágrafos usuais nos textos e não só para eles como para outros elementos conectores, de uma forma geral, é necessário redefinir suas funcionalidades textuais, porque suas ações coesivas não se limitam aos termos e às orações.

Observemos, portanto, em editoriais como esses articuladores sintáticos possibilitam uma importante relação entre as partes do discurso.

Exemplo de editoriais:

1- com valor opositivo

SINAIS DE ESPERANÇA

Na carta ao Leitor da edição de 15 de agosto do ano passado, cuja capa ilustra esta página, VEJA hipotecou seu apoio à presidente Dilma Rousseff. Ela acabara de anunciar uma série de providências destinadas a, em suas palavras, “desatar o nó Brasil”. Passados seis meses desde que o plano desatador de nós foi anunciado, é triste constatar que pouca coisa saiu do patamar das intenções e mesmo as que se tornaram realidade, como a promessa de baixar o custo da energia elétrica, vieram mais pelo poder discricionário de Dilma do que pela criação de condições reais, duradouras e sustentáveis para que fossem implantadas.

Não se pode acusar a presidente de não ter um estilo de governo – tampouco, de não impô-lo goela abaixo aos seus comandados e às empresas de setores mais dependentes do governo. Uma reportagem desta edição de VEJA retrata a desoladora situação da Petrobras, que sempre foi o retrato a óleo do que o Brasil tem de melhor em gestão, inovação e ousadia. Dilma foi muito mais longe do que qualquer outro governante na utilização da Petrobras como braço da política econômica, tirando seu ímpeto e capacidade financeira de continuar na vanguarda tecnológica mundial da exploração de petróleo. Para ficarmos com um exemplo, o governo obrigou a Petrobras a subsidiar o preço da gasolina e do diesel como forma de conter a inflação. Isso custou à empresa, nos últimos dois anos, cerca de 33 bilhões de reais, que deveriam ter sido gastos em investimentos para tirar do fundo do mar a desencantada riqueza da camada pré-sal. É difícil encontrar instrumento de política econômica mais caro e nocivo aos brasileiros.

Mas, como diz o poeta nem tudo é naufrágio. Parece estar nascendo uma tenra plantinha de racionalidade no imenso deserto de insensatez que tem caracterizado as ações do governo no campo econômico. São sinais de esperança. Um deles foi dado pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, que em sua última ata fez uma declaração unilateral de autonomia. Pela primeira vez no governo Dilma, a autoridade monetária registrou com vigor que sua função constitucional é preservar o valor da moeda, recusando o papel de subalterna do Palácio do Planalto. Outra mexida que dá esperança foi a fato de Dilma, finalmente, ter aceitado mudar as regras para a concessão de estradas e ferrovias, tornando-as mais alinhadas com leis de mercado. Inclui-se também no rol das novidades alentadoras a defesa que está sendo armada pelo Executivo para que não seja emasculada a medida provisória que pode tirar os portos brasileiros da pré-história, um vergonhoso gargalo que nos coloca na 130ª posição no ranking que avalia a capacidade dois países de receber e despachar navios de carga.

VEJA, **portanto**, reitera seu apoio à presidente sempre que ela age para acelerar o crescimento e modernizar o Brasil. (*grifos nossos*)

Nesse editorial (“Sinais de esperança”) percebemos que a conjunção adversativa *mas* inicia o 3º parágrafo do texto. Embora a tradição gramatical reserve para esse conector o posicionamento à direita do discurso, por estar gramaticalizada plenamente como conjunção e, portanto, com posição fixa na frase, cada vez mais, em textos do português padrão, é comum ela iniciar parágrafo, ou mesmo, ao menos, iniciar frase que se articula com algo dito em uma frase anterior.

2- com valor conclusivo

É muito comum a presença de um conector articulando o que foi dito antes, em parágrafo anterior, com o que se afirma no enunciado que possui o conectivo conclusivo (*portanto, logo, por conseguinte, por isso...*). A presença de tal conector não precisa obrigatoriamente iniciar a frase do parágrafo em que ele está inserido, mas fica evidente que a sua presença é a marca gramatical da articulação discursiva com o que foi dito.

No mesmo editorial em análise (“Sinais de esperança”), nota-se no segmento final, no último parágrafo, a presença do conclusivo *portanto* que articula coesivamente o que está sendo dito no parágrafo em que ele está inserido em relação às ideias apresentadas anteriormente, sobretudo a ideia evidenciada no primeiro parágrafo que faz alusão ao apoio à presidenta Dilma: “VEJA, **portanto**, reitera seu apoio à presidente sempre que ela age para acelerar o crescimento e modernizar o Brasil.”

Por tudo isso, ao longo de nossa análise, não será estranho reconhecer nessa importante ferramenta coesiva a atestação de como um texto pode ser enredado de maneira intrínseca – inclusive por meio de parágrafos encadeados.

7.2.2 O estudo da Correlação

Outro fator importante tomando como referência os conectivos é o estudo da *correlação*. Do ponto de vista sintático, o estudo da classificação das orações é tema polêmico depois da publicação da NGB. Isso porque a Nomenclatura não considerou a *correlação* como processo sintático, nem faz menção aos conectivos correlatos.

Para que possamos entender bem a problemática, é sabido que a NGB, em sua postura de unificação terminológica, deixou de lado o processo sintático CORRELAÇÃO como categoria autônoma (visão defendida por alguns gramáticos) e passou a considerá-la ora como parte da coordenação ora como variante da subordinação. Na verdade, nem comenta essa peculiaridade gramatical em questão. No exemplar dos *Cadernos de Língua Portuguesa* do Instituto de Letras da UERJ, um número especial dedicado à NGB, há a reprodução da Nomenclatura. Na terceira parte (Sintaxe), as classificações na composição do período restringem-

se à coordenação e à subordinação (HENRIQUES, 2009, p.163-164):

II – Do *Período*

- 1- Tipos de períodos: simples, composto.
- 2- Composição do período: coordenação, subordinação.
- 3- Classificação das orações: a) absoluta: b) principal; c) coordenada; assindética, sindética: aditiva, adversativa, alternativa, conclusiva, explicativa; d) subordinada: - substantiva: subjetiva; objetiva (direta, indireta); completiva nominal; predicativa; apositiva; - adjetiva: restritiva; explicativa; - adverbial; causal, comparativa, consecutiva, concessiva, condicional, conformativa, final, proporcional, temporal.

Othon M. Garcia (2001, p.42) também comenta sobre isso: “A *nomenclatura gramatical brasileira*, ao tratar da composição do período, ignorou tanto a justaposição quanto a correlação.” Além disso, há também a dificuldade classificatória, já que se discute a proximidade da correlação com a *subordinação*, mas é possível haver correlação com funcionalidade aditiva, assim relacionando-se com a *coordenação*. Garcia (2001, p 42-73) aborda tal aspecto:

A correlação é uma construção sintática de duas partes relacionadas entre si de tal modo que a enunciação da primeira prepara a enunciação da segunda. No Brasil, seguindo-se a orientação de José Oiticica e de outros autores, considera-se a correlação ora como um processo autônomo ora como uma variante da subordinação. (...)

Até mesmo na coordenação há correlação, como a que se obtém com os pares conectivos *não só* (não somente, não apenas) ...*mas também* (também, senão que, como também) (...)

Ante a dificuldade de abordagem, deve-se ressaltar que um dos que melhor definiu esse aspecto gramatical foi Mattoso Câmara (1977, p.87) em seu dicionário:

CORRELAÇÃO: Construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma, dita PRÓTESE, prepara a enunciação de outra, dita APÓDOSE. A correlação se estabelece – a) por coordenação, ou b) por subordinação, conforme o conectivo utilizado e a noção de sequência ou de sintagma...

Vê-se que, por essa definição, pode haver *correlação* tanto na *coordenação* como na *subordinação* e que um dos fatores para filiação ao processo sintático é o tipo de conectivo. Por isso, é possível haver *correlação* no eixo subordinativo como no eixo coordenativo.

De certa maneira, não se pode negar que mesmo na *aditiva* há dependência de ideias, reforçada pela própria natureza correlata em que há duas partes relacionadas, PRÓTESE e APÓDOSE. Em contrapartida, o que deve ser observado antes é o aspecto sintático que filia a estruturação aditiva de correlação ao eixo coordenativo. O fato principal para haver coordenação é a existência de um paralelismo de funções ou valores sintáticos e só por isso já se pode configurar a correlação como pertencente ao eixo coordenativo. É importante lembrar que um dos que também melhor se debruçou sobre o assunto foi José Oiticica (cf. *Teoria da correlação*: 1952), que nos mostra a correlação como um processo autônomo, diferente da subordinação e da coordenação.

A partir dessa breve exposição de avaliações sobre tal aspecto gramatical, o interessante a ser discutido são as posições adotadas pelos gramáticos do século XX, por conta dessas visões discrepantes. Quais apoiaram a NGB e quais mantiveram sua postura dissonante?

Para Gladstone Chaves de Melo (1970, p.176), em sua edição da *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, o estudo da correlação deveria ser analisado à parte e não inserido nos outros processos sintáticos de divisão do período. A crítica recaí também na classificação dos conectivos, por considerar necessária a nomenclatura: *conectivos correlativos*.

Já dissemos anteriormente que somos dos que admitem a correlação como processo sintático autônomo. Justificaremos mais amplamente nossa posição quando voltarmos ao assunto no seu lugar próprio, que é a Sintaxe. Por hora, notaremos apenas que, se na coordenação existe paralelismo, e na subordinação dependência de funções, na correlação existe interdependência. (...)

Ora, entende-se por *conectivo correlativo* exatamente aquele que encabeça o segundo termo da correlação. (...)

A NGB, no entanto, desconhece a correlação, e manda classificar estes conectivos como conjunções: *consecutivas, comparativas, conformativas, proporcionais*.

A edição do livro aqui em questão é de 1970, portanto já escrito alguns anos depois da publicação da NGB e, mesmo assim, o gramático continua criticando a postura adotada, além de avaliar a posição de outros gramáticos quanto ao assunto (MELO, 1970, p.237):

Já dissemos que, dissentindo da NGB, consideramos a correlação como um terceiro processo sintático. (...)

No entanto, é claro, os que aceitam a doutrina carreada pela NGB, ou porque dela já estivessem convencidos, ou porque se converteram depois, dirão que as orações que consideramos *correlativas* são “subordinadas adverbiais”.

Segundo Gladstone Chaves de Melo, antes da promulgação da Nomenclatura, havia gramáticos que viam na *correlação* um processo sintático e alguns desses teriam mudado de opinião depois.

Bechara, em *Lições de Português pela Análise Sintática* (1988, p.106), faz uma avaliação crítica sobre a postura adotada por José Oiticica, que vê apenas coordenação e subordinação como processos sintáticos. Entretanto, Bechara vê, além desses, a correlação e a justaposição, propondo um novo modo de avaliar as orações.

No presente trabalho sinto não adotar a lição do mestre por julgar que *coordenação* e *subordinação*, como tipos de oração (melhor diríamos aqui orações independentes e dependentes), não estão no mesmo plano da *correlação* e da *justaposição*. Os dois primeiros conceitos dizem respeito ao valor *sintático de independência ou dependência* em que se acham as orações dentro do contexto; *correlação* e *justaposição* se referem ao modo de se ligarem entre si essas mesmas orações. (...) Só quanto à ligação, teríamos: orações *coordenadas, subordinadas, correlatas e justapostas*.

Para Adriano da Gama Kury (1968, p.107), em sua tentativa de conformar-se com a NGB, fala sobre a correlação apenas em um aspecto, que é o que ocorre nas orações comparativas, mas sem levantar nenhuma polêmica, apenas descrevendo a existência de tal valor gramatical e colocando um asterisco ao lado do termo avaliado para indicar que tal conceito não está em consonância com a Nomenclatura:

Comparativas (muitas vezes *‘correlatas’, isto é, há um termo na oração principal que se correlaciona com outro na subordinada):

Correlatas: “Trabalha *mais* [do *que* estuda]”; “Trabalha *tanto* [como eu (trabalho)];

Obs. – o verbo da oração comparativa, se for o mesmo da oração principal, como no 1º e 3º exemplos, frequentemente está implícito. Na análise é costume tornar claro o verbo: “...o negro mar de longe brada, / como se desse em vão nalgum rochedo” (Lus., V., 38) (como = [como bradaria]).

Com essas propostas dos gramáticos escolhidos para este trabalho, pode-se notar que a *correlação* por si só já não deveria ter sido deixada de fora pela NGB. Nem sequer mencionar tal critério gramatical acabou por refletir uma necessidade de

direcionamento para o estudo do tema, mas que não impediu que houvesse abordagens muito proveitosas pelos gramáticos do século XX, enriquecendo ainda mais os estudos linguísticos.

7.2.3 Mecanismo argumentativo com a *Correlação*

A *correlação* não é apenas um fenômeno sintático, mas também semântico. Seja coordenativa ou subordinativa, ela também estabelece vínculo com a argumentação. Embora o objetivo principal deste trabalho seja analisar os conectores de base argumentativa por outros prismas semânticos, a correlata aditiva mostra-se uma ferramenta interessante dentro de um conjunto de estratégias com uso de conjunções que um autor pode utilizar em seu texto.

No editorial “Uma utopia realizada”, a utilização da correlata aditiva explicita argumentativamente como a educação a distância via internet está revolucionando o ensino no mundo.

UMA UTOPIA REALIZADA

Monica Weinberg, editora de Educação de VEJA e chefe da sucursal da revista no Rio de Janeiro, fez um mergulho em um tema da maior importância para todos os brasileiros: o estado atual dos estudos a distância via internet. Mônica foi aos Estados Unidos, onde visitou os mais famosos centros de excelência do ensino superior, como as universidades Harvard, Stanford e Berkeley. No Brasil, a jornalista Nathália Butti falou com alguns dos milhares de brasileiros que conseguiram diplomas valiosos pela internet e foi ver como funciona os mais bem-sucedidos centros on-line de educação de qualidade.

Até os mais otimistas se surpreenderão com o resultado da reportagem sobre esse assunto, que tem início na página 102 da revista. Para começo de conversa, quinze em cada 100 universitários brasileiros frequentam aulas pela internet, algumas oferecidas pelas melhores universidades do mundo – e muitas delas absolutamente de graça. A reportagem deixa claro que essa tendência é muito mais profunda e revolucionária do que parece à primeira vista, pois vai mudar radicalmente não apenas a maneira como as novas vão frequentar a universidade, mas também o modelo de funcionamento das mais reputadas instituições de educação superior.

A reportagem mostra o caso de um portal de ensino no Brasil, o Veduca, que oferece um inédito curso de MBA gratuito via internet – e só cobra de quem quiser receber, ao final, um diploma aprovado pelo MEC. Esse é um dos modelos de negócio. Nos Estados Unidos, as grandes universidades disponibilizam cursos gratuitos, mas começam a vender grades inteiras de aulas a instituições de menor reputação que querem oferecer ensino de primeira qualidade a seus alunos.

A revolução da educação de alto nível via internet é uma realidade. Nesse campo, o futuro chegou. Conclui Monica: “Já funcionam, e muito bem, classes globais frequentadas por alunos de toda parte ensinados pelos melhores professores do mundo. É um grande passo rumo à consolidação de uma das maiores conquistas da civilização tecnológica: a massificação da educação de

excelência.”
(02 de Outubro, 2013)

A ideia central defendida nesse editorial se materializa na frase “A revolução da educação de alto nível via internet é uma realidade.” Para mostrar a maneira como esse ensino se expande e os benefícios, o enunciador, que está apresentando uma matéria da editora do departamento de educação da própria revista *Veja*, Mônica Weinberg, mostra que grandes universidades do mundo disponibilizam cursos e de forma gratuita.

Com o uso do par correlato *não apenas / mas também*, o autor do editorial utiliza um reforço argumentativo, colocando em evidência dois benefícios considerados importantes nessa nova maneira de ver o ensino superior:

(74) A reportagem deixa claro que essa tendência é muito mais profunda e revolucionária do que parece à primeira vista, pois vai mudar radicalmente não apenas a maneira como as novas vão frequentar a universidade, mas também o modelo de funcionamento das mais reputadas instituições de educação superior.

Esse recurso no texto evidencia que tal mecanismo gramatical é também um orientador discursivo que deve ser levado em consideração na leitura de um texto. Fica visível que o autor o utiliza para deixar claros seus argumentos e não apenas para encadear partes do discurso. Os dois argumentos adicionados são *a nova maneira de frequentar as universidades e a mudança do modelo de funcionamento institucional no ensino superior*. A importância argumentativa aqui é colocar em evidência esses argumentos que relacionados como estão no texto produzem maior relevância do que se estivessem também com a conjunção e também aditiva.

7.2.4 Orações reduzidas: presença de conector

Estamos pretendendo neste trabalho rever também as classificações dos conectivos e, principalmente, a partir disso, observar suas funcionalidades em textos argumentativos. Em virtude desse princípio epistemológico deparamo-nos com problemas quando pensamos nas classificações oracionais. Isso ocorre, porque a tradição gramatical escolheu um recorte interessante para a classificação das orações, mas deixou de fora, ou não abordou devidamente certos aspectos, pois não levou em consideração a possibilidade de reconhecer que outros itens gramaticais

poderiam ser conectores, além das conjunções. Neste trabalho já discutimos o conceito de conectivo e chegamos à conclusão de que os termos que funcionam em coesão sequencial vão além das conjunções/locuções conjuntivas, pois abarcam também as preposições/locuções prepositivas, os advérbios / locuções adverbiais, mesmo com expressões conectoras que não são normalmente discutidas como elementos conectores, mas que funcionam como tal.

Não é de hoje que estudiosos de língua portuguesa discutem que os conectivos merecem análises mais contundentes do ponto de vista semântico e também sintático. Sabemos que há problemas classificatórios que a própria Comissão elaboradora da NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) preferiu não abordar como é o caso das orações correlatas e das orações justapostas.

Pensando na abordagem dos conectivos, as *orações correlatas* interessam-nos, porque são produzidas com conectores (tanto coordenadas como subordinadas) conforme já discutimos, e, por isso, dedicamos uma parte neste trabalho para discutir isso. Outra classificação importante é em referência às *orações reduzidas*, que são tradicionalmente consideradas como aquelas que apresentam verbos em uma das formas nominais (infinitivo, particípio e gerúndio) e que não dispõem de conjunções, mas que, na verdade, precisam ser mais bem analisadas, pois algumas são introduzidas por outros itens gramaticais que reproduzem função conectora. Essas *orações reduzidas*, que, embora tenham seu espaço de abordagem nas gramáticas tradicionais brasileiras, precisam ser analisadas de forma diferente, porque algumas são iniciadas por elementos gramaticais que conferem valores semânticos importantes nos textos argumentativos e, portanto, mesmo com verbos nas formas nominais, são introduzidas por elementos conectores, normalmente preposições/locuções prepositivas. Um caso especial é com a presença do termo *mesmo* que reconhecemos como uma preposição *discursiva* com valor de concessão.

Já reconhecemos neste nosso trabalho que podemos ter orações reduzidas sendo iniciadas ou não por preposições ou locuções prepositivas, por exemplo. O que precisamos deixar claro é que acreditamos que esses elementos funcionam como itens de conexão sequencial, além de revelarem valores semânticos importantes na construção argumentativa em um texto.

Exemplificaremos aqui esse aspecto sintático-semântico com dois itens de conexão para deixar mais evidente essa possibilidade. Pretendemos com isso que

tais avaliações sirvam de base para outras abordagens que serão feitas na análise de *corpus*. Os conectivos selecionados são a locução prepositiva discursiva *apesar de* e a preposição discursiva *mesmo*.

Observemos segmentos de dois editoriais em que, em (75), há a presença da locução prepositiva *apesar de* e, em (76), o uso da preposição discursiva *mesmo* :

(75) Em pelo menos um ponto 2013 vai ser igualzinho aos outros. Quando o próximo mês de dezembro estiver chegando ao fim, quase todas as duntas previsões para o ano vão se mostrar erradas. **Apesar de** a taxa de acerto de videntes, astrólogos, mas também da maioria dos economistas e consultores, **ser** idêntica à que seria obtida por pura chance, eles continuarão tendo uma enorme audiência. Querer enxergar o futuro faz parte da natureza humana. Pena que esse instinto tão forte não tenha ajudado em nada a espécie a e realmente enxergar mais longe no tempo. Somos tão curiosos quanto ineptos quando se trata de previsões. Uma reportagem desta edição de VEJA lembra fracassos retumbantes de pessoas e instituições responsáveis por antever fenômenos sociais. A falha de prever o mais decisivo evento do século XX, a implosão do império soviético sob o peso de suas próprias contradições, é apenas um desses momentos inglórios dos perscrutadores profissionais do futuro. Especialistas do campo econômico carregam há tempos o fardo de quase sempre errarem o alvo, fama merecida imortalizada na frase “os economistas previram nove das seis últimas recessões”. (“A ARTE DE ENXERGAR LONGE” - *Veja* – 2 DE JANEIRO DE 2013 – *grifo nosso*.)

(76) Pela primeira vez em muitos anos ocorreu no Brasil uma queda de braço típica das democracias maduras, aquela que, **mesmo** se **dando** entre interesses particulares, alguns até inconfessáveis, admita-se, é travada à luz do dia. O governo azeitou as engrenagens para que girassem a seu favor com a promessa de liberar 1 bilhão de reais para as famosas emendas ao orçamento, verbas com as quais os parlamentares beneficiam as regiões onde são mais votados. Mas isso é do jogo. O que não é já se sabe. Acaba no Supremo Tribunal Federal. (“A LUZ QUE GEROU CALOR” – *Veja* – 22 de MAIO de 2013 – *grifo nosso*.)

No que se refere à locução prepositiva *apesar de*, podemos perceber que seu valor é concessivo e inicia, portanto, uma oração adverbial concessiva reduzida de infinitivo. No trecho “**Apesar de** a taxa de acerto de videntes, astrólogos, mas também da maioria dos economistas e consultores, **ser** idêntica à que seria obtida por pura chance, eles continuarão tendo uma enorme audiência.” temos uma construção inusitada em que além do valor semântico de base opositiva presente na locução, há também um sentido aditivo com a presença do *mas também* que relaciona *videntes, astrólogos a economistas e consultores*. O deslocamento sintático do verbo no infinitivo possibilitou essa construção sintática em que os exemplos estão adicionados.

Outro fator importante a ser mencionado é em relação ao próprio uso da locução prepositiva *apesar de*. Sabemos que a oração é chamada de reduzida, porque não está desenvolvida coma presença de uma conjunção, porém mesmo o

verbo se encontrando em forma nominal, nesse caso, não quer dizer que não haja uma expressão conectora que introduza a oração e a vincule à oração principal. Além disso, evidencia-se a funcionalidade de operador argumentativo, ou seja, a marca de argumentatividade da locução.

Com o termo *mesmo*, há também uma construção importante a ser descrita. Chamamos tal conectivo de *preposição discursiva* por seu comportamento ser semelhante a outras preposições normalmente introdutórias de orações reduzidas. Por não ter mobilidade sintática no interior da oração que inclui, entendemos que funciona como um conectivo já mais gramaticalizado do que os advérbios discursivos.

O dicionário *Houaiss* (versão eletrônica 1.0, 2001) não menciona o termo *mesmo* com valor concessivo em orações reduzidas, só o cita em forma locucional *mesmo que*, mas o *Caldas Aulete* (versão *on line*) faz menção a esse sentido opositivo. Todavia, classifica-o como conjunção: “*conj.conces./ 12. Embora: Mesmo machucado, fez o único gol*”. Entendemos que essa definição de conjunção não é razoável, porque o verbo está em forma reduzida de particípio. Parece-nos que MESMO MACHUCADO é um adjunto adverbial concessivo – ou oração concessiva reduzida, com verbo elíptico; assim, chamar o conectivo *mesmo* de preposição accidental não fere a lógica das definições dos conectivos. Estamos considerando-a também como *discursiva* por conta de seu papel textual de funcionar como operador argumentativo.

Encontramos no *Houaiss* um exemplo que estivesse no gerúndio (na parte da descrição gramatical) e com a presença de tal termo iniciando a oração de valor concessivo, mas sem a classificação de preposição:

c) informalmente, *mesmo* adquire valor concessivo (freq. seguido de *com*, *assim*, *que*, como nas locuções anteriormente apresentadas); tem substituído a conjunção concessiva: *mesmo estudando muito, terá de fazer aperfeiçoamento após a graduação*
Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001)

No editorial que estamos analisando, o elemento gramatical em questão deve ser analisado como um conectivo, ainda que esteja em oração reduzida de gerúndio: “...**mesmo** se **dando** entre interesses particulares, alguns até inconfessáveis, admita-se, é travada à luz do dia.”. Notamos também a importância como operador argumentativo que introduz essa oração adverbial concessiva; não é possível que o

enunciado se constitua sem ele, se a intenção é deixar evidente o valor semântico, provando sua operacionalidade discursiva.

Em diversas oportunidades, a língua portuguesa dispõe de várias dessas ferramentas na elaboração de orações reduzidas. Com valor de finalidade, por exemplo, a preposição *para* e a locução prepositiva *a fim de*; com valor de causa a preposição *por*, só para citar alguns elementos que além de conectores, fornecem ao discurso valores importantes nos encaminhamentos de compreensão textual. Portanto, na análise mais contundente do *corpus*, eventualmente nos depararemos com algumas preposições locuções prepositivas exercendo essa importante funcionalidade textual.

7.3 Valores semânticos dos conectivos: análise dos editoriais

Como vimos, adotamos ao longo desta tese a escolha de abordar a teoria já fazendo parcialmente a análise de *corpus*. Nesta parte, em especial, faremos agora uma análise mais contundente dos editoriais de *Veja* e esperamos tornar ainda mais evidente a significativa influência dos *elementos conectores* nos textos como pistas argumentativas na orientação discursiva.

Dividiremos as análises principalmente nos eixos semânticos: *causativo-consecutivo*, *condicional* e *opositivo*. É bem verdade que, nas abordagens sobre os editoriais, poderemos observar outros valores importantes ou, ainda, perceber que alguns dos sentidos estão imbricados em um mesmo texto. Isso significa que, se estivermos dispostos a reconhecer como conectores de valor *opositivo*, por exemplo, foram utilizados como ferramenta argumentativa em um texto, nada nos impede de identificarmos que outros sentidos possam também fazer parte da gama de elementos gramaticais identificáveis como operadores argumentativos.

Nosso objetivo é promover a descrição da língua portuguesa e reconhecer como tais elementos de coesão sequencial, atrelados ou não a outros fatores discursivos, operacionalizam melhor um texto argumentativo e revelam as *intencionalidades*. Compreender e interpretar textos argumentativos é também reconhecer os valores dos conectivos.

7.3.1 Relação causa-efeito

É a partir desse item que faremos uma avaliação mais contundente do *corpus* para analisar como os conectores, nos textos argumentativos, articulam os segmentos em coesão e de que forma funcionam como ferramentas do discurso para compor as estratégias argumentativas. Assim, procuraremos deixar claro de que maneira a presença desses elementos discursivos, tão importantes na composição das ideias textuais, podem ser poderosas marcas que revelam as intenções do escritor na condução argumentativa dos textos analisados.

As relações de causa-efeito podem ser constituídas nos discursos por meio de diversos artifícios: nas relações de *condicionalidade*, nas propostas de abordagem semântica de *finalidade*, nos aspectos *conclusivos* e principalmente nos elementos *explicativos*, *causais* ou *consecutivos*. Devemos, então, pensar na relação de causalidade, como proposta avaliativa dos enunciados para toda e qualquer construção sintática em que haja causa e efeito, independentemente do tipo de conector existente nessa relação, por esse motivo podemos ter conectores coordenativos e subordinativos no eixo causativo-consecutivo.

A tradição linguístico-gramatical dividiu esse eixo pensando no valor mais específico possível do conector (quando esse, é claro, se faz presente à frase). Deixou, portanto, para o valor especificamente *causal* ou *consecutivo* a classificação daqueles elementos que possuem apenas cada um desses valores, mas para os enunciados em que os conectores ganhavam outros matizes semânticos (condição, finalidade...) preferiu classificá-los com esses valores específicos e deixar de lado a relação causa-efeito.

Vamos observar como o eixo *causativo-consecutivo* pode estar presente em diversas relações sintático-semânticas:

(77) **Se** a escola fizesse seu papel educacional, o desempenho estudantil seria melhor.

(78) **A fim de que** vencesse a competição, a equipe alterou seu plano de jogo.

(79) Ela certamente chorou muito, **porque** seus olhos estão vermelhos.

(80) Ela chorou ontem, **porque** o namorado a deixou.

As frases (77) e (78) são constituídas por eixos semânticos de *causalidade* em sua *perspectiva macro*, mas possuem matizes específicos desempenhados por conectivos com outros valores. Em (77) existe *causalidade*, porque o fato de a escola fazer seu papel educacional é a causa que resultaria em um desempenho mais significativo dos estudantes, ou seja, a consequência; entretanto, como a perspectiva é hipotética com o emprego da conjunção *se*, temos, então, o matiz de condição, sendo essa a classificação tradicional. Na frase (78), o fato de a equipe alterar seu plano de jogo é o artifício (causa) para alcançar um possível efeito: vencer a competição. Como a oração condicional é um aspecto possível faz dela uma locução conjuntiva de finalidade, mesmo no eixo causativo-consecutivo. Comparando (79) e (80), percebemos também que há relações de causa-efeito entre as orações que compõem as frases. Em (79), os olhos estarem vermelhos funcionam como consequência de ela ter chorado muito; e em (80) o fato de o namorado tê-la deixado revela a causa do choro. Isso pode ser visível no esquema:

(79a) causa → efeito

[Ela certamente chorou muito → porque seus olhos estão vermelhos.]

(80a) efeito ← causa

[Ela chorou ontem ← porque o namorado a deixou.]

Tradicionalmente a conjunção *porque* na frase (79) está inscrita no segmento com valor de efeito e funciona como *explicativa*; a conjunção *porque* na frase (80) está dentro do segmento com valor de *causa* e, portanto, classificada como conjunção causal.

Azeredo (2011, p.323) ao discutir as orações adverbiais fala da relação de *causalidade*:

Do ponto de vista estritamente lógico, dois fatos se articulam pela relação de causalidade se a realização de um deles depende ou decorre da realização do outro. Desse modo, a causalidade é uma macrorrelação que se especifica por meio de quatro valores: causa, condição, consequência e finalidade. Está claro que a um deles se atribuirá valor de causa ou

condição, e ao outro o de consequência ou finalidade, visto que causa e feito não são ideias opostas, mas complementares.

Como aqui estamos trabalhando o eixo semântico em questão de uma forma *latu sensu*, preferimos incluir as *explicativas* e as *conclusivas*. Procuraremos evidenciar que essas relações de sentido, mesmo no âmbito da coordenação, estabelecem relações de causa e feito. Já vimos um exemplo de valor explicativo possível (frase 79) na esteira da abordagem das relações de causalidade e observemos agora um de valor conclusivo:

(81) Aplicou-se de forma intensa, **portanto** alcançou seus objetivos.

Embora fique evidente a relação de *conclusão* alcançada pelo enunciado com o uso do conectivo *portanto*, não podemos deixar de notar que, além da relação lógica, temos o artifício semântico de causalidade: aplicar-se de forma intensa (causa) e alcançar seus objetivos (efeito); trabalhando, inclusive, com a perspectiva da evidência dos fatos (valor real), diferentemente do valor de *finalidade* ou de *condicionalidade* que trabalham com aspectos hipotéticos (natureza das probabilidades).

Embora reconheçamos tudo isso: que a *causalidade* é um eixo semântico muito mais amplo e que abrange outros valores que tradicionalmente são discutidos com seus respectivos sentidos; adotaremos o critério, em nossa *análise de corpus*, em discutir as implicações argumentativas para a construção do tema defendido em cada editorial analisado abordando a *causalidade* a partir dos valores dos conectivos que possuírem nos textos sentidos principalmente de *causa*, *consequência*, *explicação* e *conclusão*. Há outro valor importante que também se circunscreve nesse eixo *causativo-consecutivo*: notadamente *condição*. Os conectivos com esse valor serão classificados em nosso trabalho da forma separada, porque acreditamos que suas peculiaridades semânticas merecem ser analisadas de forma independente como proposta de abordagem argumentativa. Não custa lembrar que outros sentidos importantes na construção textual da argumentatividade poderão ser também abordados como *finalidade* e *tempo*.

Assim começemos nossa análise discutindo a importância da marca de *causa* nos textos, a partir dos conectivos mais utilizados com esse valor. Veremos como a presença dos conectivos deixa pistas necessárias para que a defesa

argumentativa fique mais explícita e, além disso, o próprio uso da relação de causa-efeito acaba por evidenciar uma relação importante para a defesa da ideia central dos textos analisados.

Sabemos que, ao falarmos de conectivos, não estamos nos restringindo às conjunções, por isso no editorial (“A farsa de que foi farsa”) em que havia a discussão sobre o julgamento do *mensalão*, o editorialista faz uso da preposição *com* para iniciar um parágrafo com valor de causa.

A FARSA DE QUE FOI FARSA

Ao deixar o Palácio do Planalto, o presidente Lula disse que o maior objetivo político de sua vida fora do poder seria mostrar que o mensalão foi uma “farsa”. O diagnóstico e o tratamento exigido para se livrar de um tumor cancerígeno na laringe adiantaram em alguns meses a missão a que se propusera. Dado como curado pelos médicos, o ex-presidente lançou-se com ímpeto à tarefa hercúlea, mesmo para ele, de apagar da memória coletiva recente da nação o escândalo que poderia, *in extremis*, ter lhe custado o cargo pela comprovação de uso de dinheiro sujo para quitar despesas da campanha eleitoral e a compra, com pagamentos em dinheiro, da fidelidade de parlamentares no Congresso.

O mandato de Lula foi salvo pela falta de estamina da oposição para perseguir o impeachment do presidente – o segundo em menos de duas décadas de redemocratização. Por meio de alianças de sangue com as forças mais retrógradas do país, Lula ficou, reelegeu-se, fez sua sucessora – mas nem com todo o carisma e popularidade conseguiu dar credibilidade a suas teses de que o mensalão foi uma “farsa”, como disse em 2005 em uma famosa entrevista em Paris, e de que a direção do PT não fez mais do que “é feito no Brasil sistematicamente”.

Com a aproximação do julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o PT lançou uma ofensiva desesperada contra a imprensa e a oposição, que julga responsáveis pelas proporções tomadas pelo escândalo. Uma reportagem desta edição de VEJA mostra que não há nos registros históricos crime mais cabalmente provado do que o mensalão. As evidências se sucederam de modo desconcertante diante de uma CPI. Uma delas se impôs como insuperável por sua crua naturalidade, quando o marqueteiro Duda Mendonça confessou ter recebido, no exterior, dinheiro do caixa dois do PT. A CPI pediu o indiciamento de mais de 100 acusados e a cassação de dezoito parlamentares. O Brasil não pode permitir agora que manobras diversionistas desviem a atenção da fase crucial de prestação de contas dos mensaleiros, no que será, nas palavras do ministro Carlos Ayres Brito, presidente do STF, “o julgamento mais importante da história do supremo”.

VEJA, 18 DE ABRIL DE 2012

É possível perceber que, no último parágrafo, se deseja estabelecer uma relação de causa e efeito a fim de evidenciar possíveis manobras do partido atacado pelo escândalo por causa da proximidade do julgamento do *mensalão* naquele momento. O propósito é tentar convencer o leitor de que o mensalão foi, por exemplo, algo que efetivamente aconteceu e, por esse motivo, o enunciador utiliza, por exemplo, um par comparativo correlato (**mais/do que**) com a

intencionalidade discursiva de promover uma intensificação no comentário pela comparação de superioridade: “Uma reportagem desta edição de VEJA mostra que não há nos registros históricos crime **mais** cabalmente provado **do que** o mensalão.” Além disso, no segmento posterior, a relação causa-efeito é uma artifice para reforçar a opinião defendida:

(82) **Com** a aproximação do julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o PT lançou uma ofensiva desesperada contra a imprensa e a oposição, que julga responsáveis pelas proporções tomadas pelo escândalo.

Assim, em (82), A causa é a proximidade do julgamento pelo STF e a consequência seria uma ofensiva contra a imprensa e contra a oposição. Outro fator relevante do ponto de vista argumentativo é que a frase ser iniciada pela causa mostra que o enunciador pressupõe um fato já conhecido do leitor, o que colabora para uma pretensão compreensiva do que se diz.

Azeredo (2011, p. 325) fala isso em relação à funcionalidade semântica no emprego das orações subordinadas adverbiais de causa:

Posicionada antes da principal, a oração causal exprime um fato que o locutor presume já conhecido do interlocutor. Sendo assim, esse tipo de causa é utilizado como uma evidência que não fica sujeita à constatação. Nessa posição, a oração adverbial atua como um balizador de compreensão.

A fim de promover uma análise mais densa, vamos observar um texto com o uso da prototípica conjunção causal: *porque*; costumeiramente utilizada na língua padrão, ela representa um recurso muito comum nos textos argumentativos. Em diversos editoriais ela aparece expressivamente usada na condução da argumentatividade. Além dela, vamos também analisar a presença da locução conjuntiva *visto que* nessa proposta de construir um texto calcado na relação causa-efeito.

No editorial (“Um país que dança na chuva”), a presença desses conectores acaba por representar uma ferramenta discursiva importante:

UM PAÍS QUE DANÇA NA CHUVA

Ao ironizar a curta memória política e cultural no país, o escritor Ivan Lessa certa vez escreveu que, “a cada quinze anos, o Brasil esquece os últimos quinze anos”. No plano meteorológico, isso é mais que uma ironia – e a frequência é anual: a cada dezembro e janeiro, o país estranhamente

esquece o que aconteceu no dezembro e janeiro anteriores.

Habitantes de um território tropical, com chuvas abundantes durante o verão, milhões de brasileiros, no mesmo período de todos os anos, são atingidos por enchentes, desabamentos de casas, deslizamentos de morros e desmoronamentos de estradas e pontes. Desta vez, a maior calamidade resultou em 52 mortes em Angra dos Reis, no litoral do Rio de Janeiro. Vítimas houve não porque choveu, mas porque não poderiam estar onde estavam – instalados ao sopé de morros geologicamente instáveis.

Elas sabiam do risco que corriam, visto que impera no município fluminense o mais absoluto descontrole sobre a ocupação do território. Um problema visível em qualquer região do Brasil.

Para além do descaso das autoridades com o ordenamento das construções (descaso que tanto pode ser sinônimo de propina como de populismo), a questão é de infraestrutura. Ou melhor, da falta dela. Promotores de obras que acabam custando não raro o triplo do previsto, governo e empreiteiras empregam engenheiros bons o suficiente para executar projetos que deem conta das características climáticas e topográficas do Brasil – e, assim, estender estradas à prova de deslizamentos e desmoronamentos, erguer pontes que não sejam arrastadas pela correnteza encorpada dos rios e proteger cidades de enchentes. Se não o fazem, é porque também contam com o esquecimento dos cidadãos. Que a cada dezembro e janeiro apagam da memória o que ocorreu no dezembro e janeiro anteriores. A conta é paga na forma de vidas sacrificadas, patrimônio perdido e bilhões de reais de prejuízo para um país que dança – só no mal sentido – na chuva.

VEJA, 13 DE JANEIRO DE 2010

O tema do editorial discute os problemas referentes às chuvas que assolam os brasileiros e que promovem calamidades como enchentes, deslizamentos, soterramentos e mortes e associa isso não só ao descaso dos políticos, mas também à memória curta dos próprios habitantes.

Para estender a discussão sobre as responsabilidades das catástrofes que ocorrem no período das chuvas, o autor do texto recorre à relação de *causalidade* e constrói segmentos textuais que se revelam como críticas.

Observemos alguns segmentos com tais conectivos para analisarmos:

(83) Desta vez, a maior calamidade resultou em 52 mortes em Angra dos Reis, no litoral do Rio de Janeiro. Vítimas houve não **porque** choveu, mas **porque** não poderiam estar onde estavam – instalados ao sopé de morros geologicamente instáveis.

(84) Elas sabiam do risco que corriam, **visto que** impera no município fluminense o mais absoluto descontrole sobre a ocupação do território. Um problema visível em qualquer região do Brasil.

(85) Promotores de obras que acabam custando não raro o triplo do previsto, governo e empreiteiras empregam engenheiros bons o suficiente para executar projetos que deem conta das características climáticas e topográficas do Brasil – e, assim, estender estradas à prova de deslizamentos e desmoronamentos, erguer pontes que não sejam arrastadas pela correnteza encorpada dos rios e proteger cidades de enchentes. Se não o fazem, é **porque** também contam com o esquecimento dos cidadãos. Que a cada dezembro e janeiro apagam da memória o que ocorreu no dezembro e janeiro anteriores

Mesmo que nossas análises estejam mais voltadas para as abordagens linguísticas, não podemos nos furtar em perceber, pelo menos, que discursivamente o enunciador está mais interessado em apontar as vítimas das catástrofes como culpadas do que responsabilizar as autoridades governamentais. Daí o uso de estratégias linguísticas para defender tal ponto de vista.

Em (83), por exemplo, o que se vê é uma argumentação que não coloca a chuva como causa efetiva da tragédia, mas a presença de moradores em local de risco. Na primeira relação de causalidade (“Vítimas houve não porque choveu...”), se analisarmos bem, percebe-se que na oração principal “Vítimas houve” funciona como *efeito* e a outra oração “não porque choveu” temos a causa. Entretanto discursivamente compreendemos no texto que o argumento afirma justamente que o motivo não foi a chuva. Como explicar isso se temos a presença da oração causal com o conectivo prototípico *porque* ? É que, na verdade, com a presença do advérbio não, nega-se a *causa* que se pressupõe e passa-se a perceber um valor de oposição. Tão é certo isso que logo em seguida na outra relação de causalidade que compõe a frase, percebe-se o adversativo *mas* para introduzir a crítica e a verdadeira causa (na defesa argumentativa do enunciador): “... mas porque não poderiam estar onde estavam – instalados ao sopé de morros geologicamente instáveis.”

Ainda na condução da linha argumentativa, nota-se que há um reforço à crítica de que também os moradores de áreas de risco precisam estar atentos para evitar que tragédias com as chuvas aconteçam. Na defesa de opinião promovida pelo enunciador, novamente lança-se mão da relação de causa e efeito (em 84): “Elas sabiam do risco que corriam, visto que impera no município fluminense o mais absoluto descontrole sobre a ocupação do território.” A introdução da causa é feita com a presença da locução conjuntiva *visto que* e mostra uma crítica à ocupação desordenada.

Já em (85) a crítica contundente recai também no esquecimento da população que deveria cobrar mais dos promotores de obras, governos e empreiteiras. Ao usar a conjunção *porque* no segmento “Se não o fazem, é porque também contam com o esquecimento dos cidadãos.” Ao dizer que esses promotores de obras, governos e empreiteiras podem contratar bons engenheiros para evitar deslizamentos e outras catástrofes promovidas pelas chuvas, mas nem sempre fazem, isso se deve, segundo o enunciador, por um motivo “...porque também contam com o

esquecimento dos cidadãos”, instaurada com valor de causal a partir do uso do conectivo, que conta com a presença de um *focalizador* (é), fator que chama a atenção de forma mais evidente para a causa que se quer defender.

A fim de finalizar a análise, não podemos deixar de mencionar a escolha do título: “Um país que dança na chuva”, notamos que, a partir das causas apresentadas, tal título funciona como um grande efeito de tudo que se apresenta ao longo do texto. De forma notadamente crítica, ele simboliza a ideia de *dança na chuva* não com uma conotação positiva, mas como uma ironia à ideia apresentada, uma vez que o verbo dançar representa negatividade em seu uso informal como nos diz o dicionário Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001): “Derivação: por metáfora. Regionalismo: Brasil. Uso: informal. sair-se mal (em algum evento ou empreendimento) Ex.: dançou na compra do carro usado.” Por isso, no final do texto o enunciador afirma ao evidenciar consequências para as ações das chuvas: “A conta é paga na forma de vidas sacrificadas, patrimônio perdido e bilhões de reais de prejuízo para um país que dança – só no mal sentido – na chuva.”

No editorial “O outro lado da moeda”, percebemos a relação de causa-efeito como a base de valor semântico no encaminhamento linguístico adotado. Isso não quer dizer que operadores argumentativos de outras naturezas semânticas não tenham sido utilizados, mas as relações de *causalidade* constituíram o princípio balizador de escolha linguística.

O OUTRO LADO DA MOEDA

Para efeito da eficiência prática, mesmo que em prejuízo de sua propaganda, o governo deveria poupar os brasileiros de pôr a culpa do mundo pelos problemas criados por sua própria política econômica. Quando havia abundância de dólares na economia mundial, como se verificava no começo do ano passado, as autoridades de Brasília, despreparadas para fazer o melhor uso do vento a favor, culpavam os países ricos pelo que a presidente Dilma Rousseff celebrenemente chamou de “tsunami de dólares”. Agora, quando o vento mudou e se anuncia um período prolongado de escassez de recursos disponíveis para investimentos nos países emergentes, mais uma vez a política econômica é inadequada para enfrentar as pressões vindas de fora.

Uma reportagem desta edição mostra que o governo brasileiro melhoraria muito sua reação às circunstâncias externas se passasse a gastar energia naquilo que ele pode mudar, suas políticas monetária e fiscal. Está claro que não adianta gastar lábia e tempo com o que não podemos alterar, a conjuntura externa. A reportagem mostra também que nada podemos fazer contra o esperado aumento na taxa de juros dos Estados Unidos ou a desaceleração de crescimento na China. Portanto, é preciso arrumar a casa para os novos tempos de dólar em alta e suas consequências.

Nos últimos três meses o real foi a moeda que mais se desvalorizou na comparação com a moeda americana entre todos os países emergentes. É um sinal inequívoco de que o país desponta como uma das economias mais vulneráveis, neste momento, à virada dos humores externos. Essa é uma mudança radical, tendo em vista o fato de que o país, na crise de 2008, foi um dos menos fragilizados. O que deu errado? Uma sequência de políticas equivocadas, iniciadas no fim dos oito anos de Lula, minou as proteções do país contra as crises externas e erodiu a credibilidade da política econômica. Entre outros equívocos graves, o governo baixou a guarda no combate à inflação, represou preços e afrouxou o controle das contas públicas. A fuga para o dólar é a relação natural quando se deixa de confiar na moeda de um país. E logo virão aumentos nos preços de produtos atrelados ao dólar, como o trigo e os combustíveis, que pressionarão a inflação e alimentarão o desemprego. É preciso humildade nesta hora delicada para enxergar o outro lado da moeda e não sair dizendo que o inferno são os outros.

O principal conector utilizado nesse editorial foi a conjunção *quando*, de base temporal, mas circunscrita na relação de causalidade, além da presença do conector *portanto* que também merece destaque.

O assunto defendido no editorial é a desvalorização do *real* em relação ao *dólar*. Isso se deve, segundo o enunciador, ao despreparo dos políticos brasileiros que não souberam criar medidas financeiras cabíveis, principalmente quando as condições econômicas estavam favoráveis.

Para defender esse ponto de vista, há o uso da relação de causa-efeito. Observemos os segmentos abaixo:

(86) **Quando** havia abundância de dólares na economia mundial, como se verificava no começo do ano passado, as autoridades de Brasília, despreparadas para fazer o melhor uso do vento a favor, culpavam os países ricos pelo que a presidente Dilma Rousseff celebrenemente chamou de “tsunami de dólares”.

(87) Agora, **quando** o vento mudou e se anuncia um período prolongado de escassez de recursos disponíveis para investimentos nos países emergentes, mais uma vez a política econômica é inadequada para enfrentar as pressões vindas de fora.

(88) **Portanto**, é preciso arrumar a casa para os novos tempos de dólar em alta e suas consequências.

(89) A fuga para o dólar é a relação natural **quando** se deixa de confiar na moeda de um país.

Em (86), percebemos que a abundância de dólares é a causa, já que o efeito foi culpar os países ricos pela existência disso. Notamos que a conjunção *quando* instaura uma noção de tempo, mas está também circunscrita no eixo *causativo-*

consecutivo. Ou seja, pelo fato de haver abundância de dólares (causa), o governo brasileiro culpou os países ricos por conta disso (efeito). Vemos que a causa está justamente marcada no tempo e iniciada pela conjunção *quando*. Em (87) não foi diferente a forma linguística utilizada, pois a escassez de recursos fruto da mudança no cenário econômico (causa iniciada pela conjunção *quando*) resultou na consequência que é a alegação de que a política econômica também é inadequada (efeito). Percebemos que tais recursos são aspectos incontestáveis de induzir o leitor a aceitar as críticas que estão sendo feitas ao governo brasileiro. Outro aspecto importante nesses segmentos é o posicionamento sintático das conjunções que fizeram com que as orações adverbiais iniciassem as suas respectivas frases. Do ponto de vista argumentativo, tal aspecto é uma estratégia em que se presume um conhecimento prévio do assunto por parte do leitor e coloca o argumento como irrefutável, aspecto já discutido por Azeredo (2011, p. 325) ao falar do posicionamento sintático das orações causais.

Já em (88), embora o conectivo *portanto* esteja iniciando frase, na verdade ele se vincula funcionalmente ao que foi dito antes, isto é, na frase anterior. Já discutimos que é possível um conector coesivamente, mesmo iniciador de frase ou até mesmo parágrafo poder estar vinculando/conectando essas duas proposições materialmente constituídas por frases diferentes. Nesse segmento, isso ocorre porque o que está sendo dito, a partir do conector *portanto*, é uma conclusão, um resultado dentro da esfera da *consequência*, por conta das causas levantadas anteriormente. Tal frase, então, argumentativamente constitui-se como uma alerta e sugere ações que devem ser efetuadas.

Novamente em (89), vimos a presença da conjunção *quando* dentro do eixo *causativo-consecutivo*. Analisando a frase, observamos que o resultado (o *efeito* da fuga para o dólar) é evidenciado na oração principal e que a subordinada adverbial marca no tempo a ideia de causa, que é o fato de deixar de confiar na moeda de um país. O fato de colocar o efeito antes da causa também é revelador de uma estratégia discursiva, pois agora (diferentemente dos trechos 86 e 87) deseja-se mostrar, em primeiro plano, a consequência danosa para o país e, com isso, reforça-se a crítica feita no texto de que os políticos brasileiros não agiram economicamente como deveriam ter agido na visão do enunciador.

Os elementos conectores que compõem o eixo *causativo-consecutivo* também podem ser representados pelos que integram o sentido de finalidade. Esse

valor final marca um resultado semântico calcado em algo que é almejado e, por isso, revela-se como importante indício de argumentatividade. Normalmente tal sentido é marcado com frequência por locuções conjuntivas (*a fim de que / para que*), locução prepositiva (*a fim de*) e preposição (*para*).

É possível reconhecer que um valor de finalidade está relacionado a um caráter hipotético. Como representa a ideia de um desejo a ser alcançado, circunscreve-se na pressuposição de algo por aquilo que se diz em um argumento. O que se quer afirmar é que, ao utilizarmos um valor final, propomo-nos a dizer algo que representa uma possibilidade, uma vez que representa um desejo a ser alcançado. Portanto, a presença da finalidade reflete uma pretensão. Se o que se deseja foi obtido ou não, só saberemos contextualmente.

O editorial “Na fronteira da ciência” é um exemplo concreto que representa como o emprego do valor de finalidade corresponde a uma orientação discursivo-argumentativa.

Na fronteira da ciência

Talvez não tenha havido uma iniciativa mais revolucionária tomada pelo governo da presidente Dilma Rousseff do que o programa Ciência sem Fronteiras, que, em quatro anos, vai dar a 100.000 pesquisadores brasileiros bolsas de estudo em faculdades e institutos de pesquisa que estão na vanguarda mundial em ciência e tecnologia. O programa é auspicioso por duas razões. A primeira é estar funcionando a pleno vapor, coisa rara no Brasil, sendo que mais de 14 000 alunos de graduação e pós-graduação já se encontram nos câmpus de instituições de maior prestígio na Alemanha, Coreia do Sul, Estados Unidos, Holanda, França, Áustria, Inglaterra e mais três dezenas de países. A segunda razão é o fato de ele ser o resultado da efetiva colaboração do governo, responsável por 75% das bolsas, com empresas privadas, que financiam as restantes.

Monica Weinberg, chefe da sucursal de VEJA no Rio de Janeiro e editora de Educação da revista, coordenou uma reportagem com os jovens bolsistas, e foi ela própria conversar com os brasileiros na Coreia do Sul e na Alemanha. A repórter Nathália Butti cuidou de ouvir estudantes brasileiros nos Estados Unidos. No total, eles visitaram duas dezenas de universidades.

Monica e Nathália contam que é extraordinário o ânimo dos pesquisadores brasileiros que já estão usufruindo as bolsas. Eles se viram de repente imersos em ambientes de alta competitividade, dotados das mais avançadas tecnologias, dos laboratórios mais bem equipados do planeta em áreas decisivas como a robótica e a biomedicina. Diz Monica: "Na Coreia do Sul, os brasileiros ficaram espantados com o fato de que os estudantes, na ânsia de ser os melhores, varam madrugadas nos laboratórios e bibliotecas. Eles levaram um susto com o grau de disciplina que os coreanos impõem a si próprios".

Recursos generosos, equipamentos de ponta, disciplina, competição, ambição, íntima cooperação entre a pesquisa universitária e a iniciativa privada. São esses os ingredientes que fazem o sucesso dos países e das instituições escolhidas pelos pesquisadores brasileiros. Os bolsistas ouvidos por VEJA estão conscientes de que podem revolucionar o ritmo e a qualidade da pesquisa aplicada à inovação e, assim, aumentar a competitividade da

economia nacional. Eles podem ter no Brasil o mesmo papel catalisador que à diáspora científica chinesa teve quando retornou à China depois de absorver como esponja saber científico no Ocidente? Podem. Mas é só o começo. Desde a década de 70, a China enviou a escolas no exterior mais de 2 milhões de alunos. O impacto do programa brasileiro pode desencadear uma revolução. Na volta dos pesquisadores, para que ela se propague com força, será preciso, antes, vencer a burocracia, mudar a ideologia paralisante e revogar o isolacionismo, fatores que hoje emperram a universidade brasileira.

Veja, 07 de NOVEMBRO de 2012.

O assunto discutido no editorial é o programa “Ciência sem Fronteiras”, uma iniciativa do governo brasileiro em fornecer bolsas de estudos para graduandos e pós-graduandos estudarem fora do Brasil. O enunciador, ao longo do texto, defende essa iniciativa e vê um avanço educacional, entretanto considera que ainda há muito mais a se fazer para melhorar o ensino superior brasileiro.

Observemos, com mais atenção, o final do texto para reconhecermos que elementos gramaticais selecionados configuram essa ideia central defendida no editorial:

(90) Os bolsistas ouvidos por VEJA estão conscientes de que podem revolucionar o ritmo e a qualidade da pesquisa aplicada à inovação e, assim, aumentar a competitividade da economia nacional. Eles podem ter no Brasil o mesmo papel catalisador que à diáspora científica chinesa teve quando retornou à China depois de absorver como esponja saber científico no Ocidente? Podem. **Mas** é só o começo. Desde a década de 70, a China enviou a escolas no exterior mais de 2 milhões de alunos. O impacto do programa brasileiro pode desencadear uma revolução. Na volta dos pesquisadores, **para que** ela se propague com força, será preciso, antes, vencer a burocracia, mudar a ideologia paralisante e revogar o isolacionismo, fatores que hoje emperram a universidade brasileira.

Muitos aspectos interessantes são enredados nesse segmento do texto. Eles não só estabelecem uma relação de coesão/coerência, mas também direcionam o leitor a partir da intencionalidade argumentativa existente. A partir da defesa de que o programa do governo é bom, o enunciador procura deixar claro que não se tem certeza de que essa iniciativa governamental alcançará êxito como ocorreu na China. Assim, trabalha-se no texto com o campo das possibilidades. A seleção do verbo *poder* em construções como “...podem revolucionar o ritmo e a qualidade da pesquisa...” ou “...podem ter no Brasil o mesmo papel catalisador...” ou ainda “O impacto do programa brasileiro pode desencadear uma revolução” já eram indícios de que não se pode ter certeza de que tudo isso vai ocorrer, por isso usa-se o recurso das possibilidades, das conjecturas.

Outros marcadores linguísticos estão representados no enunciado “**Mas** é **só** o começo.” Primeiramente, o contra-argumentativo *mas* que deixa claro um contraponto a fim de mostrar que ainda é necessário mudar muita coisa. Depois, a presença do excludente *só* que é um operador argumentativo importante que legitima essa ideia de que ainda falta muito para que haja efetiva melhora. A comparação feita com a China também estabelece uma evidência, na visão defendida pelo enunciador, de que o Brasil, apesar da “iniciativa revolucionária”, em analogia ao país chinês, possui uma quantidade bem pequena de estudantes pesquisadores fora do país. Isso é respaldado pelos dados numéricos fornecidos no texto. Enquanto a China, desde a década de 1970, “enviou a escolas no exterior mais de 2 milhões de alunos”, o Brasil se propôs a fazer isso a 100.000 pesquisadores brasileiros nesse programa inicial.

Para fechar, o enunciador afirma que essa iniciativa pode sim dar certo, mas como não se tem certeza disso, pois é uma aposta, faz-se uso do valor de finalidade: “Na volta dos pesquisadores, **para que** ela se propague com força, será preciso, antes, vencer a burocracia...” Tal uso reforça a ideia de que, com valor final, estamos diante de uma relação de *causa-efeito*, em que, nesse caso, a necessidade de “vencer a burocracia” é a *causa* e o *efeito* possível é que essa revolução educacional “se propague com força”, iniciada pela locução conjuntiva *para que*.

Outro editorial importante para discutir a relação de causa-efeito é o “*Servus servorum Dei*” (20 de Março de 2013):

SERVUS SERVORUM DEI

As paixões nacionalistas que coloriram com bandeiras a Praça de São Pedro, no Vaticano, enquanto a multidão esperava o anúncio do nome do novo papa, são manifestações sem nenhum significado maior ou duradouro. O papa não tem nacionalidade. Isso fica evidente do ponto de vista meramente burocrático. Assim que um cardeal é eleito papa, ele recebe o famoso “Passaporte Número 1” e passa a desfrutar todas as imunidades diplomáticas e inerentes ao posto de chefe de estado do Vaticano, reconhecido como uma nação soberana.

A mais profunda expressão da extraterritorialidade do papa não deriva, porém, de circunstâncias temporais. Entre todos os títulos que o pontífice acumula, aquele que cala mais fundo no coração dos fiéis é o descrito pela sonora frase latina *Servus servorum Dei*, “servos dos servos de Deus”. Isso significa que o papa não se deixa limitar por fronteiras ou definir por etnias, nem ser identificado por sua origem geográfica. Para quem crê, sua pátria é a igreja e seus conterrâneos são todos os “servos de Deus”, não importa onde tenham nascido. Assim é há 2000 anos.

Por essas razões, o sucessor de Bento XVI, escolhido na quarta feira passada – o cardeal Jorge Mário Bergoglio, de 76 anos, nascido em Buenos Aires de pais imigrantes italianos, que adotou o nome de Francisco -, foi apresentado aos milhares de fiéis reunidos na Praça São Pedro e aos

milhões de telespectadores ao redor do planeta sem que se falasse em sua nacionalidade. Seria a mesma coisa se o escolhido fosse nigeriano, francês, americano ou brasileiro. Abaixo da superficialidade mental da pilhéria e das rivalidades, tão apropriadas nas disputas esportivas, a nacionalidade do novo ocupante do Trono de Pedro é irrelevante. O que vai contar será seu desempenho na solução dos graves problemas que derrotaram Bento XVI. Quando seu pontificado começar a frutificar com a renovação e a depuração da igreja, pelo que rezam os católicos, o papa Francisco terá servido bem aos servos de Deus.

VEJA – 20 DE MARÇO DE 2013

O tema desse editorial discute que um Papa não representa nacionalidades, pois, na verdade, representa a Igreja e aqueles que creem. Para deixar clara essa análise, reconhecemos no texto opiniões bem firmes sobre isso: “O papa não tem nacionalidade.” ou “...a nacionalidade do novo ocupante do Trono de Pedro é irrelevante.” Daí, a presença de bandeiras que eram empunhadas pelas pessoas, na Praça de São Pedro, que desejavam que o Papa escolhido fosse da sua nação, na opinião do enunciador, era algo sem maior importância, porque qualquer que fosse o escolhido, ele representaria a todos, independentemente da nacionalidade.

Para defender essa ideia, o autor seleciona certos operadores argumentativos que, na tessitura do texto, revelam intencionalidade. Essa materialidade discursiva na composição linguística dá ao enunciado valores importantes que o enunciador utiliza para efetuar sua defesa de opinião.

Observemos a porção textual abaixo:

(91) O papa não tem nacionalidade. Isso fica evidente do ponto de vista meramente burocrático. **Assim que** um cardeal é eleito papa, ele recebe o famoso “Passaporte Número 1” e passa a desfrutar todas as imunidades diplomáticas e inerentes ao posto de chefe de estado do Vaticano, reconhecido como uma nação soberana.

A relação de causa-efeito é uma proposta semântica significativa na composição textual. O estabelecimento dessa relação de sentido é uma forma de reafirmar a defesa de tese do enunciador. Nesse segmento, com o uso da locução conjuntiva *assim que* pretende-se demonstrar que o valor temporal (que implica uma ação que ocorre imediatamente após outra) inerente à locução desdobra-se na relação de *causalidade*, em que a eleição do Papa / sua escolha representa a causa e o recebimento do *passaporte número um* é a consequência.

Outro segmento interessante em que essa estratégia semântica se revela como um artifício de condução argumentativa é:

(92) **Por** essas razões, o sucessor de Bento XVI, escolhido na quarta feira passada – o cardeal Jorge Mário Bergoglio, de 76 anos, nascido em Buenos Aires de pais imigrantes italianos, que adotou o nome de Francisco -, foi apresentado aos milhares de fiéis reunidos na Praça São Pedro e aos milhões de telespectadores ao redor do planeta sem que se falasse em sua nacionalidade.

O que nos chama a atenção nesse segmento é a presença da preposição *por* como marca gramatical do valor de causa. O mais inusitado é que as causas efetivamente não estão sendo apresentadas nesse trecho “Por essas razões...”, pois com o recurso anafórico existente no pronome *essas*, na verdade, as causas foram explicitadas antes no texto, mas isso não invalida o reconhecimento semântico de que a preposição *por* e a retomada coesiva feita com o pronome demonstrativo *essas* são orientações discursivas importantes que mostram essa relação de causalidade, já que a consequência evidenciada e que sustenta a ideia central defendida no texto é o fato de que o Papa foi apresentado sem que se fizesse menção à sua nacionalidade.

A tese defendida no texto está novamente explícita na oração “... a nacionalidade do novo ocupante do Trono de Pedro é irrelevante.” e isso é reforçado por outros argumentos bem enredados no texto com o uso de conectivos. Antes dessa afirmação, por exemplo, há um enunciado com valor hipotético:

(93) Seria a mesma coisa **se** o escolhido fosse nigeriano, francês, americano ou brasileiro.

Nesse trecho a conjunção condicional *se* é reveladora de valor hipotético, configurando um reforço da ideia argumentativa defendida. Seu uso legitima que não importaria a nacionalidade (daí as hipóteses dos exemplos sugeridos), pois a função exercida pelo novo Papa seria a mesma.

Em outro trecho, no final do texto, temos uma conjunção temporal (*quando*) que representa uma *causa* instaurada na noção de tempo e uma *consequência* como resultado de um desdobramento futuro.

(94) **Quando** seu pontificado começar a frutificar com a renovação e a depuração da igreja, pelo que rezam os católicos, o papa Francisco terá servido bem aos servos de Deus.

Notemos que essa projeção na perspectiva futura, na verdade, é reveladora

também da relação de *causalidade* em que o fato de o pontificado do Papa frutificar é a *causa* cujo *efeito* é ter servido bem aos servos de Deus, relação semântica com o título “*Servus servorum Dei*.”

Percebe-se que é possível reconhecermos mais de um eixo semântico inerente aos editoriais, porque a concretização linguística pode ocorrer de várias formas, já que seu uso é volátil e sujeito às necessidades discursivas de comunicação. É por essa perspectiva que, ao identificarmos em um editorial uma visível inclinação para um possível valor semântico de forma mais específica (relação causa-efeito, por exemplo), nada impede que percebamos outros sentidos implicados e importantes na veiculação das ideias. Isso é fato conhecido. Evidentemente, em termos de análise linguística, muitas vezes o que interessa é avaliar aqueles aspectos gramaticais os quais o analista se propôs a discutir. Assim, no editorial (“Troca de guarda na China”), perceberemos que, embora haja a relação de causalidade, notaremos que outros valores são também relevantes na construção do sentido textual.

Troca de guarda na China

Thaís Oyama, redatora-chefe de VEJA, foi à China ver de perto o país às vésperas da mudança de seu comando. Esses raros eventos têm na China um peso muito maior do que as transições políticas no ocidente, que são precedidas de campanhas eleitorais em que os projetos e o perfil dos candidatos examinados durante meses a fio em debates públicos e por meio de seus programas de televisão. Os chineses acordam um dia e - pronto! - têm um novo líder, que pode ser um rosto desconhecido sobre quem pouco ou nada se sabia.

A China vive sob um regime de liberdade econômica nominal engastado em uma estrutura política totalitária em que, no final do dia, prevalecem as diretrizes do partido Comunista. Enriquecer é glorioso, diz a propaganda oficial desde que Deng Xiaoping lançou essa palavra de ordem, no fim dos anos 1970. Mas só enriquece quem o PC chinês permite que enriqueça. As raras trocas de comando no topo do partido e do governo deixam a China em uma surda tensão e o mundo inteiro em suspense - pois não é novidade para ninguém que a apetência do 1,3 bilhão de chineses para o consumo dita o ritmo de crescimento da economia de todos os países, entre eles, de modo quase direto, o Brasil.

Foi a quarta visita de Thaís à China nos últimos quatro anos. Na primeira, ela encontrou um país engalanado e artificialmente posto em modo de exibição para os estrangeiros como sede dos Jogos Olímpicos de 2008. “Mesmo assim, era evidente que os avanços econômicos e tecnológicos não eram apenas fachada para enganar turistas”, lembra ela. Em sua terceira viagem, no ano passado, Thaís procurou decifrar as intenções da cúpula dirigente do país nos movimentos de superfície envolvendo a boa ou má sorte de líderes regionais do partido. Ela relatou, então, preocupante ascensão de Bo Xilai, um neomaoista nostálgico das grandes manifestações de massa e da pureza ideológica do passado. Sua queda retumbante, ocorrida neste ano, sinalizou

para os chineses e para o mundo a decisão de manter o regime bicéfalo de liberalidade econômica e totalitarismo político.

Desta vez, Thaís encontrou um país ainda mais pujante, onde, mesmo nas menores cidades, portos, aeroportos, e ferrovias parecem brotar como bambu depois da chuva. O país continua a funcionar sob um regime ferreamente centralizador, o que torna a cerimônia de troca de comando no próximo dia 8 de novembro ainda mais relevante. A reportagem de Thaís na China começa na página 96.

Veja, 24 de OUTUBRO de 2012

A partir da troca de comando político na China, o enunciador enfatiza o poderio econômico do país e mostra como todo esse crescimento alcançado está atrelado a um totalitarismo político. A constatação é justamente essa como marcas do governo chinês atual: "...liberalidade econômica e totalitarismo político."

Mesmo com liberalidade econômica, procura-se no texto mostra que isso não é para todos, senão não haveria totalitarismo político. Essa evidência está no seguinte trecho:

(95) Enriquecer é glorioso, diz a propaganda oficial desde que Deng Xiaoping lançou essa palavra de ordem, no fim dos anos 1970. Mas só enriquece quem o PC chinês permite que enriqueça

Vê-se que o marcador temporal *desde que* está atrelado à ideia de causa-efeito, pois desde o momento que aquele líder chinês disse isso (causa), para os chineses enriquecer passou a ser encarado como glorioso (efeito); porém, é com o termo opositivo (*mas*) que se deixa clara a força argumentativa, porque evidencia uma crítica ao afirma que isso só é possível por conta da permissão do partido comunista chinês, o que reafirma o totalitarismo naquele país.

Ainda nessa linha de raciocínio em que fala da importância da troca de comando na China, há um uso do *pois* em uma relação de causalidade que reafirma a valorização do consumismo:

(96) As raras trocas de comando no topo do partido e do governo deixam a China em uma surda tensão e o mundo inteiro em suspense - pois não é novidade para ninguém que a apetência do 1,3 bilhão de chineses para o consumo dita o ritmo de crescimento da economia de todos os países, entre eles, de modo quase direto, o Brasil.

Não podemos nos esquecer de que esse editorial está apresentado uma visão de mundo da redatora-chefe de *Veja*, Thaís Oyama, que foi algumas vezes à China.

Isso é importante para entendermos o encaminhamento argumentativo do segmento abaixo que fala da terceira vez que a jornalista tinha ido ao país asiático e entendermos a funcionalidade do operador *então*:

(97) Em sua terceira viagem, no ano passado, Thaís procurou decifrar as intenções da cúpula dirigente do país nos movimentos de superfície envolvendo a boa ou má sorte de líderes regionais do partido. Ela relatou, então, preocupante ascensão de Bo Xilai, um neomaoista nostálgico das grandes manifestações de massa e da pureza ideológica do passado. Sua queda retumbante, ocorrida neste ano, sinalizou para os chineses e para o mundo a decisão de manter o regime bicéfalo de liberalidade econômica e totalitarismo político.

A presença desse *operador* de visível valor temporal deixa clara a ideia de uma evidente marcação no tempo a fim de argumentativamente estabelecer uma comparação entre o que ocorria naquele momento (na época da terceira visita) e o que ocorreu na época da elaboração do editorial. Isso mostra a atenção que o leitor tem de ter às pistas que são deixadas nos textos para poder compreendê-los.

Estabelecendo uma comparação de empregos com o operador *então*, observemos um trecho do editorial “Pega e lê” (sua íntegra será analisada adiante):

(98) Credita-se a Santo Agostinho, um dos sábios da Igreja Católica, a descoberta de que se podia ler sem enunciar as palavras. Até então, os textos eram murmurados, assim como fazem as crianças recém-alfabetizadas. Autor do que pode ser considerado uma das primeiras autobiografias, *Confissões*, ele passava por uma das inúmeras crises existenciais que o acometeram durante a juventude quando ouviu uma voz interior que lhe dizia: “Pega e lê”. E ele leu, então, as Cartas de São Paulo que constam do Novo Testamento. (grifo nosso)

Em relação a esse trecho específico “E ele leu, então, as Cartas de São Paulo que constam do Novo Testamento.”, observamos uma diferença de valor, pois agora se remete ao sentido de conclusão e estabelece com o trecho anterior uma relação coesiva, aos moldes das conclusivas *por isso/ por conseguinte*. Nota-se que a relação de causa-efeito evidencia-se pelo enunciado anterior, com valor da causa (o fato de ouvir a voz interior que lhe dizia: “Pega e lê”) e o resultado disso (efeito) é o fato de ele ter lido, marcado pelo valor conclusivo e linguisticamente identificado pela presença do *operador* em análise.

Em outro editorial (“O Brasil é um guepardo”), notaremos também a associação de vários sentidos que colaboram para uma perspectiva semântica muito interessante no texto. Também ficará visível a influência da organização discursiva (sintaxe) na elaboração do texto e que colaborará para os efeitos de sentido.

O BRASIL É UM GUEPARDO

O diagnóstico unânime sobre o Brasil dá conta de que o atual estágio de avanço material, social e institucional, conquistado a duras penas nas últimas duas décadas, tirou o país do pântano da inviabilidade e o colocou no caminho do desenvolvimento pleno – com tudo que isso significa de preservação dos valores democráticos, respeito às liberdades individuais, bem-estar social, educação universal de qualidade, Justiça eficiente, equilíbrio nas contas públicas e ambientes de negócios propícios aos investimentos produtivos de longo prazo.

É consenso também que ter escapado da armadilha de ser o eterno país do futuro garante apenas que a direção é correta e que não haverá retrocessos traumáticos. Para o Brasil efetivamente dar a passada final e entrar para o clube das nações ricas e civilizadas, será necessário aproveitar muito melhor e mais rapidamente as oportunidades do momento demográfico favorável, o bônus de termos uma população em idade economicamente ativa que cresce mais do que a média. Com o passar dos anos, o bônus vira ônus, e isso torna as arrancadas econômicas bem mais custosas, se não impossíveis.

Como o guepardo, que pode superar facilmente suas presas em velocidade, mas tem que capturá-las logo, pois não consegue sustentar a carreira por muito tempo, o Brasil precisa despejar logo toda sua potência intelectual, seus recursos materiais e humanos e suas reservas de racionalidade para colher os frutos antes que passem as circunstâncias favoráveis e se estiolem as energias positivas, fazendo do desempenho medíocre da economia um doloroso padrão. Com isso em mente, VEJA desafiou algumas das melhores cabeças do país a propor, em suas respectivas áreas de atuação, receitas instantâneas capazes de fazer o Brasil disparar e dar o bote certo que permita desfrutar agora as recompensas do progresso. As soluções propostas por Armínio Fraga, Maria Helena Guimarães de Castro, Edmar Bacha, Joaquim Falcão, André Medici, Sérgio Besserman, Gustavo Franco, Armando Castelar, Jairo Nicolau, Claudio Beato e Raul Velloso estão na reportagem especial que começa na página 68.

VEJA – 9 DE JANEIRO DE 2013

É necessário primeiro compreendermos o tema do editorial. Nele, o objetivo é ressaltar que o Brasil está em franco desenvolvimento material, social e institucional. Com isso, o enunciador deseja defender a ideia de que o Brasil precisa aproveitar essa ascensão para alcançar os outros países enquanto tem “fôlego”, daí a comparação a um guepardo, felino, cuja característica principal, é a velocidade para alcançar suas presas.

No segundo parágrafo, há a presença do valor de finalidade com o objetivo de mostrar justamente isso: o que o Brasil precisa fazer para alcançar o desenvolvimento de outros países avançados:

(99) **Para** o Brasil efetivamente dar a passada final **e** entrar para o clube das nações ricas e civilizadas, será necessário aproveitar muito melhor e mais rapidamente as oportunidades do momento demográfico favorável, o bônus de termos uma população em idade economicamente ativa que cresce mais do que a média.

Sintaticamente, temos uma construção interessante com a presença da preposição *para* com valor de finalidade. Vemos que ela inicia visivelmente uma oração reduzida de infinitivo (“Para o Brasil efetivamente dar a passada final”) e, por conta da conjunção aditiva e que intermedeia partes do discurso com a mesma função sintática, subentende-se o mesmo valor de finalidade na outra oração (“entrar para o clube das nações ricas e civilizadas...”).

Semanticamente, é com esse efeito de sentido que se nota uma projeção na linha do tempo. Pretende-se com essa seleção lexical encaminhar a ideia de que há uma possibilidade de melhora, ou seja, o que pode ser feito é para alcançar um determinado objetivo (finalidade – efeito pretendido).

No terceiro parágrafo, há outro segmento que merece uma abordagem especial, pois possui vários operadores argumentativos:

(100) **Como** o guepardo, que pode superar facilmente suas presas em velocidade, **mas** tem que capturá-las logo, **pois** não consegue sustentar a carreira por muito tempo, o Brasil precisa despejar logo toda sua potência intelectual, seus recursos materiais e humanos e suas reservas de racionalidade para colher os frutos **antes que** passem as circunstâncias favoráveis e se estiolem as energias positivas, fazendo do desempenho medíocre da economia um doloroso padrão.

Ao fazermos uma análise mais minuciosa, é possível notar que o *como* com valor comparativo reforça aquela relação simbólica entre o Brasil e o guepardo e isso tem uma funcionalidade discursiva importante, porque ao descrever que a velocidade é uma marca imprescindível, ao mesmo tempo contrapõe com a conjunção *mas*, dizendo que essa ação precisa ocorrer logo. Em seguida (para fornecer um reforço argumentativo), estabelece um efeito de sentido *causal* com a presença da conjunção *pois*. Toda essa analogia é a sustentabilidade argumentativa para encaminhar o que o Brasil precisa fazer se quiser estar entre os países mais prósperos do mundo.

Ainda nesse trecho, a presença da locução conjuntiva *antes que* é uma expressão conectora que também exerce a função de operador argumentativo. Sua natureza temporal também colabora para explicar a comparação entre o Brasil e o felino. Por conta de fazer as ações dentro de um tempo previsto, a escolha desse elemento gramatical revela um valor de *aproveitar algo prioritário* (HOUAISS, versão eletrônica 1.0, 2001) na linha do tempo.

Vimos, então, nesse editorial como uma intrincada relação de conectivos pode

estabelecer as pistas necessárias para uma compreensão textual mais sólida como garantia de que as formas gramaticais estão em prol de produção de sentido.

Ao analisarmos outro editorial (“Eles sabem pensar”), percebemos que a proposta é tornar pública a defesa de que a presença de jovens via internet em debates sobre temas politicamente importantes para a nação brasileira é algo a ser ressaltado como de grande relevância para o país. O posicionamento dos jovens é sobre duas questões ambientais: a construção da hidrelétrica de Belo Monte e o novo Código Florestal. O enunciador defende que a presença dos jovens na internet participando das discussões sobre o assunto “elevou a qualidade do debate ambiental”.

ELES SABEM PENSAR

Uma reportagem especial desta edição de VEJA relata o surgimento de um novo fenômeno na internet brasileira, a militância de qualidades de jovens interessados em influir no debate de temas da maior relevância para o futuro deles e do Brasil. Duas questões ambientais deram ensejo a essa nova etapa da participação na rede. Uma foi o debate sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, em território amazônico. A outra foi a votação iminente do novo Código Florestal pelo Senado Federal, marcada para a próxima terça-feira, dia 6. São questões que dividem fortemente as opiniões. A primeira, por se tratar de uma intervenção na Amazônia, reserva de biodiversidade tão rica quanto frágil que, a se fiar apenas no instinto de preservação da espécie humana, deveria simplesmente ser declarada intocável.

A volatilidade da discussão sobre o Código florestal obedece a essa mesma visão sacrossanta do preservacionismo. Árvore é para ficar de pé. Ponto.

Além de registrar como a intervenção dos jovens na internet elevou a qualidade do debate ambiental, VEJA analisa os méritos das duas propostas em reportagens separadas. Os repórteres da revista mostram que, se é compreensível que as opiniões se radicalizem em relação à preservação dos rios e matas, isso não esgota o assunto. Para manter o bem-estar da população e garantir oportunidades de progresso às novas gerações, o Brasil precisa continuar crescendo e, para isso, deve explorar seu potencial de produção de energia hidrelétrica, bênção natural sem similar no planeta. Belo Monte é um trunfo. Por outro lado, o Brasil precisa de Código Florestal que permita a ocupação econômica mas responsável do máximo de terras agricultáveis, onde já são colhidos os grãos que respondem por boa parte do valor das exportações nacionais. A reportagem sobre o código faz um teste de realidade com as determinações nele contidas e mostra que, em um país de biomas tão distintos, a obediência a um código nacional único e generalista pode acarretar verdadeiros desastres localizados, como ocorre com a Mata Atlântica.

Em ambos os casos, mas bem mais em relação à usina de Belo Monte, a participação dos jovens brasileiros na internet foi fundamental para colocar a questão em bases sólidas. As moças e rapazes deram uma memorável aula de geografia, matemática, planejamento e lógica. Tomara que à entrada de jovens talentosos e bem formados no debate ambiental se sigam outras manifestações de igual nível na internet, de modo que eles reconquistem um espaço de discussão e militância que tanta e decisiva influência está tendo no arejamento da política em outros países.

Veja, 7 de Dezembro de 2001

A partir dessa linha argumentativa escolhida, há alguns recursos gramaticais importantes, notadamente a seleção dos operadores argumentativos que merecem destaque. Um dos principais recursos utilizados nesse editorial é a relação de conectores de finalidade (portanto, dentro do eixo causativo-consecutivo) atrelados a outros com valor opositivo. De acordo com a proposta temática que fala sobre a necessidade de preservação ambiental, motivo pelo qual os jovens se posicionaram criticamente, nada mais coerente do que trabalhar com operadores de finalidade que projetam para o futuro os desejos a serem alcançados, revelando assim a intencionalidade discursiva. Além disso, como o assunto é polêmico e gera controvérsias, o uso de conectivos que revelam contraste operacionaliza em benefício das ideias opositivas existentes na discussão sobre o assunto.

O enunciador se vale do posicionamento dos jovens para expressar sua opinião sobre os assuntos relativos às questões ambientais. Em relação ao leitor, ele precisa ter domínio de recursos coesivos para compreender um texto e isso fica evidente no trecho abaixo:

(101) Duas questões ambientais deram ensejo a essa nova etapa da participação na rede. Uma foi o debate sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, em território amazônico. A outra foi a votação iminente do novo Código Florestal pelo Senado Federal, marcada para a próxima terça feira, dia 6. São questões que dividem fortemente as opiniões. A primeira, **por** se tratar de uma intervenção na Amazônia, reserva de biodiversidade **tão** rica **quanto** frágil que, a se fiar apenas no instinto de preservação da espécie humana, deveria simplesmente ser declarada intocável.

Avaliando que domínios discursivos um leitor precisa ter para compreender um texto, percebemos que nesse trecho é imprescindível o reconhecimento dos recursos de coesão referencial. O uso do numeral em “Duas questões ambientais...” se concretiza ao longo do segmento na catáfora evidenciada com os indefinidos: *uma/outra*. Essa organização discursiva é importante porque um pouco mais à frente, no trecho “A primeira, por se tratar de uma intervenção na Amazônia...”, a presença desse numeral ordinal resgata textualmente a 1ª informação do trecho que diz respeito à “construção da hidrelétrica de Belo Monte”. Sem esse domínio discursivo, não seria possível a compreensão do trecho.

No que diz respeito aos conectivos que funcionam como operadores argumentativos, há alguns que chamam a atenção pelos valores produzidos. Nesse mesmo fragmento “A primeira, por se tratar de uma intervenção na Amazônia,

reserva de biodiversidade tão rica quanto frágil que, a se fiar apenas no instinto de preservação da espécie humana, deveria simplesmente ser declarada intocável” é possível perceber que, a partir da seleção de conectores, há um encaminhamento para que o enunciador explicita seu ponto de vista. A presença da preposição discursiva *por* com valor causal já evidencia uma crítica, ou seja, a intervenção na Amazônia (causa) resulta na necessidade de que “deveria simplesmente ser declarada intocável” (efeito), em que este último comentário demonstra o posicionamento do enunciador. Atrelado a isso, nesse mesmo trecho em análise, há uma comparação de igualdade (evidenciando uma *Correlação*) que coloca dois atributos na mesma direção argumentativa (*classe argumentativa*): “reserva de biodiversidade tão rica quanto frágil”, que chama a atenção para a necessidade de preservação. Além disso, a presença do operador argumentativo *apenas* (mesmo não sendo um conectivo) é um revelador de sentido interessante porque seu valor excludente coloca em xeque a ideia de que se pensarmos somente no instinto de preservação da espécie humana, apenas esse quesito já seria necessário para não intervir na Amazônia.

Já do ponto de vista do valor de finalidade, há dois segmentos muito significativos na construção do sentido de “desejo a ser alcançado”. Em ambos os casos, é necessário que observemos esse valor associado a outro com valor opositivo:

(102) **Para** manter o bem estar da população e garantir oportunidades de progresso às novas gerações, o Brasil precisa continuar crescendo e, para isso, deve explorar seu potencial de produção de energia hidrelétrica, bênção natural sem similar no planeta. Belo Monte é um trunfo. **Por outro lado**, o Brasil precisa de Código Florestal que permita a ocupação econômica mas responsável do máximo de terras agricultáveis, onde já são colhidos os grãos que respondem por boa parte do valor das exportações nacionais.

(103) Em ambos os casos, **mas** bem mais em relação à usina de Belo Monte, a participação dos jovens brasileiros na internet foi fundamental para colocar a questão em bases sólidas. As moças e rapazes deram uma memorável aula de geografia, matemática, planejamento e lógica. Tomara que à entrada de jovens talentosos e bem formados no debate ambiental se sigam outras manifestações de igual nível na internet, **de modo que** eles reconquistem um espaço de discussão e militância que tanta e decisiva influência está tendo no arejamento da política em outros países.

No trecho (102) podemos notar que a preposição *para* (finalidade) funciona como operador argumentativo e colabora para a defesa da ideia de que se o Brasil deseja crescer, é necessário que se atente para certos objetivos a serem

alcançados: “...manter o bem estar da população e garantir oportunidades de progresso às novas gerações”. Esses argumentos foram relacionados pela conjunção e aditiva e introduzidos pela preposição *para* que iniciou oração reduzida de infinitivo. Discursivamente, esses objetivos a serem alcançados funcionam como um artifício do enunciador com o objetivo de defender a proposta de que o Brasil precisa continuar explorando a produção de energia elétrica, fator que fica reforçado com a *divinização* da natureza, que teria dado esse atributo ao Brasil, do qual não poderíamos abrir mão: “bênção natural sem similar no planeta”. Entretanto, a fim de mostrar que ainda há coisas a serem feitas, um contraste é evidenciado: “**Por outro lado**, o Brasil precisa de Código Florestal que permita a ocupação econômica mas responsável do máximo de terras agricultáveis...” . Com o objetivo de deixar claro seu posicionamento no editorial, a oposição evidenciada pela expressão conectora *por outro lado* tentar deixar claro que é necessário sim um Código Florestal que permita a exploração de terras agricultáveis, aspecto que evidencia o verdadeiro posicionamento do enunciador.

Em (103), por sua vez, a presença da conjunção *mas* estabelece um contraponto em que a participação dos jovens no que se refere à usina de Belo Monte, na opinião do enunciador, teve uma influência mais significativa. Porém, o que mais chama a atenção neste último parágrafo do texto é o reforço argumentativo para validar a participação dos jovens. O final desse editorial chama a atenção para que a presença de jovens em debates dessa natureza perdure e tal desejo é evidenciado com o uso da locução conjuntiva *de modo que*, que constrói um efeito de sentido de finalidade.

Fatores linguísticos como esses e outros que vêm sendo abordados nesse trabalho são reveladores de que um texto argumentativo vale-se de uma série de recursos gramaticais na constituição de seus sentidos. A presença de conectivos que funcionam como operadores argumentativos, com valor de causa-efeito ou com outras manifestações semânticas, na verdade, revela as *intencionalidades* discursivas tão importantes na recepção dos textos, pois é na interação autor / leitor que há a produção sentido.

7.3.2 Valores condicionais

Dando sequência a essa análise mais ampla de *corpus*, falaremos aqui sobre os empregos condicionais. Há vários conectivos que representam o eixo *condicional* nas realizações linguísticas do Português do Brasil. Conjunções e preposições podem desempenhar esse papel normalmente nos discursos:

(104) **Se** não lutar pelos objetivos, não alcançará bom desempenho.

(105) Não alcançará bom desempenho, **sem** lutar pelos objetivos.

Avaliando as conjunções, aquela que prototipicamente desempenha tal valor contextual é o *se*. Gramaticalizada que está, originária da conjunção *si* latina, possui emprego discursivo-gramatical com representatividade hipotética/conjectural.

A pesquisadora Taísa Peres de Oliveira no livro *Funcionalismo linguístico: análise e descrição* (in: SOUSA; 2012, p. 135) aponta para o caráter gramatical da conjunção:

A mais antiga das conjunções condicionais do português, o *se*, originou-se da conjunção latina **si**. No português, essa conjunção serve para indicar gramaticalmente que a oração que ela introduz se realiza como um modificador oracional de valor condicional.

Fato que confirma o estatuto gramatical da conjunção *se* é que nela se verifica a ausência de um significado lexical que possa ser decomposto em termos de outros predicados.

Conforme já dissemos, Azeredo (2011, p.235) em sua *Gramática Houaiss* afirma que a *condicionalidade* é um dos fenômenos discursivos dos valores de causalidade e o que os distingue é justamente o caráter hipotético / de suposição nas realizações linguísticas.

A diferença entre a causa propriamente dita e a condição baseia-se numa distinção de atitudes do enunciador em relação à 'realidade' da informação contida na oração adverbial: a atitude de certeza se expressa com conectivos causais (porque, como, visto que, dado que) e normalmente com verbos no modo indicativo; a atitude de incerteza, de suspeita, de suposição se expressa com os conectivos de condição (se, caso, desde que, contanto que, a menos que) e com verbos em geral no modo subjuntivo;

Do ponto de vista argumentativo, o valor de condição e seus valores discursivos possuem caráter importante na construção do sentido, uma vez que, por se basear normalmente em um caráter hipotético, revela-se como um indicador das *intencionalidades* discursivas de um enunciador. Assim, o seu uso constitui-se como estratégia discursivo-argumentativa.

Observemos passagens de editoriais de *Veja* para analisarmos essas estratégias. Para ficar mais clara a defesa argumentativa e o conector de condicionalidade em uso, será transcrito cada editorial e em seguida o trecho a ser analisado:

Um debate necessário

Esta edição de *Veja* retrata em cores dramáticas as contradições do Poder Judiciário do Brasil, uma hierarquia imperfeita encarregada de interpretar e aplicar leis que, como mostrou a última capa de *VEJA*, formam um cipó de abstrações, quando não de absurdos. A revista foca agora os bastidores da Justiça onde, longe dos olhos dos brasileiros, se trava uma diuturna luta do bem contra o mal, de juízes honestos e heroicos contra seus pares reféns ou cúmplices do crime organizado. Essa contradição chegou ao ápice com a discussão aberta e corajosa sobre a honestidade dos juízes brasileiros sendo feita publicamente pelas mais altas autoridades do Judiciário em Brasília. “A magistratura hoje está com gravíssimos problemas de infiltração de bandidos que estão escondidos atrás da toga”, disparou Eliana Calmon, corregedora nacional de Justiça. “Em quarenta anos de magistratura nunca li coisa tão grave. É um atentado ao estado democrático de direito”, reagiu Cesar Peluso, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que desafiou a corregedora a citar casos e nomes, sob o risco de fazer generalizações injustas sobre toda uma classe.

Ainda na semana passada, talvez para evitar decidir no calor da polêmica entre Eliana Calmon e Cesar Peluso, o Supremo Tribunal Federal (STF) resolveu postergar sua decisão sobre quais devem ser os poderes do CNJ no trabalho de vigiar e punir juízes, cujas entidades de classe defendem a tese de que o mau comportamento deles só pode ser punido pelas corregedorias de cada instância.

A reportagem de *VEJA* investigou o que ocorreu com juízes brasileiros flagrados de maneira inconteste em escândalos de corrupção na última década. Os repórteres rastrearam o andamento de processos criminais de 39 magistrados pegos em operações da Polícia Federal. Dos 39 envolvidos, 31 foram denunciados à Justiça e apenas sete foram julgados. Dos sete, apenas dois foram condenados, mas ainda recorrem da decisão. Só um está preso, Nicolau dos Santos Neto, o Lalau, mesmo assim domiciliarmente. A reportagem nos leva à conclusão de que, se a impunidade é regra geral para os parlamentares, ela é lei no Judiciário.

Estava passando da hora de o Brasil encarar essa questão, e é ótimo que ela tenha entrado em ebulição. O Poder Judiciário é o garantidor da ordem, do cumprimento dos contratos e da harmonia social mínima necessária para que uma nação marche na direção correta, rumo ao progresso material e social para a maioria de seus cidadãos. Sem justiça funcional, não existem prosperidade nem democracia. Sem juízes honestos e imparciais não existe justiça.

Veja, 5 de outubro, 2011

(106) **Sem** justiça funcional, não existem prosperidade nem democracia. **Sem** juízes honestos e imparciais não existe justiça. (*Um debate necessário* – 05 de Outubro, 2011)

A INTERNET E O VOTO

O Brasil tem a mais regulada legislação eleitoral entre as grandes democracias ocidentais. Os candidatos brasileiros só podem começar sua campanha 90 dias antes do primeiro turno das eleições e as emissoras de rádio e televisão são obrigadas a abrir espaço gratuitamente para os partidos. O tempo de exposição das ideias concedido a cada partido é definido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por um cálculo que parte de uma cota mínima comum, sendo o restante proporcional à bancada na Câmara dos Deputados e às coligações. Os debates na televisão e as entrevistas durante a campanha obedecem a regras esdrúxulas que obrigam a ouvir todos os candidatos, mesmo aqueles que apenas fazem figuração, nada tem a dizer ou mal chegam a um dígito nas pesquisas de intenção de voto.

Uma reportagem desta edição e a coluna de Roberto Pompeu de Toledo tratam do projeto aprovado na Câmara dos Deputados na semana passada que tem o objetivo de liberalizar um pouco essa camisa de força. O projeto facilita a realização dos debates, que poderiam ter a participação de apenas dois terços dos candidatos. A justiça também não puniria mais a “campanha antecipada”, as entrevistas e reuniões feitas antes do início oficial da temporada eleitoral. São avanços pequenos, mas bem-vindos.

Eles seriam ainda mais significativos se a Câmara não tivesse caído na tentação absurda de regular o uso da internet no período eleitoral. Comenta Pompeu: “A inspiração central do projeto é reforçar o já velho e vitorioso objetivo de fazer o eleitor votar às cegas”. O projeto não é a primeira tentativa oficial de domar a rede mundial. Nem é o mais agressivo. São sobejamente conhecidas as manobras dos ditadores chineses, iranianos, cubanos e norte-coreanos para barrar o acesso de seu povo à internet. A iniciativa dos deputados ainda será apreciada pelo Senado, onde, espera-se, possam ser podados os capítulos referentes à internet. Isso seria ótimo até porque, mantidas como estão, as novas regras estariam fadadas a ser desmoralizadas na prática. A internet é indisciplinável nas democracias, sua aprovação ficaria então apenas como mais uma evidência do abismo que separa Brasília do mundo real.

VEJA – 15 DE JUNHO DE 2009

(107) Eles [os avanços no processo eleitoral] seriam ainda mais significativos **se** a Câmara não tivesse caído na tentação absurda de regular o uso da internet no período eleitoral (*A internet e o voto* – 15 de Junho, 2009)

O VALOR DA IMPRENSA LIVRE

Esta edição de VEJA traz duas reportagens que respondem inequivocamente a qualquer dúvida sobre o valor insubstituível para a construção e a manutenção das sociedades abertas de uma imprensa livre, comprometida com a busca da informação correta e relevante. A primeira confirma o teor das revelações feitas por VEJA, em sua edição de 10 de março passado, segundo as quais o tesoureiro do PT João Vaccari Neto havia lesado milhares de pessoas em um esquema fraudulento de desvio de dinheiro de uma cooperativa habitacional em São Paulo. “Factoide”, “matéria requentada”, “difamação” gritaram as vozes pagas com dinheiro público para defender malfeitorias dos camaradas. Na semana passada, Vaccari foi denunciado à Justiça pelo Ministério Público de São Paulo pelos crimes de formação de quadrilha, estelionato, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro.

A segunda relata como a Polícia Federal confirmou os desconcertantes fatos expostos por VEJA em 2 de junho último e em reportagens subsequentes – também recebidas com agudo descrédito pelos porta-vozes petistas. As reportagens detalharam como se armava na pré-campanha de Dilma Rousseff, sob a inocente rubrica de comitê de inteligência, uma “fábrica de dossiês” contra adversários. Os policiais federais revelaram na semana passada que Amaury Ribeiro, um ex-jornalista a soldo da turma de inteligência petista, pagou a intermediários para obter ilegalmente na Receita Federal dados sigilosos sobre a vida fiscal de José Serra, candidato da oposição, de sua filha e genro.

Se VEJA não houvesse lancetado essas incubadoras de iniquidades, é razoável supor que aqueles crimes talvez nunca tivessem despertado a atenção das autoridades – ou, mesmo tendo entrado em seu radar, fossem tratados com menor prioridade.

Nos dois casos, salta aos olhos o efeito detergente que a apuração rigorosa dos fatos exerce sobre a sociedade. Um campeão dessa tese foi John Adams (1735-1826), o segundo presidente dos Estados Unidos. Jovem adulto, Adams ganhava a vida em Boston como advogado, ao tempo em que conspirava contra o colonizador inglês. Uma guarnição de militares ingleses foi acusada de atirar sem motivo contra uma concentração de patriotas americanos. O caso chegou à Justiça. Ninguém queria fazer a defesa dos agressores. Adams pegou a causa e, ato contínuo, empenhou-se na diligente apuração do ocorrido. Para surpresa dele, os ingleses estavam com a razão. Tendo sido atacados antes, foram enganados por um patriota que, imitando a voz do comandante da guarnição, dera ordem de “fogo”. Adams conseguiu a absolvição dos militares. Indagado sobre por que se empenhara na defesa de inimigos, elevou-se ao nível da grandeza com a explicação de que “os fatos são teimosos” – e à nascente nação americana interessava vitalmente ser erigida sobre eles, e não ao sabor do alarido “volátil das multidões”.

VEJA – 27 DE OUTUBRO DE 2010

(108) Se VEJA não houvesse lancetado essas incubadoras de iniquidades, é razoável supor que aqueles crimes talvez nunca tivessem despertado a atenção das autoridades – ou, mesmo tendo entrado em seu radar, fossem tratados com menor prioridade. (*O valor da imprensa livre – 27 de Outubro de 2010*)

O Fim do começo

Acabou na noite de quinta-feira passada a dolorosa fase inicial de que pode vir a ser um processo decisivo de aprimoramento da justiça brasileira, quando os principais contendores do que estava sendo descrito como uma crise aguda do judiciário obtiveram do Supremo Tribunal Federal (STF) uma decisão que aplaina o terreno para novas conquistas. Os ministros da corte constitucional brasileira decidiram que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem poder de investigar juízes suspeitos de crimes antes mesmo que as corregedorias regionais tenham se manifestado sobre o caso. Com essa decisão, podem se sentir vitoriosas a corregedora do CNJ, ministra Eliana Calmon, autora da expressão “bandidos de toga”, e as mais de duas centenas de entidades suas aliadas. Como toda investigação, as do CNJ precisam ser justificáveis, o que afasta o temor do seu uso coercitivo para inibir a atuação da imensa maioria de juízes honestos. Por essa razão, também foram contemplados os defensores da tese de que a ingerência disciplinar de um poder central, o CNJ, quebraria a sagrada autonomia dos juízes de todas as regiões do país.

Uma reportagem desta edição de VEJA analisa os méritos dos que defendem a fiscalização dos juízes brasileiros diretamente pelo CNJ, em atropelo das corregedorias regionais, e os dos que enxergam nas iniciativas recentes do órgão, caso do ministro Cezar Peluso, presidente do STF, uma tentativa de

“degradar” o Judiciário, no que seria um atalho para a “barbárie”. A reportagem mostra que foi um exagero classificar de crise o processo em curso. A Justiça brasileira, não é de agora, é percebida como uma instituição fechada, insensível, que fornece sentenças mais dependentes da vontade volátil de cada juiz do que do espírito do que da forma da lei. Não por acaso, se popularizou no Brasil o ditado segundo o qual “os bons advogados conhecem a lei; os grandes advogados conhecem os juizes”. É natural, portanto, que pessoas tenham se colocado apaixonadamente ao lado da ministra Eliana quando ela exigia maior transparência e mais poder para investigar e punir juizes. Mas também estão certos os que defenderam que seria inútil e arriscado colocar toda a magistratura sob suspeição. Se nenhum brasileiro deve sair impune de crimes apenas por ser juiz, também é inaceitável que alguém se torne suspeito apenas por ser juiz.

A reportagem de VEJA lembra que é antiga na história brasileira a tensão entre a necessidade de garantir a liberdade de ação dos juizes e das cortes regionais, desde que a autonomia não degenere impunidade ou afronta. A convite do imperador Pedro II, o jurista Francisco Inácio de Carvalho Moreira, o barão de Penedo, concluiu em 1845 sua célebre “Revisão Geral e Codificação das Leis Cíveis e do Processo no Brasil”, base do primeiro Código Civil brasileiro e dos ordenamentos jurídicos de muitas nações sul-americanas, notadamente os do Uruguai e da Argentina. Embora prolixo – seu esboço do código continha 4908 artigos, mais que o dobro do atual, de 2002 – , Carvalho Moreira tinha como pedra de toque a noção de que todo o edifício ruiria sem o equilíbrio entre as partes. Escreveu ele: “O essencial é que cada um faça em boa-fé, que não procure exceder-se, que não se esforce em vão em parecer o que não for”. Sábia lição que parece ter sido lembrada no STF na noite de quinta-feira passada. Que o mesmo espírito impere nas próximas fases do processo de aprimoramento do Judiciário brasileiro.

Veja – 8 de fevereiro de 2012

(109) A reportagem de *Veja* lembra que é antiga na história brasileira a tensão entre a necessidade de garantir a liberdade de ação dos juizes e das cortes regionais, **desde que** a autonomia não degenere impunidade ou afronta. (*O fim do começo* – 08 de Fevereiro, 2012)

Dentre os exemplos selecionados, embora haja realizações linguísticas diferentes, há algo em comum que é o caráter da pressuposição.

No exemplo (106), o conector selecionado pelo autor do editorial é a preposição SEM, de caráter excludente, mas que pressupõe uma condição, sua realização obriga que o leitor faça um esforço para alcançar algo que vai além de uma mera compreensão do que se diz e alcance uma interpretação mais contundente. No segmento “Sem justiça funcional, não existem prosperidade nem democracia”, para se interpretar adequadamente é necessário que se dilua a negatividade da frase na análise a fim de que o valor condicional fique mais evidente, ou seja, *só existirão prosperidade e democracia se a justiça for funcional*. Esse valor negativo usual com a presença dessa preposição também ocorre na outra frase “sem juizes honestos e imparciais não existe justiça” do mesmo exemplo

(106), pois se pressupõe por um lado que a justiça só será efetivada se houver juízes honestos e imparciais e por outro lado que, segundo se defende no texto, há juízes que não são honestos nem imparciais. Além disso, nas frases que compõem esse exemplo analisado, os verbos (existe/existem) encontram-se no presente do indicativo e estão relacionados ao uso do conectivo de valor condicional (sem). Isso deixa claro que, nesse segmento, a utilização desse tempo e modo verbais reforça a afirmação: argumentativamente quer deixar claro que não há como mudar essa situação da forma que está.

Já nos exemplos (107) e (108) há o uso *canônico* da conjunção prototípica *se*. A diferença entre eles está no uso do tempo verbal da oração principal. Em (107), a oração principal é construída com o uso do futuro do pretérito, responsável mais efetivo do valor hipotético com esse futuro que revela incerteza. Em (108), o verbo está no presente do indicativo, “é razoável supor”, pois a suposição é alcançada pela seleção lexical do próprio verbo *supor*, já revelador da ideia de conjectura. O ponto em comum que os aproxima é o uso do imperfeito do subjuntivo nas orações em que há a presença da conjunção condicional. Do ponto de vista da proposta interpretativa a partir da presença desse operador argumentativo em ambos os trechos, em (107), seu uso implica dizer que o enunciador avalia que o fato de a Câmara dos Deputados ter desejado intervir e regular o uso da internet no período eleitoral teria como resultado (possível) um avanço eleitoral mais significativo, aspecto linguístico trabalhado, portanto, no campo da hipótese. Já em (108), chama-se a atenção para o fato de que, segundo o enunciador, se a revista *Veja* não tivesse chamado a atenção para as pesquisas e denúncias sobre crimes que publicou supõe-se que tais transgressões não seriam abordadas com grande prioridade e, mais uma vez, o recurso gramatical para trabalhar essa ideia foi o uso do conector em questão.

Mecanismo diferente ocorre em (109) em que uso do *desde que* conota uma advertência a partir de uma condição, pois ao fazer menção ao segmento “desde que a autonomia não degenere impunidade ou afronta.” pretende-se mostrar do ponto de vista argumentativo a importância de se garantir a liberdade sem provocar problemas.

A autora Lisângela Aparecida Guiraldeli, no livro *Pesquisas em Gramática Funcional: descrição do português*, organizado por Erotilde Goreti Pezatti (2009, p.204), faz uma avaliação do subjuntivo e sua modalidade:

Ao considerar a relação entre modo e modalidade e sua distribuição na estrutura em camadas da oração, Chondrogianni (1997) procura descrever a semântica do subjuntivo como uma expressão da atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional do enunciado e tenta avaliar a adequação tipológica e psicológica da Gramática Funcional, dando ênfase ao tratamento da força ilocucionária (relacionada à intenção do falante e à interpretação do ouvinte). Para a autora, a predição ou expectativa do falante em relação ao estado de coisas pode ser expressa pelo subjuntivo.

Em relação a essa ideia de que o subjuntivo pode revelar a expectativa do falante é muito interessante para avaliarmos estruturas sintáticas em textos argumentativos. Como sabemos, o subjuntivo pode indicar o *caráter hipotético*. Por isso, do ponto de vista argumentativo, fica visível que a *condição* nos trechos (107) e (108) pressupõe ações distintas.

Em (107), a ação é proposta é que os avanços alcançados no plano eleitoral seriam ainda mais significativos se não houvesse uma postura equivocada da Câmara, segundo o enunciador, no que se refere à regulação da internet no período eleitoral. Tal análise interpretativa é obtida pelo reconhecimento do uso associado do *futuro do pretérito do indicativo* com a conjunção *se* e o *pretérito imperfeito do subjuntivo*. Em (108), a estratégia argumentativa é a de valorizar a atitude jornalística da própria revista *Veja*, pois o enunciador chega a supor com o *uso condicional* que, se *Veja* não tivesse apresentado o problema como fez (em favor da imprensa livre – tema central do editorial), provavelmente o assunto não tivesse despertado a atenção das autoridades, argumento reforçado pelo advérbio *talvez* e os verbos no imperfeito do subjuntivo.

O modo como o enunciador se posiciona frente ao discurso que produz já sabemos que é fruto de suas escolhas linguísticas, porque somos resultado da realidade cultural em que estamos inseridos. O fato é que essa postura discursiva confere aos textos sentidos distintos, pois o enunciador quer argumentar uma coisa e não outra.

Assim, a organização sintático-semântica das frases que compõem os textos e a articulação dos itens lexicais e gramaticais acabam por gerar valores *cotextuais*. A relação dos conectivos com os tempos e modos verbais deixa marcas no discurso que revelam melhor a postura argumentativa do enunciador nos textos.

Os grupos modais podem classificar-se como *indicativo*, *subjuntivo* e *imperativo*, sabendo que os dois primeiros representam mais flexibilidade

semântica. É certo que os valores possíveis dos verbos podem influenciar na identificação dos valores dos conectores. Percebe-se que certas conjunções / locuções conjuntivas só se associam a verbos no indicativo, outras a verbos no subjuntivo e outras podem associar-se aos dois modos. Isso está relacionado aos valores modais dos verbos que contribuem no discurso para a seleção dos elementos conectores.

O *modo indicativo* normalmente usado para retratar o *real*, ou seja, funciona para enunciar um fato, embora possa também ser utilizado em casos onde há estados supostamente verdadeiros. (BRANDÃO, 1963, p. 383). Diferentemente funciona o *modo subjuntivo*, já que para Azeredo (2000, p. 130) pode representar *dúvida /suposição*. Claudio Brandão (1963, p.394) em seu livro *Sintaxe Clássica Portuguesa* afirma que o subjuntivo pode representar muitos valores como *incerteza, possibilidade, dúvida, futuridade, vontade, desejo, concessão*, sendo para ele o *modo* utilizado com frequência nas orações dependentes, embora possa ocorrer também nas independentes. Francisco da Silva Borba (1967, p. 219) em seu livro *Introdução aos Estudos Linguísticos* também se posiciona sobre o assunto e diz que o subjuntivo revela o “modo da dúvida, da imaginação. A contingência por ele expressa pode ou não ser realizada por depender de alguma condição de fato, isto é, pode ser desejável, possível etc. “

Podemos perceber isso atrelado ao uso de conectivos:

(110) Trabalhou mais / **para que** conseguisse a promoção.

(111) Trabalhou mais / **porque** conseguiu a promoção.

Observemos que o tempo verbal é diferente nas duas frases bem como suas interpretações. Na (110) notemos que a locução conjuntiva de finalidade *para que* justifica no segmento o valor de sua prototipicidade, isto é, que há um objetivo a ser alcançado e, por isso, o verbo selecionado no discurso está no subjuntivo, pois a ação ainda pode não ter sido concretizada: está circunscrita em uma relação de causa-efeito, mas compreendida como efeito pretendido (finalidade); já na (111), como há uma relação de causa-efeito de uma ação já concretizada, o tempo verbal selecionado agora está no modo indicativo para evidenciar esse sentido.

Tal fenômeno de seleção verbal também é possível quando discutimos o

valor condicional. No segmento abaixo de *Veja* (o editorial completo será transcrito um pouco depois neste trabalho) fica perceptível os usos clássicos do imperfeito do subjuntivo e do futuro do pretérito do indicativo:

(112) Que resultados extraordinários e rápidos obteria um governo com tanto poder se decidisse acabar com a injustiça tributária, cuja voracidade e complexidade castigam com igual ímpeto o prato do pobre e o consumo de alta tecnologia. Quanta diferença faria ter ao lado da sociedade um governo disposto a reduzir o gigantismo do estado ou a fazer a reforma política, apoiando a implantação do voto distrital nas capitais e assim, diminuindo as oportunidades que hoje se escancaram aos corruptos. Mas não temos. Isso é de chorar. (*Chore por nós, presidente* - *Veja*, 14 de março de 2012)

Fica evidente o aspecto hipotético justamente pelo uso do pretérito imperfeito do subjuntivo associado à conjunção condicional *se* no segmento “*se decidisse acabar com a injustiça tributária*”. Além disso, como não se pode afirmar com precisão a concretização dos fatos, o reforço semântico é alcançável com o uso do futuro do pretérito, notadamente com aspecto conjectural: “*Que resultados extraordinários e rápidos obteria...*” / “*Quanta diferença faria ter ao lado da sociedade um governo disposto a reduzir o gigantismo do estado ou a fazer a reforma política...*”. Isso quer dizer que se um leitor não perceber essas sutilezas discursivas na relação *conectivo-verbo* tomará como verdade os exemplos apresentados e não como conjecturas na linha argumentativa de convencimento.

Em nossa análise de *corpus* procuramos identificar a ideia central discutida para que possamos reconhecer que ferramentas gramaticais foram utilizadas na condução da linha argumentativa. No editorial “*Há indícios, mas não provas*” a temática central é falar sobre as atitudes ilícitas de representantes da empresa multinacional alemã *Siemens* que confessaram ter pagado propina a fim de vencer licitações em diversos países. Como essa multinacional faz também negócios com o Brasil, suspeita-se que pode ter ocorrido o mesmo aqui, embora ainda não haja provas sobre isso.

HÁ INDÍCIOS, MAS NÃO PROVAS

Uma reportagem desta edição de *VEJA* explica como o Brasil entrou no mapa do enrosco internacional da multinacional alemã *Siemens*, cuja liderança confessou ter pago propinas para vencer licitações em cerca de 300 projetos estatais de duas dezenas de países. Pelo padrão de sua atuação internacional nos últimos dez anos, é ingênuo assumir que a *Siemens* tenha se portado no Brasil de maneira absolutamente limpa. A empresa alemã fez negócios com sucessivos governos tucanos de São Paulo, com governantes

de outros partidos em diferentes estados brasileiros e com a Itaipu Binacional. A reportagem de VEJA mostra que há motivos, sim, para desconfiar da lisura dos negócios da Siemens com os tucanos de São Paulo, mas ressalta que as investigações oficiais não produziram ainda provas ou acusações diretas de improbidade.

As investigações estão em curso e espera-se que esclareçam cabalmente se o dinheiro público foi gasto em volume indevido em consequência da cartelização admitida pela Siemens e, principalmente, se o sobrepreço virou dinheiro de corrupção. A apuração no Brasil vem sendo feita pelo Cade, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Até agora, infelizmente, ela produziu mais calor do que luz.

A esta altura, porém, não há como esquecer o PR, o PTB, o PMDB e, claro, o PT acostumaram o Brasil a um padrão de escândalos tão abundantes em provas e com enredo tão ousado quanto primário que é quase impossível ser igualado. São dólares na cueca, mansão cheia de prostitutas em Brasília, Land Rover, jatinhos, governo paralelo montado em quartos de hotel, balcão de negócios dentro do Palácio do Planalto, filme de corrupto embolsando dinheiro, confissão, drama, condenação à prisão pelo STF _ só não tem arrependimento. Nesta edição, VEJA traz uma reportagem que confirma a regra. Ela revela que o ministro Ricardo do Lewandowski, na condição de presidente do Tribunal Superior Eleitoral, orientou subordinados a desconsiderar pareceres que pediam a rejeição das contas de campanha de Dilma Rousseff. Nada desabonador para a presidente, registre-se. Eram irregularidades talvez facilmente sanáveis, mas fortes o suficiente aos olhos da lei para atrapalhar sua diplomação. Um e-mail mandado por Lewandowski é prova de que ele agiu. Ao escândalo da Siemens no Brasil faltam evidências sólidas. Tanto quanto as autoridades, os repórteres de VEJA as estão buscando.

Veja, 14 DE AGOSTO, 2013

O editorial, então, trabalha com essa hipótese e reafirma que não há ainda como provar se houve atitudes escusas, mas o enunciador levanta suspeitas. Justamente porque o texto discute um tema baseado em suposições, não há como negar a necessidade de se trabalhar com valor hipotético e como não existem provas sobre o assunto, houve também a necessidade de utilizar conectivos de oposição para reforçar a defesa textual.

Vejamos segmentos para analisar tais características:

(113) Pelo padrão de sua atuação internacional nos últimos dez anos, é ingênuo assumir que a Siemens tenha se portado no Brasil de maneira absolutamente limpa. (...) A reportagem de VEJA mostra que há motivos, sim, para desconfiar da lisura dos negócios da Siemens com os tucanos de São Paulo, **mas** ressalta que as investigações oficiais não produziram ainda provas ou acusações diretas de improbidade.

Quando o autor seleciona a expressão “é ingênuo assumir que” que se materializa na opinião do enunciador é uma forma de induzir o leitor a concordar com a hipótese de que a empresa teria feito no Brasil o que já assumiu ter feito em outros países, ou seja, quem defendesse a transparência das ações no Brasil estaria

sendo ingênuo. Como é uma estratégia para persuadir o leitor a levantar as mesmas suspeitas que outras pessoas estão levantando, o texto trabalha com o uso adversativo, pois o enunciador ainda não pode provar que houve realmente a atitude ilícita. Assim, fala-se em desconfiança, entretanto se utiliza a conjunção *mas* para orientar o leitor que ainda não há provas ou acusações diretas.

Outra ferramenta contundente foi o uso da conjunção integrante no 2º parágrafo. Sabemos que a prototípica conjunção condicional introdutora de oração adverbial é o *se*, porém a conjunção integrante *se* também carrega valor hipotético, embora sua funcionalidade sintática seja diferente, já que introduz uma oração substantiva que desempenha uma possível função sintática em relação à outra principal.

É necessário tal distinção para analisarmos melhor o 2º parágrafo do editorial.

(114) As investigações estão em curso e espera-se que esclareçam cabalmente se o dinheiro público foi gasto em volume indevido em consequência da cartelização admitida pela Siemens e, principalmente, se o sobrepreço virou dinheiro de corrupção. A apuração no Brasil vem sendo feita pelo Cadê, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Até agora, infelizmente, ela produziu mais calor do que luz.

Uma análise mais atenta certamente fará com que percebamos que as orações “se o dinheiro público foi gasto em volume indevido em consequência da cartelização admitida pela Siemens” e “se o sobrepreço virou dinheiro de corrupção” funcionam como objeto direto do verbo esclarecer na oração subjetiva “que esclareçam cabalmente”. Mesmo o conector sendo uma conjunção integrante, é possível perceber que ele traz um sentido de hipótese, à semelhança da conjunção condicional. A escolha do autor por esse aspecto de sentido reforça o ato argumentativo que se caracteriza, nesse texto analisado, por discutir justamente possibilidades. Ainda nesse parágrafo observado, há outro marcador de posicionamento que é o uso do *infelizmente* que produz um sentido interessante no texto, pois revela que a marcação ideológica do enunciador que parece querer que o Cade, a Polícia Federal e o Ministério Público consigam encontrar a ação indevida da empresa também no Brasil quando diz: “A apuração no Brasil vem sendo feita pelo Cade, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Até agora, infelizmente, ela produziu mais calor do que luz.” Embora nossa proposta seja aprofundar nossas análises linguísticas a respeito do uso dos conectores, é claro que discursivamente podemos perceber que no segmento “A esta altura, porém, não há como esquecer o

PR, o PTB, o PMDB e, claro, o PT acostumaram o Brasil a um padrão de escândalos tão abundantes...” há partidos políticos também comprometidos com atos ilegais e que não foram citados no editorial. De certa forma isso também é uma postura política da revista, reforçando a proposta ideológica de um editorial.

Em outro editorial (“A um voto da eternidade”), podemos perceber que o valor de condicionalidade, associado a outros valores, pode mostrar as aproximações e os distanciamentos do enunciador em relação àquilo que defende e ao que ataca.

A um voto da eternidade

Ninguém resumiu melhor o sentimento de frustração com o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal na quarta-feira passada do que seu presidente, o ministro Joaquim Barbosa: "Casuísmo seria protelar (...) levar um julgamento à eternidade (...), isso é uma grande contradição". Barbosa reagia ao voto do ministro Luís Roberto Barroso, o primeiro pela aceitação de recursos regimentais em favor dos réus, o que, se vier a se concretizar, vai atrasar ainda mais a execução das sentenças de um processo que já completou oito anos. Justiça que tarda falha, sabem tão bem os brasileiros que sofrem no seu cotidiano os efeitos perversos de protelações de decisões judiciais por até décadas nos casos mais extremos, embora dolorosamente comuns.

Não cabe aqui fazer juízo técnico ou de valor sobre os votos dos ministros que podem levar o caso do mensalão para a "eternidade", nas palavras do ministro Barbosa. Cada um deve ter votado de acordo com sua consciência e seu entendimento da lei. A semana terminou com o plenário igualmente dividido por cinco votos pela eternização do julgamento do mensalão e cinco a favor de sua conclusão imediata. Caberá ao ministro Celso de Mello, decano do STF, desempatar e, assim, dar a decisão definitiva em nova sessão nesta quarta-feira, dia 18.

Uma decisão protelatória do Supremo teria diversas consequências. A mais grave seria a reafirmação melancólica de que a sociedade brasileira vai continuar vivendo com a certeza da impunidade para os ricos e poderosos, capazes de contratar a peso de ouro formidáveis advogados e de contar com juízes sempre solícitos a encontrar dispositivos que os favoreçam nas decisões. As pessoas comuns não podem contar com esses privilégios. Para elas, a lei é implacável, sem casuísmos, sem tecnicidades salvadoras, sem o benefício da retórica impenetrável dos juristas.

Se em oito anos os réus do mensalão não tiveram direito pleno à defesa, como sustentam seus advogados, por que o teriam nos próximos anos, já que as leis, os crimes, as provas e o tribunal são os mesmos? O olhar destreinado do leigo não consegue enxergar a justiça sendo servida aqui - e só pode concluir que, a despeito do saber jurídico dos ministros do STF, o adiamento para a "eternidade" da sentença dos mensaleiros significa apenas o triunfo definitivo da impunidade no Brasil.

Veja, 18 de Setembro de 2013

A grande crítica inerente ao editorial é que, naquele momento histórico do Brasil (em setembro de 2013), havia a expectativa em relação à possível condenação aos réus do *mensalão* (esquema irregular de compra de votos, com

pagamento de propinas). O tema do editorial em questão é o receio de que os réus tivessem mais uma vez a protelação do julgamento, porque houve recursos em favor deles, e que foram aceitos por alguns ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Na época da produção do editorial era a data em que o ministro Celso de Mello desempataria o placar de 5 votos a favor da condenação imediata e 5 pela aceitação dos recursos em favor dos réus. O enunciador cria a expectativa de que haja a condenação e coloca em evidência a consequência danosa se houver a votação em favor dos réus: “...o adiamento para a "eternidade" da sentença dos mensaleiros significa apenas o triunfo definitivo da impunidade no Brasil.”

Como não poderia haver qualquer certeza se haveria ou não a condenação, o texto baseia-se em aspectos hipotéticos e sustentados em algumas justificativas. Nessa perspectiva de pressupostos, o uso da conjunção condicional *se* é uma marca importante quando se deseja instaurar tal valor textual. Observemos o segmento abaixo:

(115) Barbosa reagia ao voto do ministro Luís Roberto Barroso, o primeiro pela aceitação de recursos regimentais em favor dos réus, o que, **se** vier a se concretizar, vai atrasar ainda mais a execução das sentenças de um processo que já completou oito anos.

Esse trecho fala justamente sobre a possibilidade de os réus terem seu julgamento protelado. Fica evidente que com o uso da conjunção *se*, essa marca semântica é um orientador argumentativo que sugere uma crítica caso ocorra o que o enunciador teme.

Outro fator gramatical que reforça o valor de base hipotética é a seleção de verbos no pretérito do indicativo. O dicionário Houaiss dentre as descrições das aplicabilidades funcionais do futuro do pretérito destaca:

f. do pretérito

Rubrica: gramática. Regionalismo: Brasil.

tempo verbal que situa uma ação ou estado no futuro em relação a um momento passado (p.ex., 'a filha nasceu em 1976, e em 1977 *nasceria* o filho'); ou mais freq. indica um fato dependente de uma condição (p.ex., 'se fosse convidado, claro que *iria*'); ou ainda é us. quando o locutor não quer responsabilizar-se pela informação do enunciado (p.ex., 'os ossos encontrados *seriam* de um homem pré-histórico')

Houaiss (versão eletrônica 1.0, 2001)

Dentre essas definições, a ideia de que o locutor não deseja responsabilizar-se pela informação do enunciado, trabalhando, então, com a hipótese de o fato

ocorrer, parece-nos mais apropriada para o trecho do editorial:

(116) Uma decisão protelatória do Supremo teria diversas consequências. A mais grave seria a reafirmação melancólica de que a sociedade brasileira vai continuar vivendo com a certeza da impunidade para os ricos e poderosos, capazes de contratar a peso de ouro formidáveis advogados e de contar com juizes sempre solícitos a encontrar dispositivos que os favoreçam nas decisões.

Fica visível que as possibilidades sugeridas pelos enunciados com a presença do futuro do pretérito servem de embasamento para a crítica de que a sociedade brasileira continuaria convivendo com a impunidade se o fato temido se concretizar, ou seja, se os réus não forem condenados naquele momento.

Ainda nessa perspectiva de orientação argumentativa, o autor vale-se da conjunção *se* de valor causal também como uma importante técnica argumentativa. Utiliza em frase interrogativa e, com isso, faz o leitor questionar a possível conduta do STF em aceitar os recursos dos réus:

(117) **Se** em oito anos os réus do mensalão não tiveram direito pleno à defesa, como sustentam seus advogados, por que o teriam nos próximos anos, já que as leis, os crimes, as provas e o tribunal são os mesmos?

Como estratégia final, o locutor a fim de se eximir da crítica direta, faz uso da *polifonia* e apresenta ponto de vista de outro enunciador (leigo), mas que, na verdade, demonstra novamente a crítica à possível impunidade do caso *mensalão* no Brasil:

(118) O olhar destreinado do leigo não consegue enxergar a justiça sendo servida aqui - e só pode concluir que, a despeito do saber jurídico dos ministros do STF, o adiamento para a "eternidade" da sentença dos mensaleiros significa apenas o triunfo definitivo da impunidade no Brasil.

Em outro editorial ("A realidade dos juros") é possível notar como é importante reconhecer o valor de condição como recurso expressivo na elaboração da *argumentatividade*.

A realidade dos juros

A começar pela Bíblia, que condena a usura, não existe alvo mais fácil do que os bancos. Se há algo que é quase unanimidade em uma conversa é queixar-se deles. Afinal, como ricos e pobres igualmente dizem, "banco é o lugar onde se consegue dinheiro emprestado, desde que se prove que não se precisa dele". O serviço de intermediação financeira oferecido pelos bancos é

pouco entendido e considerado caro demais. Os bancos têm um milenar problema de imagem, explorado no limite da malandragem pelo personagem Mac Navalha, na adaptação militante do teatrólogo alemão Bertolt Brecht (1898-1956) da famosa *A Ópera dos Três Vinténs*: "O que é roubar um banco comparado a abrir um banco?"

Portanto, é compreensível que a presidente Dilma Rousseff tenha focado os juros bancários em seu discurso em 1º de maio, Dia do trabalho. Disse a presidente: "É inadmissível que o Brasil, que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais alto do mundo". Realmente, os juros cobrados no Brasil aos tomadores de empréstimos são extraordinariamente altos em relação aos praticados em outros países.

Dilma passou a imagem de governante corajosa, capaz de comprar uma briga boa com os donos do dinheiro, mas sua retórica ajudou pouco no diagnóstico da doença brasileira dos juros altos e nada na solução do problema. Como mostram a coluna do economista Mailson da Nóbrega e uma reportagem desta edição, os juros no Brasil são altos não por perversidade das instituições financeiras ou concupiscência dos banqueiros. Diz Mailson: "Duas causas explicam as altas taxas de juros: a tributação das transações financeiras e o volume de recursos que os bancos são obrigados a recolher ao Banco Central, ambos sem paralelo no mundo". A reportagem aborda uma terceira causa, a inadimplência, mostrando que, enquanto não entrar em vigor o Cadastro Positivo, instrumento que permite aos bancos identificar e premiar os bons pagadores com juros mais baixos, ele continuarão rateando o risco igualmente entre bons e maus pagadores. Os juros no Brasil precisam ser menores. Isso ninguém discute. Mas eles não vão baixar por causa da bronca da presidente.

Veja, 09 de MAIO de 2012.

O tema defendido no editorial é a quantidade de juros cobrados no Brasil pelos bancos e como isso é algo sem precedentes no mundo se compararmos a outros países do mundo: "Realmente, os juros cobrados no Brasil aos tomadores de empréstimos são extraordinariamente altos em relação aos praticados em outros países."

Dentre os recursos utilizados no texto para defender tal ideia, há a utilização de *argumento de autoridade* com a intenção de justificar por que os bancos cobram tantos juros:

(119) Diz Mailson: "Duas causas explicam as altas taxas de juros: a tributação das transações financeiras e o volume de recursos que os bancos são obrigados a recolher ao Banco Central, ambos sem paralelo no mundo"

Do ponto do uso dos conectivos em funcionalidade argumentativa, temos alguns operadores com valor condicional:

(120) **Se** há algo que é quase unanimidade em uma conversa é queixar-se deles.

(121) *Afinal*, como ricos e pobres igualmente dizem, "banco é o lugar onde se consegue dinheiro emprestado, **desde que** se prove que não se precisa dele".

Em relação ao segmento (120), notamos que o emprego da conjunção se contribui para um valor de base hipotética em que sua utilização no texto. O *efeito de sentido* com tal operador argumentativo é lançar uma conjectura para afirmar depois que queixar-se dos bancos é quase uma unanimidade.

O enunciador também chega a conclusões como forma de fazer encaminhamento discursivo. No 2º parágrafo do texto, por exemplo, há uma conclusão parcial no texto com o uso do *portanto* que articula coesivamente o que havia sido dito no parágrafo anterior: "**Portanto**, é compreensível que a presidente Dilma Rousseff tenha focado os juros bancários em seu discurso em 1º de maio, Dia do trabalho." Com o enunciado (121), o operador *afinal* já orientava também a leitura para uma conclusão parcial e com significativa funcionalidade textual. Além disso, há a utilização de uma máxima dita igualmente por ricos e pobres e é a partir dela que percebemos um uso com valor de condição. A presença da locução conjuntiva *desde que* nessa referência é um indicador de condição importante na constituição da ideia defendida no texto para evidenciar a crítica aos bancos.

Esses fatores e outros que vimos até agora nesta parte do trabalho contribuem sobremaneira na capacidade de reconhecermos como leitores as *intencionalidades* discursivas em nossa tentativa de compreender/interpretar textos em uma relação interativa autor-leitor, sendo o texto, em sua materialidade discursiva, o que viabiliza a visão funcional no uso da língua.

7.3.3 Valores opositivos: adversidade e concessividade

Nossa perspectiva de ampliação da análise do *corpus* aborda agora os valores opositivos no uso dos elementos conectores. A partir da análise da hierarquia argumentativa vista neste trabalho e tomando como relevo a importância dos valores contrastivos em textos argumentativos, podemos perceber que o uso dos conectivos *adversativos* e *concessivos* presta-se a utilidades diferentes.

Quando pensamos em um uso adversativo, o enfoque argumentativo está justamente na oração iniciada pela conjunção com esse valor. Revela-se como o

fator principal na estratégia argumentativa.

Em frases como as que estão em sequência isso fica mais evidente. A frase (122) é retirada do editorial “Uma tragédia invisível” já transcrito aqui neste trabalho:

(122) Tudo a favor da liberdade de expressão, **mas** sem esquecer que as drogas leves são a porta de entrada para o crack e sua trágica rota sem volta (Veja – “Uma tragédia invisível” - 22 de Junho, 2011)

Já a trecho (123) a ser analisado é retirado do editorial “Pega e lê”, transcrito abaixo:

Pega e lê

Credita-se a Santo Agostinho, um dos sábios da Igreja Católica, a descoberta de que se podia ler sem enunciar as palavras. Até então, os textos eram murmurados, assim como fazem as crianças recém-alfabetizadas. Autor do que pode ser considerado uma das primeiras autobiografias, *Confissões*, ele passava por uma das inúmeras crises existenciais que o acometeram durante a juventude quando ouviu uma voz interior que lhe dizia: “Pega e lê”. E ele leu, então, as Cartas de São Paulo que constam do Novo Testamento. Mais de 1600 anos depois que Santo Agostinho “pegou e leu”, milhões de pessoas, apesar dos periódicos atestados de óbito conferidos à literatura e a tudo a ela relacionado, continuam tendo na leitura uma fonte de prazer intelectual e estético, além de um caminho mais seguro para o progresso pessoal e o aperfeiçoamento profissional. Em pleno fulgor da era digital, ler continua essencial e divertido.

A reportagem de VEJA que começa na página 98 mostra como, contra todas as projeções pessimistas sobre o fim da figura do leitor entre os brasileiros, surgiu no país uma legião de jovens ávidos por leitura. Não em razão dos esforços _ em grande parte, aliás, inexistentes _ da rede de ensino ou do encorajamento eventual dos pais, mas graças à única coisa que verdadeiramente faz um indivíduo adquirir o hábito da leitura e não deixá-lo mais: o prazer. O fenômeno recente de séries como *Harry Potter* e *Crepúsculo*, costumeiramente desdenhadas pela crítica, foi o responsável por esse avanço. Em geral, avessa a enfrentar os livros impostos pelo lançamento de mais um volume de suas sagas preferidas. Ler, inesperadamente para os algozes da literatura e tudo a ela relacionado, tornou-se divertido.

VEJA já dedicou várias reportagens à necessidade da difusão da leitura e ao crescimento do mercado editorial no Brasil. Em todas elas, a revista enfatizou que, mais do que divertido, o hábito de ler é fundamental para a aquisição de conhecimento, para aprender a escrever de maneira correta e para adquirir um vocabulário mais preciso e refinado. Essas são as vantagens que os jovens brasileiros de agora também estão descobrindo por meio dos livros. Um dado interessante, ilustrado pela reportagem com base em análises de especialistas, é que, não importa a idade, um leitor pode ir aprimorando seu gosto, de modo a partir de livros despreziosos e chegar a clássicos que, de certa forma, guardam semelhanças com o ponto de partida. Quem começa com *Harry Potter* pode chegar a ler *O Leopardo*, do italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa, ou *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa. Quem se inicia pelo best-seller *A Cabana* pode se tornar apreciador de livros como *As Ligações Perigosas*, do francês Choderlos de Laclos. Nunca é tarde para

começar a ler e aprimorar-se culturalmente. Vamos lá, faça como Santo Agostinho: "Pega e lê".

VEJA – 18 de maio de 2011

(123) Não em razão dos esforços – em grande parte, aliás, inexistentes – da rede de ensino ou do encorajamento eventual dos pais, **mas** graças à única coisa que verdadeiramente faz um indivíduo adquirir o hábito da leitura e não deixa-lo mais: o prazer.

Podemos perceber que o grau hierárquico mais relevante, ou seja, o enfoque principal é a informação contida na oração adversativa. Em (122) a crítica argumentativa mais relevante é a explicitada na ideia de que as drogas leves são a porta de entrada para o crack. E em (123) também, pois é a afirmação iniciada pela conjunção *mas* que se revela como mais importante hierarquicamente em relação ao desenvolvimento da atividade da leitura (tema central desse editorial): o prazer de ler.

Assim, tal utilização é muito diferente quando um autor vale-se de um *concessivo*. Nesse caso, o enfoque se dá na oração principal, uma vez que a subordinada concessiva é um argumento atenuante para que a oração principal revele o comentário mais significativo.

Observemos frases que em seus *cotextos* demonstram isso. Em outro editorial, "O BC e a Dilma", e em mais um segmento do texto "Pega e lê", é possível reconhecer comparativamente e diferença de emprego entre *adversativos* e *concessivos*:

O "BC de Dilma"?

Os jornais de circulação nacional noticiaram em manchetes de primeira página a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de elevar em 0,5 ponto percentual a taxa básica de juros, a Selic, que determina o custo mínimo do dinheiro no mercado interbancário e tem influência direta sobre a temperatura da economia nacional. Foi a primeira reunião do Copom no governo de Dilma Rousseff.

A decisão de alta, tomada por unanimidade pelos membros do Copom, terá efeito amortecedor na atividade econômica. A medida confirma plenamente as expectativas do mercado, descrente da capacidade das condições internas e externas de permitir em 2011 a repetição, sem a perda do controle inflacionário, da fabulosa taxa de crescimento do PIB de 2010, que, ainda sem os números oficiais, está estimada em 7,6%.

As decisões do Copom e as avaliações do mercado coletas entre uma centena de instituições financeiras e publicadas no boletim Focus, editado pelo Banco Central raramente divergem muito – e nunca são radicalmente contrárias. Isso é reflexo de três situações. A primeira é que os dados concretos que servem de base para as apostas do mercado e as decisões do Copom são rigorosamente idênticos uma vez que a realidade econômica é a mesma. A segunda é que, embora se tratando de regulador e regulados, ou

seja, entidades em lados opostos do balcão o Copom e os bancos estão no mesmo barco. Nenhum dos lados lucra nada tentando tapar o sol com a peneira. A terceira, é mais relevante, diz respeito ao equívoco das manchetes dos jornais ao se referirem ao “BC de Dilma”. A autonomia do BC, mesmo sem o amparo de uma lei ou dispositivo constitucional específico, vem sendo respeitada por todos os presidentes desde Fernando Henrique Cardoso. Na semana passada, a presidente Dilma Rousseff reafirmou sua posição tantas vezes repetida de que o BC é autônomo para cumprir seu papel de defender o valor da moeda e o poder de compra dos brasileiros. Dilma disse que, a seu juízo, a inflação está sob controle, mais a avaliação sobre isso cabe ao Banco Central.

O BC, portanto, não é de Dilma, embora caiba a ela indicar seu presidente e, legalmente, interferir em suas decisões. Ao manter a linha de garantir a autonomia do órgão encarregado de vigiar a inflação, a presidente valoriza o Banco Central e suas atribuições, define-se como uma governante sintonizada com as exigências das modernas economias e faz um bem ao Brasil.

(124) O BC, portanto, não é de Dilma, **embora** caiba a ela indicar seu presidente e, legalmente, interferir em suas decisões. (*Veja* – O BC de Dilma?)

(125) Mais de 1600 anos depois que Santo Agostinho “pegou e leu”, milhões de pessoas, **apesar de** periódicos atestados de óbito conferidos à literatura e a tudo a ela relacionado, continuam tendo na leitura uma fonte de prazer intelectual e estético, além de um caminho mais seguro para o progresso pessoal e aperfeiçoamento profissional. (*Veja* – “Pega e lê” - 18 de Maio, 2011)

Vimos que com a concessiva *embora* a marca gramatical institui uma ideia de oposição, mas que não representa a argumentação mais forte. Essa *força argumentativa* é mais significativa pelo que se diz na oração principal, nesse caso reforçada pelo conector de conclusão portanto: “O BC, portanto, não é de Dilma” Quer dizer que, apesar de caber a Dilma Rousseff indicar o presidente do Banco Central e até mesmo interferir nas decisões, o Banco Central nem por isso é pertencente a ela, crítica promovida pelo enunciador aos que acreditam (alguns jornalistas em suas manchetes) que o Banco Central não teria autonomia.

Com o uso da locução prepositiva *apesar de* também fica visível que a informação contida nesse segmento textual iniciado por essa expressão conectora é um contraponto, mas a opinião com maior contundência é de que, embora muitos acreditem que a literatura morreu, na verdade, milhões de pessoas ainda veem as produções literárias como fonte de prazer e progresso pessoal, por exemplo.

A partir de estudos feitos por Clara Barros (1998, p.49-58), que vê no emprego do adversativo *mas* uma gama de variabilidades de sentidos contrastivos,

discutiremos mais alguns aspectos importantes para este trabalho. A autora comenta a multiplicidade funcional da prototípica conjunção adversativa:

Embora, sempre que surjam “mots Du discours” contrastivos, se aponte para uma polaridade, um contraste valorativo ou semântico, é possível determinar uma gradação na precisão ou explicitude desse mesmo contraste – tanto mais que a própria noção de contraste recobre uma grande variabilidade de relações, como as de complementaridade ou simples disjunção conjuntista, oposição polar/contrapolar, negação (em todas as variações da sua axiomática proposicional), incompatibilidade, inversão de sentido vectorial ou de antonímia em certo sentido técnico.

Reconhecemos que são possíveis essas variantes de sentido, mas iremos nos ater à ideia de que a presença desse conector pode *opor itens materialmente inscritos no discurso* ou *traçar uma oposição semântica a partir de um pressuposto*. Assim, pode haver adversidade entre elementos escritos, ou seja, a oposição é visivelmente reconhecível por conta das palavras que compõem o enunciado (nesse caso é muito comum a presença de advérbio de negação, mas não só ele). Por outro lado, também é possível reconhecermos oposição apenas pelas ideias proferidas que estabelecerão um contraste, mas não apenas pelas palavras do discurso, mas principalmente pelo pressuposto.

O primeiro caso se constrói por intermédio de algum item lexical que, associado ao conectivo, fornece a pista necessária. Normalmente os advérbios permitem essa indicação semântica:

(126) A equipe não jogou bem, **mas** venceu.

(127) A equipe jogou bem, **mas** não venceu.

(128) A equipe jogou bem, **mas** perdeu.

Nos casos (126) e (127) o indicador linguístico que possibilita o reconhecimento adversativo na conjunção é o advérbio de negação que orienta para uma perspectiva lógica, ou seja, que quebra as expectativas, pois em (126) se a equipe não jogou bem a lógica não seria vencer e em (127) também, já que se a equipe jogou bem, a lógica seria ter vencido. Percebe-se também que o posicionamento do advérbio (na 1ª ou na 2ª oração) modifica a interpretação do

enunciado, mesmo que a conjunção continue sendo classificada como adversativa. Em (128), podemos alcançar também o valor de contraste, entretanto sem a presença do advérbio. Com o verbo “perder” que significa “não vencer” a materialização discursiva é realizada na oposição “jogar bem” *versus* “perder” e a conjunção orienta discursivamente essa oposição.

Para deixar isso mais claro, sabemos que nessas frases é importante que haja em elemento linguístico com valor de oposição para estabelecer o contraste. Se isso não ocorresse, a frase careceria de lógica.

(129) A equipe jogou bem, **mas** venceu. (?)

Por isso, em situações como na frase (129) o conectivo empregado, dentro de uma proposta que não vise o recurso da ironia, apresenta-se mal escolhido. Assim com a troca pelo *portanto*, por exemplo, a frase volta a adquirir um sentido adequado, só que sem o teor opositivo:

(130) A equipe jogou bem, **portanto** venceu.

Então, as informações (jogar bem/vencer) contidas nas duas orações que compõem a frase (130) orientam-se na mesma direção e, portanto, não há mais contraste.

Esse recurso é muito comum e, se percebido pelo leitor, constitui um reconhecimento imprescindível nos textos argumentativos. No editorial “Chore por nós, presidente” (*Veja*, 14 de março de 2012), há esse recurso:

Chore por nós, presidente

Uma reportagem desta edição de VEJA mostra que os dois governos do PT, o de Lula e o de Dilma Rousseff, serão lembrados como aqueles em que nunca antes neste país tantas lágrimas foram derramadas, tantos sapos engolidos e tantos rapapés feitos aos piores personagens da política nacional em nome da manutenção da maioria parlamentar e seu corolário, a governabilidade.

As lágrimas públicas de Dilma ao tirar um petista, Luiz Sérgio, do Ministério da Pesca, para, em troca de apoio, entregar a pasta ao evangélico Marcelo Crivella, no início do mês, ilustram esse calvário.

Os governos petistas serão lembrados também por terem sido pragmáticos e eficientes conquistadores de folgadas maiorias de sustentação na Câmara dos Deputados e no Senado. Mas será também difícil esquecer o fato de que, uma vez no controle quase absoluto do Congresso, ficaram sovinaamente em palácio contando votos a favor em vez de usar o poder amargamente amealhado para fazer as reformas pelas quais o Brasil clama para atingir

todo o seu magnífico potencial de progresso. É de chorar. Com picos de mais de 70% de parlamentares alinhados, o governo poderia facilmente aprovar modificações na Constituição capazes de tornar o Brasil um país menos hostil a quem trabalha, empreende e investe. Quem poderia se opor a um Executivo com maioria tão sólida que arregaçasse as mangas e fosse à luta enfrentar interesses corporativos para reformar as leis trabalhistas brasileiras dos tempos do fascismo e, assim, baratear o custo da mão de obra, incluindo na economia real dezenas de milhões de pessoas que hoje ganham seu sustento na ilegalidade tolerada sob o eufemismo de informalidade? Que resultados extraordinários e rápidos obteria um governo com tanto poder se decidisse acabar com a injustiça tributária, cuja voracidade e complexidade castigam com igual ímpeto o prato do pobre e o consumo de alta tecnologia. Quanta diferença faria ter ao lado da sociedade um governo disposto a reduzir o gigantismo do estado ou a fazer a reforma política, apoiando a implantação do voto distrital nas capitais e assim, diminuindo as oportunidades que hoje se escancaram aos corruptos. Mas não temos. Isso é de chorar.

Veja – 14 de março de 2012

Agora, do editorial completo, observemos o seguinte trecho:

(131) Quanta diferença faria ter ao lado da sociedade um governo disposto a reduzir o gigantismo do estado ou a fazer a reforma política, apoiando a implantação do voto distrital nas capitais e, assim, diminuindo as oportunidades que hoje se escancaram aos corruptos. **Mas** não temos. Isso é de chorar.

No segmento “Mas não temos”, notamos o recurso contrastivo a partir do conectivo associado ao advérbio de negação. Notemos que a oposição revela uma crítica à postura da presidenta Dilma, a partir de hipóteses veiculadas e depois o contrastivo reforçado pela negação.

O editorial defende que Dilma, que chorou pela saída de um petista de uma das pastas do governo (Ministério da Pesca), revela, na verdade, um governo que se vale de estratégias políticas para manter sua governabilidade. Essa defesa argumentativa é reforçada no segmento analisado em que se listam medidas governamentais necessárias para desenvolver o país, mas que, na verdade, não são efetivadas.

Já no que se refere ao contraste composto de *uma oposição semântica a partir de um pressuposto*, não significa que o enunciado não tenha algo que linguisticamente encaminhe para o valor opositivo, muito pelo contrário. É necessário que a composição linguística faça tal encaminhamento, mas só será possível entendermos o contraste a partir de nosso conhecimento de mundo. Não há necessariamente uma pista gramatical para identificarmos que aquele enunciado é contrastivo. Em frase como “Ele é político, mas é honesto” não há propriamente

oposição a partir das palavras (político/honesto), ou seja, é nosso conhecimento de mundo (*contexto*), a partir de uma realidade cultural circunscrita na língua, que possibilita entender-se esse enunciado como contrastivo.

Ainda com a intenção de mostrar como o uso dos valores opositivos constitui uma contundência argumentativa, o editorial “Uma linha divisória” deixa isso bem. A ideia central defendida no editorial é que há uma linha divisória que separa o bom senso do execrável na televisão brasileira e, embora o brasileiro tolere ou até goste de assistir a certas cenas consideradas polêmicas, há um limite que ainda não pode ser ultrapassado. A crítica recai sobre uma cena de sexo explícito no programa Big Brother Brasil e que, por isso, foi considerada abusiva pelos telespectadores brasileiros, resultando em considerável reação da opinião pública.

Uma linha divisória

Uma reportagem desta edição de VEJA, coordenada pela editora executiva Isabela Boscov, relata a forte reação contrária desencadeada pela exibição de uma cena de sexo em tempo real no programa BBB, da Rede Globo, em que um participante parece se aproveitar da inconsciência alcoólica de uma colega para estuprá-la. Mais tarde, a suposta vítima disse à polícia que estava consciente e que a relação fora consensual. O caso deveria ter morrido aí, por duas razões. A primeira é o fato de ele não se diferenciar muito de outras cenas que há tempos deixam a temperatura tórrida no campo dos costumes na televisão brasileira, seja em novelas, em programas humorísticos e até nos vespertinos dominicais. A segunda é mais abrangente e diz respeito à noção amplamente aceita de que vivemos hoje em um mundo onde a privacidade morreu, vítima da desinibida troca de informações pessoais e de imagens íntimas via redes sociais da internet, que já conectam mais de 1 bilhão de pessoas em todo o planeta. Mesmo assim, o episódio do BBB chocou a audiência.

A reportagem de VEJA conta o que realmente se passou debaixo dos edredons na casa onde os “brothers” e “sisters” do BBB estão confinados e analisa as escolhas ousadas que vem sendo feitas pela televisão no Brasil e no mundo em um momento da acirrada concorrência pela atenção da audiência, o que funciona como um incentivo ao vale-tudo. Fica claro que o grande fator de inibição das baixarias não são as agências oficiais, mas a própria opinião pública, que, mesmo bombardeada diariamente por estímulos cada vez mais chocantes, insiste em permanecer, na mídia, mais conservadora do que os autores de novelas e programas. Ela sabe quando a linha divisória entre o aceitável e o abjeto é cruzada e reage negativamente.

No caso do BBB, na semana passada essa linha divisória foi atravessada. Diz Isabela: “O beijo mais casto já foi considerado imoral no cinema nos anos 30 e hoje a nudez parcial e as cenas que evocam o ato sexual são comuns nas telas. Mas essa mudança não significa que é uma questão de tempo para que todos os limites sejam ultrapassados e o sexo explícito passe a ser visto com naturalidade”.

Veja – 25 de Janeiro de 2012

O texto vem construindo uma argumentação baseada em expectativas da

reação do telespectador. Apresenta inicialmente o fato polêmico se houve estupro (porque a mulher estava alcoolizada) ou a relação fora consensual (argumento defendido pela suposta vítima). Assim, o enunciador afirma que o problema deveria ter acabado aí, mas o telespectador ficou surpreendido porque o ato sexual em si que foi passado ao vivo na televisão.

Argumentativamente o editorial cita que o público não deveria ter se chocado, porque essa cena é comum na televisão brasileira (1ª justificativa) e também porque a privacidade não existiria mais, já que as pessoas estão acostumadas à exposição de sua vida íntima (2ª justificativa):

(132) A primeira é o fato de ele não se diferenciar muito de outras cenas que há tempos deixam a temperatura tórrida no campo dos costumes na televisão brasileira, seja em novelas, em programas humorísticos e até nos vespertinos dominicais. A segunda é mais abrangente e diz respeito à noção amplamente aceita de que vivemos hoje em um mundo onde a privacidade morreu, vítima da desinibida troca de informações pessoais e de imagens íntimas via redes sociais da internet...

Apesar dessas justificativas, o que chama a atenção no editorial é que o argumento se sustenta na oposição, na quebra de expectativas. Inicialmente com um uso da expressão conectora *Mesmo assim* no segmento “Mesmo assim, o episódio do BBB chocou a audiência.”, nota-se que o valor concessivo contrapõe a lógica dos exemplos apresentados antes e reforça a tese do editorial: que existe “uma linha divisória” entre o aceitável e o não aceitável na televisão.

No outro parágrafo do texto, o enunciador continua exemplificando as *baixarias* inerentes ao programa *Big Brother Brasil* como metonímia do que ocorre na televisão. Por isso, qualifica ironicamente os integrantes da casa em que se encontram como “brothers” e “sisters”. Além disso, fala da concorrência televisiva que para chamar a audiência se vale de programas com essa baixa qualidade.

Agora, gramaticalmente o que torna mais relevante a crítica é o contraste no uso da conjunção *mas*:

(133) Fica claro que o grande fator de inibição das baixarias não são as agências oficiais, mas a própria opinião pública, que, mesmo bombardeada diariamente por estímulos cada vez mais chocantes, insiste em permanecer, na média, mais conservadora do que os autores de novelas e programas.

Fica evidente que a conjunção adversativa instaura uma quebra de expectativas. O enunciador esperava que o episódio fosse alvo de críticas ou até de

possível desejo de restrição por parte de órgãos oficiais, entretanto elas da própria opinião pública (aspecto marcado no texto pelo uso da conjunção adversativa). Outro fator que dimensiona a crítica é a comparação da postura conservadora dos expectadores (visão positiva no texto) com a libertina dos autores de novelas e programas (visão criticada no texto). Assim, a argumentação orienta a proposta defendida no segmento: “Ela [a opinião pública] sabe quando a linha divisória entre o aceitável e o abjeto é cruzada e reage negativamente.”

Outro aspecto teórico é levantado por Adriano da Gama Kury (1961, p.65) que considera uma peculiaridade semântica interessante no estudo das concessivas: as concessivas intensivas. Na verdade, o autor faz menção a uma classificação de Said Ali:

Há outro tipo de orações concessivas – as intensivas, como lhes chama Said Ali – que se referem a uma qualidade ou modalidade qualquer, consideradas em grau intensivo e sem limites. Caracterizam-se pelas expressões por mais...que, por muito...que, ou simplesmente por...que, eliminando as palavras mais ou muito.(GS, 191)

Esse matiz semântico é importante do ponto de vista argumentativo, porque mostra um esforço em mostrar que houve uma intensificação, mas o resultado final não foi alterado.

(134) **Por mais que** estudasse, não conseguia êxito.

(135) **Por mais** pobre **que** seja, continua íntegro.

Vê-se que na frase (134) o ato de estudar foi intensificado, entretanto não se obteve êxito. Ou ainda na frase (135) em que a pobreza evidenciada está significativamente aumentada e o resultado da integridade permanece inalterado. Se observarmos o uso com outra conjunção concessiva, esse matiz intensivo se apaga:

(134 a) **Embora** estudasse, não conseguia êxito.

(135 b) **Ainda que** fosse pobre, continua íntegro.

No editorial de *Veja* “A banalidade do mal”, esse valor intensivo se revela uma estratégia argumentativa:

A BANALIDADE DO MAL

Os legados positivos da era Lula estão sobejamente demonstrados por aliados e até por adversários. Lula manteve os fundamentos democráticos e de política econômica que funcionavam bem desde Fernando Henrique Cardoso, aprofundando a ajuda direta aos miseráveis brasileiros, que tiveram acesso a dinheiro e crédito. Pouco se fala, porém, no imenso passivo deixado pelas escusas manobras petistas feita com o objetivo de livrar a cara do governo depois do escândalo mensalão – o pagamento regular a parlamentares da base aliada com dinheiro público e sobras de recursos ilegais de campanhas políticas. A mistificação, a mentira, a falsificação e o relativismo moral foram exercitados ao limite do PT e pelo próprio Lula para esconder suas responsabilidades no episódio tenebroso.

A manipulação dos fatos salvou o governo Lula de um colapso logo nos primeiros anos, mas lançou a propaganda do governo e do PT em um perigoso jogo em que a versão oficial deveria sempre se sobrepor às evidências, por mais fortes que fossem.

Assim, foi se tentando apagar a fronteira entre o certo e o errado. Quase conseguiram.

Foi total o desprezo pelos efeitos pérfidos que essa cultura oficial da falta de ética e da mentira teria sobre o Brasil e os brasileiros. Uma reportagem desta edição de VEJA conta, com exclusividade, a história secreta da mais ousada incursão do petismo na falsificação deslavada. Com base em gravações feitas com autorização judicial pela Polícia Federal, a reportagem mostra petistas de todos os coturnos negociando com um conhecido estelionatário a montagem de uma lista falsa de tucanos que receberiam dinheiro da estatal Furnas. A lista seria a prova de que o mensalão não fora invenção petista, já sendo prática comum usar dinheiro público para comprar consciências e financiar campanhas de candidatos. A lista resulta falsa como uma cédula 3 reais. É assombroso o que se ouve nas gravações sobre uso do Estado para fins criminosos.

A certa altura, o estelionatário, hoje preso, cobra promessas feitas pelos petistas. Quer proteção. Quer a aprovação dos seus negócios junto ao BNDES e à Caixa Econômica Federal. Ameaça “acabar com eles tudinho” se não for atendido.

Em abril do próximo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar, na imortal designação do procurador-geral da República, o “chefe da quadrilha”, José Dirceu e os mais 35 réus do mensalão. A lista falsa serviria de sustentação à tese dos defensores dos petistas de que o mensalão foi apenas um pequeno desvio de conduta como tantos que ocorreram antes na política brasileira. Nesse contexto, é bom saber que a Polícia Federal e a justiça têm informações que demonstram como a lista é produto de uma elaborada contrafação. A tese da banalidade do mensalão é insustentável. O mensalão não foi banal. Espera-se que a punição aos culpados reflita a gravidade dos crimes cometidos.

VEJA - 14 DE DEZEMBRO DE 2011

Observemos especificamente o fragmento abaixo:

(136) A manipulação dos fatos salvou o governo Lula de um colapso logo nos primeiros anos, mas lançou a propaganda do governo e do PT em um perigoso jogo em que a versão oficial deveria sempre se sobrepor às evidências, **por mais** fortes **que** fossem. Assim, foi se tentando apagar a fronteira entre o certo e o errado. Quase conseguiram.

Nota-se tal uso no segmento " ...por mais fortes que fossem.". Sabendo que a defesa da opinião central desse editorial é mostrar que o *mensalão* não foi algo banal e que alguns *petistas* engendraram um artifício para tentar mostrar que práticas como essa já teriam sido feitas antes de o governo do PT assumir. O editorial levanta a ideia de que o governo do então presidente Lula procurava manipular os fatos e o segmento em análise fala sobre isso. A utilização da locução conjuntiva *por mais que* reforça a ideia de que, mesmo que as evidências de informações colocassem em xeque a idoneidade das condutas do governo, a escolha por parte daqueles governantes não seria alterada: tentar fazer prevalecer a versão oficial, ainda que fosse contrária às evidências. Esse aspecto revela um artifício por parte do autor do editorial para enfatizar com essa concessiva o contraponto das informações.

Bechara (1954, p.8) também promoveu um considerável estudo sobre as sentenças concessivas para ingresso no Colégio Pedro II. Ele apresenta nesse trabalho várias peculiaridades no uso das concessivas e diz que compreende dois aspectos principais:

A estrutura do pensamento concessivo compreende dois aspectos distintos:
 a) o hipotético ou condicional
 b) o opositivo.
 O aspecto hipotético consiste em o falante pressupor a objeção do ouvinte. O opositivo, em declarar que a objeção apresentada – real ou fictícia – não impede o cumprimento do fato expresso na principal.

Ao pensarmos em tais aplicabilidades discursivas, podemos reconhecer que os valores expressivos de um texto exigem por parte do leitor um conhecimento linguístico importante. Ler é, sobretudo, estar habilitado a perceber certos usos que se desdobram em aspectos semânticos interessantes na composição dos textos.

Em outro editorial ("A justiça falhou"- 25 de setembro de 2013), os valores opositivos são empregados como uma forma não só de contrapor, mas de promover melhor entendimento da ideia defendida no texto. O assunto tratado é sobre o caso do voto decisivo do ministro Celso de Mello em relação ao julgamento do *mensalão*. Como o ministro aceitou os recursos dos réus, a condenação foi adiada e o julgamento durará muito mais tempo. A partir desse desfecho, o enunciador conclui que a justiça falhou ao não condená-los agora e, a fim de defender essa proposta,

argumenta criticando a postura do STF (Supremo Tribunal Federal) que deu aos réus (“Por 6 votos a 5) a chance de um segundo julgamento.

A JUSTIÇA FALHOU

O ministro Celso de Mello poderia ter poupado a inteligência das pessoas ao instituir que o Supremo Tribunal Federal (STF) não pode ceder ao “clamor popular” ou à “pressão das multidões”. Claro que não pode. Tanto não pode que isso não precisa ser declarado. Não existe mérito algum em que Celso de Mello tenha votado sem se importar com o grito das ruas. Isso é dever básico, essencial e primário de todo juiz. É impróprio que um ministro da mais alta corte tenha descido a tamanha obviedade no bojo de um voto altamente técnico em que aceitou os recursos protelatórios dos réus condenados pelo mensalão, reabrindo, assim, mesmo que parcialmente um julgamento que já dura oito anos e agora não tem mais data para terminar.

Os gregos clássicos ensinaram à posteridade pelas palavras de Aristotéles que “apenas a alguns cidadãos é dado o privilégio de tomar decisões de alcance público, mas todos têm o direito de criticá-las”. É com base nessa sabedoria milenar que os brasileiros têm o direito de se sentir frustrados e indignados com a interpretação das leis feita pela maioria dos ministros do STF na semana passada. Por 6 votos a 5, eles aceitaram dar aos réus do mensalão o benefício de um segundo julgamento. Não cabe discussão técnica a respeito dos votos. Isso é assunto para os iguais de Celso de Mello e os juristas. É legítima, no entanto, a crítica vinda de quem se sentiu ferido por eles. Não podem e não devem ser evitados o clamor, a reação ou a pressão dos cidadãos agravados pela decisão.

Os brasileiros viram reafirmado diante dos seus olhos e ouvidos em transmissão ao vivo pela TV Justiça o conceito segundo o qual no Brasil os ricos e poderosos não vão para cadeia por seus crimes. Sentiram se esvaír no sentimento amargo da impunidade todo o magnífico orgulho cívico produzido no fim do ano passado pela condenação à prisão dos réus do mensalão por crimes de corrupção e formação de quadrilha. A ninguém pode ser negado o acesso irrestrito à Justiça. Mas isso é muito diferente de conceder apenas aos integrantes da elite política e empresarial, com dinheiro bastante para contratar a peso de ouro os melhores advogados do país, o privilégio de usufruir os incontáveis recursos disponíveis para adiar ou anular o cumprimento de sentenças. Foi exatamente isso que fez o voto decisivo de Celso de Mello.

Agora, nenhum saber jurídico, nenhum exercício de retórica, nenhuma tecnicidade pode apagar a sensação de desamparo ou minimizar o sentimento de que a Justiça brasileira, mais uma vez, falhou.

Ao longo do texto, a postura argumentativa do enunciador é apresentar os contrapontos dessa resolução que teve seu final justamente com o desempate promovido pelo voto do ministro Celso de Mello. Observemos trechos desse editorial para explicitar melhor isso:

(137) É impróprio que um ministro da mais alta corte tenha descido a tamanha obviedade no bojo de um voto altamente técnico em que aceitou os recursos protelatórios dos réus condenados pelo mensalão, reabrindo, assim, **mesmo que** parcialmente um julgamento que já dura oito anos e agora não tem mais data para terminar.

(138) Não cabe discussão técnica a respeito dos votos. Isso é assunto para os iguais de Celso de Mello e os juristas. É legítima, no entanto, a crítica vinda de quem se sentiu ferido por eles.

(139) A ninguém pode ser negado o acesso irrestrito à Justiça. Mas isso é muito diferente de conceder apenas aos integrantes da elite política e empresarial, com dinheiro bastante para contratar a peso de ouro os melhores advogados do país, o privilégio de usufruir os incontáveis recursos disponíveis para adiar ou anular o cumprimento de sentenças.

Em relação ao fragmento (137), percebe-se que o autor do editorial ao selecionar a locução conjuntiva *mesmo que* tentar atenuar a informação sobre o voto decisivo do ministro Celso de Mello afirmando que tal voto foi técnico e colocando a oposição em segundo plano, ou seja, à direita da frase, deslocando a *força argumentativa*. A própria escolha pelo mecanismo concessivo já funciona nessa frase como um abrandamento da oposição argumentativa. Essa técnica de abrandamento, sem deixar de manifestar oposição, também é feita na sequência textual (138) com a presença do adversativo *no entanto*, quando se explica que não cabe discussão sobre a tecnicidade do voto do ministro só que “É legítima, no entanto, a crítica vinda de quem se sentiu ferido por eles.” Funciona realmente como um contraponto que evidencia o ponto de vista crítico do enunciador na construção da ideia de que a justiça falhou, embora isso venha sendo abordado textualmente de forma gradativa, ao evidenciar que o ministro não foi técnico, mas isso não apaga, segundo o que se argumenta no texto, um problema considerável no encaminhamento da justiça brasileira. A crítica fica ainda mais evidenciada em (139), porque ao dizer que (com a presença do *mas* adversativo que está iniciando frase) a protelação do ato de condenar só foi possível, porque os réus do *mensalão* tiveram dinheiro para gastar com caros e bons advogados, diferentemente da maioria dos brasileiros que não dispõe dessa prerrogativa.

Portanto, nesse editorial foi possível perceber que a contra-argumentação pode ser construída evidenciando contrastes na linha argumentativa de forma gradativa, partindo de uma crítica mais tênue (em 137) até chegar a uma mais categórica (em 139). Isso pretende mostrar que cada texto é único e suas manifestações linguísticas podem servir a um propósito diferenciado.

Em outro editorial “Nenhum médico é uma ilha”, a sustentabilidade argumentativa está centrada no valor de oposição por conta da temática discutida no

texto. Os conectivos adversativos e concessivos funcionam como orientadores discursivos.

Nenhum médico é uma ilha

Vieram 400. Em breve serão 4000. Vítimas do totalitarismo em seu país, os médicos cubanos deveriam estar desembarcando no Brasil, uma nação democrática, com a sensação de alívio de quem, enfim, conquistou a liberdade. Mas não. Muitos chegaram de cara amarrada pela vaia recebida nos aeroportos. O Brasil precisa de mais médicos? Precisa. Do que o país não precisa e o que não pode permitir é que cada um dos 4000 cidadãos cubanos viva aqui em uma zona de exclusão das leis brasileiras e continue sob o tacão do regime de Cuba. O Brasil em breve terá 4000 ilhas totalitárias onde as leis do país não têm valor.

Nem o pior inimigo externo brasileiro poderia conceber um plano mais eficiente de desmoralização da soberania nacional. Mas esse plano foi concebido aqui mesmo pelo próprio governo. Um estrangeiro residente no Brasil tem de viver de acordo com as leis locais. O fato de um alemão poder guiar a 180 quilômetros por hora sem ser multado em estradas do seu país não lhe dá o direito de esperar igual tratamento no Brasil. Aqui ele tem de respeitar os limites máximos de velocidade impostos pelas regras brasileiras de trânsito. Um chinês que abre uma empresa aqui tem de contratar empregados de acordo com a legislação trabalhista brasileira. Isso é óbvio. Por que razão os médicos cubanos podem viver e exercer a profissão no Brasil obedecendo às leis cubanas? Essa situação é juridicamente insustentável e, pelo fato de Cuba ser uma ditadura, moralmente condenável. Digamos que um médico cubano decida abandonar o programa, casar-se com uma brasileira, ter filhos e fixar residência no Brasil, o que acontece? Ele seria imediatamente extraditado para Cuba, é o que afirmam com todas as letras Alexandre Padilha, ministro da Saúde, um dos arquitetos do plano, e Gilberto Carvalho, secretário-geral da Presidência da República. É urgente lembrar a suas excelências que, para ser extraditado do Brasil, um cidadão estrangeiro precisa, antes de mais nada, ter cometido um crime. Casar-se, ter filhos e mudar de país não constitui crime pelas leis brasileiras. Se constitui crime em Cuba, isso é problema da ditadura castrista. Resta evidente que nada aconteceria a um médico espanhol, português, suíço, canadense, pouco importa, que se encontrasse no Brasil na mesma situação. Ou seja, a esses outros estrangeiros aplica-se a lei brasileira. Mas, para os cubanos no Brasil, vale a lei cubana. É acintoso.

Se já é vergonhoso e ilegal obrigar os profissionais de saúde cubanos a entregar mais da metade dos seus ganhos à ditadura militar de Havana, prendê-los e devolvê-los à força seria uma violação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Basta um pouco de memória jurídica para entender a monstruosidade da decisão do governo do PT. O caso Dred Scott, de 1857, considerado o mais infame da história da Suprema Corte dos Estados Unidos, ilustra bem esse ponto. Scott foi de um estado onde a escravidão era legal para outro onde os negros eram livres. A Suprema Corte decidiu que Scott continuava escravo, mesmo vivendo em um território onde, pela lei local, seria um homem livre. Isso foi antes de Abraham Lincoln e do fim da escravidão nos Estados Unidos. A mancha moral permanece. Podendo conceder a cada um dos médicos cubanos a graça de “uma vez livre, sempre livre”, os petistas optaram por impor a eles a desonra de “uma vez escravo, sempre escravo”. Essa mancha também é indelével.

Veja - 02/09/2013

O tema do editorial instaura uma crítica ao governo brasileiro não

propriamente porque contratou médicos cubanos, mas porque aceitou que eles estivessem, segundo o enunciador, sob a legislação de Cuba, mesmo estando em território brasileiro, fator que afetaria a soberania do Brasil. Alguma ação de qualquer um desses cubanos, segundo o que se argumenta no texto, que se opusesse à doutrina cubana (como querer casar-se com uma brasileira ou querer fixar residência no Brasil) seria motivo para extradição do profissional.

Como já foi dito discutido nesta tese, para interpretar um texto é necessário, em diversas oportunidades, que façamos inferências, tenhamos conhecimento de mundo amplo e, a partir dessa constatação, a *intertextualidade* é uma demonstração cabal dessa necessidade. O título desse editorial, por exemplo, também é uma pista para a abordagem argumentativa e pode ser mais bem analisado por analogia a um provérbio: “Nenhum homem é uma ilha”. Metáfora interessante a partir da referência a Cuba (uma ilha) e a abordagem simbólica no processo associativo entre o médico (cubano) e a ilha (Cuba); entretanto, um olhar mais atento nos revela que, por intermédio da metáfora que explicita no provérbio original o fato de nenhum homem estar propriamente isolado, na verdade refere-se a algo mais simbólico se pensarmos que nenhum médico cubano deve ser metonímia do próprio regime de Cuba, pois ao estar no Brasil deveria ser considerado livre.

O enunciador, então, tenta defender a ideia de que os médicos cubanos não estão livres, mesmo vivendo em um país democrático como o Brasil e para tratar dessa oposição usa a conjunção adversativa mas:

(140) Vítimas do totalitarismo em seu país, os médicos cubanos deveriam estar desembarcando no Brasil, uma nação democrática, com a sensação de alívio de quem, **enfim**, conquistou a liberdade. **Mas** não.

Estilisticamente, o autor, inclusive, destaca o uso da conjunção iniciando frase. Esse destaque reforça o caráter opositivo da argumentação e demonstra o que pensa o enunciador em relação à filosofia do regime de Cuba. Fica perceptível também que o advérbio discursivo *enfim* orienta para uma conclusão que deveria ser a esperada, afinal os médicos cubanos, por estarem em uma noção democrática como o Brasil, deveriam se sentir livres, mão não é o que ocorre, daí a importância do contraponto argumentativo.

Em outro segmento, o enunciador trabalha com a hipótese que reforçaria a possibilidade de extradição de médicos cubanos e evidencia seu posicionamento em

alguns segmentos, sobretudo com o uso da conjunção condicional:

(141) Digamos que um médico cubano decida abandonar o programa, casar-se com uma brasileira, ter filhos e fixar residência no Brasil, o que acontece? Ele seria imediatamente extraditado para Cuba, é o que afirmam com todas as letras Alexandre Padilha, ministro da Saúde, um dos arquitetos do plano, e Gilberto Carvalho, secretário-geral da Presidência da República. É urgente lembrar a suas excelências que, para ser extraditado do Brasil, um cidadão estrangeiro precisa, antes de mais nada, ter cometido um crime. Casar-se, ter filhos e mudar de país não constitui crime pelas leis brasileiras. **Se** constitui crime em Cuba, isso é problema da ditadura castrista.

Há vários aspectos interessantes nesse segmento. A descrição da cena de um médico querer casar-se é importante para afirmar posteriormente seu ponto de vista, provando como a exemplificação é necessária em um texto argumentativo. A pergunta feita também colabora como uma ferramenta valiosa na condução de suas ideias. Entretanto, como o enunciador não pode afirmar categoricamente o que vai acontecer no futuro, ele projeta sua resposta com o uso do futuro do pretérito e sustenta sua análise em dois personagens do governo brasileiro que funcionam como *argumento de autoridade*, em uma evidência *polifônica*: Alexandre Padilha e Gilberto Carvalho. E com a intenção de aprofundar a crítica aos governantes, o enunciador lembra que a lei brasileira não prevê que casar-se, ter filhos e mudar de país sejam crimes, logo tais médicos, que supostamente fizessem isso, não poderiam ser extraditados segundo as leis brasileiras e, para reforçar mais uma vez seu ponto de vista, faz analogia utilizando o valor de condicionalidade em “**Se** constitui crime em Cuba, isso é problema da ditadura castrista.”

Além dessas considerações, o que percebemos ao longo desse editorial é a defesa insistente (e de natureza político-ideológica) de que o governo brasileiro não poderia aceitar a presença de cubanos no Brasil que estejam ainda sob legislação de seu país de origem, por isso o texto é construído a partir de um paradigma gramatical: valor de oposição contido nos conectivos. Em outro trecho, para deixar isso mais evidente, lança-se mão de um *argumento histórico* e a presença de uma *preposição discursiva (mesmo)* com valor de concessão.

(142) Basta um pouco de memória jurídica para entender a monstruosidade da decisão do governo do PT. O caso Dred Scott, de 1857, considerado o mais infame da história da Suprema Corte dos Estados Unidos, ilustra bem esse ponto. Scott foi de um estado onde a escravidão era legal para outro onde os negros eram livres. A Suprema Corte decidiu que Scott continuava escravo, **mesmo** vivendo em um território onde, pela lei local, seria um homem livre.

Essa analogia histórica à escravidão no século XIX nos Estados Unidos representa uma visão de mundo de que os cubanos seriam escravos do regime de seu país. É bom reforçar que em nossa tese estamos analisando propriamente a validade dos argumentos na condução argumentativa. Sabemos que há uma postura ideológica da revista e o editorial marca isso, entretanto não é nosso desejo discutir se a revista está ou não correta em fazer as críticas que faz. Estamos sim interessados no conjunto de estratégias linguísticas utilizadas, embora discursivamente haja notadamente uma visão política marcada. Assim, a referência à escravidão está marcada como uma crítica e materializada com o uso do concessivo na oração reduzida de gerúndio (“...mesmo vivendo em um território onde, pela lei local, seria um homem livre”). Sabemos que, mesmo sendo uma oração reduzida, essa *preposição discursiva* funciona como conector que introduz a ideia opositiva necessária ao argumento.

Nesse editorial, vários elementos gramaticais contribuíram para a condução argumentativa, notadamente os que representam valores opositivos, provando que os operadores argumentativos mais uma vez legitimam as intencionalidades discursivas.

Em outro editorial (“O preço da fama”), o autor também trabalha com conectivos de valor opositivo, explicitando a *força argumentativa*.

O preço da fama

Embora trivializar e personalizar questões sérias seja um esporte nacional, raramente um assunto foi abordado com tanto alarido e inadequação quanto a recente assim chamada "guerra das biografias". Biografados e biografáveis reclamaram o direito à privacidade, à correção das informações publicadas sobre eles e à participação no lucro das vendas dos livros dos quais sejam os personagens centrais. Fossem essas as divergências, o assunto poderia ser dado por encerrado. As leis brasileiras valem igualmente para famosos e anônimos, para artistas e seus admiradores, para biógrafos e biografados. Quem se sentir ferido em seus direitos constitucionais à privacidade tem ampla possibilidade de defesa na Justiça. Um autor que se proponha a escrever um monte de mentiras sobre a vida de um compositor, cantor ou ator respeitado está se condenando ao descrédito e ao esquecimento, ferindo a si próprio muito mais do que ao alvo de suas calúnias. A cobrança por informações dadas a um biógrafo pelo biografado também seria facilmente coberta por um acordo entre as partes. Essas questões, porém, não são as que realmente importam no movimento deflagrado por alguns dos mais talentosos e admirados artistas brasileiros.

Uma reportagem desta edição de VEJA procura colocar o tema em contexto mais amplo e profundo. Ela mostra que, cessada a febre das declarações contra e a favor das posições em disputa, o que sobra no fundo da panela é a grave questão institucional do controle da informação pela volta da censura

prévia, um dos mais odiosos instrumentos das ditaduras. Não foi censurando, criando barreiras para o livre fluxo das informações que a civilização se estabeleceu. O movimento libertário vai na direção exatamente oposta. As sociedades abertas começaram a nascer no instante em que as pessoas conquistaram o direito de dizer, sem medo do cadafalso ou do calabouço, que o rei estava nu. Quem são os verdadeiros artistas senão os responsáveis por apontar a nudez do rei? Os nossos o foram em passado recente. Agora eles reaparecem na cena política como defensores do indefensável, a censura. Esse foi o maior choque.

Ninguém que tenha algo valioso a perder, seja uma história de vida, uma reputação ou uma obra artística, está a salvo de se tornar alvo de biografias sensacionalistas motivadas por vingança, inveja ou dinheiro fácil. Isso se sabe e, dada a natureza oblíqua de certos espíritos, é inevitável. O que não se entende é que a censura, pela obrigatoriedade de obter aprovação do biografado, seja defendida como o remédio para esse mal. Não é. As leis brasileiras em vigor já são mais do que eficientes para abreviar a carreira dos aproveitadores. A privacidade de um homem acaba onde começa o interesse público. A privacidade de um artista que vive da exposição de seu talento diante das plateias termina onde sua vida e obra se confundem. É o preço a pagar pela fama.

Veja - 23/10/2013

Sabemos que a escolha de uma concessiva ou de uma adversativa constitui-se por intermédio de uma intencionalidade discursiva. De acordo com o critério de *força argumentativa*, observa-se muito mais essa força na oração que contém uma conjunção adversativa, diferentemente da frase que contém uma concessiva, fator que redireciona a tal força para a oração que não dispõe desse conector opositivo.

Assim, no editorial em questão, a ideia central é a defesa de que, em relação ao desejo de proibir biografias não autorizadas, iniciativa proposta por artistas biografados, é uma medida equivocada e que comprometeria a liberdade de expressão. O enunciador, inclusive, argumenta que nossas leis são fortes o suficiente para coibir exageros e quem se sentir ofendido pode entrar com uma ação judicial. O enfoque central do editorial no que se refere a essa questão é o direito a liberdade de expressão que não deve ser ferido, mas que vem sendo mais uma vez atacado por um desejo de censura.

Vários argumentos são utilizados com o desejo de defender o posicionamento de que a ação do grupo de biografados (representados e não citados no texto pelo nome do grupo *Procure Saber*) é algo equivocado e que só estimula a tão negativa censura aos meios de produção escrita. Uma dessas evidentes críticas feitas no texto é o artifício utilizado pelo enunciador em exigir do leitor um conhecimento de mundo necessário pela inferência construída, a partir da necessária pressuposição como artifício de interpretação, do seguinte segmento:

(143) As sociedades abertas começaram a nascer no instante em que as pessoas conquistaram o direito de dizer, sem medo do cadafalso ou do calabouço, que o rei estava nu. Quem são os verdadeiros artistas senão os responsáveis por apontar a nudez do rei? Os nossos o foram em passado recente. Agora eles reaparecem na cena política como defensores do indefensável, a censura. Esse foi o maior choque.

O que o enunciador quer dizer é que foram os próprios artistas que lutaram pela liberdade de expressão e contra a censura que agora estão desejando que as biografias não autorizadas tenham restrições. Vejam que, embora não haja menção aos nomes dos artistas brasileiros, o leitor, que dispõe de conhecimento do assunto, facilmente faria a ligação aos nomes de Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque. Isso mais uma vez prova que um texto não é ele isolado do mundo, mas parte integrante do que se propõe em outros discursos.

Agora, do ponto de vista linguístico, a marca gramatical de oposição é também muito relevante discursivamente. Observemos os dois trechos a seguir:

(144) **Embora** trivializar e personalizar questões sérias seja um esporte nacional, raramente um assunto foi abordado com tanto alarido e inadequação quanto a recente assim chamada 'guerra das biografias'.

(145) Quem se sentir ferido em seus direitos constitucionais à privacidade tem ampla possibilidade de defesa na Justiça. Um autor que se proponha a escrever um monte de mentiras sobre a vida de um compositor, cantor ou ator respeitado está se condenando ao descrédito e ao esquecimento, ferindo a si próprio muito mais do que ao alvo de suas calúnias. A cobrança por informações dadas a um biógrafo pelo biografado também seria facilmente coberta por um acordo entre as partes. Essas questões, **porém**, não são as que realmente importam no movimento deflagrado por alguns dos mais talentosos e admirados artistas brasileiros.

As diferenças de uso entre os conectivos concessivos e adversativos já foram explicitadas, cabe agora que percebamos isso textualmente nesse editorial.

Em (144), a *força argumentativa* recai na oração principal e constitui um reforço especial na crítica que é feita pelo enunciador em relação aos problemas resultantes e nos desdobramentos sobre o assunto das biografias.

Em (145), tal força está evidenciada no enunciado com o operador argumentativo *porém* e estabelece com isso um artifício que deixa em relevo qual é a opinião central do argumento. Mesmo que haja vários desdobramentos sobre o assunto em questão como questão financeira, condenação por calúnia, possibilidade

de acordo entre as partes, o que realmente quer ser evidenciado no texto e, por isso, explicitado com a marca da argumentatividade com a presença do contra-argumentativo *porém*, é que tudo isso deflagra algo que deve continuar banido do Brasil: a censura. O argumento com a presença do adversativo em discussão é uma prévia do que seria explicitado depois como argumento central para reforçar essa oposição:

(146) Uma reportagem desta edição de VEJA procura colocar o tema em contexto mais amplo e profundo. Ela mostra que, cessada a fervura das declarações contra e a favor das posições em disputa, o que sobra no fundo da panela é a grave questão institucional do controle da informação pela volta da censura prévia, um dos mais odiosos instrumentos das ditaduras.

O texto, então, foi elaborado de modo a deixar evidente qual seria o ponto central dessa questão e os conectivos são algumas das marcas gramaticais dessa organização discursiva. Tanto com as adversativas como com as concessivas há oposição, entretanto o uso de um conector por outro altera a *força argumentativa*.

Continuemos nossa análise do *corpus* com o editorial “Preparem os aventais”. Por conta do tema abordado, o texto baseia sua elaboração discursiva nos valores opositivos.

PREPAREM OS AVENTAIS

Não é por falta de dispositivos constitucionais nem de leis que dão garantias aos cidadãos que o Brasil não atingiu o estágio de sociedade perfeita. A Constituição, em seu artigo 6º, garante a todos os brasileiros o direito a educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. São muitas as leis aprovadas para defender as crianças e os adolescentes, as pessoas atingidas por doenças crônicas, os necessitados de cuidados especiais no transporte público e, claro, todos os tipos de animais e plantas na terra, no mar e no ar. Mas, apesar de tantos arrimos legais, milhões de brasileiros não têm casa para morar, vivem nas filas dos hospitais públicos em busca de uma senha para ser atendidos meses depois, sofrem com as armas dos bandidos apontadas para sua cabeça ou se viram como podem em total desamparo nas ruas das grandes cidades. O problema é que essas leis, que dão a seus autores popularidade e poder, são irrealistas na abrangência e viram letra morta por sua inaplicabilidade universal.

Uma reportagem desta edição de VEJA, porém, comemora a aprovação da emenda constitucional que amplia os direitos das empregadas domésticas justamente por acreditar que ela é realista e aplicável. Especialistas ouvidos pela revista consideram que, em um primeiro momento, as novas exigências legais podem ter consequências negativas, inclusive para a categoria. Muitas donas de casa vão concluir que ficou caro e complicado demais para manter uma empregada doméstica fixa, optando por uma faxineira uma ou duas vezes por semana.

A reportagem fornece dados e análises que permitem concluir, que, em pouco tempo, a “PEC das domésticas” vai ser entendida como um formidável avanço social. Por refletir uma situação real de mercado com abundante

oferta de empregos e escassez de mão de obra – as domésticas já vinham obtendo salários mias altos e melhores condições de trabalho -, a PEC das domésticas pode escapar da implacável equação segundo a qual a ampliação das garantias e benefícios sociais é diretamente proporcional à redução do número de beneficiários. Ou seja, ela pode, no começo, colocar mais empregadas na rua ou na informalidade, mas a longo prazo mostrará sua adequação. Afinal, a sociedade brasileira caminha para ficar em sintonia com a realidade dos países mais avançados, onde ter empregada é um luxo acessível apenas aos muito ricos – enquanto na maioria dos lares a mulher, o marido e os filhos se revezam no aspirador de pó, na cozinha e na pia.

VEJA – 3 DE ABRIL DE 2013

O assunto discutido nesse texto é em relação à formalização das empregadas domésticas nos lares brasileiros. A proposta do enunciador foi levantar os prós e os contras dessa formalização e chega à conclusão de que isso pode reduzir a presença delas nos lares, porque o custo para mantê-las passará a ser muito alto, por conta dos encargos legais constituídos a partir do vínculo empregatício.

A fim de deixar claro esse ponto de vista, observemos o seguinte trecho:

(147) **Mas, apesar de** tantos arrimos legais, milhões de brasileiros não têm casa para morar, vivem nas filas dos hospitais públicos em busca de uma senha para ser atendidos meses depois, sofrem com as armas dos bandidos apontadas para sua cabeça ou se viram como podem em total desamparo nas ruas das grandes cidades.

Alguns fatores nos chamam a atenção nessa porção textual. Em relação à proposta argumentativa, o uso do *mas* é um artifício de estabelecer uma oposição entre os benefícios garantidos por lei no artigo 6º da Constituição e as ausências desses direitos legais na vida de diversos brasileiros. Sua presença garante para o interlocutor uma marca de leitura, uma vez que o direciona a compreender que o que está escrito na lei nem sempre é concretizado no dia a dia.

Na relação sintático-semântica também é possível perceber dois fatores interessantes. Um deles é que a conjunção *mas* inicia uma frase, confirmando que, no português contemporâneo, esse uso é cada vez mais comum em língua padrão. Mesmo iniciando tal frase, reconhecemos que o enunciado que ela inicia vincula-se ao que foi dito antes, mostrando que o fator de coesão está presente nessa marca que é a conjunção, nesse caso, encadeando duas frases separadas por ponto. Não é apenas esse sinal de destaque ao iniciar a frase com a conjunção adversativa que chama a atenção nesse segmento, mas também a presença logo após da locução prepositiva de valor concessivo *apesar de*. Isso constitui um *reforço opositivo*, já que os dois operadores argumentativos, tanto a conjunção como a locução prepositiva,

convergem para um sentido de oposição, guardadas, é claro, as devidas diferenças entre adversidade e concessividade, fatores já discutidos neste trabalho.

A ideia de oposição permeia o texto como uma estratégia discursiva. Entretanto, para que possamos compreender melhor o próximo trecho, é necessário vê-lo em relação a outro com valor de causa-efeito:

(148) O problema é que essas leis, que dão a seus autores popularidade e poder, são irrealistas na abrangência e viram letra morta por sua inaplicabilidade universal.

(149) Uma reportagem desta edição de VEJA, porém, comemora a aprovação da emenda constitucional que amplia os direitos das empregadas domésticas justamente por acreditar que ela é realista e aplicável.

Em relação ao trecho com valor de causalidade, a preposição *por* iniciadora nesse trecho de um adjunto adverbial possui valor causal e é importante na estrutura discursiva montada no texto. Nota-se que a crítica do enunciador recai na ideia de que as leis nem sempre são aplicáveis, pois nunca será possível que todas as pessoas terão seus direitos garantidos. Daí a relação de causa (“por sua inaplicabilidade universal”) e efeito (“viram letra morta”), ou seja, não se concretizam efetivamente na vida das pessoas com a abrangência que deveria.

Ao reconhecer essa relação de causalidade, fica mais visível que o que se diz no parágrafo posterior, com a presença da conjunção *porém*, está *coesivamente* relacionado ao que havia sido dito antes e *semanticamente* instituído pela funcionalidade opositiva inerente ao contra-argumentativo em questão. Ao fazer uso desse conectivo, materializa-se discursivamente uma orientação para o leitor. O enunciador, por exemplo, ao defender sua opinião, reconhece que, mesmo não havendo a abrangência das leis que garantiriam os direitos dos cidadãos, a emenda constitucional que regula a atividade profissional das empregadas domésticas seria aplicável e realista.

No final do editorial, novamente percebe-se a presença da conjunção *mas* com uma aplicabilidade que merece destaque. É importante estabelecer uma comparação com dois trechos:

(150) Especialistas ouvidos pela revista consideram que, em um primeiro momento, as novas exigências legais podem ter consequências negativas, inclusive para a categoria.

Muitas donas de casa vão concluir que ficou caro e complicado demais para manter uma empregada doméstica fixa, optando por uma faxineira uma ou duas vezes por semana.

(151) Ou seja, ela pode, no começo, colocar mais empregadas na rua ou na informalidade, **mas** a longo prazo mostrará sua adequação. *Afinal*, a sociedade brasileira caminha para ficar em sintonia com a realidade dos países mais avançados, onde ter empregada é um luxo acessível apenas aos muito ricos...

Comparando os segmentos, é possível visualizar que, embora muitas donas de casa possam, em um primeiro momento, despedir mais empregadas, a logo prazo, na visão do enunciador, isso trará mais benefícios que prejuízos e tal oposição fica clara justamente com a presença da conjunção *mas*, que nesse caso torna evidente um *contraste*. A presença do advérbio discursivo *afinal* que funciona como operador argumentativo reforça a defesa argumentativa e encaminha para uma conclusão: de que ter empregadas domésticas, assim como em outros países, será um benefício para poucos também no Brasil.

Em outro editorial (“No front da notícia”), percebemos como a relação entre *oposição* e *condicionalidade* pode estabelecer uma interessante estratégia de argumentação:

No front da notícia

Mesmo em tempo de comunicação instantânea de cobertura planetária, nada substitui a reportagem de campo precedida de pesquisa cuidadosa e ampla do tema em pauta. Há pelo menos dois bons exemplos disso nesta edição. Monica Weinberg, editora de educação de VEJA e chefe da sucursal do Rio de Janeiro, foi a Mountain View, na Califórnia, ver como funcionam a academia e a cabeça de Salman Khan, o educador americano escolhido pelo bilionário Bill Gates para ensinar seus filhos que ganhou reputação mundial, via internet, como um professor capaz de ensinar qualquer coisa a qualquer um. André Petry, correspondente de VEJA em Nova York, foi a Guantánamo, a base e prisão americana encravada na ilha de Cuba, onde estão começando a ser julgados os terroristas islâmicos graúdos responsáveis pelos ataques a Nova York e Washington, a embaixadas e navios americanos no exterior. É tamanha a riqueza das fontes remotas de informação que teoricamente Monica e Petry poderiam escrever suas reportagens sem ir a Mountain View ou a Guantánamo. Mas eles não seriam os profissionais de qualidade que são caso se propusessem a fazê-lo - e VEJA não seria e revista que é se aceitasse.

Monica encontrou Khan às 3 da tarde, e seu entrevistado ainda estava em jejum. "Não é religião. O tigre corre mais de barriga vazia. Não posso perder tempo", explicou ele, cercado de livros de ficção científica e com um cubo mágico nas mãos, no começo da primeira das duas sessões de conversa de uma hora de duração. Khan disse a VEJA que sua ambição é pôr à disposição dos usuários na internet vídeos que expliquem "todos os assuntos" - e por isso está sempre com pressa. Ao redor dele orbitam duas dezenas de jovens e entusiasmados auxiliares recrutados no mercado financeiro e em consultorias - gente que, a exemplo do próprio Khan, foi treinada para transformar conceitos complexos em formulações simples.

Petry, por sua vez, embarcou em um avião na base aérea de Andrews, perto de Washington, já tendo lido quase tudo de que precisava para escrever a excelente reportagem sobre Guantánamo, que começa na página 82, mas nada disso o preparou para os paradoxos e perplexidades que presenciaria, como o DJ da base gritando a plenos pulmões o lema musical da emissora: "É rock' n'roll no quintal de Fidel".

VEJA – 01 de Fevereiro de 2012

O tema do editorial é a atividade de pesquisa jornalística. O enunciador afirma que a reportagem de campo é uma atividade imprescindível ao jornalismo e que não pode ser substituída por outras atividades, mesmo em uma época de pesquisas a distância. Para ilustrar a valorização da pesquisa *in loco* são citados no texto as atividades de dois jornalistas da revista *Veja*: Monica Weinberg (que foi à Califórnia) e André Petry (que foi a Guantánamo).

Logo no início do texto, percebemos o valor opositivo com a presença da *preposição discursiva mesmo*, com evidente valor concessivo:

(152) **Mesmo** em tempo de comunicação instantânea de cobertura planetária, nada substitui a reportagem de campo precedida de pesquisa cuidadosa e ampla do tema em pauta.

A ideia concessiva estabelece a oposição necessária que reforça a informação dita posteriormente: de que nada substitui a reportagem de campo com uma considerável pesquisa.

Gostaríamos, inclusive, de ressaltar que, em outro segmento, é a associação semântica *oposição / condicionalidade* que propicia uma compreensão mais significativa do argumento construído e direcionado para a defesa da tese do editorial:

(153) É tamanha a riqueza das fontes remotas de informação que teoricamente Monica e Petry poderiam escrever suas reportagens sem ir a Mountain View ou a Guantánamo. **Mas** eles não seriam os profissionais de qualidade que são **caso** se propusessem a fazê-lo - e VEJA não seria e revista que é **se** aceitasse.

Nesse trecho, percebemos que, com o propósito semântico de enaltecer os jornalistas exemplificados e a própria revista da qual fazem parte, faz-se uso da conjunção adversativa *mas* que reforça um contraste que quer ser evidenciado para valorizar a atividade desses jornalistas e também das condicionais *caso* e *se* que levantam pressuposições cujos valores hipotéticos só são colocados em questão

para legitimar a importância e a qualidade da pesquisa jornalística da forma como é caracterizada no editorial.

Sabemos que a conjunção *mas* adversativa pode produzir contrastes com perspectivas semânticas diferenciadas, isto é, com efeitos de sentido mais específicos. É o caso do valor de compensação. Quando a conjunção possui esse valor, a orientação discursiva recai na ideia de que, embora o trecho iniciado por esse conectivo produza um valor contrastivo, na verdade, o que mais se torna visível é que há um ganho, que o enunciado se constitui e isso se deve à ideia de compensação. Observemos frases para que fique evidente esse detalhe semântico:

(154) O funcionário não conseguiu o aumento, **mas** foi promovido.

(154a) O funcionário não conseguiu o aumento, **mas** (em compensação) foi promovido.

Percebe-se que (em 154), embora o funcionário não tenha recebido aumento salarial, houve um ganho dentro do *status* empresarial, ou seja, foi promovido de cargo. Assim, o que se entende é que a promoção funciona como uma compensação como se evidencia (em 154a), que é algum ganho ante um desejo maior que não se concretizou.

No editorial “Um grande avanço” fica evidente a presença desse valor de compensação, além, é claro, de outros sentidos que operacionalizam a defesa argumentativa.

Um grande avanço

As instituições são o elemento comum a todas as explicações sobre por que algumas nações prosperaram e outras ficaram para trás na marcha da história humana. Quando uma nação conseguiu construir instituições respeitadas, funcionais e independentes dos humores dos soberanos e, mais tarde, dos governos, ela avançou na conquista de um elevado nível de vida material e moral para seus cidadãos. Na ausência do aparato institucional saudável e atuante não existem riqueza, posição geográfica favorável, clima propício ou capacidade militar capazes de assegurar a uma nação a possibilidade de progredir em um cenário sustentável de estabilidade política e econômica.

Nesse campo, o Brasil e os brasileiros estão desfrutando um momento particularmente feliz. A demonstração mais cabal disso é o julgamento dos réus do mensalão que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) estão conduzindo, da maneira mais transparente possível diante dos olhos de milhões de telespectadores nas transmissões ao vivo pela televisão.

Uma reportagem da presente edição de VEJA exalta a maturidade institucional do Brasil refletida no julgamento de alguns dos mais altos dirigentes do partido no poder, sem que isso esteja produzindo uma crise

política desestabilizadora. Mais significativo é o fato de que as condenações estão sendo lavradas por uma corte em que sete dos dez ministros foram indicados pela presidente Dilma Rousseff ou por Lula, seu antecessor, ambos do mesmo partido dos réus mais graúdos.

A independência dos poderes está em sua plenitude no Brasil. A gritaria dos correligionários dos réus é compreensível em um arcabouço de respeito à liberdade de expressão. Esquecendo, por enquanto, as tentativas legítimas e as não republicanas de influir nas decisões dos ministros do STF feitas por Lula, o julgamento do mensalão já terá assegurado seu lugar na história do Brasil como um dos grandes momentos de inflexão positiva.

Claro que é discutível se os ganhos jurídicos e institucionais obtidos no processo em curso no STF serão duradouros - ou seja, se as condenações e jurisprudência que as tornou possíveis vão inibir a ação de corruptos em todas as esferas administrativas do estado brasileiro. Mas, para um país que se fez independente de Portugal em 1822 mantendo o regime sob um rei português e que se proclamou república por golpe militar quando não tinha sequer cidadãos, o Brasil já deu provas a si mesmo e ao mundo de ser capaz de fazer enormes avanços institucionais mesmo diante da incredulidade de muitos.

Veja, 10 DE OUTUBRO DE 2012

O tema defendido no editorial é sobre a ascensão do Brasil do ponto de vista institucional e uma demonstração disso é o julgamento do *mensalão*, que, segundo o enunciador, já assegurou “seu lugar na história do Brasil como um dos grandes momentos de inflexão positiva.”

A fim de estabelecer essa defesa de opinião, há a presença de certos recursos discursivo-argumentativos como estratégia de produção textual. No trecho abaixo, já havia uma relação de causa-efeito com a presença de uma conjunção temporal (quando):

(155) **Quando** uma nação conseguiu construir instituições respeitadas, funcionais e independentes dos humores dos soberanos e, mais tarde, dos governos, ela avançou na conquista de um elevado nível de vida material e moral para seus cidadãos.

Esse efeito discursivo é necessário que seja compreendido pelo leitor, porque constitui um balizamento semântico que é utilizado para afirmar o ponto de vista defendido. O que, na verdade, está sendo feito neste segmento é uma analogia para defender a ideia de que o Brasil já começa a ter qualidades de uma nação avançada.

Assim, o recurso expressivo utilizado é a relação de causa-efeito em que a *causa* é o fato de que, na linha do tempo (marca linguística: operador argumentativo

quando), um país consegue promover a ação de construir “...instituições respeitadas, funcionais e independentes dos humores dos soberanos...” (causa) acaba por relevar um *consequência*: “conquista de um elevado nível de vida material e moral para seus cidadãos.”

Com a proposta de deixar mais evidente esse posicionamento, o trecho abaixo revela uma *exemplificação* como reforço argumentativo para mostrar que o julgamento do *mensalão* é assim uma demonstração de avanço do Brasil:

(156) Nesse campo, o Brasil e os brasileiros estão desfrutando um momento particularmente feliz. A demonstração mais cabal disso é o julgamento dos réus do mensalão que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) estão conduzindo, da maneira mais transparente possível diante dos olhos de milhões de telespectadores nas transmissões ao vivo pela televisão.

Entretanto, o que mais nos chama a atenção nesta parte do trabalho é a elaboração discursiva do último parágrafo:

(157) Claro que é discutível se os ganhos jurídicos e institucionais obtidos no processo em curso no STF serão duradouros - ou seja, se as condenações e jurisprudência que as tornou possíveis vão inibir a ação de corruptos em todas as esferas administrativas do estado brasileiro. **Mas**, para um país que se fez independente de Portugal em 1822 mantendo o regime sob um rei português e que se proclamou república por golpe militar quando não tinha sequer cidadãos, o Brasil já deu provas a si mesmo e ao mundo de ser capaz de fazer enormes avanços institucionais mesmo diante da incredulidade de muitos.

Inicialmente, nota-se um valor de hipótese com a presença da conjunção integrante (*se*) em duas oportunidades. Esse valor semântico constitui-se como uma significativa estratégia discursiva, porque coloca em *condição de possibilidade* o fato de o julgamento do *mensalão* resultar em algo mais duradouro para a sociedade brasileira em relação à perspectiva de poder punir mais corruptos no futuro.

Só que, para efetivar essa abordagem crítica e defender a ideia central de que o Brasil já evoluiu substancialmente, usa-se o contrastivo *mas*. O que se torna mais relevante é justamente o efeito de sentido de *compensação*. Quando se analisa o segmento em que esse *operador argumentativo* está presente, vimos que, mesmo com a incerteza de que o julgamento do *mensalão* poderá ou não levar para o futuro benefícios duradouros, ainda assim (em compensação) o Brasil já provou que conseguiu avançar: “Mas...o Brasil já deu provas a si mesmo e ao mundo de ser capaz de fazer enormes avanços institucionais mesmo diante da incredulidade de muitos.”

Há muitas realizações linguísticas com uso dos operadores argumentativos, que podem ser efetivos conectores textuais também. Suas funcionalidades são bastante significativas e, assim vimos não só com valores opositivos, mas também representativos de causa-efeito e de condição, todos esses sentidos atrelados a outros que ajudaram a compreender os textos argumentativos analisados, sem a pretensão, é claro, de esgotar o assunto. Muito pelo contrário, esperamos, na verdade, ter iniciado uma discussão que pretende lançar uma luz para os empregos gramaticais em língua portuguesa em relação a essas funcionalidades discursivas.

CONCLUSÕES

Acreditamos que este trabalho tenha proposto uma análise que possa colaborar na reflexão sobre as funcionalidades dos conectivos (conjunção/locução conjuntiva; preposição/locução prepositiva; advérbio/locução adverbial). Reconhecemos que, embora nossa abordagem seja pautada na descrição e no funcionamento da linguagem, este estudo também pode colaborar como uma forma de se repensar pedagogicamente o ensino de língua portuguesa, no que se refere às possíveis funcionalidades textuais desses elementos gramaticais. Entendemos que, se o leitor dispuser de conhecimentos linguísticos, ele tem maiores chances de reconhecer os valores semânticos inerentes aos textos e, por consequência, compreender melhor o próprio texto.

A presença do embasamento teórico possibilitou que as análises do *corpus* tivessem consistência, porque revelou como é importante o *Funcionalismo*, maneira de enxergar a língua como uma forma em que os usos revelam intencionalidades e explicitam que as flexibilidades semânticas são resultado justamente das mudanças por que a língua passa.

O capítulo específico sobre *gramaticalização, etimologia e funcionalidade dos conectivos* serviu para fazermos um levantamento de diversos elementos conectores da língua portuguesa e reconhecer suas potencialidades semânticas, a partir dos eixos os quais nos propusemos a discutir. Foram descritos 40 conectores (sejam em forma simples ou locucional), mas nem todos foram encontrados no *corpus* da tese. Entretanto, como deixamos explícito em nosso trabalho, preferimos descrever alguns que consideramos relevantes, mesmo que não fossem propriamente encontrados no *corpus*. O que é necessário afirmar é que a maioria foi encontrada (alguns com maior frequência como *mas, quando, se...*) e com empregos bastante significativos para o desenvolvimento argumentativo nos textos. Do ponto de vista sintático, não encontramos um número tão expressivo de conectores como articuladores de parágrafos no *corpus* analisado, mas percebemos alguns iniciando frases (principalmente o *mas*), ainda que não seja um emprego que represente prestígio em relação ao registro formal da língua portuguesa, é cada vez mais comum na língua padrão escrita.

Os conectores estudados deixaram claro que, do ponto de vista dos parâmetros da *Linguística Textual*, servem como mecanismos de coesão e

coerência e, por representarem ferramentas na composição de textos argumentativos, podem exercer a função de operadores argumentativos. A análise dos textos ao longo da tese comprovou que, além de serem ferramentas coesivas, também são reveladores de aspectos semânticos inegavelmente necessários ao discurso quando se deseja deixar marcas no texto, que funcionem como pistas para compreensão.

O *corpus* analisado confirmou nossa tese de que os conectores, além de outros fenômenos da linguagem, contribuem para a compreensão textual, além de permitir deixar pistas para abordagem mais aprofundada, o que corresponderia à interpretação de textos. Ratificamos que, em textos argumentativos, esses elementos gramaticais podem representar a importante função de operadores argumentativos, que, se bem articulados pelo produtor do texto, representam uma das ferramentas na composição de estratégias discursivas que representam a *argumentatividade*. Os editoriais de *Veja* foram bem representativos, porque corresponderam a um material valioso na utilização da norma padrão e estabeleceram, então, um parâmetro de análise da língua portuguesa culta na utilização desses elementos conectores.

Analisamos 47 editoriais, a maioria deles de forma total, o que significa que trabalhamos muitos editoriais por completo a fim de identificar, em situação real de uso linguístico, de que forma os conectores funcionam como ferramentas para compreensão/interpretação de textos. Avaliamos mais de 150 enunciados (sejam curtos ou porções textuais maiores) e abordamos nesses trechos não só os elementos conectores/expressões conectoras (muitas vezes mais de um conector/expressão conectora em cada segmento), mas também outros recursos que serviram de estratégia de convencimento. Preferimos escolher temáticas bem variadas que compusessem o material analisado, mas invariavelmente ficou claro que a maioria dos editoriais discutiu os assuntos de cunho político, mostrando a postura ideológica da revista em questionar as ações do governo. Embora essa não fosse nossa preocupação principal, e sim avaliar como linguisticamente o encaminhamento dos assuntos foi estabelecido, não poderíamos nos furtar a promover também análises discursivas como fizemos.

Pretendíamos descrever diversos conectivos representativos na língua portuguesa a partir dos valores que escolhemos analisar, porque são importantes em textos argumentativos: eixos *causativo-consecutivo*, *condicional* e *opositivo*.

Identificamos diversos deles no *corpus* e percebemos como foram imprescindíveis na condução argumentativa, o que evidenciou um fator preponderante: o leitor precisa dominar as funcionalidades semânticas desses conectivos nos textos se desejar fazer uma análise textual mais ampla.

Esta tese serviu também para repensarmos as características não apenas semânticas dos elementos conectores, mas também sintáticas. Observamos aqui como eles funcionam do ponto de vista da *coerência* e como são colaboradores para a *coesão* textual. Pudemos também comprovar que a escolha de um conector em detrimento de outro ou seu posicionamento sintático revelam *intencionalidades* e que seu uso como operador argumentativo colabora sobremaneira para que um texto em sua *argumentatividade* sirva ao leitor como uma orientação discursiva na condução da leitura.

Entendemos que, com a análise do elemento gramatical selecionado e com sua disposição sintática nos textos, podemos desvelar as *intencionalidades* discursivas de seus autores e inferir possibilidades interpretativas a partir disso. Daí, o estudo de elementos gramaticais que compõem os textos analisados terem contribuído para uma análise científica da língua e desejamos ter colaborado aqui neste trabalho, em nossas descrições, para uma abordagem mais ampla no estudo especificamente da língua portuguesa do Brasil.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. *A Linguística Textual: Introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

_____; HEIDMANN, Ute; MAINGUENEAU, Dominique. *Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicação*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília: Melhoramentos; UnB, 2001.

_____. *Grammática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos. [20--]. 325 p.

ANTUNES, Irlandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006.

AULETE, Caldas. *Aulete Digital: dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2011.

_____. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1979].

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 1999. 508 f. Dissertação (Doutorado em Letras) - Universidade da Bahia, Salvador, 1999.

BARROS, Clara; FONSECA, Joaquim (Org.). *A organização e o funcionamento dos discursos: estudos sobre o português*. Porto: Porto Editora, 1988. t.1.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

_____. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Editora Padrão, 1988

_____. *Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1964. Disponível em: <www.filologia.org.br/textos/bechara1954.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2013.

BENTES, Anna Christina, LEITE, Marli Quadros (Org.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez,

2010.

BEAUGRANDE; DRESSLER. *Introduction to text Linguistics*. [S.l.: s.n.], 1981. Disponível em: <http://beaugrande.com/introduction_to_text_linguistics.htm>. Acesso em: 2 dez. 2013.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard, 1966.

_____. *Problemas de linguística general II*. 15. ed. Madrid: Siglo Vientiuno de españa editores, 1999. [1979-1. edição em Espanhol].

BONFIM, Eneida. *Advérbios*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos linguísticos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.

BRETON, Philippe. *A manipulação da palavra*. São Paulo. Edições Loyola, 1999.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. *A força das palavras: dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2010.

CÂMARA JR, J. Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977

_____. *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. São Paulo: Ática, 2002.

_____. *Morfossintaxe*. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina; (Org.). *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Editora Parábola, 2007.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

_____. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CHAVES, Charleston de Carvalho. *As funcionalidades dos conectivos em português: um estudo sintático-semântico*. Curitiba: Editora Appris, 2012.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. *O Texto argumentativo*. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

COSERIU, Eugênio. *Introducción a la lingüística*. Madrid: Gredos, 1986 [1951].

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

CUNHA, Celso. *Gramática de Base*. 4. ed. Rio de Janeiro: FAE - Ministério da Educação, 1986.

DA CUNHA, Maria Angélica. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DA SILVA, Soeli Schreiber. *Argumentação e polifonia na linguagem*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.

DIJK, Teun A. van. Opiniões e ideologias em editoriais. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO, LINGUAGEM, VIDA SOCIAL E PENSAMENTO CRÍTICO, 4., 1995, Atenas. *Anais*. [S.l.: s.n.], 1995.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. São Paulo: Editora Pontes, 1987.

_____. *Princípios de semântica linguística (dizer e não dizer)*. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

_____; ANSCOMBRE, Jean-Claude. *L'argumentation dans La langue*. Bruxelles: Editeur Pierre Mardaga, 1983.

DUTRA, Vânia Lúcia Rodrigues. *Relações conjuntivas causais nos textos argumentativos*. 2007. 139f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCK, Ingedore Villaça. *Linguística textual*. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio - século XXI: dicionário eletrônico - versão 3.0*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIORIN, José Luiz; DE BARROS, Diana Luz Pessoa (Org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2011.

FONSECA, Fernanda Irene. *Gramática e pragmática: estudos de linguística geral e de linguística aplicada ao ensino do português*. Porto: Editora do Porto, 1994.

FONSECA, Joaquim (Org.); BARROS, Clara; RODRIGUES, Maria Conceição C. *A organização e o funcionamento dos discursos: estudos sobre o português*. Porto: Editora do Porto, 1998. t. 1.

FONSECA, Joaquim (Org.); BARROS, Clara; RODRIGUES, Maria Conceição C A *organização e o funcionamento dos discursos: estudos sobre o português*. Porto: Editora do Porto, 1998. t. 2.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. Campinas: Editora Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

HALLIDAY, Michael A. K. *Exploraciones sobre las funciones del lenguaje*. [S.l.]: Medica Y Tecnica Editorial, 1982

_____. As bases funcionais da linguagem. In: DASCAL, Marcelo (Org.). *Concepções gerais da linguagem*. São Paulo: Global Universitária, 1978. p.125-161.

_____; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976

HANKS, Willian F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdier e Bakhtin*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

HEINE et al. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Estilística e discurso*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2011^a.

_____. *Sintaxe*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2011b.

_____. *Léxico e semântica*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2011c.

_____. *Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Editora Parábola, 2009.

HOPPER, Paul J. Emergent grammar. *Berkeley Linguistics Society*, Berkeley, n. 13, p.139-157, 1987.

_____; TRAUGOTT, E.. *Grammaticalization*. 2nd. ed. Cambridge: University Press, 2003.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico: versão 1.0*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOCH, Ingedore Villaça. *As tramas do texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2008b.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

KOCH, Ingedore Villaça. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.

_____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2001a.

_____. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2001b.

_____; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005 [1969].

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *Lições de análise sintática: teoria e prática*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

_____. *Pequena gramática: para a explicação da nova nomenclatura gramatical*. Rio de Janeiro: Agir, 1968.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Editora Parábola, 2008.

_____. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

_____. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZÁRIO, Maria Moura (Org.). *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2004.

_____ (Org.); OLIVEIRA, Mariangela Rios de; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Linguística de texto: o que é e como se faz?* São Paulo: Editora Parábola, 2012.

MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. ver. e aum. Lisboa: Caminho, 2003.

MATOS, Lúcia Helena Lopes de. *A metáfora e a intertextualidade: uma realização multicultural na língua portuguesa*. 2006. 240 f. Tese (Doutorado) – Instituto de

Letras. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MELO, Gladstone Chaves. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Academia, 1970.

MORAES, Claudia Herte de. *Parcialidade alardeada*: notas sobre a importância da opinião no jornalismo. Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/Parcialidade_alardeada:_notas_sobre_a_import%C3%A2ncia_da_opini%C3%A3o_no_jornalismo> Acesso em: 28 out. 2013.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática passada a limpo*: conceitos, análises e parâmetros. São Paulo: Editora Parábola, 2012.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Gramática*: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

OITICICA, José. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Editora Simões, 1952.

OLIVEIRA, Aileda de Mattos. Gramática textual: um ponto de vista. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro ano 10, n. 30, Supl., 2005. Livro da VIII – SENEFIL.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Gêneros textuais e conceitos afins: teoria. In: VALENTE, André (Org.). *Língua portuguesa e identidade*: marcas culturais. Rio de Janeiro: Ed. Caetés, 2007. p. 79-92.

OLIVEIRA, Mariângela Rios de; CEZARIO, Maria Maura; (Org.). *Adverbiais*: aspectos gramaticais e pressões discursivas. Niterói: Ed. da UFF, 2012.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva*: curso superior. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

PERELMAN, Chaim (1987). Argumentação. In: AAVV: enciclopédia Einaudi. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda. v. 11, p. 234-236.

PEZATTI, Erotilde Goreti (Org.). *Pesquisas em gramática funcional*: descrição do português. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

_____. O advérbio então já se gramaticalizou como conjunção? *Delta*, São Paulo, v.17, n.1, 2001.

POTTIER, Bernard. *Sémantique et logique*. Paris: Éditeur Jean-Pierre Delarge, 1976.

RODRIGUES, Violeta Virgínia (Org.). *Articulação de orações*: pesquisa e ensino. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

_____. *Advérbios aspectuais de valor conectivo*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno14-03.html>>. Acesso em: 28 out.

2013.

SILVA, Carla Luciana. A Carta ao leitor de Veja: um estudo histórico sobre editoriais. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação São Paulo*, São Paulo, v.32, n.1, p. 89-107, jan./jun. 2009.

SILVA, M. Cecília P. de Souza e; KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística aplicada ao português: sintaxe*. 15. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

SOUSA, Edson Rosa de. *Funcionalismo linguístico: análise e descrição*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

TRASK, R.L. *Dicionário de linguagem e linguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipologias textuais literárias e linguísticas. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 146-158, 1. sem. 2004.

_____. Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 4., 2007, Tubarão - SC. *Anais*. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, 2007. v. 1. p. 1297-1306.

_____; KOCH, Ingedore G. Villaça. *Texto e coerência*. 13. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

VALENTE, André (Org.). *Língua portuguesa e identidade: marcas culturais*. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2007.

VALENTE, André (Org.). *Língua, linguística e literatura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1988

_____. Intertextualidade e interdiscursividade nas linguagens midiática e literária: um encontro luso-brasileiro. In: COLÓQUIO "O FASCÍNIO DA LINGUAGEM", 2007, Porto. *Anais*. Disponível em: <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6694.pdf>. Acesso em: 28 out. 2013.

_____. (Org.). *Língua, linguística e literatura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.

_____. *Linguagem, pragmática e ideologia*. Campinas, SP: Hucitec, 1980.

VOGÜÉ, Sarah de; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.